

Cadernos de

Sociomuseologia

Centro de Estudos de Sociomuseologia

**POR QUE É CIDADÃO O JORNALISTA CIDADÃO?
História das mídias e jornalismo cidadão
de base comunitária na Maré**

Viktor Chagas

Rio de Janeiro, 2007-9

Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Centro de Pesquisa e Documentação
de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)
Programa de Pós-Graduação
em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
40 . 2011

AGRADECIMENTOS

Durante meus esforços de pesquisa, em um dia em que me encontrava na Divisão de Periódicos da Biblioteca Nacional, deparei-me, na mesa ao lado, com uma situação curiosa. Um outro pesquisador pedira a um dos funcionários que chamasse um senhor, responsável, me parece, pela indexação de periódicos e que não atuava costumeiramente no atendimento ao público. Quando este senhor chegou, todo vestido de branco e já bem de idade, abriu um largo sorriso de quem reconhecia o pesquisador. Ele, porém, só o reconheceria, de fato, durante a conversa.

– Estou aqui para agradecer ao senhor. A indicação que o senhor me forneceu foi certa. Eu consegui encontrar o documento que queria – disse o primeiro.

– Não precisa me agradecer. Não tem dinheiro que pague isso. Não precisa me agradecer – disse o homem, em voz alta na biblioteca, e sinceramente agradecido –. Se você quiser me ver feliz, a única coisa que eu gostaria é de ver o meu nome no seu livro. Coloca lá um agradecimento para mim. Coloca lá. Não tem dinheiro que pague isso.

É nesse espírito que eu me sinto compelido a citar nominalmente todos os que, da maneira que for, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Se me esqueço de alguém ou se não lhe dou o devido destaque, não será por não atribuir valor à sua colaboração, mas por falta de memória – esta que é justamente um dos focos de meu trabalho.

Todos aqueles com que me alinhei ou me confrontei, todos os – como diria meu pai – meus aminimigos, todos os que me orientaram e também os que me desorientaram, todos os que leram uma ou outra coisa por cima de meus ombros e os que nunca lerão mas me emprestaram uma ou outra palavra para que eu usurpasse seu sentido nesta dissertação, todos os que eu li, todos os que permaneceram ao meu lado e me deram força e saúde, todos os que me escutaram me enxergaram tatearam minhas dificuldades, todos os que me deixaram subir por sobre seus ombros, a todos estes e a todos os demais, eu agradeço incansavelmente por me deixarem existir.

À minha mãe e meu pai. Aos meus avós (os que já foram e os que ficaram). À Carol. Ao Maurício. Às meninas. Ao Raul. Às meninas. Ao Simões. Ao Aluysio, e nesse meio tempo ao Vinicius (sem dúvida), ao Edison, ao Laudelino, à Felícia e tantos outros que sabem quem são e de onde vêm. Ao Gustavo. Ao Gabriel. Ao Gabriel. Ao Hugo. À Arlete e ao Zé Luís, apenas para reforçar (embora eles se incluam entre os meus avós)! À Daphne. À Ariana. À Camy. À Dani. À Dani. À Dani. À Olga. À Keli. À Cibelly. Ao Marcos. À Raquel. À Vivian. À Aline. Ao Rodrigo. Ao Sinésio. Ao Alan.

Ao Fernando. À Alessandra. À Rosane (que me orienta como se estivesse debaixo de uma figueira). Sobretudo à Bianca, que foi quem me mostrou luz no fim do túnel (jamais há acaso nessas coincidências que a vida nos prega). À Marieta. À Myrian. À Regina. À Ângela. À Verena. Ao Mário. À Dulce (colho ensinamentos mesmo nas caronas das viagens). Ao Carlos Eduardo, à Mariana, à Ilana. Ao Celso, à Maria Celina, ao Paulo, à Lúcia. Ao Luís Felipe, ao Wilson, à Rousiley (mesmo que não saibam que eu existo). À Laura, à Marta e à Regina. À Regina, ao Rafael, ao Ronaldo. Ao Reginaldo e à filha dele, Isadora (que estudou comigo). À Helena, e através dela à Cris. À Sandra. Ao Hermano, ao Zé, ao Ronaldo, ao Felipe, ao Tarek, ao Thiago, ao Saulo, à Oona, à Marie. Também à Juliana e à Cris. Ao Pedro (sem dúvida), ami et personal dictionnaire. E

mesmo ao Nelson; ao Jorge, ao Mário, ao Carlão, ao Marcelo, ao Henrique e ao Kepler.

Ao Antônio Carlos, ao Luís, à Cláudia Rose. Ao Marcelo, e através dele à Fátima. Ao Alceu José. Ao Wladimir. Ao João Batista e ao Cristiano (ainda que tenhamos tido um contato breve). Aos outros da Maré com que conversei e não guardei seus primeiros nomes. À Cláudia (por toda a ajuda que me deu). À Laura (pelo esforço natalino). Ao Adolfo. À Maria Cristina, ao André Luís, ao Jailson e à Taiana (ainda que só conheça os seus legados).

Ao Alexis. Ao Robert. À Alzira. Ao Robert. E talvez ao Mark. Ao Maurice. Ao Frierich. À Gaye. Ao Jürgen (sem dúvida).

Ao Theodor. Ao Max. Ao Herbert. Ao George Herbert. E ao Robert. Ao Nicolas. Ao Eric. Ao Andreas. Ao Pierre. Ao Pierre. Ao Pierre. Ao Victor. Ao Philippe. Ao Marc. Ao Christophe. Ao Carlo. Ao Giovanni. Ao Jacques. Ao Michel. Ao Michel. Ao Paul (por mais hermético que seja). À Beatriz. Ao Robert. Ao Roger. Ao Peter. E também ao Asa.

Ao Michael. Ao Michael. Ao Stuart. Ao Jay (sem dúvida). Ao Tanni. Ao Joseph e à Kathleen. À Elizabeth. Ao James. Ao David. Ao Robert. Ao James e ao Theodore. Ao Shanto. Ao Ralph. Ao Stephen. À Ana Carmen e ao Roberto. À Raquel. Ao Elias. Ao Marcos. Ao Steven. Ao Dan. À Cicilia Maria. À Raquel. Ao Gilberto. Ao Marcos. Ao Marcelo. À Alba. Ao Jesús (e não apenas o dos cristãos).

DEDICATÓRIA

*Ao meu comandante.
À minha cara Carol, que não quero que core.
Om mani padme hum.*

RESUMO

Afinal, *por que* é cidadão o jornalista cidadão? Foi esta a pergunta que desencadeou todo um esforço de pesquisa no sentido de identificar práticas comuns nas diferentes experiências de jornalismo cidadão. Para desenvolver e tentar ampliar o conceito trabalhado, a opção foi de analisar o espectro da comunicação comunitária, sobretudo em veículos que tiveram origem na área da Maré, no Rio de Janeiro, nas últimas três décadas. Assim, mapeando algumas dessas experiências e selecionando casos entre os que chamaram mais atenção pela propriedade com que trabalham os aspectos relacionados ao jornalismo cidadão, esta dissertação se detém sobre o significado da cidadania para o cidadão-jornalista e a contribuição à identidade local prestada pela comunicação comunitária. Minha idéia é demonstrar como experiências deste gênero são capazes de não apenas de pautar meios tradicionais de mídia, mas sobretudo de ajudar a estabelecer dentro da própria comunidade uma cultura de mídia e uma esfera pública local, desenvolvendo uma reapropriação da identidade da favela e de seus moradores e contribuindo para a busca e/ou exercício da cidadania.

ABSTRACT

Why, after all, is the citizen journalist a citizen? This was the question that triggered an entire research effort to identify common practices in different experiences of citizen journalism. Trying to develop and expand this concept, the choice was to analyze the spectrum of communitarian communication, especially in vehicles with origin in the area of Maré, in Rio de Janeiro, in the last three decades. Thus, mapping some of these experiences and selecting cases among those who drew more attention due to how they work with aspects of citizen journalism, this thesis dwell on the meaning of citizenship for the citizen-journalist and on the contribution to the local identity provided by communitarian communication. My idea is to demonstrate how experiences of this sort can not only schedule traditional means, but especially help establishing inside the community a culture of media and a local public sphere, developing one reappropriation of the favela's and the favela's residents identity and, then, contributing to the search for and/or exercise of citizenship.

ÍNDICE

MAPA	13
LISTA DE SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	19
Jornalismo cidadão. Onde eu entro nesta história?	20
De como a Maré entrou nessa onda	21
O que quero entender por jornalismo cidadão	25
Comunicação comunitária, ou Quando a voz do povo é a voz de Deus	34
Alagados, Trenchtown, Favela da Maré	41
Favela, comunidade, complexo, terminologias a adotar	45
Definição burilada do objeto e procedimentos de análise	48
I. O VERBO (impressos: jornais União da Maré e O Cidadão)	59
1. ‘UM JORNAL PRÁ LANÇAR UMA MENSAGEM TEM QUE DIZER A VERDADE VONTADE DE TODOS EM UMA SÓ RAMAGEM’	61
1.1. A união faz a força: associativismo e deliberativismo	66
1.2. Favelados, povo, trabalhadores, categorias nativas	75
1.3. ‘Pinga Fogo’, ou Uma forma de você falar e ser ouvido	83
2. UM JORNAL CIDADÃO	95
2.1. ‘Vencidos voltaremos à casa Nossos netos lutarão melhor’	101
2.2. Estilo ‘cidadonês’, padrão de qualidade e projeto político mais amplo	109
2.3. Mareense!? Existe isso?!	117

II. O SOM (radiofônicos: Rádio Maré e Progressiva FM)	123
3. MAIS COISAS ENTRE O CÉU E A TERRA	125
3.1. De tudo um pouco	139
3.2. Dial fora-da-lei	153
3.3. Essa é legal!	158
III. A FÚRIA (multimídias: tv Maré e Museu da Maré)	161
4. NO AR TV MARÉ	163
4.1. A televisão como janela, a televisão como espelho	172
4.2. Joga a rede no passado	193
4.3. A Praia do Apicu	204
5. 'MUSEU É COMO UM LÁPIS'	209
5.1. O livro de presenças	216
5.2. O livro de ausências	230
5.3. Persistindo...	241
6. POR QUÊ???	245
7. BIBLIOGRAFIA E FONTES DE PESQUISA	259
CRONOLOGIA	285

MAPA

As fronteiras dizem respeito aos limites oficiais do bairro Maré.

LISTA DE SIGLAS

Siglas e abreviaturas de até três letras são escritas em maiúsculas, assim como as que possuem mais de quatro mas são lidas letra a letra. Siglas e abreviaturas com mais de quatro letras que podem ser lidas sem dificuldade como uma palavra são grafadas apenas com a inicial maiúscula. E nos casos de siglas e abreviaturas já incorporadas ao vocabulário cotidiano, os termos são grafados de modo aportuguesado e em minúsculas (ex.: blog, ong, tevê).

ABC Paulista	Região de Municípios da Grande São Paulo
Abraço	Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
ABVP	Associação Brasileira de Vídeo Popular
Acerp	Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso
ACB	Ação Comunitária do Brasil
Adov	Arquivo Documental Orozina Vieira
Aerj	Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Rio de Janeiro
AMANH	Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Blog	Weblog (página na internet de atualização simples)
BN	Biblioteca Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CD ou cedê	Compact Disc (mídia digital)
Ceasm	Centro de Estudos e Ações Solidária da Maré
Cedae	Companhia Estadual de Água e Esgotos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Codefam	Comissão de Defesa das Favelas da Maré
Cpdoc	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPV-Maré	Curso Pré-Vestibular da Maré
CTS	Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da FGV-RJ
Demu e Demu-IPHAN	Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan
DRMC	Delegacia Regional do Ministério das Comunicações
Ecad	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais
Eco e Eco-UFRJ	Escola de Comunicação da UFRJ
Eco 92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
Ed	Edição
Emaq	Estaleiro Engenharia & Máquinas S/A
EEUU	Estados Unidos
Espocc	Escola Popular de Comunicação Crítica
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FM	Sistema de radiodifusão com modulação em frequência
HI-8	Mídia analógica de vídeo de alta qualidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
JB ⁽¹⁾	João Batista, funcionário do Ceasm
JB ⁽²⁾	Jornal do Brasil
MD	Mini Disc (mídia digital)
MP	Ministério Público
MTV	Music Television
Ong	Organização Não-Governamental
p2p	Conexão peer-to-peer (um-a-um)
PAC	Plano de Aceleração de Crescimento

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPHPBC	Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Cpdoc-FGV
PPGMS	Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio
Promorar	Programa de Erradicação da Sub-habitação
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RA	Região Administrativa
RAL-Maré	Rede de Atendimento Local da Light na Maré
REG	Registro
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão, emissora aberta
TAM	Companhia aérea (Táxi Aéreo Marília)
tevê e TV	Televisão
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHF	Sistema de radiodifusão com propagação em frequências ultra-altas (ultra high frequency)
Unimar	União das Associações do Bairro da Maré
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
VHF	Sistema de radiodifusão com propagação em frequências muito altas (very high frequency)
VHS	Sistema de gravação de áudio e vídeo caseiro (video home system)

INTRODUÇÃO

Afinal, *por que* é cidadão o jornalista cidadão? Foi esta pergunta que desencadeou todo o projeto que se segue. Uma pergunta que derivou da série de questionamentos feita por Nemo Nox, jornalista, criador do premiado blog *Por um punhado de pixels*, em que trata de cinema, quadrinhos e assuntos relacionados à política e à blogosfera¹. Na ocasião, dizia ele:

Por que jornalismo cidadão? Um jornalismo praticado por cidadãos? E não são cidadãos os jornalistas a serviço dos grandes jornais e das redes de televisão? O que os diferencia, em termos de cidadania, dos outros jornalistas? Ou seria jornalismo cidadão somente um eufemismo para jornalismo amador? Ou para jornalismo independente de grandes corporações? [...] Quais os fatores a levar em conta, qualidade, remuneração, certificação, reconhecimento governamental, viés político?

Cidadania é um conceito ligado a território ou a unidade política. Como o jornalismo cidadão é exercido principalmente na internet, espaço onde fronteiras e estados possuem importância e significados diferentes, de onde é cidadão o jornalista cidadão? [...]

Algumas vezes o conceito de jornalismo cidadão aparece ligado às idéias de jornalismo participativo ou jornalismo open source. [...] O repórter que mantém seu próprio site de jornalismo, produzindo conteúdo mas sem abrir espaço para discussão pública não seria então um jornalista cidadão? E se uma megacorporação produzisse um site jornalístico aberto

¹ Blogosfera é o termo usado para definir o conjunto social e identitário dos weblogs, páginas web de formato e atualização simplificados. "Muitos weblogs estão interconectados de modo denso; blogueiros lêem outros blogs, apontam links a eles [...]. Por este motivo, os blogs interconectados tornaram-se uma cultura própria." [disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Blogosphere>>, tradução minha].

para comentários ou mesmo produção original vinda dos leitores, estaria então fazendo jornalismo cidadão?²

Por que é cidadão o jornalista cidadão? A pergunta com que inicio este projeto encerra em si mesma muitas das questões levantadas acima pelo blogueiro, e, de certa forma, dá continuidade à discussão que anteriormente eu vinha travando a respeito da inserção e do modelo de autoridade do profissional que exerce o fazer jornalístico.

Jornalismo cidadão. Onde eu entro nesta história?

Em minha monografia, *A blague do blog (interatividade, subjetividade e horizontalidade nos blogs jornalísticos de política)*³, unindo apontamentos obtidos em extensa pesquisa a discussões travadas sobre o conceito de “esfera pública virtual” [cf. p. ex. GOMES, 2001a], procurei compreender de que modo a relação entre jornalistas e leitores se altera substancialmente num espaço de confronto direto. Dispondo blogs jornalísticos segundo uma lógica de horizontalidade [cf. RECUERO, 2003; JOHNSON, 2001], fiz uso da metáfora de Joaquim Ferreira dos Santos⁴ – para quem a internet serve aos jornalistas como um “humildificador”, inserindo graus de contestação e participação do leitor [DEUZE, 2002; cf. tb. o esquema clássico de poliarquia apresentado por DAHL, 1972].

Para marcar a distância entre o profissional que exerce prioritariamente o jornalismo e atende ao blog como extensão de suas atividades e o indivíduo que se apropria da ferramenta e – alçado à posição de emissor – se auto-qualifica como “jornalista”, desenvolvi uma diferenciação entre as categorias de jornalista-blogueiro e blogueiro-jornalista. Mas o que fica claro nessa distinção é que, em

² Cf. NEMO NOX. *Algumas perguntas sobre o termo ‘jornalismo cidadão’*. Brasil, **Revista NovaE.inf.br**. Disponível em: <<http://www.novae.inf.br>>. Acesso em: 03/03/2006.

³ Cf. Viktor CHAGAS, 2007a. A monografia foi resultado de mais de um ano e meio de pesquisa de iniciação científica, orientada pela professora doutora Alessandra Aldé, da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, em que me formei bacharel em comunicação com habilitação em jornalismo. Durante a pesquisa, apresentamos resultados parciais de nossa investigação em congressos científicos e publicamos artigos em revistas acadêmicas. Mais tarde, a monografia foi publicada na íntegra no periódico *Cadernos de Comunicação*, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

⁴ Cf. SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Humildificador*. Rio de Janeiro: O Globo (Segundo Caderno), 04/04/2005. p. 8.

termos de produção de informação jornalística, é cada vez mais difícil isolar essas categorias. E foi no instante em que comecei a trabalhar com tais categorias que me aproximei de uma literatura que tratava do conceito de jornalismo cidadão. Nos blogs de guerra – os chamados *warblogs* –, mais do que nos de política propriamente, fica clara a interferência de atores não-jornalistas no cotidiano da informação “remidiada”⁵. Despertando interesse não apenas do público como dos meios de comunicação tradicionais, blogueiros seguiam noticiando a Guerra do Iraque ou os conflitos no Oriente Médio a partir de uma visão próxima do front e, ao mesmo tempo, independente e autônoma. Não é difícil, portanto, associar o sucesso desses blogs ao que se convencionou chamar de jornalismo cidadão (*citizen journalism* ou *grassroots journalism* são os termos mais usados nesta acepção). Mas *por que* é cidadão?

O dilema que contrapõe a formação profissional ao exercício da cidadania e da liberdade política se apresenta claramente configurado na lógica do jornalismo cidadão e na dicotomia entre esse mesmo conceito e o de *jornalismo cívico*. Para refletir sobre essas questões, e para tentar compreender o papel do jornalista cidadão na busca e/ou no exercício pleno da cidadania, apresentei esta proposta de estudo, como projeto de pesquisa e dissertação de mestrado acadêmico ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc-FGV). Agora, minha intenção era claramente de me afastar do objeto tecnológico e absorver o elemento sociológico com maior entusiasmo, apresentando idéias para um estudo de caso sobre uma história da mídia comunitária no Complexo da Maré.

De como a Maré também entrou nessa onda

Ainda em 2005, ano em que definia meu tema de pesquisa na graduação, formulando hipóteses de trabalho para a posterior análise de conteúdo dos blogs de política, tive a oportunidade de acompanhar o seminário *Museus: Pontes entre Culturas*, promovido pelo Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu-Iphan). O convite para participar do evento partiu de meu pai, Mario de Souza Chagas, museólogo, coordenador

⁵ Cf. BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. *Remediation: understanding new media*. Cambridge: The MIT Press, 1999.

técnico do Demu, e professor da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Naquela época, já com o objetivo de me aproximar do mundo novo das Ciências Sociais, assisti com interesse à exposição de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, secretário municipal de urbanismo, sobre as intervenções do poder público na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro e as alterações sociais que lhes diziam respeito. Um dos interlocutores do debate, Antônio Carlos Pinto Vieira, me chamou a atenção ao comentar um pouco da história da Maré, área que congrega hoje 16 comunidades, entre favelas stricto sensu e conjuntos habitacionais⁶. Antônio Carlos, ou Carlinhos, como é conhecido, foi presidente da Associação de Moradores do Morro do Timbau, participou da Sociedade Cultural TV Maré, é fundador e atual presidente do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm)⁷. Em 2005, já estava envolvido na discussão de projetos de memória voltados para incentivar o pertencimento e a auto-estima dos moradores da área da Maré, que culminaria na implementação do Museu da Maré.

⁶ A esse respeito, é interessante resgatar a primeira nota assinalada por Marcelo Baumann Burgos em seu artigo Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. No dizer de Burgos [2006:52], com qual identificador minha análise, "Da perspectiva adotada neste trabalho, a fronteira analítica entre as favelas e os conjuntos habitacionais e entre estes e os loteamentos irregulares perde sua razão de ser, já que seus habitantes estão inseridos em uma mesma cultura política. De fato, desse ângulo, a exclusão é a mesma, e a presença do tráfico, indistintamente, em ambos os ambientes habitacionais está a demonstrar que a existência de infra-estrutura urbana e do título de propriedade, tal como nos conjuntos habitacionais, não é suficiente para diferenciar a cultura política de seus moradores. Por isso, neste trabalho, a categoria *exclusão* será utilizada referentemente aos moradores tanto de favelas quanto de loteamentos irregulares e de conjuntos habitacionais."

⁷ O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) é uma ONG fundada em agosto de 1997 por moradores e ex-moradores do Complexo da Maré. Atualmente, é uma das mais importantes associações em função de seus cerca de 15 projetos nas comunidades. Entre outras atividades, o Ceasm coordena o jornal O Cidadão e o Museu da Maré, este último através de um de seus núcleos, chamado Rede Memória.

No momento em que iniciei esta pesquisa, Carlinhos era o vice-presidente do Ceasm e a presidência era exercida por Eliana Sousa e Silva. Entre o fim de 2008 e início de 2009, os nomes de Eliana Sousa e Silva e Jaílson Souza Silva deixaram de integrar as diretorias Ceasm e Carlinhos passou a ser identificado como presidente. Uso, portanto, esta referência para tratá-lo nesta dissertação.

Durante sua intervenção, Carlinhos comentou brevemente sobre o jornal comunitário O Cidadão e falou da iniciativa do Arquivo Documental Orosina Vieira (Adov), que então se constituía a partir da doação de documentos, fotografias, fitas de áudio e vídeo por moradores e ex-moradores da favela.

Recebi mais tarde de meu pai um exemplar do jornal O Cidadão, citado por Carlinhos em sua apresentação, e fiquei bastante impressionado com a qualidade do material, em termos de diagramação e de conteúdo. Envolvido, porém, com a pesquisa sobre os blogs de política, mantive aquela informação arquivada em minha memória por um longo período.

Tomando parte da equipe de planejamento técnico e consultoria do Demu, meu pai, juntamente com Cláudia Storino, Cícero de Almeida e outros funcionários do Iphan, passou a integrar a partir dali um grupo de apoio às atividades de desenvolvimento do Fórum Museu da Maré, “que contou na reunião de fundação, com a participação de cerca de cem pessoas, entre moradores e integrantes do movimento comunitário local” [VIEIRA, 2006]. A aproximação entre os coordenadores do museu – Carlinhos, sua esposa Cláudia Rose Ribeiro da Silva, e Luiz Antonio Oliveira – e meu pai, certamente, contribuiu para fazer crescer meu interesse sobre as iniciativas daquele grupo de atores políticos nas comunidades da área da Maré. Cláudia Rose ingressou no mestrado profissional em Bens Culturais do Programa de História, Política e Bens Culturais, curso que divide com o mestrado acadêmico, além do doutorado, os professores, linhas de pesquisa e áreas de interesse do Cpdoc. Carlinhos, por sua vez, entrou para o Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS), da Unirio. Estivemos, portanto, mais próximos do que aparentávamos, freqüentando círculos semelhantes, mesmo antes de eu iniciar esta pesquisa. Quando concluí o bacharelado em Comunicação Social, senti necessidade de um contato maior com pessoas, deixando a tecnologia à margem. Foi assim que pensei em trabalhar com o mesmo conceito de jornalismo cidadão (entendido também na acepção de *public journalism*) em uma escala mais reduzida, como a esfera comunitária. Àquela altura, já havia tomado conhecimento do trabalho de André Luis Esteves Pinto [2004] em sua dissertação de mestrado sobre o jornal O Cidadão, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), e, desta forma, procurei direcionar meu interesse para não tratar exclusivamente daquele jornalzinho, um dos mais bem-sucedidos casos de comunicação comunitária, e já objeto de algumas

pesquisas. Cheguei a pensar em trabalhar somente com rádios comunitárias, mas foi então que enxerguei justamente no entrecruzamento de informações a respeito das particularidades de cada meio – impresso, radiofônico e televisivo – uma possibilidade de pesquisa que aliava Comunicação, Política e História a partir de um olhar etnográfico.

Pensei este projeto com o objetivo de realizar um mapeamento histórico, cultural e documental das ações de comunicação na favela da Maré, procurando entender como os movimentos sociais podem fazer uso dos meios de comunicação para difundir suas propostas e tornar públicas suas demandas. A escolha do objeto, a mídia comunitária, refletia uma tentativa de aproximação do conceito de jornalismo cidadão – geralmente trabalhado no âmbito das novas tecnologias da comunicação – à realidade social brasileira, de modo que a favela forneceria ao pesquisador uma série de elementos para a compreensão deste cenário.

Por uma razão óbvia, a idéia imediata foi de associar a este objeto um recorte histórico: em se tratando de meios de comunicação comunitária, falamos de iniciativas de curta duração no tempo, já que invariavelmente há uma série de obstáculos à consolidação destes meios, sejam obstáculos financeiros, sejam barreiras políticas que passam pelo preconceito e pela falta de reconhecimento e apoio de lideranças. Assim, o estudo da apropriação da lógica do jornalismo cidadão nas comunidades da favela necessariamente passaria por uma reconstituição histórica, política e cultural do surgimento e do desenvolvimento desses meios. A história da mídia comunitária na Maré poderia ainda ajudar a explicar as demandas sociais e o desenvolvimento da própria localidade.

Logo, porém, me vi obrigado a recortar novamente meu objeto. Dada a profusão de iniciativas de comunicação comunitária em uma favela do porte da Maré⁸. Daí para diante, concentrei minhas

⁸ A Maré é constituída por dezesseis comunidades: o Morro do Timbau (com ocupações desde a década de 1940), a Baixa do Sapateiro (1947), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Vila do João (1982), Conjunto Esperança (1982) Vila dos Pinheiros (1989), Conjunto Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996), Novo Pinheiro (2000), Centro Social Marcílio Dias (1948), Roquete Pinto (1955) e Praia de Ramos (1962). O Censo Maré [CEASM, 2003] contabiliza ainda mais uma comunidade, a do conjunto Mandacaru. Outros trabalhos, optam por contar apenas 15 comunidades, excluindo-se o conjunto Novo Pinheiro (Salsa e Merengue), pelo fato de não haver uma

investigações sobre três pares de meios de comunicação, sobre os quais tratarei mais adiante, no decorrer desta introdução. Antes disso, pretendo definir as bases com que trabalharei nesta dissertação, expondo em primeiro lugar o que entendo pelo conceito de jornalismo cidadão, o que quero dizer quando evoco a noção de comunicação comunitária, e a seguir como trabalharei com o caso das mídias na Maré.

O que quero entender por jornalismo cidadão

A partir de um levantamento inicial acerca das iniciativas de mídia comunitária na Maré, passei a examinar os usos e valores embutidos na lógica desse tipo de prática assim entendida como jornalística – embora obviamente não se trate de jornalistas graduados como tais –, e procurei abrir caminho para uma pesquisa mais específica, cujo objetivo seria investigar a aplicação prática desse conceito de jornalismo cidadão em experiências de jornalismo participativo⁹ em jornais, rádios e televisões comunitários surgidos ao longo das últimas três décadas na Maré. Minha principal hipótese era a de que o modelo de jornalismo participativo favoreceria a integração e a mobilização da comunidade em torno de seus objetivos.

Esta pesquisa, portanto, propõe bases para a investigação da acepção política e social do conceito de cidadania tal como vem sendo empregado na prática do jornalismo. Conceito este que tem sido aplicado ao fazer jornalístico de uma maneira peculiar em relação ao seu uso em outros setores da sociedade [cf. a passagem a este respeito na conclusão desta dissertação]. Quando se ouve falar em um jornalismo cidadão, idéia já bem trabalhada nos campos da Comunicação e das Ciências Sociais [cf. p. ex. GILLMOR, 2004], logo se associa a imagem à lógica do jornalismo participativo, que proporciona ao cidadão comum os meios técnicos para tornar-se um *emissor*, como o é o próprio jornalista.

associação de moradores que o represente. Para maiores detalhes sobre a constituição de cada uma destas comunidades, cf. SILVA, 2006; JUNG, 2007, entre outros.

⁹ Essencialmente o jornalismo participativo (ou colaborativo) não chega a ser compreendido como um conceito, tal e qual o conceito de jornalismo cidadão. Refiro-me ao modelo de participação como referência de inclusão e auto-gestão dos meios [cf. PERUZZO, 2004]

Portanto, a primeira resposta que tenho em mente à questão com que iniciei esta pesquisa é a que diferencia o jornalista-cidadão do cidadão-jornalista. Por uma razão meramente vocabular, terminamos em muitas das ocasiões usando indiscriminadamente o “jornalista cidadão” para qualquer um dos casos, mas quero aqui marcar uma diferença conceitual entre ambos. O primeiro termo da expressão designa o peso que passo a atribuir ao substantivo composto. O jornalista-cidadão é o jornalista que exerce seu papel de cidadão, ou que exerce um papel de agente civilizador – como no jornalismo público, conforme veremos mais adiante, mas, em verdade, como é compreendida a essência do próprio fazer jornalístico –, ao passo que o cidadão-jornalista é o cidadão que exerce seu papel de agente noticiador, fazendo as vezes de um repórter [GILLMOR, 2004]. Há aí uma clara diferença que implica não apenas na dicotomia entre profissionalismo e amadorismo, mas no direcionamento e no tratamento dado ao conteúdo informacional da notícia.

Feita esta distinção, passo a operar com o conceito de jornalismo cidadão, tal como ele se desenhou ao longo dos anos. Devedor claro das experiências do jornalismo público (*public journalism*) e do jornalismo cívico (*civic journalism*), o jornalismo cidadão não exclui a produção dos cidadãos-jornalistas [FOSCHINI; TADDEI, 2006], não profissionais que são, do processo comunicacional. As correntes anteriores, tanto o *civic* quanto o *public journalism*, podem ser descritas como um movimento de aproximação do jornalista em relação ao público consumidor de notícias [ABREU, 2003], uma aproximação que se reflete também no processo de produção das notícias. No entanto, é o jornalista-cidadão quem segue detendo as ferramentas necessárias para emitir a informação, ele apenas se insere em um contexto de aproximação do público sobretudo visando ao debate político a fim de conformar a assim chamada opinião pública.

Em última instância, todas estas expressões podem e são usadas como sinônimos. Jornalismo cidadão, jornalismo público, jornalismo cívico e mesmo jornalismo comunitário (*communitarian journalism*) se confundem no discurso de alguns pesquisadores¹⁰. A

¹⁰ A este respeito, vale destacar o livro organizado por Jay Black, com artigos de diversos pesquisadores explorando as dicotomias engajamento-objetividade, indivíduo-comum, teorias do comunitarismo-liberalismo inglês, e assim por diante. O título do livro já diz muito sobre a interseção destas noções: BLACK, J. (org.). *Mixed news: the*

distância real entre estas noções fica mais clara apenas com a noção de Foschini e Taddei [2006], que aponta para o jornalismo cidadão como a vertente, em certo sentido, mais radical e moderna.

Como sublinha Elias Machado [2003:65], “No final do século XIX [...], a imprensa teve de apostar nos colunistas, na cobertura de cidades e nas tiras de quadrinhos para fugir da padronização decorrente da distribuição de conteúdos pelas agências de notícia e vincular a publicação à comunidade local”. Este movimento talvez se configure como prenúncio do que viria a seguir, com a imprensa escrita precisando se diferenciar e se afirmar diante dos meios eletrônicos. Segundo Alzira Alves de Abreu [2003], o jornalismo público configura-se como uma resposta à perda de leitores por conta da concorrência da imprensa escrita com a televisão, e uma tentativa de impedir o controle do debate político pelas máquinas partidárias [id.:6]. O movimento¹¹ que se formou então tinha o objetivo de “impor uma nova agenda de opinião e se tornar o intérprete dos cidadãos quanto à hierarquia dos problemas e à escolha das soluções pela comunidade” [id.:ibid.]. Para Tanni Haas [2007:6], pesquisador associado do Brooklyn College e autor de uma extensa revisão sobre o conceito de jornalismo público, embora o tema tenha sido explorado por textos jornalísticos e acadêmicos somente por volta do início dos anos 1990, seus argumentos fundamentais remetem ao começo do século xx. Há quem associe, por exemplo, o famoso debate entre o jornalista Walter Lippmann e o filósofo John Dewey sobre o papel dos cidadãos nas democracias modernas, nos anos 1920, como um prenúncio da discussão sobre os temas repercutidos pelo jornalismo público. Alguns trabalhos, por outro lado, sugerem que esta origem esteja vinculada aos relatórios da Comissão Hutchins para Liberdade da Imprensa, que, nos anos 1940 e 1950, foi constituída por Robert Hutchins, então reitor da Universidade de Chicago, a pedido de Henry

public/civic/communitarian journalism debate. Mahwah (EEUU): Lawrence Erlbaum Associates, 1997.

¹¹ Compreensão fundamental tanto do conceito de jornalismo público quanto do de jornalismo cidadão, Jay Rosen [apud HAAS, 2007:1, tradução minha] o descreve, ao mesmo tempo, como (1) “um *argumento* sobre para onde a imprensa deveria estar se encaminhando”; (2) “um *conjunto de práticas* que foram testadas nas configurações da vida real”; e (3) “um *movimento* de pessoas e instituições ocupadas com possibilidades para reformar”. Assim, como conceituação, experiência e escola, quero também poder entender a dinâmica do jornalismo cidadão. (O texto original de Rosen é: ROSEN, J. *Foreword*. In: CHARITY, A. (org.). **Doing public journalism**. Nova Iorque (EEUU), Guilford, 1995. pp. v-vi.)

Luce, editor das revistas Time e Life, para iniciar uma investigação acerca do papel das mídias nas democracias modernas do pós-guerra [volta a falar sobre as conclusões a que alcançou a comissão na conclusão desta dissertação]. Outros pesquisadores, por fim, atribuem a concepção do que seria esta noção de jornalismo público aos trabalhos teóricos e empíricos acerca da democracia deliberativa, surgidos apenas nos anos 1990 [id.:ibid.]. A idéia geral, no entanto, é defendida pelo que Haas [2007] chama de “advogados” do conceito como sendo um conjunto de argumentos que defendem um engajamento maior do jornalista nas questões relacionadas ao bem comum e ao espírito público. De modo pragmático, o jornalista, para este grupo de entusiastas, deve estar centralmente preocupado em “(1) *reportar* problemas de interesse particular para cidadãos [...], (2) *cobrir* estes problemas a partir da perspectiva dos cidadãos [...], e (3) *envolver os cidadãos* nos esforços para solucionar os problemas de modo pragmático” [HAAS, 2007:67, tradução minha]. Como defende Jay Rosen [apud HAAS, 2007:3]¹², um dos fundadores contemporâneos do conceito, os jornalistas devem formar tanto quanto informar o público.

O jornalismo cívico, por sua vez, teria nascido na década de 1970, e seria orientado para “mobilizar, dar a palavra aos cidadãos comuns”, baseando-se na “afirmação dos procedimentos democráticos” [ABREU, 2003]. Neste tipo de experiência, o jornalista funcionaria como uma espécie de animador ou, sem meias palavras, como “mediador” do debate. As fronteiras entre as experiências de jornalismo público e jornalismo cívico são pouco exploradas, mas, precisamente, estamos diante de dois esquemas distintos de mediação, em uma espécie de reflexo dos sistemas democráticos já que lidando com o público consumidor de notícias: de um lado, um modelo de representação, em que o jornalista atua como delegado ou procurador¹³ dos interesses do público; de outro, um modelo de participação direta, em que o jornalista atua sobre o público no sentido de animá-lo, mobilizá-lo, mas constitui-se ele próprio como público. Aqui, como nos sistemas democráticos, não há uma gradação que siga do modelo mais inclusivo de participação ao

¹² O texto original de Jay Rosen é: ROSEN, Jay. *Imagining public journalism*. In: LAMBETH, E.; MEYER, P.; e THORSON, E. (org.). **Assessing public journalism**. Columbia (EEUU): University of Missouri Press, 1998. pp. 46-56.

¹³ Para mais detalhes sobre a função do representante como delegado ou procurador, cf. PITKIN, 2006.

modelo de representação, o que há são dois sistemas de *mediação* jornalística.

Nesse sentido, enxergo a proposta do jornalismo cidadão como um estreitador de laços, diluindo justamente a idéia de “mediação” – e conseqüentemente a de *representação*, de certa forma presente em ambas as experiências anteriores. No jornalismo cidadão, o público é não apenas fonte ou pauta, nem tampouco debatedor, a ênfase está, ao meu ver, em seu caráter de *produtor* de conteúdo jornalístico. Assumindo os meios de produção, o cidadão torna-se ele próprio mídia. Não é à toa que o slogan do famoso site de jornalismo colaborativo coreano OhMyNews <<http://english.ohmynews.com>> marca uma intenção: *every citizen is a reporter* [“todo cidadão é um repórter”].

O jornalismo cidadão, sobretudo acompanhando a expansão da web, pode ser caracterizado como uma iniciativa “em que as pessoas assumem seu espaço na comunidade ao *participar* da produção de notícias” [FOSCHINI; TADDEI, 2006, grifo meu]. Dessa forma, o adjetivo é compreendido de uma maneira diversa de quando aplicado a outros setores sociais. Quando se fala em um “empresário cidadão”, por exemplo, pensa-se em alguém que segue uma lógica de responsabilidade social, um esquema, portanto, que conserva uma certa hierarquização entre o “cidadão” e seu benemérito [cf. a conclusão desta dissertação para mais detalhes]. No esquema participativo do jornalismo cidadão, essa autoridade parece estar, como eu disse, diluída, através de um modelo de participação cidadã [PERUZZO, 2004; sobre o modelo de participação cidadã, cf. tb. os estudos de GOHN, 2003 e 2005 e PUTNAM, 2000]¹⁴. Minha idéia é

¹⁴ Acompanhando algumas das discussões travadas sobre a questão dos movimentos sociais, procuro trabalhar com o que Maria da Glória Gohn [2003:18] chama de um “conceito básico do novo associativismo”, a *participação cidadã*. Este conceito é lastreado num modelo de cidadania construído a partir de ações coletivas de caráter social, político e cultural com vistas à organização e mobilização da população no sentido de expressar suas demandas. De acordo com Gohn [2005:33], “Entendemos que a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e re-interpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria”. No já clássico estudo de Robert D. Putnam, a participação cívica é descrita de modo muito semelhante ao que Gohn trabalha como sendo uma participação cidadã. Para Putnam [2000:101], a participação cívica corresponde à participação da população nos negócios públicos em uma determinada comunidade.

analisar como esse modelo se aplica ao jornalismo de base comunitária e como, através dele, a prática jornalística pode ser apreendida pelo adjetivo *cidadã*. Esta discussão pretendo travar mais adiante, quando tentarei compreender como a comunicação e o trabalho de constituição de uma identidade se aliam às demandas sociais num exercício de – e/ou numa busca por – cidadania.

A idéia de um ambiente de produção inclusivo, implícita na noção de jornalismo participativo ou jornalismo colaborativo, em que o receptor pode atuar no sentido contrário, também como produtor de conteúdo jornalístico, afeta diretamente a lógica da autoridade jornalística – segundo a qual, o jornalista é um agente “autorizado” a falar em nome do público.

Na acepção habermasiana do termo, que se refere ao poder monárquico, “À autoridade estão contrapostos os súditos, dela excluídos; aquela serve, diz-se, ao bem-comum, enquanto estes perseguem os seus interesses privados” [HABERMAS, 2003:24]. Relacionando-se ao bem-comum a que serve, a “autoridade jornalística” encontra seu sentido no jornalismo de utilidade pública, a bem dizer, na prestação de serviços [cf. ABREU, 2003]. E, entendido, mais uma vez, como *servidor*, ou seja, como “subordinado” ao bem-comum, o jornalista deve se preocupar em mediar o poder público e a opinião pública. Sua legitimidade se constrói a partir desta “autoridade” de mediação. Mas é ainda Habermas [2003] quem aponta para uma subversão destes valores: em *Mudança estrutural da esfera pública*, ele cita C. W. Mills para indicar a transformação do “público” em “massa”, com todas as implicações de um sistema de mídia que passa não apenas a *mediar* mas a *formar* a opinião pública.

A crítica da primeira geração da chamada Escola de Frankfurt, incluindo aí, em especial Theodor Adorno e Max Horkheimer, diz respeito exatamente a esta condição, apresentando a necessidade de o indivíduo desenvolver seu potencial reflexivo, seu discernimento crítico, a fim de escapar da “esfera” de influência midiática. Adorno e Horkheimer falam do surgimento de uma indústria cultural, que passa a regular as atividades e impressões do cidadão comum. “O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação” [ADORNO; HORKHEIMER, 1985:128], o discernimento (ou a reação) fica a cargo do mediador, que assume então o papel do crítico. O crítico profissional é aquele que exerce a crítica, em outras palavras, é um “informante” [ADORNO, 2002:77], já que lida com a informação – muito embora não

necessariamente tenha ele próprio de deter conhecimento efetivo sobre os temas que critica [id.:ibid.] –, mas é um informante que expressa *uma* opinião como se fosse a opinião [cf. ADORNO, op. cit.:78]. O crítico de arte, que é também um crítico de informação, no modelo da indústria cultural, transforma, assim, uma opinião publicada em opinião pública¹⁵ e estabelece, a partir da autoridade instituída, um sistema de crenças que vela, ao invés de desvelar, o conhecimento. Importa somente que haja “algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada e desviando a atenção do segredo conhecido por todos” [ADORNO, 2002:94].

A “autoridade” em mediar o poder público e a opinião pública, concedida pela esfera pública ao jornalista¹⁶, é revertida em uma autoridade do jornalista sobre a própria esfera pública, a qual se torna “prisoneira”. Marcuse [2002:331] afirma que “a liberdade intelectual significaria a restauração do pensamento individual agora absorvido pela comunicação de massa e pela doutrinação”. A única possibilidade de escapar ao controle do crítico é tornar-se crítico. Os teóricos de Frankfurt, porém, vêem este processo emancipatório como um processo de desencantamento, isto é, de *des-ilusão*. “O pensamento crítico tem um conceito do homem como em conflito consigo mesmo” [HORKHEIMER, 2002:310].

O jornalismo, sobretudo por seu caráter informativo e periódico, é ainda espaço privilegiado para o recrudescimento do ceticismo [BURKE; BRIGGS, 2006:77-79], dada a possibilidade de uma análise comparativa entre um relato e outro, do mesmo evento, em diferentes meios, ou um relato e outro, do mesmo evento, em diferentes períodos. O ceticismo é, certamente, um dos estágios do pensamento crítico, de modo que sou levado a crer que, como elemento-chave do processo de mediação, o jornalista é capaz de proporcionar tanto o conformismo, sobre o qual “os críticos da cultura ajudam a tecer o véu” [ADORNO, 2002:78], quanto a experiência emancipatória ela mesma.

¹⁵ Para mais detalhes sobre as relações entre opinião pública e opinião publicada no debate teórico atual, cf. GOMES, 2001b.

¹⁶ Refiro-me ao jornalista como categoria, em relação direta e em lugar de “meios de comunicação”, como forma de ressaltar o papel individual do profissional no processo de seleção e construção da agenda diante da esfera pública.

Se em relação à opinião pública – à qual serve – o jornalista apresenta este caráter dúbio, vejo que, na outra ponta, seu papel como representante dos interesses da esfera pública não é menos ambíguo. Habermas [2003:225] aponta para o fato de que os interesses privados defendidos pelo jornalista como representante do bem-comum – entendido aqui como “interesses comuns” da esfera pública –, estiveram desde o começo amalgamados com interesses políticos. No entanto, há ainda um outro aspecto do jornalismo, o da *accountability*¹⁷, que o transforma em quarto estado [cf. HABERMAS, 2003:78], atuando o jornalista como fiscalizador do poder público [ABREU, 2003:8; cf. tb. LATTMAN-WELTMAN, 2003]. E é neste ponto que me volto mais uma vez às questões do jornalismo cidadão, como prática capaz de despertar o ativismo político [ABREU, 2003:14] e favorecer, nesse sentido, o potencial emancipatório do indivíduo crítico. Como Habermas descrevia a mudança estrutural que configura os setores da esfera pública no fim do “longo século XVIII”¹⁸, o conflito entre os papéis do jornalista-cidadão e do cidadão-jornalista, me parece ser o prenúncio de novas mudanças.

Quando alio, porém, os modelos do jornalismo cidadão e da comunicação comunitária, sei bem me encontrar em terreno pantanoso. Em primeiro lugar, procuro me circunscrever a uma lógica de jornalismo participativo e popular [cf. PERUZZO, 2004] que aproxima claramente estes dois conceitos. Por essa razão, ao trabalhá-los em consonância, uso a expressão jornalismo cidadão de base comunitária, o que parece esclarecer o fenômeno com o qual estou lidando. Todavia, ao introduzir a categoria participação, crio um novo problema, que é o do envolvimento real da comunidade na gestão dos meios de comunicação e na apresentação de suas demandas através das mídias comunitárias. O limite entre veículos comunitários

¹⁷ *Accountability*, expressão intraduzível em sentido estrito, diz respeito à capacidade “de saber até que ponto e de que modo os primeiros [aqueles que representam] prestam contas do que fazem por delegação soberana dos segundos [os representados]”. Para mais detalhes, cf. LATTMAN-WELTMAN, 2003:149.

¹⁸ A expressão é de Peter Burke [BURKE; BIGGS, 2006:78], para descrever a análise habermasiana sobre um século XVIII que se inicia no ano de 1690.

e veículos privados localizados na comunidade é, em determinadas ocasiões, demasiado tênue para que eu o demarque solidamente. Nesse sentido, as experiências de rádios comunitárias – mas não apenas elas – parecem levantar pontos muito interessantes para uma discussão acerca de uma definição real de mídia comunitária. Maria Cicilia Peruzzo [2004:144] usa os três níveis propostos por Merino Utreras em seminário sobre comunicação participativa na Unesco para apresentar possibilidades de envolvimento da comunidade nos projetos de mídia comunitária: produção, planejamento e gestão. Na produção, o envolvimento se dá no âmbito da elaboração de programas, sempre contando com auxílio profissional de um técnico responsável. O planejamento se configura na definição de políticas editoriais, objetivos, missão e atividades a serem realizadas. E a gestão engloba todo o processo decisório, incluindo controle, administração e financiamento do veículo. Quando me refiro, portanto, a uma comunicação participativa, estou apontando na direção de um desses três níveis, e reconhecidamente não faço menção de querer englobar toda a comunidade em iniciativas que por razões óbvias nascem atreladas a determinados grupos.

Da mesma forma, quando trabalho com o conceito de jornalismo cidadão ou jornalismo participativo, quero crer que não haja impedimento em traduzi-los lato sensu como experiências de comunicação, visto que se orientam por um processo de produção e transmissão de informação a um público, qual seja, a própria comunidade. No caso das experiências que pesquiso na Maré, cheguei a hesitar tratar algumas delas como jornalísticas, uma vez que (1) não havia regularidade e caráter de periodicidade nos meios (TV Maré, jornal União da Maré), (2) o conteúdo informacional não era trabalhado como notícia ou a preocupação maior se concentrava em entreter e não informar (Maré FM, TV Maré), e, (3) ainda que eu obviamente soubesse se tratar de uma produção comunitária, a ausência de um profissional-jornalista surgiu muitas vezes como um questionamento a ser enfrentado. Nesses parâmetros, me voltei ao entendimento do conceito de comunicação comunitária, a fim de encontrar argumentos para trabalhar em campo.

Comunicação comunitária, ou Quando a voz do povo é a voz de Deus

O velho provérbio do “quem tem boca vai a Roma” pode não adiantar de nada se não houver algum ouvido que indique o caminho. Comunicar não é só emitir, comunicar é também receber. As críticas que a primeira geração de teóricos de Frankfurt sofreu apontavam justamente nesta direção, colocando em pauta a importância do processo de apropriação que se dá no âmbito da recepção. Considerar que somente o meio de comunicação exerce influência vertical sobre o receptor e que este último atua de maneira passiva, apenas ingerindo um fluxo contínuo de informações, é considerar somente o pressuposto que determina o resultado da análise¹⁹.

Há, nesta relação entre emissão e recepção, uma discussão sobre reação presumida²⁰ e reação efetiva – evidenciando o caráter decisório em ambos os pólos da comunicação: o pólo que age ou antecede (emissor) e o pólo que responde ou reage (receptor) – que foge ao escopo deste trabalho. Mas me importa particularmente tratar do tema da recepção polifônica, nos processos de comunicação de massa. Parece claro que, se falamos em um esquema que produz – ou reproduz, para usar uma expressão próxima à da “reprodução social” de Bourdieu – informação para um público abstrato a partir de uma única fonte (seguindo o clássico modelo um-todos das teorias da Comunicação), o feedback, ou sistema de retro-alimentação, lógico deste mesmo processo se converterá em esquema que apresenta múltiplos emissores para apenas um receptor (todos-um). A questão

¹⁹ É interessante, aqui, notar a avaliação de Becker e McCall [1990; cf. tb. MERTON, 1970] sobre a objetividade mertoniana, visando a evitar que a realidade seja apenas uma reiteração do que supomos que ela seja.

²⁰ G. H. Mead [2002] demonstra como antecipamos em nossas ações uma reação esperada, presumida. A interrelação entre o indivíduo e o social é que ele chama de “comunicação”, numa análise que, de certa forma, introjeta o processo comunicacional no self. A comunidade exerce controle sobre o indivíduo a partir do “outro generalizado”, mas toda interação passa a ser simbólica. Cf. MEAD, 2002 e tb. BECKER; MCCALL, 1990. Nos estudos de Comunicação, fala-se em uma “audiência presumida”, para definir o perfil do público-alvo, a quem se destina a mensagem.

aqui está em enxergar a mídia como “estrutura” também no caminho de volta.

Pierre Bourdieu [2004:75] fala do Aparelho (ou O Sistema) como *Deus in machina*, e faz uma crítica – sobretudo a Althusser, que se utiliza da terminologia para analisar os Aparelhos Ideológicos de Estado e o Aparelho Repressivo de Estado – à visão comum do Aparelho como *Deus ex machina*, “quase mitológico, que justifica tudo e só pode ser oposto por outra alegoria, outra mitologia”. A razão de ser de uma instituição está no campo de interesses e dos habitus de seus integrantes, condições que acabam por gerar as “vontades” [BOURDIEU, 2004:81]. Esta imagem é muito próxima da que procuro estabelecer, considerando, da mesma forma que Bourdieu, que essas entidades coletivas são produzidas apenas discursivamente – como o campo, ao criar a ilusão (*illusio*) de que ele é absolutamente autônomo. Bourdieu não a classifica como ideologia, já que a ideologia é um sistema estruturalista²¹, mas se refere à “mentira coletiva” como forma utilizada pelos agentes que ocupam as posições dominantes a fim de determinarem o modelo do que é meritório em seu campo. Esta “mentira coletiva”, que dá origem ao sistema de crenças e fundamentalmente constitui o que o sociólogo denomina de *poder simbólico*, é nada mais do que o véu que afasta as massas do esclarecimento na teoria crítica. Para Adorno [2002:78], por exemplo, “As prerrogativas da informação e da posição [dos críticos culturais] permitem que eles expressem sua opinião como se fosse a própria objetividade. Mas ela é unicamente a objetividade do espírito dominante”.

²¹ É Mannheim [2002:293-95] quem chama atenção para o fato de que a ideologia é uma distorção do real, de acordo com os interesses de um grupo, e que cada indivíduo partilha de alguns interesses do grupo, mas não necessariamente de todos, de forma que reconstruir os interesses de um grupo a partir dos de um indivíduo nem sempre é possível. Assim é que Habermas avalia o surgimento da mídia, enquanto representante dos interesses privados da esfera pública. Mas assim é que também Habermas [2003] – trazendo aí a herança de Horkheimer [2002] e seus contemporâneos – vê a distância e a contradição interna entre as idéias burguesas e a própria ideologia burguesa.

Nesse ponto, é possível traçar um paralelo com o que diz Foucault [2006:71] acerca do papel dos intelectuais diante das massas:

os intelectuais descobriram recentemente [...] que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder [...] que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade.

Posso dizer que uma das formas desse sistema de poder se apresenta através dos critérios de noticiabilidade dos jornalistas, que detêm a autoridade e a credibilidade necessárias para definir quais os fatos são dignos de serem noticiados, é o chamado poder midiático. A informação é elemento fundamental para que o indivíduo possa exercer plenamente a cidadania e a imprensa é o veículo responsável por informar os cidadãos [cf. ABREU, 2003, entre outros]. Para Fernando Lattman-Weltman [1992:112], “o processo de produção do jornal mantém-se firmemente ancorado na subjetividade dos atores que dele participam, o que, do ponto de vista da sua gestão [...] implica numa exacerbação das tentativas e mecanismos de controle sobre o produto final”, de forma que um projeto de comunicação comunitária tem condição de inserir diretamente a população nesse processo de produção e decisão editorial.

Desta forma, tratar a mídia como poder simbólico, capaz de alienar e doutrinar as massas, é abonar a interpretação criticada por Bourdieu, ou seja, traduzir a mídia como *Deus ex machina* e ignorar, para todos os efeitos, as táticas de apropriação dos receptores, certamente longe de serem elementos passivos. A comunicação comunitária atua, nesse sentido, com a incumbência de formar um público local receptor, estimulando um sentimento identitário; e é especialmente voltada para a educação, entendida aí tanto no sentido capacitador e profissionalizante, quanto no sentido crítico [PAIVA, 2007]. Não é à toa que se implementa na Maré, através do

Observatório de Favelas²², em parceria, entre outras instituições, com a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Escola Popular de Comunicação Crítica (Espocc), com o propósito primeiro de formar jovens profissionais de comunicação nas comunidades. Aí, é claro, há o interesse em demarcar o espaço, dando voz à comunidade por meio do “jornalista cidadão”, mas há, antes disso, a necessidade de reforçar fronteiras sobre o local diante do global, de conferir autoridade a quem fala pela favela, e de preparar terreno – leia-se preparar o público – para uma “participação cidadã”. É a formação de uma esfera pública local, com o claro objetivo de conferir às comunidades uma voz, leia-se uma opinião pública. Algumas pesquisas [cf. PERUZZO, 2004; PAIVA, 2007 e outros] na linha da comunicação comunitária indicam que os meios de comunicação que antes mediavam opinião pública e poder público, isto é, os veículos que hoje se configuram na chamada “grande mídia”, teriam perdido a capacidade de filtrar as notícias (*gatekeeping*) oriundas de comunidades, não apenas pela dificuldade em penetrar nessas comunidades, mas pelo claro aumento no volume de informação nas demais esferas sociais. Por esta razão, passa a ser importante o desenvolvimento de meios comunitários que possibilitem esta operação de seleção e garantam a autoridade e a credibilidade de agentes jornalísticos diante da comunidade.

Ressalto que, em muitos momentos, são indissociáveis as categorias com que trabalho, de jornalismo cidadão e de

²² O Observatório de Favelas é um programa do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), com apoio da Fundação Ford, sob a coordenação geral de Jailson de Souza e Silva. Dito em alguns momentos como uma das redes do Ceasm, o Observatório foi constituído em 2001 e, em seguida, tornou-se uma entidade autônoma, sendo reconhecida em 2003 como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Com as atuais divergências internas que podem vir a desmembrar ou dividir o Ceasm, é possível que os projetos levados a cabo pelo Observatório de Favelas, como a Escola Popular de Comunicação Crítica e o Núcleo Imagens do Povo (oficina de fotografia), ganhem ainda mais força no cenário das comunidades da Maré.

comunicação comunitária²³, sendo difícil estabelecer uma dicotomia apartada – como se fosse possível dizer: o primeiro preocupa-se em formar o emissor, o segundo em preparar o receptor –, uma vez que estas categorias, na prática, se interpenetram. Falo, então, em experiências de jornalismo cidadão de base comunitária, no que considero a sua intenção de proporcionar cidadania ao mesmo tempo em que vislumbro seu potencial “contra-hegemônico” [PAIVA, 2007]²⁴.

O jornalismo cidadão de base comunitária pode ser examinado como uma experiência micro-jornalística. Em primeiro lugar, porque seu alcance é reduzido. Há, sim, inúmeros casos de repercussão das pautas que circulam internamente pela comunidade para meios externos: o próprio Museu da Maré, entendido como uma ferramenta de comunicação construída para reforçar o sentimento de pertença e a identidade local, é uma pauta que extrapola a própria Maré, atraindo a atenção de turistas, autoridades e de setores da mídia tradicional. Mas o museu é pauta, sobretudo pelo inusitado de uma instituição museal na favela; nitidamente, seu público-alvo são as próprias

²³ Para Raquel Paiva [apud PINTO, 2004], “o que permite conceituar um veículo comunitário [...] é a sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania”. (O texto original de Raquel Paiva é: PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998. 205pp.)

Nas palavras de André Luís Esteves Pinto [2000:44], é importante delimitar “o que entender por comunicação comunitária num tempo em que as palavras têm significados múltiplos. O termo comunidade, por exemplo, dá margem a diferentes interpretações: grupos afins de consumo, comunidades virtuais da internet, moradores de um espaço geográfico distinto, pessoas ligadas por elos tradicionais e culturais. A própria expressão comunicação comunitária é também tratada como comunicação alternativa ou comunicação popular, podendo causar confusão. Comunicação alternativa permite a associação aos movimentos contra-culturais dos anos 60 e 70. Por sua vez, o termo comunicação popular tem uma vasta gama de entendimentos: desde dos informativos dos movimentos revolucionários de esquerda até os jornais sensacionalistas.”

²⁴ Uso a expressão entre aspas para evidenciar que não estou alheio às discussões travadas acerca do vocabulário gramsciano, de inspiração evidentemente marxista. O jornalismo cidadão de base comunitária, como o conceito, não é “contra-hegemônico” no sentido de se *opor* à uma instância dominante, mas apenas de *não compactuar* com a lógica do sistema de poder simbólico que, aliás, limitaria sua atuação.

comunidades²⁵. Os assuntos tratados em *O Cidadão* são temas relacionados ao dia-a-dia dos moradores, como as chuvas na Maré, as relações com o poder público, o desemprego etc. Não há intenção clara de remediar a pauta; o objetivo do Ceasm é fazer chegar a informação da comunidade à comunidade – por mais que haja aí uma proposta editorial de trabalhar a imagem da Maré como um espaço de “paz” e enfiamento dos percalços da miséria e da pobreza com garra e dignidade²⁶. É uma experiência eminentemente de caráter local e específico, daí a classificação plural que Raquel Paiva [2007:140] atribui à comunicação comunitária, a qual, segundo a autora, “atua na direção de uma estrutura polifônica”, chamando como atores sociais “os mais diversificados movimentos e grupos sociais minoritários” [id., ibid.].

Além do alcance propositalmente reduzido em termos físicos – conquanto não se possa negar que a experiência social de comunicação comunitária ultrapasse as barreiras do localismo geográfico –, o estímulo à capacitação dos jovens profissionais é uma clara referência a uma dinâmica de empoderamento. Não há, ali, necessariamente a preocupação entre a distinção jornalista-cidadão cidadão-jornalista, mas fica patente a idéia de formar um agente autorizado a falar pelas comunidades, expressando ou selecionando, segundo a lógica de Bourdieu, o que há de mais autêntico no campo (a “essência”)²⁷.

²⁵ Esta afirmação é reforçada pela análise dos dados de visitação do museu (60% dos visitantes são moradores da favela e pelo menos outros 10% mantêm alguma relação com a favela, seja pela proximidade geográfica, por relações de parentesco com outros moradores, ou mesmo por um fator de identificação social – moradores de outras favelas do Rio, por exemplo). Para mais detalhes, cf. o capítulo 6 desta dissertação.

²⁶ Há uma opção clara de *O Cidadão* em não evidenciar temáticas voltadas para a violência dentro da Maré, uma vez que a favela já possui espaço para esta imagem na mídia tradicional. Esta opção coaduna a idéia de que a comunicação comunitária produz uma força contra-hegemônica, conforme evidenciado por Raquel Paiva [2007:137-140].

²⁷ A essência, em Bourdieu, é um construto social, não natural. Ela é expressada pelos agentes que ocupam as posições dominantes. Para mais detalhes, cf. BOURDIEU, 2004:70-71.

Quem pode falar pela Maré? Qual o mediador entre a opinião pública local e o poder público?²⁸ Parece-me, neste caso, que o jornalismo cidadão de base comunitária tem um papel importante a cumprir. E ainda que o Ceasm seja uma associação civil formada por moradores e ex-moradores das comunidades, o fato de a Maré ser um complexo de origens heterogêneas²⁹ e constantes disputas internas (seja por conta do tráfico ou em busca de representatividade nas associações de moradores do bairro) dificulta a formação efetiva de um emissor “autorizado” – autorizado por quem? por que comunidades? Nesse sentido, as iniciativas de capacitação do Ceasm, do Observatório de Favelas e de outras ongs e associações que atuam na região não escapam à lógica da impessoalidade, segundo o critério do mérito, ressaltado por Bourdieu. Mais ainda: não escapam à definição do crítico, segundo Adorno, para quem o crítico é crítico por *exercer a crítica*. Mas é importante, de toda forma, salientar aqui o sentido de agência e o aspecto da *accountability*, para os quais aponta o jornalismo cidadão, estimulando, como falei anteriormente, o ativismo e a participação.

Por último, o jornalismo cidadão de base comunitária proporciona a aproximação entre o jornalista e os consumidores de conteúdo informativo, numa escala reduzida, quase “íntima”. Não só pela proximidade real entre as vivências do emissor e do receptor, mas pelo próprio conteúdo veiculado: os jornais União da Maré e O Cidadão, por exemplo, trazem em suas páginas internas uma série de anúncios de profissionais liberais (dentistas, mecânicos) e do comércio local (sapatarias, armarinhos, lan houses). Os anúncios veiculados, portanto, além de fonte de receita para o

²⁸ Ainda que pretendamos não ser necessário um único agente a falar de modo autorizado por uma comunidade, o modelo todos-um me parece demasiado cru para que dispense o papel de um mediador.

²⁹ São muitas as acusações de que o Ceasm não representa da mesma forma as 16 comunidades do complexo, privilegiando em suas ações algumas das localidades, como as comunidades do Timbau e da Baixa do Sapateiro. A justificativa de Carlinhos para esta postura está no fato de que a história da ocupação nessas áreas é anterior, portanto, teria mais “apelo” [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral]

empreendimento, são trabalhados como uma “oportunidade de familiarização do público com o anunciante”³⁰. A identificação do morador, não só com as pautas, mas com as oportunidades anunciadas no veículo, é imediata.

Alagados, Trenchtown, Favela da Maré

A Maré é uma invenção³¹. Um bairro popular criado ao longo dos últimos 70 anos e consolidado por força de decreto municipal³². O termo Maré aparece por conta dos relatos de que Dona Orosina Vieira, primeira moradora da área, recolhia tábuas e pedaços de madeira trazidos pela maré e os utilizava para construir sua casa. O mito de origem é reforçado a partir das décadas de 1960 e 1970 com a emblemática imagem das palafitas sobre as águas fétidas da Baía de Guanabara, como símbolo da miséria nacional, mais tarde alardeada na canção dos Paralamas do Sucesso, que a comparava com Trenchtown (literalmente, *cidade-trincheira* ou *cidade-esgoto*), região da Jamaica em que viveu Bob Marley, e com a favela de Alagados, em Salvador, que inclusive apresenta aspectos identitários semelhantes aos da Maré: barracos sobre palafitas, diversas favelas congregadas sob uma denominação abstrata – “Alagados”.

Maré é também o nome de uma das áreas da própria Maré: chama-se Parque Maré a comunidade que surge no início da década

³⁰ Cf. Projeto apresentado ao Programa de Mecenato do Ministério da Cultura [2005-6].

³¹ Cláudia Rose Ribeiro da Silva [2006:29-30], apropriando-se da noção de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm, discute em sua dissertação de mestrado a memória e a história da Maré, a partir do que ela chama de “a invenção de um bairro”: “Ainda que a invenção do bairro da Maré não se estabeleça enquanto uma tradição, isso não afeta a importância deste estudo, pois meu objetivo não foi avaliar a viabilidade dessa ‘invenção’, mas sim analisar e compreender a complexidade e a dinâmica do processo que tenta instituí-la”. Tomo aqui, portanto, emprestadas as suas palavras. Sobre o uso que fazemos do termo “invenção”, sugiro também cf. HOBBSAWM, 1984a.

³² As primeiras ocupações na Maré urbana datam da década de 1940, na então Praia de Inhaúma, subindo pelo Morro do Tybau. A Maré foi reconhecida como bairro a partir da Lei Municipal nº 2.119, de janeiro de 1994, embora já desde 1988 constituísse, sozinha, a XXX Região Administrativa da cidade.

de 1950 em região próxima à Avenida Brasil [JUNG, 2007]. Como outras tantas favelas no Rio de Janeiro, quiçá do Brasil, a Maré é formada por um conjunto de comunidades de origens heterogêneas e condições sócio-culturais distintas umas das outras. Nas palavras de Ernani Alcides Alexandre da Conceição, morador da comunidade Nova Holanda, entrevistado pelos pesquisadores Mario Grynszpan e Dulce Pandolfi [GRYNSZPAN; PANDOLFI, 2003:169.], “A unidade [das comunidades em torno da idéia de um complexo de favelas] é dada pelo fato de estarem todas imprensadas entre a Linha Amarela e a avenida Brasil”. Com efeito, hoje, a Maré é cruzada por um H rodoviário – localizando-se entre as Linhas Amarela e Vermelha e a Avenida Brasil, as três principais vias que interligam o Rio – e limitada pelo Canal do Cunha ao sul, pelo Rio Irajá ao norte e pela Guanabara ao leste. A posição urbana é privilegiada se pensarmos na importância da hidrografia e de vias expressas e estradas de rodagem na constituição de vilarejos e agrupamentos humanos. Mas, à parte de suas condições geográficas, as 16 comunidades que conformam o bairro Maré são não mais do que isto: comunidades que conformam o bairro Maré.

Com origens independentes e em períodos históricos distintos, estas comunidades só passam a ser reconhecidas oficialmente como *Maré* em fins da década de 1980. Entre os moradores da área, ainda há certa relutância em acatar o denominador comum. A Maré, como justifica Cláudia Rose [SILVA, 2006] em sua dissertação e corrobora Carlinhos [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008] em seu depoimento, foi forjada politicamente quando da última grande intervenção que sofreu financiada pelo poder público, durante a gestão do prefeito Cesar Maia. Portanto, Cláudia Rose e Carlinhos afirmam, a *Maré* é uma “imposição” [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008]. E completam, dizendo que o papel do Ceasm é justamente lutar por uma apropriação desta representação pela própria comunidade³³.

³³ No depoimento de Cláudia Rose a Adolfo Samyn Nobre de Oliveira [2003], ela diz “Na verdade a gente tem uma orientação aqui dentro do CEASM que é de sempre estar trabalhando a categoria bairro. Não que a gente ache que a Maré seja um de fato um bairro [sic], porque essa categoria na verdade ela foi imposta de cima para baixo, foi

Adolfo Samyn Nobre de Oliveira [2003], ao analisar a pesquisa histórica de Carlinhos [VIEIRA, 2002] sobre a Maré, conclui que havia ali uma clara intenção de construir de maneira consistente “a noção de que, de fato, a história do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro passavam incontestavelmente pela história da Maré”. Com efeito, o trabalho de Carlinhos se inicia ainda na Pré-História brasileira, narrando a ocupação da região, e segue para a chegada dos Tupinambás e o encontro com os colonizadores portugueses no século XVI. Discursando sobre o período colonial e o período imperial sempre mantendo o foco nas regiões circunvizinhas (Inhaúma, Bonsucesso, Ilha do Governador), ele chega até meados da década de 1930, quando narra a epopéia de Dona Orosina, tida como a primeira moradora do Timbau³⁴. O mito da “mãe fundadora”³⁵ [OLIVEIRA, 2003:45] é inspirado em trecho do livro *História do Morro do Timbau*, do urbanista e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, escolhido para ser destacado já na primeira exposição de banners sobre a história da Maré produzida pelo Ceasm³⁶. No trecho e na pesquisa de Carlinhos, a primeira ocupação no Morro do Timbau aparece como resultado de um “passeio de domingo”, em que “uma mulher inteligente” e seu marido “se apaixonaram pelo local”. Mais adiante, Carlinhos relata a intervenção de Dona Orosina, por volta da

um jogo político do César Maia que colocou, em noventa e quatro: ‘a Maré agora é um bairro’. Tudo bem... Só que um bairro ele tem uma série de equipamento urbanos, culturais que na verdade a gente não tem na Maré. E enquanto bairro a gente pode estar se apropriando desta categoria numa estratégia política, para estar reivindicando isto. Então, criar uma identidade com o bairro é positivo por isso.”

³⁴ Como lembra Cláudia Rose, “É evidente que nem todos os moradores conhecem ou aceitam essa versão” [SILVA, 2006:29].

³⁵ Aqui, é interessante comparar a forma como é trabalhada a imagem mítica de Dona Orosina pelo Ceasm e a forma como foi trabalhado o “primeiro morador” da Maré, no vídeo institucional que apresentava o programa de obras do Projeto Rio. No filme, um curta-metragem com narração de Sérgio Chapelin, um senhor de cabelos grisalhos aparece recebendo a escritura de posse de seu terreno das mãos do presidente João Figueiredo e é anunciado como o “primeiro morador da Maré”.

³⁶ A exposição *Memórias da Maré* foi produzida e organizada em 2001, com base na pesquisa de Carlinhos. Ela é constituída por cerca de 20 banners, com aproximadamente dois metros de altura, suspensos por uma estrutura de PVC. Os painéis foram pensados para serem uma espécie de exposição móvel.

década de 1950, junto ao presidente Getúlio Vargas, que a recebe no Palácio do Catete após ela lhe ter enviado uma carta apontando os abusos dos militares do exército que então reclamavam a propriedade da área em detrimento de seus ocupantes.

A história recente da ocupação da área da Maré, de fato, mantém íntimas relações com a história de grandes intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, indo desde a abertura da variante da Avenida Brasil até, mais recentemente, o programa *Morar sem Risco*³⁷, passando também pelas reformas de Lacerda e pelas etapas do Projeto Rio. Mas a mim interessa particularmente o modo como esta história foi trabalhada por seus moradores e é trabalhada ainda hoje pela equipe do Ceasm. O mito da “mãe fundadora”, a imagem das palafitas, o carnaval dos blocos, o futebol nas comunidades, e as reformas que transportaram a favela dos barracões de madeira às casas de alvenaria são passagens que aparecem em todos os meios de comunicação da favela, sem exceção. Nesse aspecto, é curioso notar como os veículos de comunicação comunitária na área da Maré desenvolveram uma relação peculiar com a história, no sentido de que trabalham historicamente a identidade da Maré para um público receptor. Este modelo é mais evidente nas iniciativas do grupo que coordena o Ceasm, como O Cidadão e o próprio Museu da Maré, mas também está presente, por exemplo, no discurso do jornal União da Maré.

Em uma comunidade que busca repetidamente sua inserção no cenário político, econômico, social e cultural carioca, e marcada

³⁷ “O Programa Morar Sem Risco atua na transferência e reassentamento em local seguro de famílias removidas de áreas de risco. A ocupação, o desconhecimento dos critérios técnicos de construção e a agressão ao meio ambiente colocam em risco a vida destas famílias.

“Nos últimos 9 anos, o Morar Sem Risco reassentou cerca de 12.639 famílias (52,5 mil pessoas) que moravam em locais de risco, principalmente embaixo de viadutos. O Programa também teve atuação significativa nos reassentamentos do Favela-Bairro”. Para mais detalhes, cf. *Morar sem Risco*. In: **Secretaria Municipal do Habitat**. Disponível em:

< http://www.rio.rj.gov.br/habitat/msem_risco.htm>. Acesso em: 6 de abril de 2008.

sobretudo por uma cobertura midiática voltada para questões de miséria e violência, o estudo dos projetos de comunicação comunitária pode ajudar a compreender erros e acertos na articulação política dos movimentos sociais da favela. Entre as várias experiências de jornalismo comunitário realizadas na Maré, há sucessos e naufrágios. É sinal de que não há fórmula mágica para a implantação de um modelo de jornalismo cidadão vitorioso em todas as circunstâncias. Segundo André Luís Esteves Pinto [2004:103], o jornal O Cidadão – de nome bem emblemático para esta pesquisa, diga-se de passagem – “é apenas uma experiência que se justifica pelas condições históricas, políticas, técnicas e sociais disponíveis no tempo-espaço de sua existência. Um jornal no Alemão, na Mangueira ou em Mangueiros seria outro projeto. Comunicação Comunitária não tem fórmulas pré-fabricadas... talvez princípios” [PINTO, loc. cit.].

Favela, comunidade, complexo, terminologias a adotar

as pessoas de uma forma geral, aqui na Maré, não vêem como bairro [...]. Das pessoas mais antigas e que não têm participação política, elas não vão ter uma visão de Maré, ou uma participação política [...], assim da igreja católica que tinha essa influência que era uma matriz e capelas em cada comunidade e tudo era Maré. Então, tem algumas pessoas que vão ter essa idéia que a Maré é esse coletivo de comunidades, tem algumas pessoas que não vão nem saber o que é Maré. Você vai dizer Maré e elas vão falar ‘não, aqui é o Timbau’. [Cláudia Rose Ribeiro da Silva apud OLIVEIRA, 2003:52]

Ao leitor menos atento, pode parecer indiscriminado o uso das categorias favela, comunidade, complexo e mesmo bairro, nas instâncias deste trabalho e no próprio discurso dos atores da Maré. Contudo, a experiência de campo até aqui me fez refletir sobre o que Cláudia Rose chama a atenção na passagem acima, e compartilho com ela a idéia de que há claramente um uso político por detrás da

noção da Maré como um “coletivo de comunidades”³⁸. Insisto, portanto, em chamar a todas de “comunidades” – ciente dos riscos que a terminologia me implica – pela articulação da categoria “comum” em relação à categoria “privado”.

Quanto a este aspecto, o aporte do feudalismo, segundo Habermas [2003:19-24], fez se inverterem as noções do direito germânico e do direito romano. O homem comum passa a ser designado como o homem privado, enquanto o bem comum era dito público, de todos. Ainda nesta última acepção, o privado é o que se encontrava privado do aparelho do Estado. A comunidade, no sentido que utilizo, portanto, é por extensão uma instância do homem privado, do homem comum. Cada uma das comunidades da Maré é uma unidade independente, uma unidade, por si, privada – e privada, por que não?, no sentido também de que é mantida à parte do poder público³⁹. A terminologia ainda me é útil em outros sentidos.

³⁸ Embora seja citada por Adolfo Samyn Nobre de Oliveira utilizando-se desta expressão, em sua dissertação, Cláudia Rose procura justificar seu uso da noção de “localidades”, em vez de “comunidades”, apoiando-se em parte em Leeds [1978, apud SILVA, 2006:19], e explicando que o termo “comunidade” é recorrente no discurso dos moradores entrevistados para a pesquisa, motivo pelo qual a distinção poderia facilitar o diálogo com a categoria nativa. (Não há referência exata sobre o texto citado por Cláudia Rose, mas tudo indica se tratar do clássico estudo de LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.)

³⁹ Ainda que dez das dezesseis comunidades tenham tido sua ocupação planejada e incentivada pelo próprio poder público [cf. p. ex. JUNG, 2007], as intervenções do governo, seja em esfera municipal, estadual ou federal, nas circunscrições das favelas cariocas podem ser caracterizadas por variações de quatro linhas de atuação [BURGOS, 2006; cf. tb. Maria Lais Pereira da SILVA, 2005]: a primeira (prevalente até a década de 1940), que encara a favela como um problema sanitário, que deve ser contido pelo “incômodo que causava à urbanidade da cidade”; a segunda (prevalente a partir da década de 1960), que vê a favela como um problema moral, favorecendo a intervenção da igreja e de instituições religiosas; a terceira (décadas de 1970 e 1980), que vê a favela como um problema político, apontando para o controle e cooptação das associações de moradores pelo estado; e a quarta (décadas de 1990 e 2000), que encara a favela como um problema urbanístico e de competência da municipalidade. Ainda que a presença do Estado tenha se intensificado ao longo dos anos, privilegiando a lógica da urbanização em detrimento da lógica brutal da remoção, o que se depreende é que a favela, de modo geral, ainda é um espaço de “carências” estruturais.

Entendido “comum” como vulgar, trivial, ordinário, comunidade pode se adequar muito bem à compreensão de um bairro popular. Por outro lado, não descarto o entendimento de que, como bem comum, cada comunidade guarda em si características que conformam um aspecto identitário único e que as distinguem de outras comunidades.

Para definir o que seria uma comunicação comunitária, Raquel Paiva [2007:134] cita as idéias de Maurice Blanchot⁴⁰, para quem a finalidade da comunidade é o reconhecimento da nossa origem e da nossa morte. A pesquisadora ainda lembra Ferdinand Tönnies [apud PAIVA, 2007:135], que traça três possibilidades de vida comunitária: a consangüínea, formada através de laços de parentesco; a de proximidade, pela vizinhança; e a espiritual, “atravessada pelos interesses, sentimentos, afetos em comum”. Não há, segundo Tönnies, hierarquização entre estas três vias e não raro a vida comunitária perpassa todas elas. Creio que, diante deste quadro, a compreensão do que se distingue e do que se assemelha entre as 16 comunidades do Complexo da Maré torna-se mais palpável.

Falo em um “complexo”, evidentemente para ressaltar sua complexidade. No entanto, reconheço a carga do termo. É para fazer a distinção entre “estruturas supralocais” e “microáreas” que Marcos Alvito [2006:185] aponta que “o termo ‘complexo’, hoje amplamente utilizado para designar grupos de favelas [...] é originário do vocabulário penal: ‘Complexo Penitenciário Frei Caneca’, por exemplo, engloba diferentes ‘instituições penais’ como a Penitenciária Milton Dias Moreira, a Lemos Brito e o Hospital Penitenciário.” Minha utilização do termo obviamente atende a uma necessidade sociológica de estabelecer fronteiras e interseções de um complexo cultural como o da área da Maré. Quando entendo evidenciar a estrutura supralocal que abrange as dezesseis comunidades é que então denominarei de Complexo da Maré a favela que segue do

⁴⁰ O texto de Blanchot que a referencia é BLANCHOT, Maurice. *La communauté inconfessabile*. Milão: Feltrinelli, 1984. Na passagem seguinte, não há menção a qual texto de Tönnies serviu de referência à sua citação.

Conjunto Esperança ao Centro Social Marcílio Dias. Nos demais casos, usarei propositadamente a categoria favela, para afirmar o uso que os próprios moradores, em sua maioria, consagram, despindo-o tanto quanto o faço com a categoria complexo do seu entendimento pejorativo mas o imbuindo de uma carga política que vai ao encontro de suas reivindicações junto ao poder público. É Burgos [2006:30-1] quem lembra que “Com presença informal no mercado de trabalho e, portanto, desconectada da luta operária, a categoria *favelado* emprestava uma identidade coletiva aos excluídos, dando-lhes maior possibilidade de lutar por direitos sociais.” Assim, este uso é admitido conscientemente pelos moradores nos momentos em que questionavam as condições de vida em suas localidades, ainda que no dia-a-dia seja reiteradamente rejeitado, pela carga negativa que ostenta. As oscilações entre a aceitação e o desprezo são algo que particularmente me interessa na análise que ora desenvolvo. A elas, retornarei mais adiante, no momento em que me debruçar sobre o discurso dos meios de comunicação, em especial, me detendo na instrumentalização destas categorias pelos editores do jornal União da Maré, já no início da década de 1980.

Definição burilada do objeto e procedimentos de análise

A partir das dificuldades surgidas na sempre frágil aproximação entre pesquisador e objeto de pesquisa sobretudo em quadros etnográficos, e dado o tempo de pesquisa para a execução de uma dissertação de mestrado, tempo este que na prática se mostrou exíguo, foi imperioso que o recorte do objeto fosse melhor delimitado, de modo que me pareceu inviável cobrir todos os meios de comunicação comunitária nas 16 comunidades que conformam a área da Maré. Assim, a fim de cobrir o maior espaço possível e de distingui-los por nível de importância no aspecto que ora analiso, qual seja, a construção de uma identidade comum a partir do modelo de participação cidadã nos meios de comunicação, me propus a trabalhar com seis veículos especificamente, sendo dois impressos, dois radiofônicos e outros dois que optei denominar de multimídia.

São, portanto, seis meios de comunicação sempre trabalhados em conjunto, a partir de três pares comparativos, sobre os quais falarei em seguida. Antes, comentarei brevemente o mapeamento inicial desses veículos surgidos ao longo das últimas três décadas na Maré, que, sem dúvida, me levou a selecionar algumas das iniciativas que entendo por mais representativas dessa dita experiência jornalística cidadã.

Entre os autores que têm trabalhado diretamente com a Comunicação na Maré, André Luís Esteves Pinto e Carla Baiense Felix, vinculados à linha de pesquisa em comunicação comunitária da Eco-UFRJ, analisaram detidamente o jornal O Cidadão. O jornal O Cidadão, que inicia suas atividades em 1999, traz o slogan “o jornal do bairro Maré”⁴¹, indicando claramente como trabalha a “identidade” e o “senso de pertencimento” de seu público⁴². A equipe de O Cidadão é formada por alguns poucos profissionais de jornalismo e jovens da Maré, entre universitários e alunos do curso de pré-vestibular do Ceasm. Há uma proposta de capacitação dos jovens e os anúncios veiculados, além de fonte de receita para o empreendimento, são trabalhados como uma “oportunidade de familiarização do público com o anunciante” e “ajudam à identificação do jornal ao cotidiano da Maré”⁴³. Nas páginas internas, as constantes referências ao *mareense*, o perfil de um morador a cada edição e a contracapa com a coluna sobre as “Memórias da Maré” assinada pela Rede Memória dão uma noção de como opera o jornal comunitário. Todas as etapas de produção são realizadas na favela e o jornal é

⁴¹ “Em termos político-estratégicos, a concepção de bairro para a região foi adotada pelo Ceasm por permitir pensar a Maré num sentido global – mesmo sabendo ser uma criação artificial e sem discussão política. [...] O Cidadão apresenta vários exemplos desse processo de construção de identidade. Um caso que vale ser citado é um termo inventado [...] pelo jornal para se referir ao morador: é a palavra *mareense*.” [PINTO, 2004:129-30].

⁴² As expressões foram retiradas do projeto *O Cidadão* apresentado ao Programa de Mecenato do Ministério da Cultura [mimeo, 2005-6].

⁴³ Cf. projeto apresentado ao Programa de Mecenato do Ministério da Cultura [mimeo, 2005-6].

viabilizado através de uma parceria com a editora Ediouro, para a impressão da tiragem de 20 mil exemplares.

Antes dessa iniciativa, o jornal da ong Maré Limpa, que atuava nas áreas da saúde e do meio ambiente [PINTO, 2004] teve vida curta. Um dos casos que selecionei para estudar, o jornal União da Maré, que circulou entre 1980 e 1983 e era mantido por moradores do Parque União, é citado por Cláudia Rose Ribeiro da Silva em sua dissertação *Maré: a invenção de um bairro* [SILVA, 2006:106] como o “primeiro instrumento de comunicação dos moradores a trabalhar a concepção de um bairro a partir das localidades da área da Maré” e a afirmar “a idéia de uma área global, formada por diversas localidades, unidas não apenas pela geografia, mas principalmente pelas questões políticas que faziam parte de uma agenda comum”. O União da Maré fornece pistas não só sobre a organização e redação de suas edições, mas sobre a circulação de outros impressos que lhe eram contemporâneos. Nos textos do jornal, há referências a um outro impresso, intitulado O Favelão, coordenado pela Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio e que envolvia grupos de diversas comunidades, não apenas da Maré; e a um “jornalzinho” produzido pelo Grupo Jovem da Nova Holanda – trata-se do Jornal da Chapa Rosa, um panfleto organizado pela chamada chapa rosa, um grupo liderado por Eliana Sousa Silva, ex-presidente do Ceasm e ex-coordenadora da Rede Educação. A Chapa Rosa, assim conhecida por menção à participação feminina em seu núcleo, assumiu em 1984 e até 1988, a Associação de Moradores da Nova Holanda, após um período conturbado de administração da Fundação Leão XIII, e realizou uma série de transformações no espaço da comunidade [cf. CARVALHO, 2005]. Para divulgar suas idéias, da mesma forma que o União da Maré procurava divulgar suas críticas ao Projeto Rio, é que o grupo decidiu criar o jornal.

O que se observa com alguma facilidade é que, em geral, projetos de comunicação comunitária, por razões de se apresentarem claramente como projetos políticos, costumam estar de algum modo vinculados a ongs, associações de moradores, partidos políticos ou

instâncias religiosas. É o caso, por exemplo, de O Cidadão, idealizado pelo grupo que fundou o Ceasm; do jornal Nova Amace, da associação de moradores do Conjunto Esperança [PINTO, 2004]; mas também de meios não-imprensa, como a rádio Maré FM, que foi por um período vinculada à Associação de Moradores do Morro do Timbau; a Rádio Devas, mantida pela ong de mesmo nome⁴⁴; a rádio de caixinha⁴⁵ Ebenezer, cujo diretor é o pastor evangélico Antônio Carlos, o Mininho; e mesmo a TV Maré, um projeto idealizado inicialmente pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro⁴⁶ e

⁴⁴ A ONG Devas “iniciou seus trabalhos em 1998, a partir de um grupo de mulheres jovens e adultas portadoras de hipertensão atendidas por um programa de saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro. Inicialmente, a iniciativa incluía apenas o auxílio médico. [...] Naturalmente, as atividades se ampliaram para o público adolescente. A partir daí, foi criado o Grupo de Dança Afro, de Percussão e de Teatro e o projeto *O futuro é hoje*, para trabalhar a prevenção da gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, uso e abuso de drogas e violência de gênero.” Para mais detalhes, cf. *Devas*. In: **Devas – Desenvolvimento de Projetos Comunitários**. Disponível em:

<<http://www.devas.org.br>>. Acesso em: 30 de março de 2008.

⁴⁵ A Maré conta hoje com quatro rádios de caixinha em funcionamento: a Rádio Pirata (60 caixinhas espalhadas pelas comunidades da Praia de Ramos e Roquete Pinto), a Rádio Transmania (50 caixinhas espalhadas a partir da Vila do João por mais três comunidades), a Rádio Ebenezer (com 20 caixinhas espalhadas pelo Parque União) e a Rádio Comunidade (instalada na Rua Teixeira Ribeiro, na Nova Holanda). Informações sobre essas rádios podem ser conferidas tb. na edição 22 do jornal O Cidadão (julho de 2002), em artigo intitulado *Na onda das rádios de caixinha*.

⁴⁶ “A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal.

“Atua com diversas cores e sotaques, com uma mística e um trabalho ecumênicos. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. [...]”

“Fundada pelas mãos de Dom Hélder Câmara, então secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 12 de novembro de 1956, a Cáritas nasce com os objetivos de articular nacionalmente todas as obras sociais católicas e coordenar o Programa de Alimentos doados pelo governo norte-americano por meio da CNBB.” Para mais detalhes, cf. *Quem somos*. In: **Cáritas Brasileira**. Disponível em:

mantido pelo mesmo grupo que tomaria parte na criação do Ceasm anos depois. Apenas no caso de algumas rádios comunitárias, entre rádios de antena e de caixinha, é que não se pode encontrar vinculação social, política ou religiosa aparente. O modelo de negócios e administração dessas rádios, contudo, é o que está mais próximo de questionar a lógica da comunicação comunitária, na medida em que se constituem como veículos privados localizados na comunidade. Mesmo a Maré FM, um dos casos que estudei a seguir e que foi fechada pela Polícia Federal em fins da década de 1990; a Rádio Progressiva FM, que deu origem à Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso (Acerp), com programação voltada para o público jovem [cf. PINTO, 2004; SILVA, 2008]; ou rádios de caixinha como a Rádio Pirata, da Praia de Ramos, e a Rádio Transmaná, da Vila do João, são experiências que ficam numa espécie de meio do caminho entre a comunicação comunitária e os veículos comerciais.

Para além do impresso e do radiofônico, em se falando de meios comunitários, os veículos audiovisuais são mais restritos, uma vez que o preço dos equipamentos e a falta de capacitação técnica para operá-los constitui uma forte barreira a este tipo de experiência. Contudo, no caso da Maré, a proposta de uma atividade de vídeo popular teve o incentivo inicial da Cáritas e acabou culminando no grupo da Sociedade Cultural TV Maré, que produzia pequenos programas em VHS sobre o cotidiano da favela e os apresentava aos moradores em reuniões públicas, acabou se tornando referência em muitos sentidos e, de certa forma, pode ser considerada o embrião do Museu da Maré, já que o grupo que o coordena engloba alguns dos realizadores do antigo projeto de tevê comunitária. Pela proximidade ideológica entre as propostas da TV Maré e do Museu da Maré, optei por iniciar meu trabalho com uma análise dos livros de registro dos visitantes e de sugestões e impressões sobre o museu, cujas cópias obtive junto ao Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, com autorização expressa da coordenação da Rede Memória.

Naquele momento, compreendi que trabalhar com o museu como uma ferramenta de comunicação era mais do que inevitável, era imprescindível. Não só pela proximidade surgida a partir do trabalho desenvolvido por meu pai e pelo grupo que envolvia Carlinhos, Cláudia Rose e Luiz Antônio, mas também pelo alcance midiático obtido pelo Museu da Maré, no debate veiculado na imprensa sobre o primeiro museu em favela. O fluxo intenso de visitantes das próprias comunidades da área da Maré, a experiência sensorial de vivenciação e “decodificação” – uma evidente aproximação no sentido de que ambos trabalham como se se houvesse operado um deslocamento no tempo e no espaço (meios também de transporte) – e a continuidade que de certo modo o museu representa para as atividades da TV Maré me fizeram acreditar que seria importante tratá-los comparativamente, razão pela qual optei classificá-los em uma categoria comum, a que denominei de multimídia.

A partir daí, concentrei meus esforços em selecionar os demais pares de análise. Entre os jornais impressos, escolhi me deter sobre O Cidadão por se tratar, possivelmente, do mais bem-sucedido caso de jornal comunitário hoje em plena operação, circulando há praticamente dez anos. Pela sua vinculação com o Ceasm, O Cidadão claramente é devedor da experiência do Jornal da Chapa Rosa e também das idéias levantadas pelo grupo da TV Maré. Por isso, com o objetivo de aumentar a abrangência de minha análise, escolhi tratar também do jornal União da Maré, cujas edições solicitei e obtive permissão para reprodução a partir dos exemplares preservados no Arquivo Orosina Vieira. Para completar a análise sobre o jornal O Cidadão, utilizei-me ainda dos trabalhos produzidos por André Luís Esteves Pinto sobre o tema [cf. bibliografia] e das edições originais do jornal, tanto as que consultei em visita ao Adov quanto as que possuo comigo.

Por fim, sobre os meios radiofônicos, optei por trabalhar com os casos da Maré FM e da Rádio Progressiva. Em determinado momento, cheguei a pensar em trabalhar também com a rádio de caixinha Trans Maré, primeira da região a trabalhar com serviço de

alto-falantes. Mas, pelas dificuldades de acessar seus realizadores e de encontrar fontes de pesquisa que me auxiliassem nesta tarefa, optei por abandonar este caso para concentrar-me no curioso imbróglio que envolveu as concorrentes Maré FM e Progressiva, ambas rádios de antena que operaram ilegalmente em meados da década de 1990. Surgida em 1995, a Maré FM se manteve inicialmente vinculada à Associação de Moradores do Morro do Timbau e mais tarde se tornou independente. Com uma programação bastante organizada e um modelo que se aproximava cada vez mais das rádios comerciais, ela concorria com pelo menos outras três emissoras da região, entre elas a Rádio Progressiva FM. Em 1999, foram recebidas seguidas denúncias anônimas acusando a Maré FM de estar operando irregularmente, acima da potência permitida, e, após uma investigação da Delegacia Regional do Ministério das Comunicação (DRMC), a rádio foi fechada pela Polícia Federal em uma operação em conjunto com fiscais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que resultou na prisão em flagrante de seu operador de áudio e na apreensão dos equipamentos de transmissão. O processo foi julgado em 2005, com a absolvição do acusado. A rivalidade entre as duas rádios, no entanto, se faz presente ainda hoje, no momento em que a Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso (Acerp) acaba de adquirir, em 2007, do Ministério das Comunicações autorização de funcionamento para operar com nome e frequência que antes eram utilizados pela Maré FM (105,9MHz).

Assim, escolhi referenciar-me na passagem do Gênesis bíblico (“No princípio era o *verbo*”) e nos versos de MacBeth (a vida é “uma estória, contada por um idiota, cheia de *som* e *fúria*, significando nada”) para compor minha estratégia metodológica de repartir nesses três pares minha análise. Definidos os casos com que iria trabalhar, optei por organizá-los todos em uma seqüência não-cronológica, ressaltando a comparação um a um e os três ramos de atividade, de modo que teria liberdade para me reportar a experiências correlatas a qualquer tempo no decorrer da dissertação. Desta forma, lancei mão da origem tecnológica destes meios – imprensa escrita (século XVI),

rádio (início do século XX) e televisão (década de 1940) – para trabalhar, no primeiro par (o *verbo*), os jornais União da Maré e O Cidadão; no segundo par (o *som*), as rádios Maré FM e Progressiva FM; e, no terceiro par (a *fúria*⁴⁷), a TV Maré e o Museu da Maré. Foi assim que cheguei às partes em que divido esta dissertação, partes que, em essência, estão interrelacionadas, mas que, por se distinguirem, reforçam o caráter hipertextual de que pretendi lhes imbuir.

Para investigar a hipótese central do projeto que culminou nesta dissertação e empreender minha investigação em campo, concentrando-me sobre os estudos de caso apresentados acima, prossigo com uma pesquisa documental em conjunto com uma série de entrevistas com lideranças comunitárias e alguns dos principais atores envolvidos na produção, no planejamento e na gestão desses meios de comunicação comunitária. Em alguns momentos, foi necessário recorrer não somente a estes métodos, como também à observação participante – que me permitiu constituir uma relação de confiança e abrir o leque de possíveis contatos para a evolução da pesquisa. Na medida do possível, reforço ainda a análise com um subseqüente acompanhamento do noticiário à época na grande mídia e uma contextualização histórica e social do período relatado.

Meu trabalho é essencialmente de caráter qualitativo, mas julgo que ele possa compreender etapas de análise quantitativa de dados, como por exemplo foi o caso do capítulo em que trato do livro de registro dos visitantes do Museu da Maré. Não só nos dados estatísticos do Censo Maré 2000, mas também em etapas qualitativas da pesquisa, tenho podido me valer de uma série de documentos produzidos pelo Ceasm, como o livro de *Instituições do bairro Maré*:

⁴⁷ A *fúria*, aqui, obviamente em um sentido metafórico, busca representar o contato sensorial e a experiência de vivenciação levados a cabo a partir da multimidialidade da TV Maré como do Museu da Maré. Estou, é claro, usando o termo em um juízo poético, tal como MacBeth na clássica tragédia de Shakespeare, sem qualquer menção de interpretação pejorativa.

dados gerais [CEASM, 2003a], o *Livro de contos e lendas da Maré* [CEASM, 2003b] e as próprias edições do jornal O Cidadão.

A pesquisa documental a que me refiro tem lugar sobretudo no acervo do Arquivo Orosina Vieira (Adov), já parcialmente organizado pela equipe do Ceasm, e é complementada por dados empíricos levantados em teses e dissertações, além de informações colhidas em arquivos e bibliotecas públicas, como a Biblioteca Nacional (BN), e com os próprios entrevistados. No Adov – sobre o qual Cláudia Rose comenta destacando “o quanto é necessária uma política que favoreça a organização de arquivos populares e comunitários” [SILVA, 2006] –, tive oportunidade de levantar as edições dos jornais União da Maré e O Cidadão, além de materiais impressos, de áudio e vídeo relativos ao meu interesse de pesquisa, em especial alguns dos programas editados e vídeos brutos produzidos pelo grupo da TV Maré, e documentos sobre a história da região de modo geral, que muito auxiliaram em minha pesquisa. Também no Adov, cujo acervo foi inteiramente constituído de doações de moradores e reproduções de materiais de arquivos públicos, obtive autorização para digitalizar e/ou reproduzir documentos do próprio arquivo para consulta pessoal. Por ainda não estar inteiramente inventariado e por contar com apenas um profissional arquivista e dois outros jovens auxiliares, tive algumas dificuldades iniciais em reconhecer o material com o qual eu estaria trabalhando. Mas a imersão mais profunda no campo, nesse sentido, me valeu uma intimidade maior com os responsáveis pelo arquivo, de modo que meu acesso acabou aos poucos sendo facilitado. Entrevistados, como Alceu José da Silva (o Teteu), e contatos de campo, como Luiz Antônio Oliveira, foram também importantes para me indicar ainda vias outras de acesso a documentos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por último, pensando na prática da história oral como produção de fontes que me auxiliariam no processo de pesquisa e mapeamento histórico dos meios de comunicação comunitária da Maré, sobretudo no que tange aos meios radiofônicos e televisivos,

como é o caso das rádios comunitárias e da TV Maré, uma vez que a informação sobre estes meios naturalmente era mais escassa, as entrevistas serviram para esclarecer razões que a análise documental não me satisfiz. Seguindo, portanto, uma metodologia de entrevistas temáticas de história oral, procurei levantar, na medida do possível, a história de vida de cada um dos entrevistados até que tal história culminasse em sua participação nos meios de comunicação em que ora me detenho. Estas fontes constituídas somaram ao esforço da pesquisa a memória da própria comunidade – passo importante, sobretudo no que tange aos meios radiofônicos e televisivos, cujo produto jornalístico não se materializa em fontes impressas e cujos suportes materiais (fitas cassete e VHS) exigem condições de armazenamento muitas vezes não contempladas⁴⁸ por seus mantenedores.

Quero crer que, apoiados em extenso levantamento teórico-bibliográfico, estes dados empíricos darão conta de trazer à luz a questão do jornalismo cidadão de base comunitária, o que, ao meu ver, proporcionará um entendimento maior sobre o papel do jornalista como equivalente ao de um “cidadão profissional”; que faz de seu ofício o exercício de cidadania que os outros potenciais cidadãos não conseguem (ou não se interessam por) efetivar” [LATTMAN-WELTMAN, 1992:125-6]. A relação entre o ethos jornalístico, que define critérios de noticiabilidade, e a accountability, tanto no sentido de prestação de contas do poder público ao jornalista quanto de prestação de contas do jornalista à opinião pública, encontram nesta pesquisa um dos focos principais de atenção. No instante, portanto, em que sou colocado diante de um esforço de consolidação de uma identidade *mareense* como uma tática de apropriação política e cultural de um determinado grupo, estou em verdade também me questionando sobre até que ponto este esforço pode resultar em benefícios concretos no âmbito da conquista da cidadania por parte de uma

⁴⁸ No caso da TV Maré, por exemplo, boa parte do material gravado se perdeu por conta da proliferação de fungos nas fitas magnéticas. As fitas com programas gravados da Trans Maré e da Maré FM na década de 1990, por sua vez, ainda não puderam ser localizadas.

população socialmente excluída. Em minha compreensão, e esta seria apenas mais uma hipótese de trabalho, tal tática é permeada pela necessidade de encontrar um ponto comum de origem, ainda que um ponto abstrato como a “Maré”, para só então dar vazão ao exercício ou à busca dos direitos plenos da cidadania.

Há um romantismo cultural de esquerda, cada vez mais prevalente nos estudos culturais e de mídia, que vê todas as formas de expressão cultural de origem popular [*grassroots*] como ‘resistência’, embora resistência a quê, não esteja muito claro. O problema aqui é duplo. Aceitá-las como resistência não evita o problema de que tanto as formas quanto o sucesso potencial dessa resistência podem ser determinados pelo sistema ao qual se resiste. Segundo, esta interpretação falha em levar em consideração o elemento de não-reconhecimento que Bourdieu identificou, ao meu ver precisamente, como essencial para a relativamente tranqüila reprodução de um sistema de relações sociais com base na interação de agentes inteligentes. [GARNHAM, 1999:373, tradução minha]

Concordando com Nicolas Garnham [op. cit.], prefiro me referir à experiência jornalística do “jornalismo cidadão” como uma experiência em busca do auto-reconhecimento, da construção de uma identidade própria e particular – portanto, que naturalmente se dispõe com a lógica da reprodução social do sistema –, do que entendê-la pura e simplesmente como uma forma vazia de resistência.

I. O VERBO

1. “UM JORNAL PRÁ LANÇAR UMA MENSAGEM TEM QUE DIZER A VERDADE VONTADE DE TODOS EM UMA SÓ RAMAGEM”⁴⁹

*Sem um jornal, um impresso de qualquer gênero, você
jamais poderá unir uma comunidade*

[Ben Kingsley, no papel de Mahatma Gandhi, em filme de 1982]

Editado de modo artesanal, a partir de um original em estêncil, impresso em mimeógrafo e fotocopiado, o jornal comunitário União da Maré circulou em doze edições de periodicidade irregular⁵⁰, entre

⁴⁹ Este capítulo foi originalmente apresentado sob a forma de artigo nos XIII Encontro de História da Associação Nacional de História do Rio de Janeiro (Anpuh-Rio) e 32º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), respectivamente nos STs *Imprensa e Memória e Democracia, Comunicação Política e Eleições*. E também como trabalho final para a disciplina *História Política do Brasil Republicano (Mídia)*. Agradeço, portanto, aos comentários dos colegas de ST, em especial das professoras Laura Antunes Maciel (Anpuh-Rio), Marta Emisia Jacinto Barbosa (Anpuh-Rio) e Alessandra Aldé (Anpocs).

Sobre a consideração da professora Marta Emisia de que não basta apenas chegar à materialidade, ao produto final, mas que é preciso levar em conta a rede de relações que culmina nessa materialidade, eu respondo dizendo que, ao falarmos de um universo micro/local, como é o da área da Maré, as redes de relações se fazem presentes nas próprias materialidades. Basta que se acompanhe a intimidade com que tratam o leitor os colaboradores do União da Maré, e a liberdade que eles próprios têm de citar seus nomes em meio às lideranças comunitárias que figuram nas páginas do jornal. Não é difícil identificar, em diálogo com os moradores, a participação e as relações de S. Hildebrando, por exemplo. Assim é que, apesar de utilizar apenas o jornal como fonte primária, minha análise não se circunscreve a sua materialidade somente.

⁵⁰ A intermitência em jornais comunitários é um aspecto relativamente comum. As edições do União da Maré se referem às datas especificadas na tabela 1.1. Todas as edições pesquisadas pertencem ao acervo do Arquivo Dona Orozina Vieira, do Centro

janeiro de 1980 e dezembro de 1982, pela área da Maré, Bonsucesso, Ramos e adjacências, bairros do Rio de Janeiro. Com um objetivo editorial claro, o jornal enfatizava as virtudes do associativismo e do deliberativismo no meio comunitário, e lutava contra a cooptação de lideranças nas associações de moradores pelo poder público, acima de tudo, apresentando uma apaixonada defesa da transparência nas atuações do Governo Federal na favela. Tomei conhecimento de sua existência ainda antes de minha primeira visita ao Museu da Maré, quando buscava informações suplementares para o projeto que então subscrevia ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, ao qual hoje estou vinculado. Conversando com Carlinhos por telefone, combinamos que ele me remeteria um trecho da recém-aprovada dissertação de sua esposa, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, no mestrado profissional do mesmo programa. Foi o que ele fez, na esperança de que o trecho que ele havia me enviado pudesse ser útil nas minhas aspirações de estudar os meios de comunicação da Maré.

O trecho em questão era precisamente o capítulo intitulado “Um projeto político: Projeto Rio”. Confesso que eu ainda não tinha dimensão do episódio do Projeto Rio para esta minha dissertação, de modo que, ainda que pudesse situar historicamente os fatos, não pude imaginar o quanto aquele período preencheria meus estudos dali para diante e como ele de certa forma se constituiria no marco cronológico inicial de minha pesquisa. O capítulo de Cláudia Rose comentava sobre as articulações políticas tanto do poder público quanto dos moradores a fim de defender seus interesses particulares no resultado das obras promovidas pelo Governo Figueiredo na região. Para ilustrar algumas passagens, o jornal comunitário foi utilizado como documentação textual e iconográfica (nos anexos de seu trabalho). Foi também a partir de sua dissertação que fui apresentado ao União da Maré como um veículo eminentemente político, de cunho militante. Mas, no texto de Cláudia Rose, o jornal

aparecia apenas como suporte documental, quando muito como fonte de pesquisa – mas jamais como seu objeto⁵¹. Ou seja, sua preocupação mantinha-se em analisar a apropriação histórica da Maré por ela mesma, indicando, quando fosse o caso, como o discurso do jornal parecia apontar para um esforço de “união”, de congregação entre as comunidades da área da Maré, uma região que até então não era vista como unitária.

Tabela 1.1

edições do União da Maré*	data da edição
edição zero	janeiro de 1980
edição 1	fevereiro de 1980
edição 2	maio de 1980
edição 3	*
edição 4	dezembro de 1980
edição 5	janeiro de 1981
edição 6	fevereiro de 1981
edição 7	março/abril de 1981
edição 8	agosto de 1981
edição 9	novembro de 1981
edição 10	janeiro/fevereiro de 1982
edição 11	março/abril de 1982
edição 12	dezembro de 1982

* cf. nota 2.

⁵¹ Ainda que se constituísse como fonte primária na pesquisa de Cláudia Rose, eu não consideraria o jornal União da Maré como um de seus objetos, uma vez que sua função, na dissertação, é apenas de referenciar, de contextualizar. Cláudia utiliza – e bem – o jornal como suporte documental, mas não o analisa em particular.

De início, não me dei conta da riqueza do material. Mas, uma vez em campo, quando vi exposta no Museu da Maré uma das edições do jornal comunitário na vitrina que guardava a documentação sobre a mobilização dos moradores durante as fases iniciais do Projeto Rio, achei que poderia explorá-lo de forma mais incisiva, incorporando-o como um estudo de caso. Para minha surpresa, descobri que o Arquivo Documental Orosina Vieira, guardava quase todas as edições do jornal, que haviam sido doadas por Eliana Sousa Silva, ex-presidente do Ceasm. Eliana chegara mesmo participar da produção de um outro jornal comunitário, que circulara em época próxima à do União da Maré, o chamado *Jornal da Chapa Rosa*. A Chapa Rosa era o grupo que ela mesma liderava, assim conhecido por conta da maciça presença feminina entre seus membros, e que em 1984 obteve vitória no pleito para a direção da Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda (AMANH), interrompendo o ciclo de mais de quatro anos, desde a criação da AMANH, de influência direta da Fundação Leão XIII nos assuntos de interesse dos moradores. O Grupo Jovem da Nova Holanda, congregação de motivação político-religiosa que deu origem anos depois ao movimento da Chapa Rosa, colaborava ativamente com o União da Maré, sugerindo pautas e assinando algumas colunas.

O interesse de Eliana pelos jornais impressos comunitários e pelos meios de comunicação de maneira geral a levou a tomar parte também na criação do jornal *O Cidadão*, em junho de 1999. Antes disso, porém, Eliana já havia aparecido longamente durante quatro ininterruptos minutos no programa-piloto da *TV Maré*. O programa, com 24 minutos no total, cedia espaço, como veremos, a Eliana, então em seu quinto ano à frente da diretoria da AMANH. Empunhando o microfone e sozinha no enquadramento, como se ela própria fosse a âncora do programa, ela discursa sobre a importância do debate, da informação e do trabalho de base na comunidade:

A gente precisa fazer um outro tipo de trabalho, que leve os moradores a refletirem sobre a necessidade de mudar outras coisas. Por isso, eu estou trabalhando com a questão da informação, com a questão da divulgação, do trabalho. Por

isso, a valorização da gente conseguir montar um equipamento de som na comunidade. Por isso, a gente conseguir falar para a comunidade. Por isso, eu até louvo essa iniciativa de você ter hoje uma *TV Maré*, quer dizer, porque é mais um instrumento que os moradores estão, a nível de Maré, conseguindo ter para poder se organizar. [Eliana Sousa SILVA, in TV MARÉ, 1988]

É interessante notar como a trajetória de Eliana, assim como a de Carlinhos, Marcelo e outros tantos personagens desta dissertação, esteve sempre interligada com experiências de comunicação comunitária.

Mas aqui não me circunscrevo à iniciativa de Eliana e do Grupo Jovem da Nova Holanda apenas. Tampouco falarei de imediato sobre a experiência da *TV Maré*. Notadamente estou preocupado em avaliar o papel do jornal *União da Maré* como o “primeiro instrumento de comunicação dos moradores a trabalhar a concepção de um bairro a partir das localidades da área da Maré” [SILVA, 2006]. Foi esta a especificidade que primeiro me chamou a atenção no jornal comunitário, a partir do olhar de Cláudia Rose. Assim, deslocando as edições impressas de fonte a objeto de minha análise, creio poder acrescentar à visão sobre o *União da Maré* um caráter de mediação entre o poder público e os moradores da área da Maré que percebo como fundamental na essência da prática jornalística. Portanto, mais do que traçar a evolução histórica e política da noção oficial do bairro Maré, como uma região que integra 16 comunidades de origens heterogêneas, pretendo acompanhar como esta construção identitária passa pela apropriação, por parte dos moradores da favela, de ferramentas de comunicação comunitária através de experiências de jornalismo participativo e cidadão.

1.1. A união faz a força: associativismo e deliberativismo

*Eu, Complexo da Maré, grito por socorro e
peço humildemente que vocês me ouçam*

[Maria Euzete, moradora da Maré, em crônica publicada pelo jornal *O Cidadão*]

O União da Maré foi idealizado por um grupo de moradores do Parque União, ao que, em seguida, se somaram correspondentes do Parque Rubens Vaz, da Baixa do Sapateiro, da Nova Holanda, de Roquete Pinto, e mesmo de Marcílio Dias, a comunidade mais afastada, que somente mais tarde passaria a integrar a região administrativa da Maré.

A intenção de conformar uma identidade comum, uma identidade “mareense” – como em fins da década de 1990 outro jornal comunitário, *O Cidadão*, viria a chamar – estava clara desde o princípio no discurso do União da Maré. Já em seu número zero, de apresentação, o jornal trazia, além do próprio nome como referência explícita não só ao Parque União mas à “união” da Maré em torno de um caráter comum, um curioso selo de uma flor que representava as comunidades como pétalas. Inicialmente com seis pétalas⁵² (Rubens Vaz, Nova Holanda, Roquete Pinto, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau) e mais o miolo (Parque União), a flor passa a contar somente com sete pétalas, na sua edição de número 5, sendo a sétima justamente o Parque União, que, então, somava-se às demais como uma igual. Os versos que encerram o editorial do nº zero [originalmente escritos em letras capitulares], além de se reportarem ao selo da flor, de certa forma apontam para uma voz comum da Maré e ainda sinalizam para uma compreensão do ethos jornalístico como missão:

Um jornal pra lançar uma mensagem

Tem que dizer a verdade

⁵² À época, como veremos, estava em fase de implantação o Projeto Rio, que daria origem à Vila do João e ao Conjunto Esperança, e mais tarde à Vila dos Pinheiros e ao Conjunto Pinheiros. Os conjuntos habitacionais Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Novo Pinheiro (também conhecido como Salsa e Merengue) foram erguidos mais adiante, pela Prefeitura Municipal.

Vontade de todos em uma só ramagem

Durante toda a experiência do União da Maré, no entanto, chama a atenção a ausência de correspondentes do Morro do Timbau e do Parque Maré [cf. tabela 1.2], apesar dos insistentes pedidos dos redatores do jornal para que alguém dessas comunidades assumisse o posto: “Agora temos mais uma comunidade em nosso jornal: *Nova Holanda*. Já somos 4. Falta o pessoal do Parque da Maré; Timbau”.

Tabela 1.2

colaboradores do União da Maré	comunidade*	edições em que colaboram*
Francisco	Parque União	4, 5, 9, 10, 12
João Carlos	Parque União	4, 5, 9, 10, 12
Adalmário	Parque União	4, 5, 9, 10
Daniel	Parque União	12
Renato	Parque União	9, 10, 12
Hildebrando [†]	Baixa do Sapateiro	4, 5, 9, 10, 12
Marieta	Baixa do Sapateiro	12
Maria Amélia [†]	Nova Holanda	4, 5, 9, 10, 12
Hilda	Nova Holanda	9
Aluísio	Rubens Vaz	5, 10, 12
Branca	Roquete Pinto	9, 10
Carlos		5
Marcelo		5
Paulo Sérgio		5
Luís Carlos		5
Padre Valter [†]	-	zero

† Os colaboradores marcados com este símbolo já tiveram seu falecimento confirmado por outros moradores e lideranças comunitárias.

* Algumas edições não fornecem ou fornecem os dados dos colaboradores de modo incompleto, razão pela qual não foi possível completar esta tabela com total precisão.

Como parte dos esforços para chamar mais atenção à necessidade de que as comunidades da área da Maré se unissem em torno de reivindicações comuns e, assim, ganhassem força é que vejo como estratégica a participação anunciada de colaboradores de Marcílio Dias, um centro social tratado como comunidade que se localiza próximo à favela Kelsons e até então estava circunscrito à área da Penha. “Marcílio Dias foi incluída [na edição 9 do jornal], a partir da luta que travava com o Estaleiro Engenharia & Máquinas S.A., mais conhecido como Emaq, para preservar sua saída para o mar” [SILVA, 2006].

A ausência sobretudo de colaboradores do Timbau provavelmente se deve a divergências entre as próprias comunidades. Ernani da Conceição [in GRYNSPAN; PANDOLFI, 2003:169] lembra que

O pessoal do morro do Timbau, por exemplo, é igual ao pessoal do Parque União; nunca se consideraram muito moradores da área da Maré, nem se identificam como da área da Maré. [...] Cada comunidade ali tem uma história de ocupação: o morro do Timbau foi ocupado desde o início por militares; o Parque União era um galpão de fábrica que foi sendo habitado. Por isso, [...] O morro do Timbau e o Parque União se julgam a zona sul da região da Maré. Isso gerou muita competição.

Um dado que corrobora a afirmação de Ernani é o do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), conforme listado por Jailson de Souza e Silva [2003:20], que reúne as principais comunidades da Maré em relação às demais favelas cariocas. Na tabela, apenas o Morro do Timbau (56º) e o Parque União (61º) foram posicionados entre os cem melhores índices. Por evasivo que seja, o dado me aponta ainda na direção do que afirma Zaller [1998], segundo o qual o papel das elites é interpelar e dar um sentido competitivo a uma idéia, direcionando por assim dizer a opinião pública.

Posso citar ainda que o trabalho realizado na Capela de Santo Antônio, vinculada à Igreja dos Navegantes no Timbau, e que

mais tarde viria culminar nas reuniões da Pastoral da Juventude, se iniciou somente em seguida, em fins da década de 1980. As atividades da Pastoral da Juventude foram importantes por colocar em contato grupos jovens de diferentes comunidades, como os de que participavam Eliana, Carlinhos, Cláudia Rose, entre outras lideranças atuais do Ceasm.

Mas a despeito do papel, como *experts* [cf. ZALLER, op. cit.], dos três moradores do Parque União que idealizaram o União da Maré, e da ausência de correspondentes em cada uma das sete comunidades que então compunham a Maré, o jornal se pretendia um “veículo de união dos moradores” [ed. zero], um “informativo da Área da Maré” [ed. 12]. Há uma linguagem claramente pedagógica em seus textos: “O caminho para se resolver os problemas internos de uma comunidade são as assembléias e as reuniões dos moradores. É aí que as pessoas se manifestam, dão suas opiniões e decidem o melhor caminho a ser tomado” [ed. 3], “A região da Maré possui 65.810 habitantes. É incrível que todo este povo não possui uma vida comunitária organizada” [ed. 9].

Cobrando informações acerca da evolução do Projeto Rio – primeiro programa executado pelo Promorar, uma iniciativa do Governo João Figueiredo através do Banco Nacional de Habitação (BNH) –, cujo objetivo era sanear a Baía de Guanabara e recuperar as faixas alagadas ocupadas por palafitas, os redatores do jornal compunham editoriais, artigos noticiosos, organizavam abaixo-assinados e patrocinavam reuniões mensais entre os moradores. As reuniões costumavam ocorrer no primeiro domingo de cada mês, pela manhã, na sala da Capela do Parque União, uma vez que a associação de moradores do Parque União, que chegou a ceder o espaço de sua sede para os primeiros encontros, passou a não apoiar mais a iniciativa.

Como “instrumento de informação mobilizadora” [BOURDIEU, 1997:92], o jornal União da Maré freqüentemente pautava: o aumento do preço da luz, que era fornecida pela concessionária e operacionalizada pela associação de moradores; os problemas na

estrutura das passarelas da Avenida Brasil; a agressão policial; os vazamentos de água e esgoto; o serviço de entrega de correspondências, ora feito por um “carteiro bêbado”, ora relegado às associações já que os Correios não entravam na favela. As pautas internas⁵³ repercutiam o cotidiano dos moradores segundo a lógica do “extraordinário ordinário” [id.:26-7], a mesma que empregam os grandes jornais e veículos de comunicação, mas, por operar em escala comunitária, a identificação gerada a partir destas pautas conferia ao União da Maré o caráter de jornal feito “pelas nossas próprias mãos” [ed. zero] ou ao menos por um “grupo de moradores empenhados em contribuir com o desenvolvimento cultural e administrativo da comunidade” [ibid.].

Mobilizando todos os setores de produção da atividade jornalística – apuração, reportagem, redação e distribuição –, o União da Maré se constitui, a meu ver, em uma pioneira experiência de jornalismo cidadão de base comunitária. Como veículo de imprensa opinativa, seu objetivo era fomentar a participação da população local no debate político, incentivando para tanto a formação de uma “esfera pública mareense”.

Uso a noção de “esfera pública”, notabilizada por Jürgen Habermas, sempre entre aspas, para evidenciar que não estou alheio às discussões travadas acerca dos usos conjunturais desta

⁵³ Divido em dois tipos as pautas mais comumente noticiadas pelo União da Maré, a saber: *pautas internas* (que se referiam aos problemas e ao cotidiano local) e *pautas externas* (que se referiam aos problemas e ao cotidiano de outras localidades). As pautas internas traziam, em sua maioria, assuntos relacionados às demandas dos moradores, mas há casos em que o jornal, agindo como instrumento de repressão moral, criticava determinados grupos de moradores (há pelo menos dois casos curiosos: o de um artigo que criticava o fato de alguns moradores jogarem lixo no chão e o de outro que criticava alguns moradores por criarem porcos soltos pela favela). As pautas externas, por sua vez, normalmente se referiam a temas semelhantes aos enfrentados pelos moradores da Maré (um artigo que comentava o assassinato de uma criança na Rocinha, um artigo que comentava o abandono das instalações do Hospital Albert Schweitzer, em Padre Miguel) ou que, de alguma maneira, os interessavam (um artigo sobre as mudanças no sistema de aposentadoria, um artigo sobre o atentado terrorista ao Riocentro).

conceituação, uma vez que o próprio Habermas trabalhava com um tipo específico de esfera pública – a burguesa do século XIX. Na visão de Nicolas Garnham [1993:359, tradução minha], Habermas chegou mesmo a negligenciar “a importância do desenvolvimento contemporâneo de uma esfera pública plebéia paralelamente e em oposição à esfera pública burguesa”. É pensando nesta possibilidade que me sinto mais à vontade para sustentar o desenvolvimento de um tipo particular de esfera pública, a partir do contato comunitário entre os moradores da área da Maré. Acredito ser particularmente interessante a iniciativa dessas reuniões para se discutir o Projeto Rio. Ainda que descritas com algum desânimo – dada a pouca participação dos moradores – as reuniões têm, a meu ver, um caráter de conversação civil [cf. SCHUDSON, 2004], e servem, por outro lado, ao próprio jornal como insumo para suas reuniões de pauta⁵⁴. Autênticas comunidades de comunicação oral⁵⁵, as discussões traduziam a “esfera pública” abstrata do jornal em uma “esfera pública” de presença organizada⁵⁶.

Outra interessante iniciativa do grupo à frente do União da Maré foi a promoção da chamada Corrida Rústica de Integração da Maré, onde moradores de diversas comunidades se uniram em um evento esportivo. Contando com o apoio de moradores, professores de educação física, comerciantes e da Prefeitura da UFRJ, a corrida foi dita um sucesso, na *suíte*⁵⁷ que divulgou os seus resultados, ao

⁵⁴ Os colaboradores e o grupo à frente do União da Maré realizavam uma reunião dita “de elaboração do jornal” no último sábado de cada mês [cf. ed. 11].

⁵⁵ Para mais detalhes sobre a terminologia, cf. BURKE; BRIGGS, 2006:39. Vale ressaltar que, apesar de promover reuniões e debates, os editores do jornal, em determinados momentos, pontuavam a importância do documento escrito que confere credibilidade: “Queremos colocar no papel a idéia de cada um” [ed. 1].

⁵⁶ A tipologia que distingue esferas públicas abstratas de esferas públicas de presença organizada foi também delineada por Habermas [cf. HABERMAS apud MAIA, 2006:7, para maiores detalhes].

⁵⁷ *Suíte* (do fr. *suíte*), série, seqüência. Em jornalismo designa uma reportagem que serve de continuação e apresenta os desdobramentos de notícia anterior. Na edição 9, o União da Maré divulgava as inscrições para a Corrida Rústica, ao passo que a edição 10 trazia os resultados: “O Parque União contou com o maior número de inscrições (36), vindo em 2º, Nova Holanda (25) e em 3º, Baixa do Sapateiro (10), tivemos

contrário do tom da maioria das notas que mencionam a relativamente fraca adesão dos moradores às reuniões promovidas pelo jornal para discutir o Projeto Rio (“Foram distribuídos mil prospectos e só compareceram 22 pessoas. [...] Será que vamos ficar esperando notícias alarmistas de 1979?” [ed. 5]).

Como se vê, ainda que o assunto fosse outro, o Projeto Rio aparecia recorrentemente como ameaça a ser combatida, e o ano de 1979 era apresentado como marco fundamental desta tomada de consciência. Não por acaso a idéia da criação do União da Maré surgiu no início de novembro de 1979 [ibid.], incentivada pelo Padre Valter, da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, no Timbau, que doou o mimeógrafo. De acordo com a primeira edição do jornal, três moradores do Parque União então entraram com Cr\$30,00 cada um, e fizeram uma rifa em fins de 1979 [ed. 1] para angariar fundos.

Ainda que Ildebrando fosse o colaborador responsável pela cobertura da Baixa do Sapateiro, freqüentemente este grupo inicial de moradores do Parque União é descrito como “o grupo do Ildebrando” em diálogos de outras lideranças⁵⁸. Comentarei o envolvimento político dos colaboradores mais adiante. Aqui, basta que eu esclareça que, com papel e álcool, os três moradores do Parque União fizeram o número zero, de apresentação do jornal, e, por ocasião de sua distribuição, iniciaram uma espécie de pesquisa de opinião [ibid.], com o objetivo de conhecer as demandas dos moradores mais profundamente. À pesquisa com os moradores se seguiu, mais tarde, a instalação de caixas de sugestões em diversos pontos da favela. Antes disso, o esquema de distribuição dos jornais começou com a

também a participação de todas as comunidades próximas, com exceção da Marcílio Dias e apenas uma inscrição da Roquete Pinto.”

⁵⁸ A referência ao “grupo do Ildebrando” aparece em diálogos com Carlinhos e Teteu (Alceu José da Silva), em diferentes momentos. S. Ildebrando era um morador da Baixa do Sapateiro, apontado como militante do PCB que chegou a ser preso pelos militares porque teria em casa muitos livros, uma situação considerada atípica para um “favelado” e uma postura tida como subversiva pela ditadura.

apresentação de porta em porta, que serviu para dar início à captação de anunciantes no comércio local e de pontos de venda⁵⁹, como o jornaleiro da praça do Parque União [ed. 2]. A intenção, no entanto, era desde já descentralizar a distribuição:

Você está convidado a ficar com a responsabilidade de distribuir o nosso jornal, pelos menos na sua rua ou para as pessoas do seu conhecimento. Como você deve fazer? Peça à pessoa que vendeu o jornal para conceguir a quantidade que você quer. Depois você presta conta, tá legal? [ibid.]

A idéia de uma distribuição descentralizada é bastante cara à lógica do jornalismo cidadão, que compreende não apenas a etapa da produção/seleção do conteúdo informativo mas de sua veiculação. Bowman e Willis [2007], por exemplo, argumentam que o fato de a distribuição de produtos jornalísticos estar concentrada em grandes grupos editoriais dificulta sua própria produção, por parte do cidadão comum. Eles então defendem uma distribuição *peer-to-peer* (p2p) nos moldes das novas tecnologias da comunicação, isto é, uma distribuição individualizada, baseada no contato um a um, e capaz de furar a barreira monopolística dos conglomerados midiáticos. Ora, este modelo é precisamente o que tentava incentivar o União da Maré, concentrando esforços em pequenos distribuidores locais que se comprometeriam a vender o jornal e prestar contas com os editores. Descentralizando sua distribuição, o jornal se afastava do

⁵⁹ O União da Maré custou Cr\$ 2,00 desde a edição nº 1 até a edição nº 7, quando passou a custar Cr\$ 5,00. Em sua última edição, a de número 12, o jornal passou a custar Cr\$ 10,00 ("aumentamos o preço devido aos altos custos do material gráfico"). O número de apresentação, edição zero, foi distribuído gratuitamente aos moradores. É interessante sublinhar que, em que pese sua retórica de esquerda, o União da Maré se insere claramente na lógica de uma iniciativa liberal, de forma muito semelhante à que é ainda hoje operada pelas grandes empresas de comunicação.

Prezando sempre pela transparência, o União da Maré apresentou em sua décima edição um balanço financeiro do jornal, onde estava relacionada a posição em 31 de dezembro de 1980 (Cr\$ 2.408,00); a receita, incluindo a venda do jornal, a captação de propaganda e a Corrida Rústica (Cr\$ 15.720,00, que somados à posição anterior resultavam em Cr\$ 18.128,00); e as despesas, com a confecção do jornal, transporte, questionário, caixas para correspondências e a Corrida Rústica (Cr\$ 12.717,00); do que resultava a posição em 31 de dezembro de 1981 (Cr\$ 5.411,00).

marco geográfico e político do Parque União, que poderia determinar seu confinamento a uma só comunidade da Maré.

Meu interesse em discutir, mais adiante, os enquadramentos dados pelo jornal a determinadas notícias, se repercute na forma como o União da Maré aborda a questão identitária diante das comunidades que conformam a Maré. Por se pretender um veículo de integração entre tais comunidades, com vistas a um projeto político claramente delimitado em sua edição de número zero – uma espécie de carta de intenções –, é que o União da Maré fazia uso de um discurso que congregava notícias e uma pedagogia identitária. Dessa forma, mesmo um pequeno box opinativo que apenas serviria para ilustrar um artigo maior sobre a legalização dos terrenos após as obras de urbanização do local, é usado para trabalhar a imagem simbólica que une (ou reúne) os “mareenses”, qual seja: as palafitas.

Capitalismo malvado

Vejam os senhores a diferença entre duas épocas bem distantes: na idade da pedra lascada o homem, para se proteger, morava em palafitas. Isto porque as feras o devoravam à noite. As casas eram feitas dentro d'água, como medida de segurança. Foram-se passando vários séculos. Nós, os moradores da Maré, voltamos a morar em palafitas, isso porque existem umas feras muito mais perigosas do que aquelas daquele tempo, o nome é o capitalismo malvado que está devorando tudo até dentro d'água. [ed. 9]

Convertidas de símbolo da miséria a representação maior da identidade da Maré, as palafitas são prova de que na favela também se produz cultura. Esta apropriação que hoje lhe faz o Museu da Maré, tornando a palafita em sua peça principal, já estava presente no veículo de comunicação da década de 1980, reivindicando uma noção de cultura para além dos bens e patrimônios materiais:

na área da Maré não tem apenas marginais, também existe pessoas normais, trabalhadoras, ordeiras, estudiosas e dedicadas que com esforço próprio e aos poucos vão superando os problemas. A cultura da população da área da

Maré está representada pela *arte da construção* de suas próprias casas [ed. 2, grifo meu].

O momento em que surge o União da Maré, portanto, é singular num aprendizado sobre articulação política entre as comunidades. Não somente pelo surgimento do jornal e pelo Projeto Rio, seu principal contraponto, mas pelo vislumbre de uma pertença maior, um sentimento que passa então a ser trabalhado pelas lideranças comunitárias, inclusive no próprio jornal, como uma identidade comum.

Não resta dúvida que o fantasma do Projeto Rio em 1979 criou uma grande movimentação na região. As diretorias da época tiveram papel importante, criando até uma entidade coletiva: CODEFAM. Foi o único [num sentido que interpreto como “primeiro”] movimento em toda a Maré que se tem conhecimento. O passado da Maré é uma colcha de retalhos. São pequenas experiências de grupos, mutirões e a ação da Igreja [...]. Acontece que a maioria dessas experiências são desligadas e sem solução de continuidade [ed. 9].

A Comissão de Defesa das Favelas da Maré (Codefam), provável embrião da União das Associações do Bairro da Maré (Unimar), e o jornal União da Maré, provável embrião do jornal *O Cidadão*, são as maiores provas de que o cenário político, a partir da entrada das reivindicações dos favelados, estaria se alterando, numa “clara indicação de que a nova democracia teria de comportar a presença dos excluídos numa escala impensável no período democrático de 1946 a 1964” [BURGOS, 2006:41].

1.2. Favelados, povo, trabalhadores, categorias nativas

Principalmente os moradores mais antigos rejeitam a idéia do bairro, sempre se remetendo ao passado da ‘comunidade’. Dessa forma, eles evocam a memória dos ‘bons tempos’, quando ‘todos’ os vizinhos se conheciam e era possível dormir de janelas abertas ou ficar até tarde sentado na porta de casa durante o verão... [Cláudia Rose Ribeiro da Silva, atual coordenadora da Rede Memória do Ceasm]

Uma das mais fundamentais contribuições do campo ao pesquisador é o entendimento das categorias com que trabalham os nativos em seu discurso. Tais categorias, é claro, são importantes pelo aspecto de relativização de que se apropriam. O antropólogo busca esta compreensão do vocabulário nativo para que as comparações entre a cultura que estuda e a sua própria se tornem mais palpáveis e ele não incorra no erro crasso do etnocentrismo. Experiência equivalente tem o historiador quando busca compreender as categorias usadas em culturas do passado, tentando afastar-se do erro do anacronismo. Estas noções de etnocentrismo e anacronismo estão, portanto, muito próximas entre si. O etnocentrismo está para o antropólogo assim como o anacronismo está para o historiador. Ao menos, estas são as noções clássicas. Hoje, o trabalho interdisciplinar e a complexidade alcançada nos estudos de ciências humanas e sociais nos permite relativizar também estas noções. Mas, de uma forma ou de outra, é o campo que auxilia o pesquisador – seja ele um antropólogo ou um historiador – a buscar referências não apenas na sua vivência, mas, por assim dizer, na vivência de seu objeto de pesquisa.

Em minha experiência de campo, procurei identificar como os moradores da área da Maré se referiam à favela de modo geral e às suas comunidades especificamente. Ouvi-os, confesso, poucas vezes se referirem à Maré como uma favela. Mas menos ainda os ouvi chamarem-na complexo. Em geral, a categoria “favela” aparece no momento das reclamações, das reivindicações, da identidade pelo negativo. O favelado é aquele que não tem, que não é, que não pode – um não-cidadão⁶⁰. No restante das ocasiões, era muito difundido o

⁶⁰ Quem me chama a atenção para a exclusão como exercício da cidadania, nessa noção tão característica de cidadania às avessas (o “não-cidadão”, como ela mesma expressou) é a professora Ilana Strozenberg, durante suas considerações em minha banca de qualificação. Eu já vinha trabalhando a categoria “favelado” da forma como é usada pelos nativos, mas tomo aqui emprestada a expressão usada pela professora por entender que esta imagem está muito próxima do que trabalho quando me refiro a um modelo de jornalismo cidadão: o jornalista cidadão é talvez necessariamente um não-cidadão, no sentido de que a ele ainda é necessário atingir sua plena cidadania e ele o fará através justamente da prática jornalística.

uso da categoria comunidade, porque a comunidade expressa também um caráter de intimidade, legitimando o falante e evidenciando seu pertencimento. Em que se note que a cidadania pela reivindicação dos direitos justaposta à cidadania como fronteira sócio-geográfica, quero crer que estes usos refletem um trabalho – ainda que “não-consciente” – de conscientização, de criação de uma identidade comum, como venho tentando mostrar ao longo deste trabalho.

Todo este preâmbulo, porém, que a bem da verdade está diretamente relacionado com a Introdução desta pesquisa, servirá para contextualizar a análise de três das categorias de que o União da Maré se apropriava. Esta apropriação despertou meu interesse particularmente por conta da carga política que tais categorias recebiam. E por esta razão me detenho sobre seu uso.

Assim, ao operar com categorias do senso comum (povo, favelado, trabalhador), os editores eram capazes de deliberadamente fazer uso das identidades que lhes interessavam, entre as múltiplas identidades a que o público-leitor se vinculava. Não há nenhuma referência a movimentos negros⁶¹, nem tampouco a movimentos de gênero. Em contrapartida, há repetidas menções a atividades desenvolvidas por grupos e entidades religiosas, como a CNBB e a Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio. A ligação com esses movimentos se dá a partir da teologia da libertação, escola católica que se expandiu na década de 1970 sobretudo pela América Latina⁶²

⁶¹ Em entrevista concedida aos pesquisadores Mario Grynszpan e Dulce Pandolfi [2003:169], Ernani da Conceição aponta que “Nova Holanda e Vila do João são as duas comunidades em que há maior população negra; a grande maioria da população da Maré não é negra, é nordestina.”

⁶² “Vinicius Brant [1983, p. 14] chama a atenção para a importância do papel da Igreja Católica na multiplicação dos movimentos sociais: ‘A Igreja, as instituições civis atentas aos direitos humanos [...] criaram inicialmente o clima necessário para a articulação pública e para a manifestação aberta dos movimentos surgidos na base [...] As comunidades de base de periferia da cidade estiveram sem dúvida entre as mais importantes matrizes da organização popular’” [BRANT apud PERUZZO, 2004]. (O texto original de Vinicius Brant é: BRANT, V. C. *Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo e sindicatos de trabalhadores*. In:

e serve de sustentação para todo um ideário político que se consolidaria no Brasil com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. A influência de partidos de esquerda, em especial do PT e com menos ênfase também do PCB⁶³ e do PDT, é marcante no União da Maré desde o princípio. Por isso mesmo, torna-se interessante analisar a apropriação dessas categorias do senso comum citadas anteriormente pela lógica social do discurso marxista a partir da teologia da libertação⁶⁴.

Para começar, a própria compreensão da categoria “trabalhador” traz uma clara semelhança com a forma pela qual esta categoria é compreendida nos discursos políticos de esquerda. Assim é que já na edição de apresentação o jornal se propõe a discutir questões relacionadas à “nossa vida de trabalhadores” [ed. zero] e, mais adiante [ed. 2], chega mesmo a criticar o estereótipo do favelado como marginal: “Houve tempo em que autoridades chegaram a classificar os favelados de marginais e nocivos à sociedade, como se

_____ ; SINGER, Paul (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis (RJ): CEBRAP/Vozes, 1983.

Vale lembrar ainda que o período de expansão da teologia da libertação coincide com o início do papado de João Paulo II, a partir do qual começa, então, a se alterar a correlação de forças na cúpula da Igreja Católica, traduzindo-se na década de 1990 na desmobilização e exílio dos partidários destas correntes.

⁶³ Há aqui um ponto interessante sobre a conjuntura política nacional após a promulgação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, e o reestabelecimento do pluripartidarismo em novembro do mesmo ano. Note-se que o União da Maré é idealizado exatamente neste mês e suas primeiras edições (janeiro e fevereiro de 1980) coincidem com o momento exato da oficialização do Partido dos Trabalhadores (10 de fevereiro de 1980). As distâncias entre os comunistas e os petistas, portanto, não estavam traçadas, já que a maior parte dos sindicalistas que apoiaram a criação do PT eram de fato comunistas, mas sofriam pressões dos militares ao assumir suas posições. O Partido dos Trabalhadores é também tido como uma opção identitária feita pelo sindicalismo do ABC paulista, que teria preferido fundar seu próprio partido. O PCB só retornaria em definitivo ao cenário político brasileiro por volta de 1985, já na esteira das divisões entre as correntes que originaram o PC do B e o novo PCB.

⁶⁴ O relato de Ana, moradora da Nova Holanda, transcrito por Jailson de Souza e Silva [2003:38-9], mostra como a ação da Igreja, através da teologia da libertação, levou jovens da Maré a optarem pelas Ciências Sociais, com uma perspectiva transformadora.

não fossem exatamente, eles [os favelados] que movimentam as fábricas e executam grandes construções para esta mesma sociedade.”

A valorização do trabalho e do trabalhador fica clara também nas denúncias de agressão policial⁶⁵ a moradores da favela, que são “trabalhadores” como quaisquer outros, e nas referências à história do feriado de 1º de maio e às comemorações da data⁶⁶. E as influências políticas transparecem quando o jornal comenta a greve do ABC paulista, exaltando a atuação dos metalúrgicos e assumindo que “a união das pessoas é o caminho para as soluções” [ed. 3].

Traduzindo a noção de trabalho como uma experiência de “luta”, de “batalha” contra as agruras da vida, a forma como o União da Maré se apropria da categoria trabalhador está muito próxima dos usos que fazem ainda hoje os moradores da área ao se referir ao seu cotidiano e a sua memória, por exemplo, quando registram alguma impressão no livro de depoimentos do Museu da Maré⁶⁷: o trabalhador é aquele que batalha para sobreviver. Nas páginas do jornal, vê-se um elogio ao trabalho numa linguagem muito próxima da do Manifesto Comunista. “Fazemos parte dos trabalhadores explorados que constroem este país. Somos pedreiros, serventes, carpinteiros, garís, bombeiros, policiais, cozinheiras, babás, mecanicos, soldados, ferreiros... etc.” [ed. 10]. Diferentemente da elite, que não necessita de esforço para ganhar a vida, o trabalhador é “explorado” e, a todo momento, confundido com um marginal. Por isso, segundo o jornal, é preciso “ter a consciência de nossa luta” [ed.

⁶⁵ Vale lembrar que as denúncias de agressão policial são também denúncias contra o Estado. Nesse sentido, a atuação das forças policiais na favela como instrumentos de repressão se unem à ausência de projetos sociais e culturais nestas comunidades: de um lado está a repressão aos direitos civis, de outro a inexistência dos direitos sociais.

⁶⁶ Na edição 7, um artigo, que conta o porquê do feriado do Dia Mundial do Trabalho, é encimado pelo título *Os enforcados* e a interessante frase de August Spies: “Chegará o tempo em que nosso silêncio será mais poderoso que as vozes que vocês estrangulam!” Como leitura complementar sobre a “tradição inventada” das comemorações do 1º de maio, cf. HOBBSAWM, 1984b.

⁶⁷ Cf. o capítulo 6, ‘Museu é como um lápis’, nesta mesma dissertação.

6]. “Chega de sermos levados por discursos imponentes que não passam de discursos e só fazem da gente massa de manobra.” [ibid.] “e que essas lutas nos ajudem a nos unir mais, organizando nossa classe para dias melhores.” [ed. 10].

Em oposição à elite dominante, o trabalhador é identificado como “povo”, num discurso marcadamente classista. Citando Luiz Eduardo Wanderley⁶⁸, Cicilia Peruzzo [2004:116] aponta que

uma primeira abordagem, do senso comum, entende por ‘povo’, de maneira vaga e abstrata, os que não têm recursos, posses e títulos, em contraposição ao não-povo, formado por empresários, profissionais liberais, intelectuais etc. Uma segunda interpretação, baseada na dicotomia elite-massa, sustenta que existem, na história, minorias compostas por aristocratas, plutocratas e membros de organizações partidárias, constituindo a elite governante ou ‘classe política’, e, por outro lado, a massa atomizada e desorganizada, o ‘povo’, dominado por aquela, dada a sua superioridade. Uma terceira concepção vê no ‘povo’ um conjunto de indivíduos iguais e com interesses comuns, que conflitam apenas por pequenas diferenças, ocorrendo aqui aqueles que acreditam na unidimensionalidade provocada por uma cultura imposta por uns poucos que detêm o poder. Uma quarta corrente, ligada à questão do nacional-popular, identifica como ‘povo’ aqueles que lutam contra um colonizador estrangeiro, sendo o ‘não-povo’ todos os que (elite e grupos nativos) se aliam ao colonizador. Uma quinta formulação toma por ‘povo’ as classes subalternas, em oposição às dominantes. Por fim, o sexto posicionamento é o que diz respeito a ‘povo’ como um conceito dinâmico, aberto, conflitivo e, portanto, histórico, encerrando uma rica negatividade, que o dinamiza e atualiza permanentemente, na relação dialética entre povo e antipovo. [...]

⁶⁸ O texto original de Luiz Wanderley é: WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Apontamentos sobre educação popular*. In: VALLE, João E.; QUEIROZ, José (orgs.). **A cultura do povo**, 1979, p. 64.

Porém, [...] há que se estar aberto às situações históricas conjunturais. O povo é composto por classes subalternas, mas não necessariamente só por elas. Há momentos em que ele engloba quase toda a nação. [...] Forma-se nesses casos um grande elo, uma identificação em torno de um objetivo muito forte, uma coisa que aglutina e que tem um caráter de oposição ao status quo. Povo, neste sentido, é todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria.

No caso do União da Maré, a construção de uma categoria nativa para povo é interessante não apenas porque se apóia no discurso pró-proletariado, mas também porque nivela de forma homogênea todos os receptores. Todos são “povo”, de modo que aí há uma identificação comum inevitável para o morador da Maré. Não é à toa que o União da Maré é “um jornal do Povo” [ed. zero].

Seja na manchete que critica diretamente as ações do BNH (“O povo tem direito de morar”), seja no artigo que comenta o atentado à bomba no Riocentro (“Esses atos não são contra determinadas pessoas. O seu objetivo é destruir e matar impunemente vidas para causar o caos e facilitar a implantação de uma ditadura facista, para negar o direito do povo de se organizar em associações, sindicatos e partidos políticos.”), o jornal trabalha com a idéia de um povo que se opõe à elite. Reclamando, por exemplo, de um conserto mal-feito em uma das vigas de uma passarela na Av. Brasil, os editores apontam em artigo para as carências do “povo” (“É como tomar banho e não trocar de roupa. Vamos fazer o serviço direito gente! O povo tem direito!”), enquanto em uma ilustração mais abaixo há os dizeres “Na Zona Sul não fariam isso”.

Mesmo o caça-palavras, passatempo que desde a edição nº 6 (e com exceção da edição nº 11) é incorporado ao jornal, pede que o leitor busque por termos como trabalhador, favela, operário, povo, associação [ed. 9], pobreza, exploração, multidão, carestia, marginal [ed. 10], associação, nós, eleição, vote, política, descrença, tapeação, balela, inferno [ed. 12].

No União da Maré, o “favelado” é muito semelhante ao “povo”, sendo por vezes usado indiscriminadamente. A ênfase, no entanto, fica por conta de um discurso ligeiramente mais pessimista quando se trata do favelado, já que este é usualmente o que é passado para trás, que é ridicularizado, e que, a menos que se una – como a massa que representa o “povo” –, será sempre explorado: “[Os] homens do BNH estão é adoçando a boca dos favelados, pra gente ficar confiando e não se unir contra o projeto deles, que foi preparado contra nós” [ed. 2], “É urgente uma atitude, da nossa parte, antes que êles venham a praticar outras irregularidades contra os interesses da *coletividade* favelada” [ed. 12, grifo meu].

Mas o que de certo é mais impactante na apropriação desta categoria pelos editores do jornal é sua retradução como algo positivo.

Nosso jornal entra no terceiro ano de existência. Procuramos expor nossas idéias sobre a nossa situação e os projetos que tentam nos impingir. Como favelados temos capacidade para opinar é decidir sobre o que é melhor para nós. Este jornal é uma prova da capacidade que nós temos para fazer alguma coisa e por isto não nos envergonhamos de sermos favelados [ed. 10, o original encontra-se em letras capitulares].

O favelado, para o União da Maré, continua sendo a parcela explorada das classes mais baixas, mas, agora, é motivo de orgulho. Ser favelado não é ser marginal, daí as tantas vezes em que os artigos usam explicitamente esta diferenciação. Assim, se por um lado ainda há uma carga residual negativa da compreensão que empresta a esta mesma categoria o senso comum, o jornal também reconhece e admite a categoria favela como uma instância de cultura – entendida aqui na acepção mesma das “artes de fazer” de Certeau [1994].

Esta reapropriação da categoria “favela”, é claro, não deve ser entendida fora de contexto. A mim não resta dúvida de que o período da redemocratização, como lembra Burgos [2006] na passagem que citei acima, é o momento em que explodem os

movimentos de reivindicação social, no sentido de que é a partir daí que tais movimentos passam a integrar a agenda do poder. Mas o que reivindicava o União da Maré?

Como o cidadão-jornalista, que antes de tudo se reconhece cidadão para então fazer as vezes de um jornalista, esta reapropriação da “favela” e do “favelado” apontada no discurso do jornal comunitário é uma experiência de auto-reconhecimento, uma assunção do favelado como público, num passo que entendo como primordial para a construção de uma identidade comum para os moradores da Maré.

1.3. “Pinga fogo”, ou Uma forma de você falar e ser ouvido

Um jornal que nos ofereça um vilão a odiar é muito mais contundente do que o periódico que entra nos pormenores intrincados da queda do dólar

[Bertrand Russel]

“O nosso jornal é como um papo de esquina. Mas tem umas diferenças em vez de 3 pessoas, somos 250.000; em vez de papo que não dá em nada, queremos transformar unindo os moradores” [ed. 1]. A retórica democrática do União da Maré, herdada dos setores radicais de esquerda e da influência da teologia da libertação, pregava claramente dois princípios: o primeiro nas bases do associativismo tocquevilleano e o segundo nas do deliberativismo habermasiano, ainda que forjados em discurso popular⁶⁹. Quero dizer com isto que ao pregar a união dos moradores em torno do interesse comum (i. e. um “interesse próprio corretamente entendido”, segundo Tocqueville [apud PUTNAM, 2000:101]), o União da Maré está de fato estimulando as associações entre os moradores, pois elas “incutem

⁶⁹ Não havia, é certo, menção a Tocqueville ou a Habermas nos artigos que legara o ideário político dos editores do jornal comunitário, mas estas duas noções recheavam o jornal, como se o quisessem aproximar dos panfletos políticos, de tal forma que eu só encontro paralelo nas visões destes dois clássicos das ciências sociais.

em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público” [id.:103]. O objetivo do jornal, é claro, é a partir disso aumentar a participação cidadã dos moradores nos assuntos comuns da comunidade. Posso dizer, portanto, que o União da Maré cumpre o papel pressuposto por Tocqueville para os jornais comunitários:

Um jornal só pode subsistir sob a condição de reproduzir uma doutrina ou um sentimento comum a grande número de homens. Um jornal, pois, representa sempre uma associação, cujos membros são os seus leitores habituais. Essa associação pode ser mais ou menos definida, mais ou menos estreita, mais ou menos numerosa; mas existe, pelo menos em germe, nos espíritos, pelo simples fato de que o jornal não morre [TOCQUEVILLE, 1987:396].

Assim, mais do que meio de comunicação, a mídia – sobretudo a mídia comunitária em que ora me detenho – age como “meio de expressão, debate e organização para o seu próprio público” [CHANEY, 1986:143, tradução e grifo meus]. E, nesse sentido, está correta a interpretação do jornal como instrumento que dá voz aos excluídos, que dá voz ao cidadão comum, uma vez que ele funciona como porta-voz da “emoção popular” e da “opinião pública” [BOURDIEU, 1997:82]. Mas é preciso relativizar esta noção da imprensa como porta-voz, porque por vezes esta condição não se reflete na realidade da opinião dos leitores.

Habermas [2003:35; 42], ao comentar a transconfiguração de sentido por que passavam as categorias “público” e “privado” na Idade Média, lembra que somente ao se servir da imprensa para anunciar suas realizações é que o poder público passa a contar efetivamente com um público. Portanto, sem a interposição dos meios de comunicação, não há público, porque não há valor comum⁷⁰. É a esfera pública que constrói a idéia de representação [id.:23]. E a

⁷⁰ Kelley e Donway [1995] apresentam uma interessante distinção entre a noção de valor comum (a que todos buscam individualmente) e valor coletivo (buscado por um grupo).

representação jornalística, diz ainda Habermas [id.:225], “esteve desde o começo plenamente amalgamada com interesses políticos”.

No caso da Maré, o jornal da década de 1980 servia, como venho afirmando, de instrumento de mobilização da comunidade, isto é, como meio, a fim de alcançar um valor comum. O meio, nesse sentido, compreende a construção de uma identidade comum. Assim, anúncios locais como o do Mercadinho São Jorge, o do Borracheiro Mão Branca, o do Armarinho do Roberto e o do Bazar Jôsi, se unem a notas que se assemelham a colunas sociais (“A senhorita Rosene da Silva Motta, filha do expresidente da Comissão de Luz [...] irá comemorar os seus 15 anos no Templo da 2^o Igreja Batista de Bonsucesso” [ed. 10]), e ajudam a conformar um público comunitário, um público identificado com o cotidiano da Maré, identificado com a Maré como valor comum, e identificado também – e por que não? – com o jornal União da Maré.

Tratando este público sempre a partir de uma certa intimidade (“Oi pessoal” [ed. 1], “UÉ!” [ibid.]), o jornal comunitário fazia questão de estabelecer níveis de participação possíveis para os moradores interessados:

O jornal 'União da Maré' quer ouvir suas idéias e propostas. Além disso a equipe deste jornal está aberta para acolher sua participação. Como?

- 1) Escrevendo para o jornal;
- 2) Participando das reuniões de elaboração do jornal (uma vez por mês, no último sábado)
- 3) Distribuindo o jornal na sua rua;
- 4) Entrando para o Departamento de Cultura e Lazer;
- 5) E outras atividades que você pode criar [ed. 11].

Weber [2002:193], em sua já clássica palestra intitulada *Sociologia da Imprensa*, deixa ecoar uma interessante pergunta: “O que aporta a imprensa à conformação do homem moderno?” O

trabalho do União da Maré nos aponta uma possível resposta a esta pergunta, indicando não só a construção de uma identidade comum, mas a construção também de uma identificação entre o público-leitor e o local, entre o público-leitor e o cotidiano. Posso assim dizer que o União da Maré constrói uma cultura comunitária de mídia, uma cultura de consumo de informação midiática no âmbito da comunidade. Mais do que a própria pedagogia social de que embebe sua *voz editorial*⁷¹, o União da Maré mobiliza pelo simples fato de construir esta cultura de mídia. Não é sem razão que, a todo momento, há chamadas para as próximas edições (“Não percam. Leia o próximo número” [ed. 3]) e reportagens comentando o surgimento de outros jornais comunitários⁷². Estas práticas, aliadas às caixas de sugestões espalhadas pelos colaboradores do jornal em determinados pontos da favela⁷³, ajudavam a formar uma comunidade de leitores que interagiu simbolicamente [cf. CHANEY, 1986:117].

⁷¹ Quando necessário, para tornar-se ao mesmo tempo impessoal e veículo coletivo personificado, o União da Maré colocava-se no papel claro de um *cidadão* (“Este jornal viu o documento.” [ed. 10]), reivindicando seus direitos a partir de uma *voz editorial*.

⁷² Apesar de seguir uma lógica de empreendimento liberal, comercializando suas edições e captando anunciantes, o União da Maré, como a grande maioria dos jornais comunitários, costumava noticiar o surgimento de outros jornais locais. Durante suas doze edições, houve destaque em duas ocasiões para artigos do grupo jovem de Nova Holanda, que mantinha o *Jornal da Chapa Rosa*, e em outra, para o jornal *O Favelão* (“*Nasce mais um jornal ‘O Favelão’, da Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio*” [ed. 10, no original o grifo está em capitular]), que, inclusive, chegou a publicar um artigo dos colaboradores do União da Maré em suas páginas.

⁷³ Na edição nº 9 [grifo meu], o União da Maré destacava: “Foram inauguradas as Caixas de Sugestões do Jornal União da Maré. É mais uma iniciativa de contato entre o jornal e os moradores. Voce pode escrever o que quiser e colocar dentro das caixas. Onde elas estão? No Parque União: Rua Ari Leão nº50 e Rua Roberto da Silveira nº . Não deixe de escrever para o jornal, é *uma forma de você falar e ser ouvido.*” E na edição nº 11, o jornal publicava algumas das sugestões e recados dos leitores, deixados nas urnas. Em alguns casos, a redação respondia com uma breve nota aos leitores.

Sobre a relação de interação entre leitor e veículo de comunicação através das cartas enviadas à redação dos jornais, Jeanneney [1996:60-62] afirma que este tipo de prática estabelecia, melhor do que hoje em dia, um contato direto com o leitor-cidadão.

A mobilização em torno das pautas que repercutiam o Projeto Rio e contra o posicionamento das associações de moradores, contudo, fez com que o União da Maré fosse mal-visto pelas principais lideranças comunitárias. Em certa ocasião, um artigo informava que os colaboradores do União da Maré chegaram a solicitar aos presidentes de associações que pudessem participar das reuniões organizadas pelo BNH para discutir a urbanização, a concessão de títulos de propriedade e demais ações do governo federal, mas “A resposta dos Presidentes [das associações] foi a seguinte: ‘NÃO. O passado do jornal deturpou muita coisa. Qualquer informação a equipe deve procurar os Presidentes.’” [ed. 11]. Como ritual estratégico [cf. TUCHMAN, 1993] e indício rudimentar de uma *fairness doctrine*⁷⁴, os editores [id.:ibid.] – para evidenciar sua imparcialidade – esclarecem em seguida que “este jornal continua aberto a todos que queiram criticá-lo com seriedade. Ficamos aguardando os Presidentes que falaram que nós ‘deturpamos’, algum assunto para que apresentem sua denuncia por escrito.”

Segundo Marcelo Baumann Burgos [2006:32-39], o terceiro estágio histórico por que é apropriado o problema favela pelas instâncias do poder público diz respeito a uma questão política. Com o objetivo de reforçar as bases clientelistas, tanto o governo federal, na figura do então presidente João Figueiredo, quanto a máquina chaguista⁷⁵, que buscava eleger seu sucessor no governo do estado, buscavam cooptar lideranças comunitárias, oferecendo um canal de

⁷⁴ A *fairness doctrine* foi um dispositivo de que a Federal Communications Commission (FCC) americana lançou mão em 1949 para garantir equilíbrio e honestidade nas coberturas jornalísticas em meios de radiodifusão. A regulação basicamente exigia que, em assuntos controversos de interesse público, todas as versões sobre o tema fossem apresentadas em igualdade de condições.

⁷⁵ O termo se refere aos dois períodos do governo Chagas Freitas, o primeiro, como Governador da Guanabara (1971-1975), e sobretudo o segundo, como Governador do Rio de Janeiro (1979-1983) pós-fusão. Caracterizado por seus adversários como uma corrente adesista de forte cunho clientelista, o chaguismo empregava estratégias particulares para lidar com o governo federal e a direção nacional do MDB, “evitando sempre participar de debates e tomar posições” [cf. ABREU, Alzira Alves et alii (org.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. pp. 2376-2381].

acesso ao poder público. Dessa forma, “a moeda de troca da promessa de urbanização é o controle político das associações pelo Estado” [id.:32], de modo que “os representantes dos moradores passam a fazer as vezes do poder público na favela” [id.:35]. Há aí uma delegação de poderes de representação, ou, de outra maneira, uma transferência de competências públicas para entidades privadas, que, de acordo com Habermas [2003:170], é o prenúncio da mudança estrutural na esfera pública, já que o modelo de esfera pública, conforme trabalhado por ele, era caracterizado por uma separação rígida entre o setor público e o privado [id.:208].

A mobilização proposta pelo União da Maré claramente se constituía como uma opção à lógica clientelista, e se aproximava do que Marcelo Baumann Burgos classifica como lógica do ressentimento. Para Burgos [2006:39], ao clientelismo (disputa por pequenos favores) se opõe o ressentimento (luta por direitos), mas o ressentimento, ainda que conte com seu potencial de revolta, pode gerar em contrapartida apatia e afastamento da política [BURGOS, loc. cit.], ao que eu emendaria a grande probabilidade de um discurso que se torna cínico e irônico [CAPELLA; JAMIESON, 1997; ETTEMA; GLASSER, 1994].

No caso das associações de moradores identificadas com o exercício de funções do poder público nas favelas, Burgos [2006:42] aponta que, mesmo após a implementação de programas organizados com vontade democrática, “parecia natural atribuir-lhes funções que a princípio deveriam caber ao Estado”. Assim é que as críticas às associações de moradores, desferidas em várias das edições do União da Maré, eram a bem da verdade nitidamente críticas ao Estado, uma vez que

Os próprios responsáveis do Governo estão criando a balbúrdia. Dividiram os apartamentos [construídos durante as etapas do Projeto Rio] entre os Presidentes das Associações para serem entregues aos seus apadrinados. A Imprensa acaba de denunciar à opinião pública as trapaças dos Presidentes das Associações da Área da Maré. Irresponsáveis e corruptos que jamais deveriam estar nos representando [ed. 12].

Chamadas pelos editores de “currais eleitorais”, as associações de moradores representam em menor escala a corrupção generalizada da classe política. Por isso é que, segundo os colaboradores da Nova Holanda no União da Maré, é preciso esclarecer que o que interessa não é a política partidária, mas a política comunitária [ed. 7]⁷⁶. É dentro desta perspectiva que o próprio jornal pode ser compreendido, já que suas principais prerrogativas eram [ed. 11]:

- Criar o hábito dos moradores se reunirem entre si.
- Discutir e procurar formas de ação para resolver nossos problemas.
- Acompanhar todo o desenrolar do Projeto Rio e buscar formas de interferir neste projeto.

Em sua cruzada por mais informações e pelos direitos dos moradores, o União da Maré é um exemplo claro de como o discurso cínico da imprensa pode atuar mesmo no âmbito comunitário. Para os editores do jornal [ed. 2], os “homens do BNH estão é adoçando a

⁷⁶ O trecho original comenta, criticando mais uma vez o Projeto Rio, que a política comunitária é aquela que é independente de partidos, e sugere que a verdadeira democracia não é a democracia representativa partidária, mas a democracia direta. “Nós moradores de N. Holanda, após quase três anos de luta e tentativa de organização, estamos quase na estaca ‘zero’. Por que será? Por não nos interessarmos por uma política partidária e sim comunitária? [...] Já ouvimos de várias partes que temos e devemos nos unir aos deputados e vereadores, etc... [...] como na Idade Média, somos os feudos e temos os nossos senhores feudais. (História da Riqueza do Homem - livro de L. Huberman). Isto é, somos considerados ‘currais eleitorais’. Fazem nos crer que sozinhos, somos incapazes de nos organizarmos, que dependemos de intelectuais, dos doutores para tomar iniciativas pelos moradores. [...] Precisamos dos políticos, sim, mas que não sejamos obrigados a ficar comprometidos com eles, pois isto não é democracia.” O papel do indivíduo na democracia direta é apontado por Tocqueville em seu segundo volume de *A democracia na América* e claramente me remete à experiência individual do cidadão-jornalista, entendida a partir do recorrente slogan do site colaborativo OhmyNews <<http://english.ohmynews.com>>: “every citizen is a reporter” [“todo cidadão é um repórter”].

boca dos favelados”. O tom de denúncia dá lugar a dúvidas e desconfiças prévias, extrapolando a função do jornal como instrumento de pressão política. Em contrapartida, a espiral do cinismo compreende que a mídia é tomada pelo mesmo cinismo de que lança mão [CAPELLA; JAMIESON, 1997:228], de modo que passa ela própria a ser vista pelo público com desconfiça. E não é outra coisa o que acontece com o União da Maré quando os dirigentes das associações de moradores negam o pedido dos colaboradores do jornal para que pudessem participar das reuniões com o BNH, como vimos acima.

Shanto Iyengar [1991:8, tradução minha] sugere que “os indivíduos tendem a simplificar assuntos políticos ao reduzi-los a questões de responsabilidade”. Ele [ibid.] traça a diferença entre duas abordagens de atribuição de responsabilidades: a responsabilidade causal, cujo foco está na origem do problema, e a responsabilidade de tratamento, cujo foco está no que ou em quem pode solucionar o problema. Minha constatação, no caso do discurso do jornal União da Maré, é de que, aliando a ideologia das esquerdas políticas ao trabalho de mobilização comunitária dos editores do veículo, as reportagens curiosamente apontam para uma responsabilidade causal do Estado, como aquele que gera as desigualdades sócio-econômicas que afligem aquela população, ao passo que indicam uma responsabilidade de tratamento que caberia ao potencial de organização e mobilização dos próprios moradores. Note-se que há aí uma interessante “inversão” de valores, digamos, de herança essencialmente da democracia direta. O Estado, cuja finalidade é proporcionar boas condições de vida à população, é o problema, não a solução. A solução está nas mãos dos próprios moradores, e de ninguém mais. Afinal, as benfeitorias feitas na área da Maré não partiram do poder público, e, sim, dos mutirões organizados pelos moradores [ed. 2, ed. 9, ed. 10]. “Isto aqui não era puro lodo?” [ed. 2].

É interessante notar que o discurso do jornal comunitário acompanha a própria lógica do jornalismo público (*public journalism*) em sua vertente participativa. Nesta compreensão, a

responsabilidade de tratamento da notícia cabe ao cidadão-jornalista⁷⁷: é ele quem deve assumir uma função pública, de emissor, e noticiar, denunciar.

Ainda segundo Iyengar [1991:11], o enquadramento dado pelo veículo de comunicação é capaz de influenciar a decisão do público. Dessa maneira, a retórica jornalística faz uso da construção narrativa de vilões e vítimas [ETTEMA; GLASSER, 1994:18], gerando um discurso irônico sobre estes vilões, o que, por sua vez, transforma os vilões em vítimas – além de objeto – da própria ironia jornalística [id.:ibid.].

A insistente ironia, portanto, dá vazão ao que Capella e Jamieson [1997] chamam de espiral de cinismo. A espiral de cinismo é um modelo teórico que entende o discurso jornalístico como um discurso cínico – e não cético –, pela sua disposição em desacreditar nas boas intenções alheias [id.:19; 26]⁷⁸.

⁷⁷ Note que no entendimento medieval sobre os meios de comunicação, conforme mencionado por Habermas – em quem me referenciei acima sobre a transconfiguração de sentido entre as categorias “público” e “privado” –, esse esquema se inverteria, levando a compreender o Estado como responsável de tratamento e o público como responsável causal. Nesta acepção, os meios de comunicação servem de canal entre o poder público (como emissor privilegiado) e o público (como receptor).

⁷⁸ Para Capella e Jamieson [1997:244], só a ampliação da *accountability*, o incentivo à participação do eleitor no jornalismo cívico e o foco em enquadramentos temáticos (*issue*) podem contrabalançar a espiral de cinismo. O enquadramento temático, segundo os autores, se opõe a outro tipo de cobertura, definida por eles como estratégica (*strategy*). No primeiro, o tratamento dado a um tema fornece informação suficiente para que o leitor possa embasar sua opinião.

Dois exemplos claros de enquadramento temático, nos moldes de Capella e Jamieson, são a reportagem sobre os cuidados que os moradores devem tomar para não serem infectados pelo mosquito da Dengue [ed. 11] e a reportagem publicada na edição 1, que apresentava aos leitores como havia ficado o quadro político-partidário após o retorno ao pluripartidarismo (1979-). Neste último artigo, é interessante notar que mesmo enquadramentos temáticos possuem perspectivas editoriais estratégicas, uma vez que a definição em poucas palavras a linha de atuação de cada partido deixa transparecer a opção política dos próprios editores – sobretudo em frases como “PP – Partido Popular: Onde se reuniram os banqueiros, empresários e fazendeiros” e “PT – Partido dos Trabalhadores: Idéia que nasceu [...] da necessidade dos trabalhadores se organizarem num partido”.

No caso do União da Maré, a vilanização do poder público serve como evidente contraponto à afirmação de uma identidade favelada, uma identidade, por assim dizer, autônoma, que não se presta a servir de massa de manobra. Vinhetas de alto-falantes e trombones [ed. 4] servem para simbolizar que o jornal dá voz aos seus leitores – e coincidentemente evocar as rádios de caixinha, que hoje permeiam a Maré.

Os nomes das colunas do jornal são evidências à parte: “Pinga Fogo”, “Lance Livre”, “O alô do Parque Rubens Vaz” e “Baixa do Sapateiro dá sua paulada” corroboram a afirmação de que o União da Maré compreendia, a seu modo, seu papel como instrumento de *accountability*⁷⁹. Relatando suas conquistas – o concerto de uma passarela da Avenida Brasil graças à “campanha” feita pelo veículo, a assunção da entrega de correspondência pelos Correios no Parque União, entre outras reivindicações –, os editores expunham ao leitor sua visão de que “O *Jornal União da Maré* tem que ser a voz, daqueles que não tiveram vez, mas que agora chegou a nossa vez e a nossa voz” [ed. 2, os termos grifados estão em capitulares no original]. Assumindo seu discurso contra o poder público é que o União da Maré legitima-se como voz dos excluídos e afirma seu ideal de participação cidadã⁸⁰.

Assim se coloca, de acordo com Fernando Lattman-Weltman [2003:150],

a questão da informação – da produção e circulação, na sociedade, de dados e versões sobre dados, de estruturas de representação e significação desses mesmos dados ou versões – como uma das mais decisivas no que se refere a mobilização e à legitimação de estratégias de conduta política ou de intervenções em questões de engenharia institucional democrática.

A “voz dos excluídos” é ainda o grande paradoxo que apresentam os veículos de jornalismo cidadão, em especial os meios

⁷⁹ Ver nota na Introdução desta dissertação.

⁸⁰ Ver nota na Introdução desta dissertação.

de comunicação comunitária. Se os excluídos são aqueles que não têm voz, como pode haver algo que congregue sua voz? Se os jornalistas cidadãos são justamente este grupo de “excluídos”, como podem ser “cidadãos”? E, ainda, lembrando a série de perguntas do blogueiro Nemo Nox com que iniciei esta dissertação, os jornalistas cidadãos são mais cidadãos que os *jornalistas*?

Não tenho respostas imediatas a estas perguntas, apenas entendo que atuando no papel do “bombeiro incendiário” [cf. BOURDIEU, 1997:92] – e aqui eu relaciono a expressão de Bourdieu com o nome da coluna, “Pinga Fogo”, que remete por sua vez a uma aguardente tipicamente nordestina –, o União da Maré veste a missão atribuída ao ethos jornalístico pelo senso comum da categoria. Desta forma é que o jornal comunitário se apresenta como verdadeira ferramenta de jornalismo cidadão. “Surgido do esforço de moradores daqui, nossa voz estará presente em todas as horas que se fizerem necessárias, em defesa das nossas necessidades e da legalização da terra. [...] Casso isso ocorra, a UNIÃO DA MARÉ tá lá” [ed. 4]. Resumindo sem meias palavras, “Este jornal é nossa arma” [ed. 2].

2. UM JORNAL CIDADÃO

A imagem de uma utópica e ideal reunião de pauta de um jornal comunitário poderia ser a seguinte: todos os moradores juntos num estádio de futebol discutindo sobre como deveria ser ou não o Jornal. Todos participando, cada um com direito a voz

[André Luís Esteves Pinto, ex-editor do Jornal O Cidadão]

Sempre tive curiosidade sobre os nomes dos jornais. Vespertinos ou matutinos, tablóides ou standards, de elite ou populares, nomes rotineiramente precedidos pelo artigo definido me faziam traduzir o jornal como uma instância rígida e coletivizada. O Estado, O Diário, O Globo, O Planeta, os qualificadores eram em geral muito intransigentes. E habitualmente os mesmos. Eu notava ainda que todos eles tentavam expressar a sua abrangência. Eram meios de massa, afinal. Nada mais previsível que buscassem uma identidade ampliada, que acolhesse o mais possível o leitor médio.

Desde que, há cerca de quatro anos, ouvi falar pela primeira vez no jornal comunitário O Cidadão⁸¹, este nome ressoou fundo sem que eu conscientemente reparasse o porquê. No contato com a literatura que trata da conceituação de jornalismo cidadão, porém, me entusiasmei com a idéia daquela proposição. Eu achava curioso que um jornal com aquele nome fosse explorado como veículo de comunicação comunitária, mas jamais como veículo de jornalismo cidadão. Os discursos orientados pelo pessoal do Ceasm e os estudos no cenário acadêmico sobre o jornal, que desde o seu

⁸¹ O jornal O Cidadão apresenta-se em todas as edições com o slogan “o jornal do bairro Maré”. Comentarei sobre este slogan no decorrer do capítulo.

surgimento já pipocavam aqui e ali, sempre davam conta de um jornal comunitário, que procurava se contrapor aos grandes meios de comunicação. Mas, por óbvio que fosse, não se falava no Cidadão como uma experiência de jornalismo cidadão.

Eu já disse e repito que trabalhar com essas duas categorias, a do jornalismo cidadão e a da comunicação comunitária, foi ao mesmo tempo uma das escolhas mais acertadas e um dos principais pontos fracos de meu argumento. Para mim, fica claro que a delimitação conceitual de jornalismo cidadão ainda precisa ser trabalhada de modo mais enfático. Minha tentativa, ao procurar definir, por exemplo, a dinâmica do jornalismo cidadão de base comunitária, é justamente me apoiar em uma noção já bem trabalhada para demonstrar o quanto é possível alargar suas fronteiras teóricas. Como vimos [cf. introdução desta dissertação], é bastante comum o uso atrelado da noção de jornalismo cidadão ao ambiente das novas tecnologias. Foi somente ao trabalhar com o universo do jornalismo público, o universo do jornalismo cívico e das demais vertentes que ora disputam espaço ora se confundem, que pude perceber que o jornalismo cidadão, conceitualmente, é de fato sub-aproveitado. Por isso e a despeito das críticas que me apontavam na direção de descartá-lo como opção metodológica, é que segui no esforço de compreendê-lo não apenas como prática comunicacional restrita ao mundo novo da internet, mas como uma prática social que, inclusive, me permitisse incorporar, entre outros cenários, o da comunicação comunitária.

Foi assim que olhei para o jornal O Cidadão ainda com o olhar ingênuo dos primeiros dias de pesquisa: como experiência de jornalismo cidadão de base comunitária. Achei intrigante o fato de que seu nome – o nome do jornalzinho – evocava não uma instância coletivizada mas uma instância individualizada. Não era “O Planeta da Cidadania” ou mesmo “O Diário da Cidadania”; era O Cidadão, que estava ali em minhas mãos. Isso me fez refletir sobre a distância entre a experiência do jornalismo cidadão e a da comunicação comunitária como uma questão de número, pois, enquanto a

comunicação comunitária se pretende uma experiência de grupo, o cidadão-jornalista exerce, em certo sentido, uma ação “individual”. O jornalismo cidadão é assim descrito como o jornalismo em que cada cidadão é um repórter. Sendo assim, o cidadão é o próprio *meio*. Contudo – e o aspecto que levanto é claramente influenciado pelos questionamentos de Nemo Nox com que iniciei minha dissertação –, se é cidadão, o cidadão-jornalista está circunscrito a algum lugar, um lugar-cidade, sem o qual ele é incapaz de reconhecer-se cidadão. O cidadão-jornalista, portanto, é cidadão de algum lugar. Esta colocação é importante para entendermos que não se trata de buscar meramente atrelar o cidadão-jornalista a uma localidade física, mas de evidenciar o caráter imaginário da comunidade a que pertence.

De acordo com Benedict Anderson [1983:44], autor que elabora a definição do que viriam a ser *comunidades imaginadas*, o fato de uma pessoa ver réplicas exatas do jornal que lê com seus vizinhos, no metrô ou na barbearia, por exemplo, lhe dá uma sensação de tranqüilidade e conforto, que compreende a visão de que o seu mundo imaginado está enraizado no cotidiano. Tido como meio de massa⁸², o jornal é responsável por formular os limites desta

⁸² Um dos erros mais comuns em termos de estratégias de comunicação comunitária é a transformação dos meios de massa em figuras “perversas”, capazes apenas de destruir e alienar. Mas “Os veículos de comunicação massiva não são [...], necessariamente, ‘perversos’ com relação aos interesses populares. Eles, enquanto meios técnicos, permitem diversas formas de emprego, como já disse Brecht há muitos anos. Muitas experiências, principalmente no setor da radiofonia, têm demonstrado sua potencialidade quanto a um trabalho educativo na perspectiva emancipadora” [PERUZZO, 2004:131]. Em termos de formação e compreensão de uma comunidade imaginada – em torno de determinado meio –, os meios tradicionais e os meios comunitários obedecem a uma dinâmica bastante parecida à diferença que, no caso destes últimos, “Seu conteúdo, seus formatos e sua linguagem têm muito a ver com o universo cultural de segmentos de receptores” [id.:ibid.]. Ainda assim, é preciso lembrar sempre que o receptor é livre para a apreensão do produto comunicacional da forma como lhe aprouver. Ao dizer isto, faço especial referência à pesquisa da professora Rosane Prado que resultou, à época, em sua dissertação de mestrado: Rosane estudou a relação entre as mulheres de Cunha, em Angra dos Reis (RJ), e as telenovelas, demonstrando, entre outras coisas, como o momento da novela era um momento de afirmação da mulher dentro de casa, quando ela deixava de ser submissa ao marido e aos filhos para entreter-se assistindo à televisão [cf. PRADO, Rosane

comunidade. Formular ou “fabular”, para utilizar um termo empregado por André Luís Esteves Pinto [2004] em sua dissertação sobre o jornal O Cidadão⁸³.

Reconhecer quais são os assuntos em voga em um determinado grupo social, isto é, qual a pauta⁸⁴; identificar laços de pertencimento através de valores comuns; perceber traços semelhantes nos comportamentos individuais, isso tudo é papel do jornal. Na perspectiva de Robert Park [1967:28], teórico da chamada Escola de Chicago, a crônica noticiosa é chocante e ao mesmo tempo fascinante exatamente porque o leitor médio “conhece muito pouco a vida da qual o jornal é o registro”. Mas conhecer pouco, para Park, não reflete uma falta de identificação com o cotidiano daquele grupo. Ao contrário. Conhecer pouco significa que os laços – e aqui está a aproximação com o pensamento de Anderson – não são físicos, como em uma comunidade tradicional: eles são, por assim dizer, imaginados. De forma semelhante, Tocqueville comenta que grupos

Manhães. *Mulher de novela e mulher de verdade: Estudo sobre cidade pequena, mulher e telenovela*. Rio de Janeiro: PPGAS-UFRJ, 1987. **(Dissertação de Mestrado.)**

No âmbito da comunicação comunitária, nunca é demais lembrar que os meios de massa e os meios locais não são absolutamente concorrentes. Na Maré, um exemplo disto, é a simbiose que a Rádio Maré desenvolvia com a televisão: Alceu José, o Teteu [2008:depoimento oral], conta que sempre que havia um sorteio de televisão, por exemplo, a audiência da rádio crescia. Círcia Maria Peruzzo concorda com esta visão mais simbiótica que concorrente entre os meios. “Quem,” diz ela, “mesmo lendo o jornalzinho da ‘comunidade’, não acompanha o noticiário da televisão? Ou quem deixa de ver a ‘novela das oito’ para assistir um programa da tevê educativa ou cultural?” [PERUZZO, 2004:131].

⁸³ Falarei mais adiante em mais detalhes sobre a dissertação de André Luís, mas apresento desde já uma das imagens que ele utiliza sobre a mídia tradicional, indicando que os grandes meios têm um “potencial fabulatório” [PINTO, 2004:98] para tratar da realidade social das favelas, geralmente descrevendo-as como locais de selvageria e violência e ignorando o panorama cultural das comunidades.

⁸⁴ A pauta, ou o *bios midiático*, na visão engajada de André Luís [2004:119], é uma espécie de “estratégia do Capital” a fim de provocar o instinto do consumo simbólico de celebridades. Nas suas palavras [id.:ibid.]: “Imagine agora: um morador leitor de O Dia, abre o jornal e lê uma entrevista com Ronaldinho, Malu Mader e companhia. Que significado isso tem? [...] Que outro evento não é a população do bairro se deparar com perfis como de seu Zé”.

sociais (nas palavras dele, “associações democráticas”) não devem prescindir de um instrumento como um jornal, pois, como meio de massa, o jornal é capaz de “apresentar a mil leitores o mesmo pensamento ao mesmo tempo” [TOCQUEVILLE apud PUTNAM, 2000:106]⁸⁵. O cidadão-jornalista, diante dos argumentos que apresentei, é, portanto, um *comum*, na definição que, segundo Habermas [2003:19-24], é herança feudal para a designação do homem privado. O jornalismo cidadão de base comunitária, nesse sentido, deixa de ter seu telhado de vidro conceitual.

Mas eu, diante de um exemplar do jornal O Cidadão, precisava ainda entender o que me entusiasmava para empreender uma pesquisa que, de um modo ou de outro, aventava como objeto um tema já exaustivamente detalhado no meio acadêmico. Confesso que a primeira reação ao descobrir as pesquisas de André Luís Esteves Pinto, Carla Baiense Félix e Vitor de Castro foi de completo desânimo, como se minha descoberta fosse o ovo de Colombo dos outros. Sabedor dos interesses de meus colegas pesquisadores, optei por: (1) não me restringir, de modo algum, à análise do jornal O Cidadão – o que, de certo modo, me levou à pesquisa que hoje desenvolvo, abrangendo uma série de outros meios comunitários surgidos nas últimas três décadas na região; (2) não me preocupar de maneira exacerbada com a descrição histórica dos primórdios do jornal, passagem já extensamente coberta pela dissertação, por exemplo, de André Luís [2004]; e (3) trabalhar as questões deixadas em aberto sobre o entendimento do jornal O Cidadão como experiência propriamente de jornalismo cidadão, fazendo uso, a partir deste entendimento, de uma literatura mais voltada para o campo da Comunicação Política que para as margens teóricas da Comunicação Comunitária, de influência marcadamente gramsciana. Os três pesquisadores que citei como tendo desenvolvido trabalhos

⁸⁵ A citação original de Tocqueville está no clássico *A democracia na América*, também relacionado em minha bibliografia, mas eu a destaco do texto de Putnam, a fim de evidenciar a referência original do autor.

relacionados ao jornal O Cidadão e à comunicação comunitária na Maré, todos são mestres (ou mestrando) pela Escola de Comunicação da UFRJ e, de certo modo, tiveram engajamento nos movimentos sociais locais, portanto, em certo sentido, eram o que se costuma chamar de intelectuais orgânicos. Vitor de Castro, meu colega dos tempos da Faculdade de Comunicação Social da Uerj, é assessor de imprensa do Observatório de Favelas e ingressou no mestrado à mesma época que eu. Carla Baiense é funcionária do Ceasm e responde atualmente como Coordenadora de Comunicação no expediente do jornal O Cidadão. E André Luís foi editor do mesmo jornal entre 2000 e 2004, tendo sido responsável por algumas das principais medidas no período de consolidação da “marca”. Todos os três foram orientados em suas pesquisas pela professora Raquel Paiva, da Eco-UFRJ e se detiveram na experiência acumulada pelo jornal e experiências contemporâneas de comunicação comunitária. Portanto, havia, é claro, uma outra brecha não explorada por eles: a de que, a se considerar o espectro histórico, a experiência do jornal O Cidadão encontraria semelhanças e diferenças com a de outros jornais anteriores que circularam pela região, ainda que estes não tenham obtido sucesso em seus objetivos de se firmarem como veículos comunitários da área da Maré.

Dessa forma, minha intenção imediata no capítulo que se segue é explorar esta via, traduzindo o jornal O Cidadão como uma espécie de sucessor, por exemplo, do jornal *União da Maré*. Pretendo também levantar novas questões sobre a forma como o jornal comunitário trabalha a identidade dos moradores da Maré e, por outro lado, citar alguns rápidos exemplos de como se dá a recepção desses moradores diante deste trabalho. E, ainda, discutir um pouco sobre o que André Luís chama de “padrão de qualidade do Ceasm”, a inserção do jornal no projeto político da ong e a proposta editorial do veículo, incluindo aí considerações sobre o tempo em que André Luís esteve à frente do jornal e o período que o sucedeu. Minha idéia é avaliar como se dá a participação da população no processo de produção do jornal comunitário e analisar as características que o

tornaram um dos mais bem-sucedidos exemplos de veículo desse gênero no país.

2. 1. 'Vencidos voltaremos à casa

Nossos netos lutarão melhor'

*Tem gente até que brinca e diz que gostar
de ser da Maré é uma invenção do Ceasm*

[O Cidadão]

À História tenta-se rotineiramente apregoar um fim: o fim da história. Outros tantos tentam apontar o início dos tempos, o início da história. Compreender a História como um movimento, sem início e sem fim definidos (ou com quantos inícios e fins nós quisermos lhe atribuir), é uma tarefa que leva em conta a conjuntura. E esse trabalho conjuntural é precisamente o que faz da História, História.

Falar em experiências de base comunitária pode parecer uma contação de “causos”, histórias isoladas que procuram ilustrar um ou outro aspecto de meus questionamentos. No entanto, quem olha para essas experiências desta forma, esquece-se da conjuntura que lhes cerca, e esquece-se que há semelhanças e diferenças a serem notadas no processo histórico em que se desenvolvem.

Contada pelo Ceasm, organização a que ainda hoje está vinculado o jornal comunitário, a história dO Cidadão se inicia em julho de 1999, com uma edição simples, de doze páginas, em que a matéria principal discorria sobre a origem das comunidades da área da Maré. Falar sobre O Cidadão, como a experiência de comunicação mais bem sucedida de que se tem notícia, com já dez anos de estrada, porém, é ignorar o cenário em que esta experiência se firmou. Pois, “Desde o final [eu diria até desde o início] da década de 80, diversas iniciativas de moradores tentaram implantar veículos de comunicação na Maré. No entanto, os êxitos conseguidos foram limitados” [PINTO, 2000:48]. A desmobilização da comunidade, na maioria dos casos, acabou repercutindo no fracasso dessas

experiências pioneiras. Não é à toa que o *União da Maré*, como vimos [cf. capítulo anterior], costumava clamar pela participação dos moradores em suas reuniões de pauta e discussões sobre o Projeto Rio. Os custos de um empreendimento deste porte em uma favela também costumam ser cruéis opositores para que os veículos se firmem em definitivo. No entanto, como procurei já antecipar desde o capítulo anterior, o fracasso de uma destas experiências não significa em absoluto que experiências semelhantes fracassarão. Tampouco significa, é claro, que experiências sucedentes se afirmarão com mais facilidade. Na visão de Albert Hirschman [1987:30], “A reação ‘normal’ ao fracasso de uma ação coletiva provavelmente não será a repetição dessa ação. Ao contrário, é o desalento, o desespero ou, na melhor das hipóteses, uma busca ativa da felicidade *isoladamente*”. No entanto, as experiências de base na América Latina que ele próprio relata o fazem enxergar como fracassos anteriores podem se reverter em sucessos no momento seguinte. Ao que Hirschman cita, para ilustrar esta passagem, o verso com que intitulei este trecho de meu capítulo (“Vencidos voltaremos à casa / Nossos netos lutarão melhor”), do repertório camponês alemão do século XVI, e que evidencia o argumento que ele tenta delinear como o Princípio da Conservação e Mutação da Energia Social [id.:ibid.]. Segundo Hirschman, o princípio descrito por ele se enquadra perfeitamente numa campanha contra o complexo de fracasso (ou “fracassomania”) – que pode em si mesmo levar a fracassos reais [HIRSCHMAN, 1987:37].

Assim, o Princípio da Conservação e Mutação da Energia Social aponta para casos em que a mobilização prévia – no nosso exemplo específico, a constituição de uma cultura de mídia na região a partir dos casos do *União da Maré* e mesmo da *TV Maré* – contribuiu significativamente para o ressurgimento da ação cooperativa. Na prática,

ao examinarmos a história pessoal dos principais atores, descobrimos que a maioria participou previamente de outras experiências, geralmente mais ‘radicais’ de ação coletiva que, de modo geral, não alcançou seu objetivo, com frequência

devido à repressão oficial. É como se os protagonistas de uma aspiração anterior por mudança social e sua tendência à ação coletiva não os tivesse realmente abandonado, embora os movimentos de que participaram tenham fracassado ou sido extintos. Mais tarde essa 'energia social' se torna novamente ativa mas provavelmente sob forma diferente. Portanto, pode ser muito difícil observar que temos diante de nós um tipo especial de seqüência, uma *renovação* de energia em vez de uma evolução totalmente nova [HIRSCHMAN, 1987:29-30].

Em minha análise específica sobre o jornal O Cidadão, a atuação de Eliana à frente da Chapa Rosa e como colaboradora do *União da Maré*, e mesmo a participação de Carlinhos no grupo da *TV Maré*, são prováveis responsáveis pelo "calçamento" do terreno, que ajudou a consolidar a experiência do Cidadão. Carlinhos e Eliana não estiveram diretamente envolvidos no aspecto da produção e do planejamento do jornal comunitário, mas foram o braço de sustentação institucional para a iniciativa. A energia social de Hirschman [1987], que mantém claro parentesco com o capital social tal como apresentado por Putnam⁸⁶ [2000:177], é um conceito que me permite trabalhar com uma aproximação em direção à física moderna, em que se tem a distância entre a energia cinética e a energia potencial, sendo a primeira desempenhada quando há movimento e a segunda, uma espécie de combustível armazenado em depósito, a fim de ser convertida em energia cinética mais adiante.

Com isso, quero deixar claro meu entendimento de que, embora haja diferenças evidentes entre uma experiência e outra, o

⁸⁶ Para Bruno Reis, "em que pesem os claros méritos do trabalho de Putnam quanto ao esforço de síntese de 20 anos dedicados a pesquisa empírica cuidadosa da vida política na península italiana, a elaboração teórica em que o trabalho pretende fundamentar suas principais conclusões ficou condenada às duas dezenas de páginas do capítulo final do livro, e – embora envolva algumas intuições promissoras – deixa muitas perguntas sem resposta, legando para a sua posteridade o trabalho de detalhar de maneira mais sólida a estrutura analítica do argumento" [REIS, 2003:35]. Assim, a conceituação de capital social e confiança interpessoal, apresentadas superficialmente por Putnam ainda que aponte para uma saída de larga tradição em economia, aparece apenas como um conceito "guarda-chuva" [id.:47].

simples fato de o *União da Maré* ter surgido no princípio da década de 1980, cerca de vinte anos antes da origem do Cidadão já constitui por si só em um fator influenciador para o sucesso deste veículo⁸⁷. Da mesma forma, o trabalho com a *TV Maré* que despertou o interesse de Carlinhos e Marcelo [cf. capítulo 4 desta dissertação] pela história das comunidades e culminou na apostila produzida por Carlinhos [2002] intitulada *A História da Maré em capítulos*, foi, por sua vez, a base para a exposição-piloto que o Ceasm organizou no Museu da República em 2004 e também para os textos da página “Memórias da Maré”, uma das colunas do Cidadão, sendo que a edição primeira do jornal, já trazendo a temática do histórico das comunidades, indicava claramente a influência das experiências anteriores.

Para procurar suprir o amadorismo – e veremos essa questão com mais detalhes logo a seguir, ainda neste capítulo –, os dirigentes do Ceasm buscaram formar uma equipe tecnicamente instruída para guiar o projeto e, em seguida, capacitar outros grupos locais para que as atividades tivessem uma continuidade auto-sustentável. A partir daí, a equipe foi inicialmente constituída por um jornalista da Gazeta Mercantil⁸⁸, um fotógrafo do grupo Imagens da Terra, uma programadora visual da Faculdade de Letras da UFRJ e uma última pessoa encarregada da captação de anúncios [PINTO, 2000:52]. Jovens que cursavam o pré-vestibular comunitário do Ceasm (CPV-Maré) completavam o grupo. Todo o trabalho era feito voluntariamente e de forma completamente amadora. Tanto que

⁸⁷ Não posso dizer que o caso do *União da Maré* tenha sido demoradamente analisado pela equipe do Ceasm a fim de criar um jornal comunitário como O Cidadão. O próprio Carlinhos [2008:depoimento oral] admite que só veio a conhecer o *União da Maré* mais tarde, quando da doação do acervo das edições do jornal ao Adov por Eliana. No entanto, características como a captação de anunciantes locais, as reuniões de pauta com incorporação de sugestões dos moradores locais, as pequenas colunas de notas intituladas “Boca no Trombone”, e mesmo a idéia de traduzir em um veículo a “invenção” de um cenário como o “bairro Maré” que O Cidadão traz em seu subtítulo e o *União da Maré* trazia em seu logotipo refletem projetos editoriais próximos em intento político.

⁸⁸ Trata-se de Marlúcio Luna, jornalista que já atuou no Globo, no JB e na Gazeta Mercantil [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

André Luís Esteves Pinto [2000:59] afirma que a primeira edição do jornal precisou ser inteiramente reescrita, porque “nem mesmo as informações colhidas na apuração” dos textos dos alunos do CPV puderam ser aproveitadas. Nessa época, porém, André ainda não integrava a equipe dO Cidadão. Sua entrada se deu a partir da segunda edição, quando se tentou reforçar a equipe e fazer um trabalho de capacitação a partir de aulas de técnicas de reportagem e escrita jornalística. Segundo Carlinhos [2008:depoimento oral], André Luís trabalhava em um projeto de mídia alternativa do Programa Comunidade Solidária, que desenvolveu, entre outras ações, um jornalzinho chamado Maré Ação. Ele se aproximou do Ceasm interessado, segundo Carlinhos [id.:ibid.], na *Rádio Maré FM*, mas acabou se integrando logo em seguida ao esquema de produção do jornal comunitário.

Havia, no princípio, uma dificuldade grande em se conciliar o trabalho voluntário com os horários dos membros da equipe [PINTO, 2000:59]. A sexta edição, que marca uma breve experiência em formato tablóide do jornal, já apresentava alguma melhora nos textos, mas o jornal precisava ainda de pessoal capacitado para exercer funções de diagramação e captação de anunciantes.

Desde o princípio, um esquema de parceria com a gráfica da Ediouro – cujo prédio fica na Baixa do Sapateiro e grande parte de seus funcionários são moradores da Maré – garantiu a impressão de uma tiragem de cinco mil exemplares do jornal mensalmente [id.:52], mas todo o controle no fechamento da paginação era de responsabilidade da equipe dO Cidadão. Em um breve intervalo de tempo, o jornal já havia ganhado uma sede física para sua redação no prédio do Ceasm no Timbau e contava com um patrocínio da Petrobras, de cerca de mil reais por mês, que permitia o pagamento de bolsas para uma parcela do grupo [id.:62]. Os anúncios rendiam cerca de R\$400 mensais. E, para gerenciar esse capital, foi aberta

uma conta bancária para o jornal⁸⁹, símbolo de sua independência ao menos no aspecto financeiro da experiência.

Em março de 2000, André Luís assume a edição interinamente, após a saída do editor anterior. De interino, ainda na graduação em jornalismo, ele acaba incorporando a função em definitivo. Após a sua saída, outras três integrantes da equipe já assumiram a chefia de edição subseqüentemente. A primeira delas foi Renata Souza, moradora da Nova Holanda e jornalista formada pela PUC-Rio. Logo depois, Viviane Couto, do Parque Maré e formada em Letras pela UFRJ ocupou o cargo. Hoje, é Cristiane Barbalho a responsável pela edição. Outras seis pessoas são identificadas pelo expediente do jornal na equipe de reportagem⁹⁰, e há ainda uma revisora, um diagramador, um fotógrafo e oito pessoas responsáveis pela distribuição dos exemplares, entre outras funções. As edições são coordenadas por dois jornalistas do Globo, Flávia Oliveira e Aydano André Motta, e a chefia de reportagem é de Carla Baiense, tendo como jornalista responsável Renata Souza (REG. 29150/RJ).

A parceria com a Ediouro também foi revista em pelo menos dois momentos: a partir da sexta edição do jornal, a tiragem passa a contar com a impressão de dez mil exemplares, e, mais adiante, de dez mil exemplares mensais passa-se a vinte mil⁹¹ em um formato

⁸⁹ “Entre os sonhos de consumo do jornal está a compra de um carro de reportagem. A idéia é gradativamente acabar com o trabalho voluntariado, investindo numa estrutura o mais profissional possível de trabalho” [PINTO, 2000:62].

⁹⁰ Nos tempos de André Luís, já integravam a equipe do jornal Viviane Couto, Renata Souza, Hélio Euclides (repórter e fotógrafo) e Rosilene Matos (repórter e atual coordenadora geral do projeto), além de Lígia Palmeira, Leonardo Marques, Paulo José da Silva, Cristiane Ferreira, José Carlos Fonseca, Lúcio Mello, Ione Galletti e o próprio André Luís Esteves Pinto. “Dessa forma, a Maré tem hoje uma das raras equipes orgânicas de jornalismo comunitário formadas por jovens universitários locais” [PINTO, 2004:103].

⁹¹ O cálculo admitido por André Luís [2004:127], em sua dissertação é de que, caso o Ceasm tivesse que arcar com os custos do fotolito e da impressão, precisaria desembolsar algo em torno de R\$7 mil, valor que corresponde a mais do que o dobro do que o jornal arrecada. Hoje, além do patrocínio da Petrobras e das parcerias com o Instituto Oi Telemar e a Ediouro, O Cidadão tem como fonte de recursos os

revista de 24 páginas e de publicação bimestral ou trimestral, cuja regularidade recai sobre a função da diagramação, geralmente admitida como sobrecarregada.

No período em que foi editor do jornal, André Luís preocupava-se em capacitar a equipe, a fim de que o projeto pudesse garantir sua continuidade. “Hoje, Estevez [sic] viaja pelo país montando oficinas de comunicação comunitária inspiradas no sucesso do jornal O Cidadão” [ed. 50:9]. No entanto, algumas medidas implantadas em sua “gestão”, sobretudo no que diz respeito ao tratamento das notícias, foram descontinuadas pelos seus sucessores. Tema obviamente descoberto por sua dissertação, já que se refere ao período posterior ao que pesquisou, os editoriais e o próprio estilo do jornal vão aos poucos se adaptando às novas editoras. Atualmente, por exemplo, o aporuguesamento dos termos estrangeiros não é obrigatório como antes. Já é possível notar, pouco a pouco, o uso de expressões como “site” (antes substituído em todas as ocasiões por “página virtual”), “swing” (em vez do “suíngue” musical) e “beach soccer” (para se referir ao “futebol de areia”).

O posicionamento ideológico sobre o Governo Lula também – seja pela real desilusão com o Partido dos Trabalhadores no poder, seja pela efetiva mudança de postura diante do posicionamento quase-militante de André Luís – foi uma das guinadas que mais me chamou atenção. Em 2002, uma edição coordenada por André saudava a esperança como vencedora diante do medo, após a eleição de Lula. Dois anos depois, Viviane Couto já mancheteava a pergunta “Governo Lula faz dois anos. E aí?”, falando sobre a “decepção” [ed. 38] após o período das eleições e o cenário de corrupção veiculado pela mídia tradicional. Em 2008, a reportagem de capa da edição 55, que trazia o título “PAC: Impacto sem participação popular” foi alvo de críticas e contestações de dirigentes do Ceasm. Como pude presenciar, na feijoada que comemorava os dois anos do *Museu da Maré*, Luiz, Carlinhos e Cláudia Rose, os três responsáveis

anunciantes locais, que somam cerca de R\$1,3 mil para as despesas correntes [2004:128].

pela Rede Memória, se reuniram para reclamar da manchete “altamente ideológica” do jornal. Cláudia Rose e Carlinhos lembravam que O Cidadão hoje é financiado também pelo Governo do Estado, que apóia o Governo Lula, e criticar as obras do PAC certamente teria conseqüências negativas para a imagem da instituição⁹². As turbulências entre O Cidadão e o Ceasm são o foco de minha análise a seguir. Por ora, vale apontar que “se o parâmetro usado para definir um jornal comunitário for o processo democrático de sua gestão, O Cidadão não é um jornal comunitário. [...] Mas, diante daquilo que foi exposto aqui, quem negaria que O Cidadão é um veículo comunitário de natureza profundamente participativa?” [PINTO, 2004:142]. O que fica patente é que o processo editorial de tomada de decisão é e deve continuar sendo verticalizado. A estrutura hierárquica por trás do funcionamento de um veículo de imprensa não é mera convenção. Para responder rapidamente às demandas colocadas pela própria comunidade, é preciso que o jornal tenha repórteres, chefes de reportagem, paginadores, editores. O ideal de que todo cidadão é um repórter, no entanto, não é jamais mero slogan publicitário. Em experiências de jornalismo cidadão como a dO Cidadão a população é mobilizada para atuar como “co-produtora do processo comunicativo” [PINTO, 2004:137]. Muitas vezes não apenas as pautas, como a orientação das pautas [id.:126-127] já chegam prontas ao jornalista-cidadão. Noutros casos, os cidadãos-jornalistas enviam,

⁹² Na ocasião, Luiz me contou que, na edição 54, ele havia sido procurado pela Associação de Moradores do Parque União, para responder sobre o fato de o jornal – ao qual ele não tem vinculação – ter apresentado uma foto de uma praça com um parquinho infantil depredado. As críticas do jornal eram dirigidas ao Governo do Estado e à Prefeitura, mas o sr. Delano, da associação de moradores, afirmou a Luiz que os brinquedos foram comprados pela própria associação há oito meses e que, na época, a equipe do jornal não tirou foto para exibir a novidade. Cláudia sugeria que o título da matéria sobre o pac só seria aceitável se fosse colocado como afirmação de alguém, em aspas, ou ao menos como uma pergunta. Essas são algumas das tensões internas por que passa o jornal. Internas, dentro da comunidade. E internas, dentro do próprio Ceasm.

Vale lembrar ainda que, a partir da edição 55, os nomes de Eliana e Jailson deixam de constar do expediente do jornal, após seguidas cisões no processo de condução da ong. No novo site do Ceasm, Carlinhos já consta como atual presidente da instituição.

eles próprios, suas colaborações à redação do jornal. “A comunidade entra nessa partilha com o domínio da linguagem e informações dispersas na cultura e cotidiano local. [...] O jornalista se torna um municificador de conhecimentos técnicos de produção jornalística em imprensa escrita, rádio e tv” [PINTO, 2000:68-69]. De acordo com Jay Rosen [apud HAAS, 2007:5, tradução minha]⁹³,

Se os jornalistas querem ter algum tipo de voz crítica ou um papel desafiador diante da comunidade, eles devem, de alguma maneira, viver como membros daquela comunidade. A força de suas reportagens se origina não na distância que eles mantêm, mas na conexão que eles estabelecem em relação às aspirações reais e à batalha do cotidiano das pessoas sobre as quais eles tecem seus relatos.

E, assim, ganha sentido o processo participativo⁹⁴.

2.2. Estilo ‘cidadonês’, padrão de qualidade e projeto político mais amplo

No jornalismo público, a autoridade deve estar investida não no mercado, não em um partido, e não no jornalista, mas no público [Michael Schudson, pesquisador da University of Califórnia e da Columbia University]

É inegável que o trabalho do Ceasm e de outras ongs na Maré – como o Observatório de Favelas, o Viva Rio, o Projeto Uerê, a Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso (Acerp), a Ação Comunitária do Brasil (ACB), a Devas e a Terra Nova, entre outras – já rende frutos. Estigmatizada como palco da violência e de disputas entre diferentes facções do tráfico, a Maré das “fábulas” da

⁹³ O texto original de Jay Rosen é: ROSEN, Jay. *Getting the connections right: public journalism and the troubles in the press*. Nova Iorque (EUA): Twentieth Century Fund Press, 1996.

⁹⁴ André Luís Esteves Pinto [2000:69] lembra que “Outra missão do jornalista comunitário seria o estudo e elaboração de estratégias para vencer o cerco da não-participatividade dos moradores, criando diferentes canais de participação da população”.

Grande Mídia, aos poucos, vai cedendo espaço para uma nova Maré. Projetos de dança, esportes olímpicos, capoeira, contação de histórias, capacitação em informática, os exemplos são inúmeros. Quando eu já concluía esta dissertação, ouvi uma pessoa próxima comentar comigo que a Maré tinha cada vez mais uma aura positiva, como cenário das mais diversas obras e ações sociais. Pensei com meus botões que talvez a energia potencial de todo o trabalho de comunicação desenvolvido nos últimos anos esteja finalmente conseguindo romper o silêncio do repouso “fabulatório”. Mas é cedo ainda para chegar a conclusões a esse respeito. Eu apenas quis citar o acontecido para tentar demonstrar como um jornal comunitário como O Cidadão faz parte, sem dúvida, de um projeto político mais amplo [cf. PINTO, 2000; 2004].

A opção por não valorizar a violência em suas pautas⁹⁵ perpassa a idéia de construir identidades e cultivar valores históricos e culturais do Ceasm, características estas típicas dos projetos de comunicação comunitária [cf. PERUZZO, 2004]. A intenção clara do Ceasm, e também de outros grupos que adotam a mesma

⁹⁵ Sabendo tratar-se de uma opção explícita do Ceasm em focar sobre os aspectos culturais positivos da Maré, lembro-me apenas de duas ocasiões em que O Cidadão pautou temas relacionados à violência: a primeira vez foi na matéria sobre a Guerra do Iraque (“Invasão ao Iraque: linhas que ligam a Maré ao Oriente Médio”) – que, segundo o relato de André Luís, procurava abrir caminho para uma discussão sobre liberdades civis e direitos humanos sem mencionar o perigoso aspecto do tráfico –, e a segunda ocasião, na matéria “Quem vai levar sua alma?”, sobre o caveirão e a política de enfrentamento do poder paralelo capitaneada pelo Governo do Estado. Em ambos os casos, a opção do O Cidadão foi por não aderir ao estereótipo da violência na favela.

Nem sempre, contudo, é possível escapar de uma situação de protesto e manifestação contra a violência. Em dezembro de 2008, o assassinato do menino Matheus quando saía de casa para comprar pão por um policial militar em operação no Timbau – a PM alega que houve confronto com o tráfico, mas as testemunhas indicam que apenas um único disparo foi efetuado, sem qualquer alerta que o precedesse – gerou mobilização entre os moradores. O Ceasm, instituição em que trabalha a mãe do menino, organizou uma passeata e procurou veicular pela mídia tradicional a sua versão dos fatos. É possível que, nos próximos meses, algum(ns) veículo(s) comunitário(s) aborde(m) o tema.

orientação⁹⁶, é de trabalhar a auto-estima do morador de favela, fazendo com que a apropriação de seu cotidiano não passe pelo “olhar preconceituoso e estigmatizado”⁹⁷ da mídia tradicional sobre favelas e periferias brasileiras.

Também para combater este tipo de estereótipo – sendo uma de suas facetas a relação que se costuma estabelecer em nível do senso comum entre um trabalho comunitário e um trabalho amador –, o Ceasm apostou alto suas fichas em um projeto que se firmasse como profissional e bem elaborado. Em termos de mídia, a idéia era que o jornal comunitário deveria se apresentar como um produto atraente no que diz respeito ao visual e ao conteúdo. Assim é que André Luís Esteves Pinto [2000:54] afirma que O Cidadão se apóia no “padrão de qualidade do Ceasm”.

Fazer parte de um “projeto político mais amplo” [PINTO, 2000; 2004] e apoiar-se na marca do “padrão de qualidade do Ceasm” [id.:ibid.] são evidências de que O Cidadão é uma peça institucional. A relação institucional, porém, com o Centro de Estudo e Ações Solidárias da Maré nem sempre é das melhores. Como um veículo de comunicação como outro qualquer, O Cidadão procura trilhar o caminho da independência, razão pela qual optou-se, por exemplo,

⁹⁶ Ainda que a metodologia do levantamento seja altamente criticável, o Observatório de Favelas, através de seu boletim quinzenal, lançou uma enquete em que perguntava se os leitores de fato acreditavam que a mídia estigmatizava as favelas. Para 93% das pessoas que responderam à questão, há, sim, um estereótipo trabalhado pela imprensa de modo geral. Apenas 7% responderam que não [cf. FERREIRA, 2007]. O universo, claro, não é representativo (segundo Vitor de Castro, com quem entrei em contato para saber mais a respeito da pesquisa, foram somente cerca de 60 respostas), e tampouco a metodologia mesma de uma enquete de internet pode ser válida para um grau mais analítico, mas, a mim, parece que a própria pergunta já diz muito sobre a orientação da instituição que conduz a enquete, que surge com base nas redes de Jailson Souza e Silva.

⁹⁷ Cf. ARAÚJO, Mariana. *Mídia e preconceito. Observatório de Favelas*, Comunicação. Disponível em:

<<http://www.observatoriodefavelas.org.br/>>. Acesso em: 12 ABR 2007.

por confinar os informes das atividades da ong na seção “Nas Redes do Ceasm”⁹⁸.

A ideologia do Ceasm, porém, orienta todo o processo editorial do Cidadão de modo muito mais profundo do que se supõe à primeira vista. Não só a perspectiva de se trabalhar a memória da Maré e a favela como bairro, mas a própria apresentação do jornal – em formato revista, com todas as 24 páginas ilustradas⁹⁹, ilustrações, fotos de arquivos etc – refletem a metodologia do “padrão de qualidade do Ceasm”. A idéia por trás desta orientação é desmitificar o produto “comunitário”, geralmente visto como “coisa de favelado” [cf. PINTO, 2004]. O jornal O Cidadão compete em igualdade com jornais locais e mesmo com grandes jornais em termos visuais e de conteúdo.

Na fala de André Luís [PINTO, 2004:106, grifos meus], “A sofisticação da produção visual, [sic] concede ao Cidadão *legitimação* e *poder* mesmo entre outros veículos de mídia formal na cidade”. É interessante notar a relação que o colega pesquisador propõe entre o “padrão de qualidade” do jornal comunitário e o aspecto de uma eventual operação de poder. Nesses termos, o jornal é ele próprio uma intervenção política [cf. PINTO, 2004:106] e, portanto, atua como instrumento de mobilização e participação cidadã.

André Luís Esteves Pinto [2004:106] ainda relaciona poder e vulnerabilidade ao comentar sobre a preocupação com a sustentabilidade da experiência. O processo de produção do jornal deveria ser também um processo constante de aprimoramento e capacitação de novos agentes (entendidos como “cidadãos-

⁹⁸ “Existe o cuidado de evitar que o jornal tenha muitas matérias sobre o Ceasm, o que poderia gerar um ar institucional ao veículo. A solução encontrada foi criar uma coluna chamada *Nas Redes do Ceasm* com informativos sobre as atividades realizadas pela entidade. As exceções são as matérias que merecem destaque especial, como a dos vestibulandos da Maré” [PINTO, 2000:58].

⁹⁹ Até bem pouco tempo, o jornal possuía apenas a capa, a contracapa e as duas páginas centrais coloridas. O último acordo de parceria com a Ediouro garantiu que todas as páginas passassem a ser impressas em fotolitos coloridos.

jornalistas”), a fim de garantir a continuidade técnica do veículo. Manter um alto “padrão de qualidade” significa, geralmente, atrelar o processo produtivo às pessoas. No caso do Cidadão, uma das chaves de sua longevidade é justamente a desvinculação entre estas esferas.

Mas o “padrão de qualidade do Ceasm” é, muitas vezes, mero catalisador deste processo de legitimação. Embora se admita comumente que O Cidadão não poderia ser produzido em condições outras que não a presença do Ceasm, o clamor pela independência editorial é o que traz à tona, por exemplo, decisões editoriais arriscadas como a de se criticar o Governo de Lula [“Apesar de todo o discurso, o governo Lula ainda não conseguiu eliminar do país um dos maiores problemas sociais: o desemprego”, ed. 40]. Possivelmente incorrerei em generalização anti-científica, mas me parece que O Cidadão pertence a um projeto político mais amplo do Ceasm apenas quando lhe convém. No mais, o discurso que, por razões evidentes, lhe valoriza como produto comunicacional é o da independência editorial. E, na pesquisa realizada entre os moradores sobre O Cidadão¹⁰⁰, cerca de 80% dos entrevistados responderam não saber tratar-se o jornal de um produto vinculado ao Ceasm. Cair, portanto, numa rixa que antepõe o jornal à instituição que o viabiliza pode constituir-se em problema para a imagem de ambos.

Do padrão ao estilo. O “estilo cidadonês”, a que André Luís [PINTO, 2004:107] também se refere, ilustra a decisão editorial de adotar uma linguagem próxima à dos falantes locais. Neste caso, o jornal comunitário assemelha-se a um produto radiofônico [id.:108]. Na época em que André era o editor, isto se tornava mais claro com a divisão do texto em múltiplos boxes informativos. Por vezes, nitidamente se tratava de um texto corrido, mas a edição o dividia em

¹⁰⁰ Logo adiante comento em mais detalhes a análise de André Luís sobre a pesquisa, que entrevistou 784 moradores locais sobre a sua percepção acerca do jornal comunitário, entre 28 de julho e 2 de agosto de 2003, e tem margem de erro de 3,57 pontos percentuais.

pequenos blocos a fim de facilitar e dinamizar a leitura. Hoje, as reportagens contam com o recurso dos entretítulos, que também segmentam a leitura, mas, tendo conquistado espaço na comunidade através do artifício de redação, a radicalidade dos boxes ficou para trás na maior parte dos casos. Será esse um indício de que O Cidadão também constrói sua própria cultura de mídia na favela?

Há ainda a preferência por editar textos sempre pontuados, diminuindo a extensão dos períodos compostos, e a interessante apropriação da segunda pessoa verbal [“Imagine uma questão de prova...”, ed. 25], que tende a trazer o leitor mais para perto. Na prática, o “estilo cidadonês” se converte em uma linguagem média para o morador local, uma tentativa em escala muito próxima do que fazem os grandes veículos de massa em âmbito nacional. Obviamente, a intenção é parte dos esforços de se constituir uma identidade entre jornal e comunidade, sobre o que falaremos na terceira parte deste capítulo.

Entre as principais editorias¹⁰¹ do jornal O Cidadão, para além da matéria de capa que ocupa três a quatro páginas, estão: a seção “Perfil”, com o perfil de um morador da área da Maré; a seção “Rua”, com o histórico de uma das ruas da região¹⁰²; a seção “Memórias da Maré”, escrita e produzida pela Rede Memória de forma independente¹⁰³ –; a coluna “Como a Vovó Dizia”, de dicas

¹⁰¹ Chamo de “editorias” por ser esta a linguagem corrente entre os próprios realizadores do jornal, mas entre elas, além das editoriais propriamente ditas, estão listadas seções, colunas e retrancas mais comuns.

¹⁰² A chamada “editoria” Ruas da Maré foi extinta em 2008, na edição 55 do jornal. Presente desde 2003, a seção apresentava textos sobre a história das ruas da região e de seus nomes. Entre as vias pautadas, estiveram: a rua Guilherme Maxwell, a rua Capivari, a rua Nova Jerusalém, a rua Tatajuba etc.

¹⁰³ Na edição 47, o texto da seção *Memórias da Maré*, que ocupa a contracapa do jornal, não foi entregue a tempo pela Rede Memória. Temendo atrasos na paginação do veículo, a equipe do Cidadão optou por preencher o espaço com uma “matéria especial”, que, em verdade, era um perfil de morador da Maré e mais, já que a edição já trazia a seção *Perfil*.

domésticas e de bem-estar; a coluna “Aconteceu na Maré”, com notas sobre eventos decorridos nas últimas semanas na região; a seção “Cidadãozine”, voltada para o público jovem; a “Página de Rascunho”, com poesias, cartas de leitores e desenhos; a seção “Cantos e Contos da Maré”, com produções literárias mais sofisticadas dos moradores; e a seção “Nas Redes do Ceasm”, com informes institucionais; além de matérias sobre esportes – com destaque para os times de futebol locais –, receitas, passatempos (em parceria com a Coquetel, da Ediouro), e mais.

Basicamente, a matéria principal costuma trazer “um tema pertinente a todas as comunidades, permitindo a abordagem bairro como uma unidade” [PINTO, 2000:54]. Os temas variam do comportamento à política, cobrindo um espectro que passa pelos jovens do século XXI [ed. 12], pelo governo Lula [ed. 26 e tb ed. 38 e 55], pela cultura e lazer cultural [ed. 32], pela mulher na Maré [ed. 33], pelo medo [ed. 35], pelo desemprego [ed. 40], pelo “caveirão” [ed. 44], pela derrota na Copa do Mundo [ed. 45], pela tevê digital [ed. 49] e assim por diante. Mesmo os exemplos de temáticas nacionais são sempre aproximados para a cultura local, pois a idéia é sempre territorializar [PINTO, 2004:116] o jornal.

Além disso, uma tática utilizada pelos veículos de comunicação comunitária e reinterpretada com sucesso pelo Cidadão é a questão dos enquadramentos. De acordo com Tanni Haas [2007:72], iniciativas de jornalismo público nos moldes do jornalismo cidadão avaliam que o tratamento dado às notícias deve focar na “longa-duração” (diga-se de passagem um conceito tipicamente *histórico*) e nos assuntos intrinsecamente relacionados à comunidade. Para ele [HAAS, 2007], como para Iyengar [1991], o chamado enquadramento episódico é na maioria das vezes problemático, porque “torna difícil para as audiências entenderem como eventos aparentemente desconexos se relacionam, e ainda apreciar a conjuntura das forças sociais, políticas e econômicas que impactam esses eventos” [HAAS, 2007:90, tradução minha]. Aos enquadramentos episódicos, meramente noticiosos, se contrapõem,

portanto, os enquadramentos temáticos, como propostos por Iyengar [1991], que abordam a notícia com vistas a estimular o debate público. NO Cidadão, geralmente as matérias são temáticas e têm o objetivo de gerar reflexão, tornando o veículo um instrumento que ao mesmo tempo é canal de expressão de seu público e o ajuda a formar e/ou encontrar sua identidade [CAREY apud HAAS, 2007:29]¹⁰⁴.

Seguindo a lógica de “tirar o cidadão comum do anonimato imposto pela mídia [...] e transformá-lo em personagem de uma nova criação narrativa contada a partir da perspectiva e referência local” [PINTO, 2001:12], foi formulada a seção “Perfil”, em que um personagem é alçado à condição de exemplo de vida, através da apresentação de sua trajetória. Nessa perspectiva, comentando sobre os estudos acerca do jornalismo público, Tanni Haas [2007:88] aponta que a personalização do testemunho do cidadão – acompanhada da generalização do testemunho dos atores de elite – concede uma face humana ao tema abordado. E, de acordo com Carlinhos [2008:depoimento oral], o objetivo maior é que essas pessoas sejam apresentadas à comunidade de maneira geral, integrando e congregando os moradores em torno da idéia de que enfrentam dificuldades semelhantes e têm histórias de vida dignas e “batalhadoras”.

Mas a valorização do argumento histórico não se restringe à apropriação individualizada dos perfis de moradores. A principal seção do jornal comunitário – com base na visão de 20,7% dos leitores¹⁰⁵ – é a página de “Memórias da Maré”, que ocupa a contracapa das edições. O objetivo da coluna é sempre mostrar ao morador como se deram as intervenções urbanísticas na área da

¹⁰⁴ O texto original de Carey é: CAREY, James. *Community, public, and journalism*. In: BLACK, J. (org.). *Mixed news: the public/civic/communitarian journalism debate*. Mahwah (EUA): Lawrence Erlbaum, 1997.

¹⁰⁵ Realizada em 2003, a pesquisa não leva em consideração o surgimento do *Museu da Maré* três anos depois e nem o fato de a primeira série de artigos, relacionados à pesquisa de Carlinhos e Marcelo, ter se encerrado. Talvez, portanto, este dado esteja defasado, mas, ao menos nas conversas que travei com moradores a respeito dessa seção, a impressão foi a melhor possível.

Maré e como as comunidades possuem laços que as unem em suas origens. Nela, ganhou sentido a pesquisa que Carlinhos e Marcelo empreenderam sobre a história da região [cf. capítulo 4 desta dissertação], do ano de 1500 aos dias atuais, que foi, em capítulos, sendo publicada no Cidadão. E, ao fim da primeira série, quando o modelo de seqüência cronológica se esgotou, a página organizada pela Rede Memória passou a publicar relatos sobre atividades institucionais de seus coordenadores e, mais adiante, artigos sobre os objetos expostos no museu, aprofundando-se na história dos cenários e utensílios e em como eles foram parar na exposição.

A abordagem histórica, no entanto, não está restrita à última página do jornal. Posso dizer, sem incorrer em erro, que história e memória permeiam todas as páginas de todas as edições do Cidadão. Uma simples matéria sobre o fechamento de casas lotéricas da Caixa Econômica Federal na região pode trazer um curioso subtítulo “A História da Maré vista nos bilhetes das Casas Lotéricas” [ed. 49]. Ou uma matéria sobre os transtornos causados pelas constantes chuvas de Verão pode trazer um box informativo narrando sobre como “A Maré já foi uma região alagada” [ed. 45]. A orientação para este tipo de enfoque é certamente uma herança do projeto político do Ceasm. Em termos de projeto comunicacional, a preservação da memória local é, na Maré, o gancho encontrado para a construção de uma identidade “mareense”.

2.3. Mareense!? Existe isso?!

E aquele papo de mareense? Ok, a gente confessa: essa palavra é invenção do jornal

[O Cidadão]

Uma passagem de meu caderno de campo: entro na estreita lan house, que é também um bazar e uma papelaria, e peço para me tirarem xerox de algumas páginas do jornal *União da Maré*, que eu havia tomado emprestado do Arquivo Documental Orosina Vieira (Adov), a fim de reproduzi-lo para minha pesquisa. Na ocasião, eu

tinha autorização de Luiz e Carlinhos, através de JB¹⁰⁶, para fazê-lo. Estava de posse das folhas amareladas pelo tempo, mimeografadas, do jornalzinho da década de 1980. Um menino na lan house olhava fixamente para os papéis enquanto a atendente me tirava as cópias solicitadas. Eu o olhei de volta e sorri. Ele não agüentou:

Moço, esse é o jornalzinho desse mês?

Não é demais explicar que o menino se referia ao Cidadão e não ao *União da Maré*. Na cabeça daquela criança, o jornal O Cidadão é uma realidade, é o “jornalzinho”, em sentido estritamente carinhoso jamais pejorativo. É o “nosso jornalzinho”, como ouvi outros jovens se referirem a ele [a esse respeito, cf. tb. o relato de PINTO, 2004:113]. Ou ainda a “nossa revistinha”. Toda esta identificação é fruto do trabalho de construção de imagem e identidade na comunicação comunitária do Ceasm.

Em uma área com cerca de 130 mil habitantes e um percentual médio de analfabetismo de 8%¹⁰⁷, alcançar mais de 50% de leitores, entre eventuais e habituais¹⁰⁸, tendo apenas uma tiragem de vinte mil exemplares, é uma marca considerável. Significa, por exemplo, que cada exemplar circula para, pelo menos, três pessoas¹⁰⁹.

¹⁰⁶ JB, ou João Batista, é um dos funcionários da Casa de Cultura do Ceasm. É um jovem em idade de vestibular e deve optar, segundo me disse pelo curso de Letras, a despeito das “pressões” do pessoal da Casa de Cultura para que ele curse museologia.

¹⁰⁷ Os dados são do Censo Maré 2000.

¹⁰⁸ Os dados sobre o percentual de leitores do Cidadão referem-se à pesquisa empreendida em 2003 na região pelo Observatório Social da Maré, do Ceasm. A pergunta feita aos moradores dizia respeito à quantidade de vezes em que eles já leram O Cidadão; os leitores classificados como “habituais” leram mais de três vezes o jornal. Os leitores “eventuais” leram menos de três vezes.

¹⁰⁹ Os dados dão conta de que 9,1% dos moradores recebem o exemplar do Cidadão de amigos e parentes.

Tabela 2.1

	mais de três vezes*	menos de três vezes*
quantas vezes já leu uma edição dO Cidadão?	34,8%	17%

FONTE: Observatório Social da Maré (Ceasm)/2003

* cf. nota 26.

Tabela 2.2

	qual a seção que mais gosta no jornal?
<i>Memórias da Maré</i>	20,7%
matérias do cotidiano	10,7%
<i>Perfil</i>	6%
<i>Como a Vovó Dizia</i>	5,1%

FONTE: Observatório Social da Maré (Ceasm)/2003

A distribuição dO Cidadão é, portanto, um dos pontos-chaves de sua atuação. No início, ela era feita pela equipe da Rede de Atendimento Local (RAL-Maré), responsável pela prestação de serviços comunitários de distribuição de energia elétrica, e que percorria as ruas da Maré para disponibilizar o jornal em associações de moradores e no comércio local [PINTO, 2000:62]. André Luís [id.:ibid.] conta ainda que outra iniciativa importante foi pedir a alguns jornalheiros da área da Maré que, nos fins de semana, encertassem O Cidadão em meio aos cadernos dos jornais tradicionais vendidos. Esta medida, juntamente com a constituição de um sistema de mala-direta, garantiu ao veículo uma circulação exógena. Pensa-se também em criar uma espécie de assinatura do jornal, mas o modelo hoje esbarra na gratuidade dos exemplares. Contudo, a principal via de distribuição dO Cidadão segue sendo a metódica entrega em domicílio. A equipe de bolsistas que atua na distribuição mapeia as áreas de acordo com indicadores próprios e articula uma entrega nas casas, no comércio e em pontos de alta circulação, como a Casa de Cultura do Ceasm, que tem um *display* apresentando a última edição do jornalzinho na entrada do *Museu da Maré*.

Mas a questão da distribuição cobre apenas parte das razões pelas quais O Cidadão tornou-se uma experiência de vanguarda no âmbito da comunicação comunitária e em especial na área da Maré. O trabalho identitário segue muito além do esquema *peer-to-peer* de distribuição. Ao afirmar-se como “o jornal do bairro Maré”, O Cidadão não só faz uso da política de reapropriação da categoria urbana “bairro”, própria do Ceasm, mas também aponta na direção de se afirmar como jornal de bairro, portanto, um veículo que compete em pé de igualdade com outros jornais de bairro, ainda que seja produzido em uma favela. Trabalhando a Maré como bairro, O Cidadão permite-se integrar comunidades que sequer se identificam, ainda hoje, como pertencentes à circunscrição da Maré. Em determinada ocasião [ed. 27], por exemplo, a equipe de reportagem do jornal comunitário entrevistou o presidente da Associação de Moradores de Marcílio Dias e o ouviu dizer que a comunidade não faz parte da Maré, e, sim, da Penha Circular. Para ele, integrar a Maré seria inclusive incorporar o estigma de uma região pobre e marginalizada.

Não pretendo me estender sobre a intenção política por trás da adoção da categoria “bairro” por parte das ações do Ceasm¹¹⁰, mas, entendendo a imposição desta categoria verticalmente a partir de um decreto municipal¹¹¹, quero crer que a dinâmica proposta é quase subversiva. Afinal, afirmar-se como bairro é, em si, um exercício de cidadania. Para mim, como para André Luís, é uma atitude que expressa “uma figura arquetípica da comunicação comunitária” [PINTO, 2004:114]: a imagem de uma população que é capaz de apropriar-se das formas de dominação a que está exposta e transformá-las, como se transforma *energia!*

Um exemplo na dissertação de André Luís [PINTO, 2004:114] me chama a atenção: uma matéria sobre um vazamento de esgoto na

¹¹⁰ Mais detalhes sobre esta questão podem ser conferidos na dissertação de Cláudia Rose Ribeiro da Silva [2006].

¹¹¹ A Maré foi reconhecida como bairro a partir da Lei Municipal nº 2.119, de janeiro de 1994.

comunidade Salsa e Merengue (Conjunto Novo Pinheiro) foi capaz não apenas de gerar repercussão para que a obra fosse realizada pela Cedae, como também motivou um contato da equipe da companhia a fim de buscar o endereço correto, já que ele havia sido publicado com erro. Segundo André [id.:ibid.], um dos funcionários ainda pediu que casos como aquele fossem, de fato, divulgados pelo jornal comunitário. É uma representação quase folksonômica¹¹², em que o movimento da informação se dá de baixo para cima, ao invés da lógica de massa tradicionalmente orientada de cima para baixo.

Um último questionamento que não posso me furtar de fazer diz respeito à construção de uma identidade *mareense*. Um dos raros gentílicos de bairro (conheço apenas outros dois para bairros do Rio de Janeiro: o *tijucano* e o *paquetaense*), apesar da leitura atenta¹¹³, não pude precisar em que edição nasceu o termo. Apenas sei que o próprio jornal criou a palavra e que a edição 27 foi dedicada a ela, com “Reflexões sobre um bairro em formação” [ed. 27]. A argumentação construída por André Luís [PINTO, 2004:130] em sua dissertação dá conta de que não se trata de um mero rótulo, mas de “uma referência identitária disponibilizada para apropriação da população”. Nesse sentido, tornar um morador de Marçílio Dias tão mareense quanto um morador do Timbau é um projeto de fôlego que guarda semelhanças com o dispositivo das pétalas da flor que simbolizava a união da Maré à época da Codefam.

¹¹² Folksonomia é uma expressão que se apresenta em oposição à taxonomia. Seu uso se dá, geralmente, em meios digitais quando o assunto é organização e recuperação da informação. Ao contrário da taxonomia, que organiza os conteúdos em um esquema hierárquico, a folksonomia os dispõe em conjuntos, possibilitando que haja interseções entre as diversas categorias. É dita folksonomia pela apropriação do radical folk-, que aponta para uma organização da informação guiada pelo saber popular.

¹¹³ No Adov, tive contato com todas as edições (talvez com exceção apenas de uma ou duas não catalogadas) do Cidadão, em uma pasta classificada. Na ocasião, assessorado por JB e Cristiano, na Casa de Cultura do Ceasm, pude anotar o que me chamava mais atenção nas edições e recolher algumas cópias sobressalentes para pesquisa. Disponho, hoje, de cerca de quinze edições originais do jornal comigo.

A reportagem indica que, aos poucos, mesmo as estruturas formais da cidade – como as placas de trânsito e os painéis de itinerário dos ônibus – vão fazendo uso do nome “Maré”. Mas os moradores – que são peça fundamental para que essa identidade se afirme –, seja porque sentem na pele o preconceito dos outros ou porque “juram de pés juntos que residem em Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Penha” [ed. 27], alguns deles ainda relutam. Mesmo assim, o adjetivo tem sido usado não apenas pela equipe do Cidadão ao redigir suas matérias mas pelos moradores que contatam o jornal, através de telefonemas, cartas ou emails. O que vejo é que, surgindo “sorratamente”, a categoria vem passando a integrar o discurso engajado da população local quase como um sinônimo das antigas categorias “povo”, “trabalhador”, “favelado”. Ser mareense é conjugar auto-estima e mobilização política, e propor um debate sobre a apropriação da favela como espaço de afirmação de identidades. Ser mareense é pertencer à “nação Maré”¹¹⁴ e integrar, por que não?, a esfera pública local. Ser mareense,

Na verdade, é uma espécie de lembrança. É uma sutil brincadeira para deixar algumas questões presentes no leitor. Mesmo reconhecendo toda diversidade e multiplicidade do que é a vida nas 16 comunidades da Maré, é também preciso reconhecer que certos laços unem aqueles que ficaram à margem da Avenida chamada Brasil. A histórica herança da desigualdade e exclusão social do país é um exemplo. A arrogância do tratamento pelo poder público, outro.

Chamar o morador de mareense é antes de tudo fazer um convite. É convidar a população para a formação de uma comunidade política ativa capaz de intervir nas 16 comunidades da Maré e na cidade. É reconhecer que o bairro não está pronto, mas em formação. E que existe condições de se pensar e construir a Maré a partir dela própria [ed. 27].

¹¹⁴ Em algumas ocasiões tive oportunidade escutar esta expressão. Nação Maré é, a rigor, o nome adotado por um grupo de rap e hip hop. Mas, para mim, responde bem à conceituação de um “complexo” de favelas.

II. O SOM

3. MAIS COISAS ENTRE O CÉU E A TERRA

A rádio, na minha opinião, tinha essa dimensão de ser uma radiografia da própria comunidade

[Antônio Carlos Pinto Vieira, em entrevista, sobre a Rádio Maré FM]

“William Shakespeare estava certo. Há mais coisas entre o céu e a terra do que pode imaginar a vã filosofia. Ao escrever a célebre frase, o dramaturgo inglês certamente não se referia às ondas de rádio. Menos ainda à batalha invisível que está sendo travada na atmosfera carioca. Mas o gênio acertou”, dizia a reportagem da Veja Rio, de maio de 1997 [LIMA, 1997].

Acima de nossas inocentes cabeças e 380 anos depois da morte de Shakespeare, emissoras legais e piratas – comunitárias ou livres – travam uma guerra surda por frequências de transmissão. Uma feroz disputa recheada de interesses, prisões e denúncias com audiência garantida até no Congresso Nacional, em Brasília, onde tramita o projeto de regulamentação das rádios comunitárias [id.:ibid.].

Classificar e compreender um meio de comunicação como comunitário é obviamente entendê-lo como um meio que atende à comunidade. A conceituação do adjetivo, no entanto, não é tão simples quanto aparenta na prática das regulamentações dos serviços de radiodifusão. Em especial sobre os veículos radiofônicos, pela sua extensão e proliferação nas últimas décadas¹¹⁵, quando os definimos como comunitários, estamos operando com uma

¹¹⁵ Estima-se que existam entre 5,5 mil e 10 mil emissoras comunitárias em toda a extensão do território nacional, de acordo com Cicilia Maria Krohling Peruzzo [2004:252].

conceituação delicada que distingue não apenas entre rádios comerciais e rádios comunitárias, mas também entre estas e as rádios livres, e estabelece relações, ainda que não necessariamente de oposição ou justaposição, também com as rádios piratas e as rádios “do povo”.

Quando desenhei meu projeto de mestrado, os meios radiofônicos marcaram presença muito antes de que eu pudesse definir meu campo ou precisar melhor o objeto a ser mapeado – a saber: os meios de comunicação comunitária da área da Maré. Marcaram presença, porque minha intenção inicial era justamente de me propor a entender os laços entre o jornalismo cidadão e a comunicação comunitária. Dito de outra forma: eu queria me debruçar sobre o uso que as comunidades faziam, por exemplo, das rádios, como prestadoras de serviço e instrumentos de mobilização popular. Preparei-me, então, para analisar estes meios e perpassar uma série de dificuldades inerentes a eles. Sabia, desde o princípio, que estudar rádios comunitárias, considerando a particularidade do registro oral, provavelmente me traria limites em termos de fontes de pesquisa e, possivelmente – inclusive dada a minha inserção inicial, com abertura para a pesquisa nos meios que estavam relacionados de alguma maneira ao Ceasm –, me apresentaria algum desafio na aproximação etnográfica. Delineei meu interesse inicial em estudar uma rádio de caixinha e uma rádio de antena. As rádios “de caixinha” são assim conhecidas por não operarem com antenas, mas com alto-falantes instalados nos postes das principais vias da favela. Dado o tempo exíguo para a conclusão desta pesquisa e o cenário com que me deparei – e sobre o qual comentarei no decorrer deste capítulo –, optei por abandonar a idéia de analisar as características particulares das rádios de caixinha, achando por bem que minha demanda pela investigação de meios radiofônicos poderia ser satisfeita com a análise do caso das rádios Maré FM (105,9MHz) e Progressiva (91,3MHz), conforme explicarei. Hoje, são cerca de quatro rádios de caixinha na Maré, segundo o levantamento do jornal *O Cidadão* [ed.

22]¹¹⁶: a Rádio Pirata, a Rádio Transmania, a Rádio Ebenezer e a Rádio Comunidade¹¹⁷. Minha intenção era menos percorrer uma a uma cada rádio e mais identificar alguma que tivesse tido uma importância histórica para a região. Por esse motivo, em determinada altura, escolhi a Rádio Trans Maré – que surgiu em 1989 na comunidade do Parque União e, tendo sido a primeira rádio de caixinha da região, permaneceu em atividade por apenas um ano e seis meses – para pesquisar a respeito. Tive, contudo, sérias dificuldades de chegar até seus realizadores¹¹⁸, razão pela qual

¹¹⁶ É possível identificar evidências de outras rádios de caixinha em operação na área da Maré em conversa com moradores locais. Como, no entanto, eu não tive oportunidade de mapeá-las de modo mais rigoroso, prefiro me ater às rádios descritas na matéria *Na onda das rádios de caixinha*, apresentada na edição de nº 22, de julho de 2002, do jornal *O Cidadão*.

¹¹⁷ Segundo a reportagem do jornal *O Cidadão*, a Rádio Pirata opera há aproximadamente dez anos na Praia de Ramos. Seu nome é inspirado no grupo RPM e a rádio, “apesar do nome” é legalizada como serviço de alto-falante [O CIDADÃO, ed. 22]. A rádio conta com 60 caixinhas espalhadas pelas ruas da Praia de Ramos e da Roquete Pinto e funciona de segunda a sábado, das 9h às 19h, e no domingo de manhã. Os comerciantes pagam R\$10 por semana, para uma média de 15 anúncios fixos.

A rádio Transmania surgiu na Vila do João e “é um bom exemplo do vai-e-vem de nomes e donos das emissoras de caixinha na comunidade” [O CIDADÃO, ed. 22]: ela já se chamou Rádio Chorão, em homenagem ao seu fundador; Rádio João, em homenagem à comunidade de origem; em seguida, foi vendida e passou a se chamar Rádio Havaí; desde 2001, alugada ao Studio Castro Produções, transformou-se na Rádio Transmania, dirigida por Edson Castro. A emissora funciona com 50 caixinhas espalhadas pelas comunidades da Vila do João, Conjunto Esperança, Vila do Pinheiro e Salsa e Merengue, com planos de expansão para o Conjunto Pinheiro. Vale lembrar que, segundo *O Cidadão*, Trans Mania era também o nome de uma rádio surgida no Parque União.

A Rádio Ebenezer opera desde 2001 com 20 caixinhas espalhadas pelo Parque União. É uma emissora evangélica (o nome bíblico significa “até aqui nos ajudou o Senhor”), que funciona de segunda a sábado, das 9h as 19h. Seu diretor é o pastor Antônio Carlos, o Mininho.

A Rádio Comunidade, por fim, opera a partir da Rua Teixeira Ribeiro, uma das principais da comunidade de Nova Holanda.

¹¹⁸ Como se tratava de um meio fisicamente localizado, já que as caixinhas geralmente são espalhadas por uma região contígua à sede da emissora, identificar os realizadores de uma empreitada que já soma 20 anos é tarefa difícil e que exige tempo e dedicação além do normal.

resolvi abandonar a empreitada e me concentrar no imbróglio entre as rádios Maré FM e Progressiva, ao fim da década de 1990, que, a cada dia, se mostrava mais interessante para minha circunscrição.

Rádio Maré (ou Maré FM) e Progressiva FM foram duas emissoras concorrentes. Sua história, para mim, é exemplar de muitas das situações vividas no âmbito da comunicação comunitária: foram coincidências, disputas internas, ameaças, pressões e perseguições do Estado [sobre quais são as dificuldades geralmente enfrentadas por rádios comunitária, cf. NUNES, 2007:99] e, acima de tudo, uma rixa pela representatividade do caráter “comunitário” e “livre” das rádios na área da Maré. Para entender o que isto significa e em que se fundamentam essas perspectivas de rádios livres e comunitárias, proponho abrimos a discussão por esta conceituação e só então seguirmos pelo estudo de caso.

Como vocabulário conceitual, a fronteira entre uma dita rádio pirata e uma assim chamada rádio livre é particularmente o lado em que se encontra o enunciador. A experiência recente de guerra de informações entre as forças armadas americanas e as milícias iraquianas – que opôs o uso pela imprensa de termos como “forças de ocupação” e “forças invasoras”, para se referir ao exército aliado, e “resistência” ou “rebeldes”, para se referir aos iraquianos – é um exemplo simples de como o enquadramento da notícia pode sofrer enviesamento ideológico. Com a conceituação entre rádios piratas e rádios livres não é diferente. Cicilia Maria Krohling Peruzzo [2004:216] define como rádio livre “aquela que, numa conjuntura conflitiva ou não conflitiva, ocupa um espaço no dial dos receptores sem ter recebido a concessão de um canal” e acrescenta que tais rádios são, por isso, também conhecidas como “clandestinas”, “alternativas” ou mesmo “piratas”.

É importante lembrar que, no Brasil, como na maioria dos países com legislação sobre o sistema de telerrádiodifusão, a transmissão no espectro eletromagnético é exclusiva da União, que

pode explorá-la direta ou indiretamente, por meio de concessão do Governo Federal. Segundo Peruzzo [2004:135], até 1988, a decisão sobre a concessão cabia meramente ao Presidente da República. Com a constituição de 1988, passou-se a necessitar do aval do Congresso para conceder os canais de operação para rádio e tevê, mas esta medida, longe de significar maior equanimidade, apontou para uma prática de concessão conforme interesses políticos e econômicos [cf. PERUZZO, loc. cit.]. “O resultado é que os meios estão monopolizados nas mãos de grandes conglomerados” [id.:ibid.]. Portanto, as rádios “alternativas” são aquelas que não se circunscrevem a este modelo. Em sua autodenominação, são rádios que operam livremente (“livres”), no espectro da radiodifusão comercial¹¹⁹.

De acordo com Peruzzo [2004:241], a primeira rádio livre de que se tem notícia foi uma emissora sindical surgida em 1925, na Áustria. Em seguida, vieram rádios como a Rádio Espanha Independente, em 1941; Rádio Sucre, na Bolívia, em 1954; Rádio A Voz da Argélia Combatente, em 1958; e a Rádio Rebelde, em Cuba, no mesmo ano. A expressão “rádio pirata” surge na Inglaterra, por volta da década de 1960, quando algumas emissoras, como forma justamente de burlar o controle oficial, “iam ao ar a partir de barcos flutuando em alto-mar, fora dos limites das águas territoriais” [PERUZZO, 2004:241]. No Brasil, ainda segundo Peruzzo [2004:243], a primeira rádio livre foi a Rádio Paranóica, de Vitória (ES), que

¹¹⁹ O modelo de negócios, entretanto, não é o que caracteriza de modo mais preciso uma rádio “livre”, diante de uma rádio “comercial”. Ambas, na medida do possível, se apropriam da tradicional dinâmica de sublocação de espaços, patrocínios e anunciantes. A diferença maior entre o modelo de uma e de outra neste quesito diz respeito à abrangência dos anunciantes e patrocinadores, o mesmo se dando em relação à abrangência dos programas veiculados: “como a mídia comercial se torna a cada dia mais globalizante e universalista, o tratamento dos assuntos passa a ser genérico e nada específico. O local, o regional só são iluminados uma vez que se enquadrem em certos critérios, como os de originalidade, repercussão, conflito, raridade” [PAIVA apud NUNES, 2007:111]. (O texto original de Raquel Paiva, citado por Márcia Vidal Nunes é PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidades, mídia e globalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 205pp.)

funcionou de outubro de 1970 a fevereiro de 1971, e voltou a funcionar em 1983 até a segunda metade dos anos 1990 com o nome Rádio Sempre Livre. E, no Rio, a primeira rádio livre foi a Frívola City, surgida em 1986 para apoiar a candidatura de Fernando Gabeira¹²⁰ ao Governo do Estado [NUNES, 2007:101].

O termo *rádio comunitária* só passou a ser utilizado, no Brasil, a partir do I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias [cf. PERUZZO, 2004 e NUNES, 2007], em novembro de 1995, quando se define também que as chamadas “rádios livres comunitárias” – pela denominação uma subcategoria de rádios livres, portanto – seriam aquelas com gestão pública, sem fins lucrativos, e de programação plural, além de se enquadrarem no perfil de transmissões de baixa potência. De acordo com Márcia Vidal Nunes [2007:108],

São comunitárias as rádios que asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais de todos os matizes que compõem uma comunidade, entendida como grupo social, agregado por interesses, vivências e/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de forma organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação

¹²⁰ Sobre Gabeira, Wladimir Aguiar [2008:depoimento oral] comenta que o parlamentar foi o único a se levantar em favor das rádios comunitárias na época da votação pela Câmara. “Eu me lembro que, nessa comissão [a Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara, que votaria a lei nº 9.612/1998], um candidato [sic] chamado Arolde de Oliveira que era do PL, ligado à bancada evangélica, na votação, ele criou o maior rebu, como se fosse desarticular todo o movimento dentro da comissão, dizendo que 90% das rádios comunitárias do Rio de Janeiro eram ligadas ao narcotráfico. Isso foi como se uma bomba caísse dentro da comissão. O único candidato que se levantou e brigou contra isso foi o Gabeira, na época ele era do PT, não era nem do PV. Ele, dizendo que era mentira, então, foi o maior reboliço. Parou a votação, sabe? O relator suspendeu a votação uma hora e ficamos esperando, esperando, esperando. Aí, chega ele, entrou ele, [...] ‘Agora, caiu em pauta a lei 9.612, que regulamenta as rádios comunitárias. Quem estiver contra se levanta, e quem estiver a favor que fique aonde está. Votado. Aprovado.’ Aí, ficamos: ‘Caramba. Aprovou a lei. Aprovou a lei.’ Eu disse: ‘Peraí!’ Quando nós chegamos lá, nessa que nós fomos lá e voltamos, eles vieram com uma proposta totalmente diferente do que nós queríamos!”

necessários à estruturação da emissora, tais como vivências políticas, elaboração da programação, etc.

Em princípio, as rádios comunitárias são aquelas que, servindo à comunidade, operam de modo livre e alternativo, ainda que hoje tenhamos uma legislação específica para rádios desse tipo, conforme falaremos a seguir. Na prática, porém, “apesar das pautas comuns em torno da luta pela democratização da comunicação” [MALERBA, 2006:28], há uma diferença ideológica entre os movimentos de rádios livres e de rádios comunitárias. O primeiro não reconhece o Estado como detentor da exclusividade sobre o sistema de radiodifusão. Seus partidários argumentam que qualquer legislação sobre o controle do espectro eletromagnético tolhe a liberdade de expressão e de imprensa [cf. MALERBA, 2006:29]. Por outro lado, o movimento pelas rádios comunitárias entende que é necessária uma legislação que as respalde. Esta legislação, todavia, precisa levar em conta as especificidades da comunicação comunitária e ser inclusiva e não restritiva.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a legislar sobre veículos de radiodifusão comunitária. Aprovada em 1998, a lei nº 9.612, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, é controvertidamente considerada um avanço tanto quanto um retrocesso. Ao restringir as emissoras a uma transmissão de baixíssima potência¹²¹, inviabilizar a formação de redes¹²² e impedir a publicidade¹²³, a legislação “inviabilizou a existência da maior parte das experiências autenticamente comunitárias, favorecendo, na prática, a sobrevivência das emissoras ligadas a políticos e

¹²¹ A potência limite instituída pela lei é de 25 watts ERP, considerada baixa demais pelos operadores (art. 1º, § 1º).

¹²² No vocabulário da telerradiodifusão, a constituição de redes de emissoras engloba a operação de uma cabeça-de-rede (responsável por gerar a programação de rede nacional) e emissoras afiliadas e repetidoras (que retransmitem a programação da cabeça-de-rede ou geram programação regionalizada).

¹²³ A lei proíbe sublocação de horários e comerciais, mas prevê patrocínio de programas sob forma de “apoio cultural”, desde que restritos aos estabelecimentos situados na própria comunidade (art. 18).

comerciantes, que são as que estão recebendo as autorizações para funcionamento legalizado em sua maioria” [NUNES, 2007:107; cf. tb. FRANCO, 2007]. Embora o respaldo legal tenha sido uma batalha do movimento organizado de rádios livres comunitárias,

Não há dúvida de que as restrições mencionadas foram fruto do *lobby* escancarado da Abert [Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que congrega os principais empresários do setor e defende os interesses dos grandes conglomerados] e que encontraram boa acolhida junto ao governo e muitos congressistas ligados, direta ou indiretamente, a estas empresas de comunicação¹²⁴ [NUNES, 2007:108].

O dito *lobby* das emissoras comerciais é alimentado pelo temor de que a audiência se pulverize a partir da entrada dos veículos comunitários [cf. PERUZZO, 1998:7]. Nesta perspectiva, as rádios livres comunitárias supririam a demanda da audiência por conteúdo mais localizado e, de certa maneira, recuperariam “o sentido fundamental da comunicação: servir de vínculo ao intercâmbio de idéias e valores entre os membros da comunidade de que são parte” [NUNES, 2007:114], criando um vínculo mais “humano” [id.:ibid.] com a comunidade, ou, por assim dizer, mais orgânico [cf. PERUZZO, 2004:258].

As acusações de praxe contra os serviços de rádios comunitárias são as de que elas são capazes de gerar interferências não apenas na operação de emissoras legalizadas¹²⁵ como também

¹²⁴ No Brasil, os dados mencionados por Márcia Vidal Nunes dão conta de 60% dos parlamentares como proprietários ou sócios de empresas de comunicação [NUNES, 2007:108].

¹²⁵ É curioso notar que a lei no 9.612/1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária não só prevê a correção e a possibilidade de interrupção do serviço em caso de interferências causadas pela rádio comunitária em emissoras tradicionais, como também não dá qualquer tipo de garantia para as rádios comunitárias se o contrário ocorrer. O artigo 22 da lei nº 9.612/1998 é taxativo nesse sentido: “As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de

na freqüência da Polícia Militar e em aeroportos¹²⁶. Há quem acuse, por exemplo, as rádios comunitárias das constantes interferências nos sistemas de comunicação e navegação de aeronaves no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o que teria causado a queda de um avião da TAM em outubro de 1996. No Rio de Janeiro, a reportagem da revista *Veja Rio* [LIMA, 1997], sobre a qual entraremos em detalhes mais adiante, comenta que o sistema de comunicação do Aeroporto Internacional Tom Jobim registrava, à época, três interferências nas últimas semanas. No entanto, a reportagem abre uma brecha para a contra-argumentação ao explicar que duas destas interferências haviam sido causadas pela comercial Rádio Popular FM, e apenas a terceira, pela “pirata” Maré FM. Para Chico Lobo, um dos precursores do movimento de rádios livres no Brasil,

É estranho que pequenas emissoras, que funcionam com baixa potência (no máximo 50 Watts), venham a causar esse tipo de desarranjo nos aviões de carreira. Não podemos imaginar que grandes empresas aeronáuticas, como a Boeing e a Fokker, fossem tão ingênuas ou irresponsáveis para deixar sair de seus hangares aeronaves com tamanha vulnerabilidade nos sistemas de navegação [LOBO, 2003; cf. tb. LOBO apud PERUZZO, 1998:8].

Cicilia Maria Peruzzo [1998:7] elenca quatro características das rádios comunitárias que alimentam o rancor e a “cultura do medo” patrocinada pelas rádios convencionais para difamarem as emissoras livres. Segundo ela, a pulverização da audiência é apenas o primeiro receio do empresariado. Esta pulverização aconteceria justamente porque as rádios comunitárias desenvolvem “uma programação sintonizada com os interesses, cultura e problemática locais” [id.:ibid.]; porque elas têm demonstrado uma grande capacidade de

Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.”

¹²⁶ Na reportagem da *Veja Rio*, de 1997, representantes do Sistema Globo de Rádio acusavam as rádios “piratas” de estarem interferindo “em freqüências da Polícia Militar e dos aeroportos da cidade, além de, claro, não pagar nenhum tipo de imposto nem sofrer nenhum tipo de controle” [LIMA, 1997]. Wladimir Aguiar contra-atacava dizendo que as maiores interferências são das rádios legais e ironizava: “Se rádio derrubasse avião, terrorista ia abrir rádio pirata adoidado” [id.:ibid.].

inovar na forma e na linguagem de seus programas; e também porque elas têm enorme potencial para atrair os anunciantes locais. Mas, para Peruzzo [id.ibid.], outra preocupação advinda das operações das rádios livres comunitárias é a de que elas possuem não somente um discurso, mas uma prática que subverte o poder das oligarquias locais, educando o cidadão comum e mobilizando-o para a participação cívica e a experiência da autogestão. Citando o jornalista Nivaldo Manzano, Peruzzo ressalta que o perigo das rádios comunitárias é a promoção que elas fazem de uma “troca de papéis”, em que “de ouvinte, o cidadão passa a falante” [MANZANO apud PERUZZO, 1998:7]¹²⁷. E, aqui, abro um parêntese para relacionar as rádios comunitárias como experiências de jornalismo cidadão.

Minha análise é de que as rádios comunitárias, por sua especificidade técnica e pelo próprio apelo popular dos meios radiofônicos, mais do que veículos impressos ou tevês comunitárias, são as mais importantes experiências de autogestão¹²⁸ em comunidades. Elas são expressão clara de uma comunicação popular preocupada com (1) a expressão de um contexto de luta, (2) o conteúdo crítico-emancipador, (3) um espaço de expressão democrática, (4) a expressão do povo como protagonista e/ou (5) a sua própria incorporação como instrumento das classes subalternas. Estes aspectos, enumerados desta forma por Cicilia Maria Peruzzo [2004:124], se interrelacionam e são capazes de descrever as atividades e os interesses da comunicação comunitária de modo geral.

Quando falo em “interesses” da comunicação comunitária, aliás, estou me reportando à descrição com que descerrei este capítulo. Compreender um meio de comunicação como comunitário é obviamente entendê-lo como um meio que atende aos interesses da

¹²⁷ O texto original de Nivaldo Manzano aparece referenciado como MANZANO, Nivaldo. *Escândulo no ar*. pp. 12-13.

¹²⁸ Segundo Peruzzo [2004:85], a autogestão “é a negação da heterogestão e da burocracia. A heterogestão funciona na base da relação dual entre o que gere e o que é gerido; entre o que planeja, organiza, comanda e controla e o que executa.”

comunidade¹²⁹, eu dizia. Nesta dinâmica, Alexis de Tocqueville, em seu clássico *A democracia na América* [1987], sugere que, em comunidade, os cidadãos devem buscar o que ele denomina de “interesse próprio corretamente entendido”, ao que Robert Putnam [2000:101] esclarece como “o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais”.

Em linhas gerais, portanto, Putnam complementa o pensamento de Tocqueville apontando que o indivíduo na comunidade cívica não precisa ser altruísta, mas deve racionalizar suas ações¹³⁰, de modo a buscar o bem público, ou seja, o bem comum. “Numa comunidade cívica,” diz ele [id.:ibid.] ainda, “a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos”. A idéia por trás da esquematização proposta por Putnam é a de que a participação cívica (ou participação cidadã, como bem define Maria da Glória Gohn [2003:2005]) são experiências de ação coletiva sobre o bem público. Em certo sentido, portanto, experiências de autogestão. E, no que tange à esfera da comunicação, por autogestão lê-se meios participativos.

Como ressaltai na introdução desta dissertação, Merino Utreras [apud PERUZZO, 2004:144], em seminário sobre comunicação participativa na Unesco, distingue as possibilidades de envolvimento comunitário em três níveis: (1) produção, (2) planejamento e (3)

¹²⁹ “No caso de um bairro, uma rádio pode buscar caráter comunitário se trabalhar com conteúdos retirados do cotidiano local, do que une a todos na vida real e no dia-a-dia. É essa cultura do cotidiano que aproxima e identifica os indivíduos em uma comunidade” [NUNES, 2007:98].

¹³⁰ Segundo Albert Hirschman [1979], a lógica dos “interesses” se opõe fundamentalmente à lógica das paixões. Os interesses são historicamente introduzidos como dispositivos “domadores das paixões” [HIRSCHMAN, 1979:36]. O mundo governado pelo Interesse garantiria previsibilidade e constância, ao invés de altos e baixos [id.:50].

Com o tempo, porém, a transição de *interesses* para *interesse*, no singular (ou “interesse nacional”), no século XVII, garantiu aos príncipes absolutistas poderes extraordinários em defesa da soberania do Estado, e terminou por corromper a significação inicial no uso contemporâneo, atribuindo à lógica dos *interesses* um caráter “perverso”.

gestão. Como uma espécie de gradação – que segue da elaboração de programas com ajuda profissional à administração plena de todo o processo decisório e financiamento da organização comunicacional, e leva em consideração sempre que “a participação em níveis mais avançados é de difícil concretização” [NUNES, 2007:98] –, estes três níveis nos apresentam a complexidade deste tipo de experiência.

Atualmente, não só no sentido de se organizarem em torno de associações de classe que solidifiquem um movimento nacional – a exemplo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) –, mas também como forma de trocarem experiências e programas, as rádios comunitárias contam com plataformas de compartilhamento online de arquivos, como o recém-criado RadioTube <<http://www.radiotube.org.br>>, que permite que técnicos e realizadores se agrupem em “comunidades virtuais” de interesses, e possam, ali mesmo, disponibilizar alguns de seus programas ou baixar os programas de outros. Todos os conteúdos ficam registrados sob uma licença Creative Commons¹³¹, que permite a reprodução desde que para fins não-lucrativos, evitando, assim, futuros problemas jurídicos – já que as pressões de entidades como o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (Ecad) são tão incisivas quanto as pressões das Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações.

Como forma mesmo de evitar a repressão, determinados grupos optam pela criação de rádios de caixinha, em vez de buscar a burocrática legalização do registro de rádio comunitária por meio da lei nº 9.612/1998. Mas a origem das rádios comunitárias, no Brasil, de um modo ou de outro, está relacionada a estas experiências com

¹³¹ As licenças Creative Commons são licenças jurídicas, baseadas e adaptadas à legislação autoral brasileira. Seu principal objetivo é permitir o compartilhamento de conteúdos em meio digital, sem que a lei autoral seja ferida. Para tanto, seus modelos de licença autorizam previamente a reprodução dos conteúdos, desde que citada a fonte original e desde que respeitadas as condições renunciadas pelo autor – que pode, entre outras soluções, liberar o uso de sua obra apenas para fins não-comerciais e não permitir manipulações sobre o seu conteúdo original. Para mais detalhes, cf. o site oficial brasileiro <<http://www.creativecommons.org.br>>.

transmissões por meio de alto-falantes, as chamadas “caixinhas” [cf. NUNES, 2007:99]. Tais experiências, geralmente apresentadas como “rádios do povo” [cf. PERUZZO, 2004 e NUNES, 2007], são impulsionadas por movimentos sociais ou associações de moradores que, “não podendo operar emissoras convencionais, em razão das limitações impostas pelo sistema de concessão de canais e pelas condições econômicas, se valem desse instrumento para transmitir programas e satisfazer, assim, algumas de suas necessidades de comunicação” [PERUZZO, 2004:159]. Muitos são os casos – e a Rádio Maré é um exemplo próximo desta tipicidade – em que emissoras de caixinha convertem-se rapidamente em experiências de rádios “piratas”. Não pretendo, aqui, defender a institucionalização de rádios ilegais. Quero, antes, entender as reivindicações de ambos os lados: as comunidades e o poder público. Para tanto, e também para compreender os limites entre um serviço realmente comunitário e uma rádio privada local, é que pretendo concentrar minha análise no caso que envolveu as rádios Maré FM e Progressiva.

Como não obtive acesso aos programas veiculados na época com nenhuma das duas rádios¹³², baseei minhas investigações nas entrevistas de história oral com Alceu José da Silva, o Teteu – que comandou a Maré FM de 1997 até o momento de sua interdição pela Polícia Federal em 1999 – e Wladimir Aguiar – diretor da extinta Rádio Progressiva. E utilizo ainda trechos da entrevista com Antônio

¹³² Diretor da antiga Maré FM, Teteu comentou que ainda possuía, “em algum lugar”, as fitas cassete com as gravações dos programas da rádio. Ele havia se voluntariado a procurar em seu apartamento em Copacabana ou na casa em que morou por um longo tempo na Maré, por este material. No entanto, não só as dificuldades dos afazeres diários como a natural desorganização inerente a este tipo de atividade – em que pese a iniciativa do Adov, no caso do Ceasm, como uma rara exceção –, a recuperação dos programas não foi possível a tempo de que eu pudesse desenvolver minhas investigações. No caso de Wladimir, houve disposição em me ceder material da safra recente de sua rádio, sobre o qual pude me debruçar. A distância entre a informatização da rádio atual e os sistemas “analógicos” da Rádio Progressiva foram, talvez, razão suficiente para que ele não me ofertasse a consulta ao acervo de programas de sua primeira emissora.

Carlos Pinto Vieira, o Carlinhos, que também chega a citar o período em que esteve em contato com o grupo que tocava a Rádio Maré.

A longa entrevista com Teteu transcorreu durante a semana em que ele se recuperava de uma operação de hérnia, na casa de sua sogra, próximo à Paróquia de Nossa Senhora dos Navegantes, nas imediações da Baixa do Sapateiro. A conversa com Wladimir foi mais rápida e entrecortada pela sua atividade no comando da rádio comunitária. A entrevista ocorreu no estúdio mesmo de sua rádio, no Timbau, no segundo andar da sede da Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso (Acerp), a instituição a que a Rádio Progressiva deu origem e que hoje opera um telecentro no Timbau e outro na Baixa do Sapateiro.

Além das entrevistas, utilizei como fonte para este capítulo a reportagem da revista *Veja Rio* sobre rádios comunitárias, que citava a Maré FM e a Progressiva e exibia uma foto e falas de Wladimir e Rodrigo Lariú, jornalista que saiu da Fluminense FM no auge do sucesso e chegou a comandar o programa *Midsummer Madness* na Rádio Progressiva. A matéria foi escrita por Maurício Lima [1997] e intitulava-se *Batalha nas ondas do rádio*. Ela foi alvo de críticas e mal-entendidos e era constantemente citada nas entrevistas com Teteu, Wladimir e Carlinhos. Sem referência precisa sobre data ou edição, cheguei à reportagem após uma pesquisa na divisão de periódicos da Biblioteca Nacional em todas as edições da revista *Veja Rio* entre 1995 e 1998, margem que os entrevistados haviam me concedido.

Por fim, também me servem como fonte documental a íntegra da movimentação processual e os textos do relatório e do voto do recurso em sentido estrito anexados ao processo aberto pelo Ministério Público contra Teteu. O processo se inicia em dezembro de 1999 e é arquivado somente em janeiro de 2008, com a absolvição do réu.

Na ocasião em que eu entrevistava Teteu, ele havia acabado de tomar conhecimento da entrada em operação da nova Rádio Maré FM, e, dizia, iria buscar apurar quem poderia estar por trás da

iniciativa. Havia apenas algumas semanas a Rádio Maré FM retornara ao dial na mesma frequência de antes, 105,9MHz. Teteu não havia sido comunicado e, em diversos momentos, reclamou por não ter sido informado sobre o episódio. O fato é que a disputa envolvendo as duas emissoras teve um desfecho curioso no momento em que Wladimir recebe do Ministério das Comunicações a autorização para operar livremente como rádio comunitária e assume para a sua nova emissora o nome da antiga concorrente.

3.1. De tudo um pouco

*No serviço de alto-falante
Do Morro do Pau da Bandeira
Quem avisa é o Zé do Caroço
Que amanhã vai fazer alvoroço
Alertando a favela inteira*

[...]

*E na hora que a televisão brasileira
Distrai toda gente com a sua novela
É que o Zé bota a boca no mundo
Ele faz um discurso profundo
Ele quer ver o bem da favela*

[Seu Jorge, cantor, em música de Leci Brandão, *Zé do Caroço*]

A mesma maré que leva é a maré que traz. A imagem é mito de origem apropriado pelos Narradores da Maré¹³³ para contar a história de Dona Orosina, tida como a primeira moradora da Maré, que construiu sua casa com os pedaços de madeira trazidos pelas águas da baía. Eu uso a mesma imagem mítica para falar sobre as experiências de comunicação levadas a frente pelo moradores da favela. Pois, se em 1994 a *TV Maré* dava seus últimos suspiros e o

¹³³ Os Narradores da Maré são um grupo de contadores de história do Ceasm. Eles pesquisa mitos e lendas populares da região e se apresentam no espaço do Museu da Maré.

grupo de Carlinhos passava a se dedicar com mais entusiasmo à empreitada da Associação de Moradores do Morro do Timbau, onde haviam acabado de assumir a presidência, também em 1994¹³⁴ iniciavam as negociações entre os moradores para a criação de rádios comunitárias.

Carlinhos conta que a associação, sob sua gestão, tinha planos de reativar um antigo serviço de alto-falante da comunidade.

Começamos a fazer um trabalho, então, na associação. E um dos trabalhos que eu lembro que a gente colocou era essa questão da comunicação: a associação já tinha um serviço de rádio-falante, alto-falante, que chama, né? – que já estava desativado há muito tempo, mas que a gente pensou em reativar, colocar o serviço para a comunidade [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Mas, em seguida, o grupo ponderou que, mesmo para utilizar o serviço em prol da comunidade – especialmente fazendo chamadas e convocações para assembleias e reuniões de moradores, dar avisos e emitir alertas – o “som alto” incomodava as pessoas [cf. Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral]. Assim, a associação decidiu investir em uma rádio de antena, que pudesse se refletir em uma experiência autogestionária e autosustentável.

A idéia da rádio partiu de Gilmar Ferreira, um morador com participação na política comunitária e filiação ao PT. Gilmar, que havia sido presidente do bloco Corações Unidos de Bonsucesso e era já uma liderança na comunidade, e Tião Santos, outro morador, foram os principais articuladores, segundo Carlinhos [2008:depoimento oral], da criação da Rádio Maré.

¹³⁴ A Rádio Maré FM, segundo Teteu [2008:depoimento oral], nasceu em 1994. Como, porém, seu surgimento está atrelado à Associação de Moradores do Morro do Timbau, e Carlinhos só assumiu a sua presidência em 1995, esta data não tem precisão histórica. É possível que reflita o início das negociações, mas não deve apontar o início das atividades. Da mesma forma, Wladimir Aguiar [2008:depoimento oral] indica que a Progressiva começou a funcionar também em 1994. A Acerp, segundo ele, é que data de 1996. Como, porém, a Rádio Maré é anterior à Progressiva, creio que o ano mais provável para o início da operação de ambas seria 1995.

O Gilmar articulou a compra de equipamentos, conseguiu recursos do... da mobilização mesmo. Botou dinheiro do próprio bolso também. E eu sei que foi comprado equipamentos e nós começamos a colocar essa rádio para funcionar. E o nome que a gente deu foi Rádio Maré FM. Depois, eu acabei me afastando um pouco da coisa da rádio. Deixei eles tocando, porque eu já estava envolvido em outras coisas da associação. Mas foi um processo interessante, porque eles começaram a realmente organizar uma rádio. Com programação. Chamavam pessoas da comunidade para terem programa.

A associação cedeu um espaço para servir de estúdio à rádio, e permitiu a instalação da antena no lugar mais alto do morro, sobre a caixa d'água do próprio prédio da associação. Em sua monografia sobre o Ceasm, André Luís Esteves Pinto [2000] relata que a emissora “tinha um raio de ação que ultrapassava a Maré, chegando a lugares distantes como os bairros de Botafogo e Niterói [sic]”.

A experiência de Wladimir Aguiar à frente da Progressiva começa a partir da empresa que ele cria, de revenda e manutenção de equipamentos de radiodifusão. Técnico em eletrônica, Wladimir [2008:depoimento oral] conta que havia firmado uma parceria com um grupo de São Paulo que produzia em escala industrial equipamentos de rádio. Ele ficou responsável por revender esses equipamentos no Rio e passou a retirar 15% do lucro para investir, então, no “movimento”. O “movimento” é a palavra que ele usa para se referir aos partidários da causa das rádios comunitárias.

Por gostar de rock e entender que uma rádio comunitária “jamais pode fazer uma programação igual a uma rádio broadcast, uma rádio de visão comercial” [AGUIAR, 2008:depoimento oral], Wladimir montou uma programação de música alternativa voltada prioritariamente para o público jovem. Tida pelas demais lideranças comunitárias – Carlinhos, Teteu e André Luís, entre elas – mais como uma rádio “livre” do que como uma rádio “comunitária” em si, justamente pela ambição de extrapolar a comunidade e veicular uma

programação segmentada por interesse etário, Wladimir afirma que o nome Progressiva surgiu por “a gente achar que o movimento comunitário era um movimento progressista”. Na sua perspectiva, o perfil “comercial” cabia mais à Rádio Maré, que tinha, segundo ele, uma proposta mais fechada, seguindo uma lógica empresarial. “A Rádio Maré era uma coisa legal, mas a visão deles era comercial, e a nossa visão não era comercial” [AGUIAR, loc. cit.]

Sobre a lógica empresarial, André [ibid.] e Carlinhos [2008:depoimento oral] admitem um desvirtuamento do projeto inicial da Maré FM, que, de acordo com eles, assume um caráter mais “comercial” e menos “comunitário” com o passar dos anos. “A idéia era que a rádio se tornasse uma coisa que pudesse gerar renda inclusive para eles, que estavam na rádio”, diz Carlinhos. O comportamento também é registrado por André [2000:48], para quem “Tão logo um grupo de moradores se viu no controle da rádio, começou a predominar a lógica da grande mídia na emissora comunitária. Administração, produção da programação e decisões nas mãos de poucos.”

A visão de Teteu sobre o desenrolar da experiência é um pouco diferente. Para ele, a rádio foi aos poucos se consolidando como a principal emissora da região e, portanto, assumindo cada vez mais um padrão profissional de organização e gestão. “Antes de eu entrar na rádio, o dividendo da verba que entrava era diferente. Não era tudo o que eu queria, mas eu era novo, e tinha que aceitar. Mas, depois, quando eu entrei e mudei tudo, aí, eu dei mais condições para quem trabalha ali dentro” [SILVA, 2008:depoimento oral]. Para Teteu, o simples fato de a rádio comunitária gerar emprego para os moradores da favela já justifica seu entendimento como “comunitária”.

As colocações de Carlinhos e André Luís, no entanto, apontam na direção de uma compreensão mais estrita do papel de um veículo comunitário: a idéia de que, como “comunitário”, este veículo não pode seguir as mesmas orientações de um meio de massa, ou seja, voltar-se para o entretenimento e gerar lucro, embutido na idéia de sustentabilidade do empreendimento. Segundo

Cicilia Peruzzo [2004:132], é muito comum que lideranças dos movimentos de rádios livres comunitárias rechacem a idéia de que seja possível criar e desenvolver uma linguagem comunicacional que ao mesmo tempo sirva à comunidade e fale para as massas.

A tendência a repudiar a mídia massiva talvez tenha até influenciado a elaboração de uma comunicação popular não tão atraente, que atribui um espaço e um valor muito reduzido ao entretenimento, ao lazer, às amenidades, ao humor e ao lúdico – às coisas do mundo do sonho, da fantasia, do divertimento e do afetivo, enfim, que integram o dia-a-dia e os anseios humanos e das massas. [...] Se os meios comunitários quiserem alcançar sucesso e se mostrar democráticos, terão que repensar esta prática e trabalhar com os valores culturais onde se inserem [PERUZZO, loc. cit.].

Sobre a Rádio Maré, Carlinhos critica ainda a vinculação da emissora aos interesses de políticos. Ele aponta que alguns equipamentos foram, na verdade, adquiridos com doações de políticos do PMDB e do PT, entre eles, Jorge Bittar, que figura como “um grande incentivador da rádio” [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Wladimir lembra que de sua parte havia, sim, uma aproximação com grupos políticos, mas, menos por apoio financeiro e mais por identificação com a causa das rádios comunitárias. Ele cita o PTB, com Arnaldo Faria de Sá, e o PDT de Brizola¹³⁵.

Já a “resposta” de Teteu [2008:depoimento oral] a este tipo de crítica à vinculação partidária é a de que ele pessoalmente jamais

¹³⁵ “Em São Paulo, o parlamentar que dava muito apoio à rádio comunitária era o Arnaldo Faria de Sá, que era do PTB. Eu era muito colado a ele, e as pessoas achavam que eu era PTB. Eu não era PTB. Na época, eu estava no PDT. [...] E o Leonel Brizola tinha uma visão muito de vanguarda em relação à rádio comunitária. E, por incrível que pareça, lá em Brasília, os parlamentares que mais apoiaram a rádio comunitária foram – não era o PT, não era PC do B, não era nada. Era o pessoal do PDT, que não tinha medo de peitar Roberto Marinho, o pessoal do Sílvio Santos, da Band. Não tinham medo, entendeu? Batiam neles de frente, e estavam sempre presentes” [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

se envolveu como militante de partidos políticos. Trabalhou, sim, para políticos: fosse fazendo jingles em carro de som, fosse atuando como locutor em programas eleitorais. Mas cita, inclusive, os apelos de Gilmar Ferreira, para que ele se filiasse ao Partido dos Trabalhadores (“o presidente sempre falava [...] ‘você tem que vir pro PT, Teteu, suas idéias são meio revolucionárias, suas idéias são boas’”), para concluir, a seu modo, dizendo que “eu nunca fui partido, eu sempre fui grana, cara” – numa polêmica alusão à sua visão de profissionalismo.

O que resulta deste movimento, portanto, é que a Maré FM nasce no seio da associação¹³⁶, mas acaba ganhando vida própria, seguindo um rumo distinto do grupo que iria, logo adiante, firmar a parceria com a Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH), e dar origem ao Ceasm. De 1995 para 1996, a rádio foi se estruturando e se consolidando como a primeira rádio na região. Havia, na época, mais três outras rádios: uma no Parque União; uma na Rua Teixeira Ribeiro, na Nova Holanda; e uma “aquí no morro, de um rapaz aí, que eu não gosto nem de falar o nome dele” [SILVA, 2008:depoimento oral]. Esta última, exatamente a Rádio Progressiva FM, era a emissora criada por Wladimir Aguiar, com um perfil de rádio “livre” e uma programação alternativa voltada exclusivamente para o público jovem. Wladimir havia planejado uma rádio que, apesar de funcionar a partir da Maré, não tinha um vínculo forte com a comunidade: sua audiência era majoritariamente de outros pontos da

¹³⁶ Teteu [2008:depoimento oral] reconhece a liderança de Carlinhos como “um cara muito sério” e “muito concentrado”, mas lembra que o grupo da rádio, em certo momento, optou por tomar a frente em determinadas ações (“nós éramos os mais revolucionários”), até para poupar a imagem de Carlinhos, de Maristela e da associação. No período que comentarei a seguir, da invasão ao prédio que mais tarde viria a se tornar o Ceasm, por exemplo, Teteu explica que “o Carlinhos é afastado de tudo que possa trazer problema. O Carlinhos não se envolve em nada, entendeu? [...] Então, [...] botamos a associação para trás, pra que não trouxesse nada de represália ao Carlinhos. Nós estávamos querendo deixar o nome do Carlinhos e da associação isento. Tanto que nós entramos ali, ele trouxe a Eliane [Eliana Sousa e Silva, presidente da AMANH], fizeram a parceria deles ali, e a rádio não se meteu em nada, entendeu?”

cidade. O sucesso da programação, em que pese o caráter momentaneamente musical da emissora, acabou atraindo a atenção, entre outros, de Rodrigo Lariú, jornalista e radialista que então estagiava na MTV e mais tarde passou a apresentar o programa *Midsummer Madness* na rádio Fluminense FM. Lariú começou a oferecer fitas de seu programa, incluindo a seleção musical que fazia, para que Vladimir retransmitisse na Progressiva [cf. AGUIAR, 2008:depoimento oral] – “Só que ele não vinha aqui, porque ele tinha medo de vir na Maré. Então, ele mandava as fitas cassete pra gente, e a gente botava no ar”. Com o fim da Fluminense, Lariú passou a colaborar mais ativamente, inclusive, contribuindo para que a audiência roqueira órfã da rádio comercial migrasse para a Progressiva.

A rivalidade entre a Maré FM e a Progressiva FM deu margem a inúmeras acusações recíprocas de sabotagem. Mas a estrutura técnica da segunda permitiu sua sobrevivência, de modo que o grupo de Teteu e mesmo o de Carlinhos são os que mais guardam *ressentimentos*. Segundo André Luís Esteves Pinto [2000:49], a Progressiva contava com “modernos equipamentos, como softwares projetados para o funcionamento autônomo da programação, sem operador”. Vladimir [2008:depoimento oral] conta que, no início das suas atividades, ele utilizava fitas VHS para gravar a trilha de áudio em boa qualidade e poder automatizar o processo com seqüências de dez a doze horas de programação.

O que a gente fazia era botar fita de videocassete [...], gravava fita de videocassete em hi-fi estéreo, então era uma qualidade ferrada, ficava do jeito que tava nas fitas, e colocava no videocassete aqui [...]. Então, a rádio ficava aqui como um laboratório, um *laboratório social* que a gente desenvolvia [...], um laboratório de testar equipamentos, de testar antenas, acústica. As pessoas, os companheiros de outras rádios, vinham usar como exemplo [AGUIAR, 2008:depoimento oral, grifo meu].

A despeito da implementação e do bom uso da tecnologia neste “laboratório social”, a crítica de Teteu – que à época usava CDs,

MDS e discos de vinil na Rádio Maré¹³⁷ – era de que, estendendo a programação dessa forma, “com fitão”, a Progressiva não oferecia trabalho para os jovens da comunidade, pois pelo automatismo não necessitava de mão-de-obra, ao contrário da Maré FM, que chegou a contar, em seu auge, com doze funcionários empregados diretamente pela emissora, entre jovens, adultos e idosos. O trabalho social de Wladimir, contudo, se voltava para jovens e crianças. Pretendendo-se, com todas as letras, uma “escola de rádio”, a Acerp já teve cerca de dez pessoas trabalhando em torno das atividades da rádio¹³⁸.

Que fique bem claro: na rixa entre as duas rádios comunitárias, não há mocinho ou bandido, apenas a disputa por representatividade. O trabalho de Wladimir à frente da Acerp se iniciou no momento em que a Maré FM sofreu seu primeiro revés, com o incêndio do primeiro estúdio¹³⁹, em 1996. Um incêndio, para Teteu, criminoso.

Alceu José da Silva, o Teteu, não fez parte da rádio desde o princípio. Ele foi convidado por Gilmar Ferreira, o primeiro presidente, para integrar o núcleo da emissora, graças ao seu prestígio como

¹³⁷ “Era só md, e tinha um rack para tocar vinil, e tinha um cd. A rádio tinha os três. Tinha muito dj, tinha baile de charme, e o charme usa muito vinil. Nós éramos obrigados a ter pick-up, às vezes até duas pick-ups, por causa dos djs” [SILVA, 2008:depoimento oral].

¹³⁸ “Na época, tinha eu, a Aline, o Márcio, o Marcelo, o Marcos... Se não me engano, eram dez pessoas que trabalhavam na rádio. Mas muitos deles não tinha visão assim... não eram todos que tinham visão social para a rádio. Faziam, porque gostavam do estilo de música, e achavam legal estar fazendo um programzinho. Mas a gente aproveitava isso pra estar trabalhando a questão, né? A questão social. Aproveitava esse momento, as pessoas que eram jovens, muitas delas, já despontavam como liderança e a gente trabalhava politicamente isso” [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

¹³⁹ Segundo Teteu [2008:depoimento oral], Calango, o rapaz que era operador de áudio da Rádio Maré e que morreu há pouco tempo, queimado pelo tráfico, possuía uma série de fotos e documentos dos primeiros anos da emissora, incluindo aí fotos do dia do incêndio e do estúdio arruinado.

comunicador local¹⁴⁰. Teteu trabalha como cantor e locutor de rádio desde criança, já venceu inúmeros concursos dentro e fora da comunidade, integrou grupos de pagode, foi intérprete de blocos carnavalescos, e há mais de vinte anos trabalha como produtor do Carnaval da Globo, repassando aos apresentadores da rede de televisão as informações de bastidores a que tem acesso nas diferentes escolas de samba. A chegada de Teteu, portanto, como ele mesmo gosta de definir foi “com grande respaldo”, “com um QI [gíria para “quem indica”] bastante alto”. Quando chegou, Teteu pôde escolher o horário e o tema para seu programa, que ele batizou de “De tudo um pouco”, por ser um programa de variedades. Ele foi ainda responsável por uma reforma na grade de programação da emissora – que passou a funcionar de 6h a 0h – e pela introdução de vinhetas gravadas nos estúdios da Rádio Imprensa FM, onde trabalhou, e teve, portanto, facilidade para negociar a locução e edição do material.

Gilmar, naquela época, estava, segundo Carlinhos [2008:depoimento oral], preocupado em legalizar a rádio, que já sofria ameaças da Polícia Federal, muito embora, por outro lado, curiosamente recebesse material enviado pelo Ministério das Comunicações, para retransmitir em sua programação¹⁴¹.

Contando com uma programação mais regular, com grade fixa, a Maré FM passou a sublocar seus horários para algumas entidades, entre elas a Fundação Oswaldo Cruz, a Igreja Católica e a Igreja Batista e até o Grupo AfroReggae. Os programas traziam subsídios para a emissora, que ainda possuía programas viabilizados

¹⁴⁰ Em sua fala, Teteu [2008:depoimento oral] parece ter a dimensão exata da amplitude de seu trabalho como comunicador. Para além de detalhar as mudanças que implementou na rádio, ele compreende muito bem o seu papel como, por assim dizer, “formador de opinião”. “Se você vai falar pras pessoas, você tem que saber o que você vai falar. Não vou ficar falando gíria, porque se tem uma criança ouvindo, a criança já entra naquilo: ‘Pô, Teteu falou aquilo no outro dia. Bonitinho!’”

¹⁴¹ Teteu afirma que a rádio recebia material da Rádio Globo, através da ong Viva Rio, e também do Ministério das Comunicações. Para mais detalhes, cf. SILVA, 2008:depoimento oral.

por apoiadores culturais, como o Supermercado Princesa (depois, Multimarket) e o “shopping” popular da Teixeira Ribeiro, na Nova Holanda. Entre os musicais, havia programas dedicados aos gêneros funk, charme, hip-hop, forró, sertanejo, samba e pagode, entre outros. E, claro, flashes com noticiário esportivo e informes sobre assuntos de dentro e de fora da comunidade. O programa de Teteu, *De tudo um pouco*, era um programa de variedades, com entrevistas, debates, comunicados à comunidade, reuniões de moradores, busca por pessoas desaparecidas etc. Durante a semana, ele dedicava uma parte de seu horário à programação musical e, na sua descrição, na segunda-feira, tocava músicas inéditas; na terça, era o dia do programa chamado Tri-Toca, quando lançava seqüências de três músicas; na quarta, era o “Balanço dos Bailes”; quinta, era dia de “Salada Musical”; sexta, da “Sexta de Sucessos”; e sábado, do “Pagode da Comunidade”. Segundo Teteu [2008:depoimento oral], do padre ao “Palhaço Palito”, muita gente teve horário da Rádio Maré.

Após o incêndio de 1996, a associação de moradores e o grupo da Maré FM decidiram ocupar um prédio abandonado no Morro do Timbau, que viria, então, a ser a atual sede do Ceasm¹⁴². A invasão rendeu à emissora seu segundo estúdio. “E a rádio começou a funcionar tipo uma escolinha de rádio” [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral]. Não obstante as críticas que faz em relação ao deturpamento da proposta original da Rádio Maré, Carlinhos [ibid.] evidencia que havia, para ele, uma distância grande separando os projetos da Maré FM e da Progressiva.

O Wladimir é um cara muito inteligente. Ele criou uma rádio que chama Rádio Alternativa [sic], que era uma rádio que tinha uma programação rock’n’roll, que era uma rádio muito ouvida por determinado público, mas ela não tinha esse caráter comunitário, como a Rádio Maré já tinha. A Rádio Maré

¹⁴² Uma matéria da *Veja Rio* (ano 31, nº 51), de dezembro de 1998, citava Eliana Sousa e Léa da Silva, apresentando-as como “donas de um canudo” que transformaram o “elefante branco” do prédio abandonado no Morro do Timbau em sede do Ceasm. Em outubro de 1999, a mesma revista (ano 32, nº 41) apresentava todo o grupo do Ceasm como os “doutores da favela”.

agregava um monte de... os artistas da comunidade iam para a Rádio Maré. Os comunicadores, tipo o Dito Félix, o pessoal que estava lá na Lona [Cultural], aquele pessoal começou a participar da rádio, Seu Nilo da Rádio...

Num universo de quatro rádios “livres” e mais algumas rádios “de caixinha”, é estranho notar que a concorrência entre apenas duas fosse tão enfática. Mas, de certa forma, Maré FM e Progressiva FM, ainda que não disputassem o mesmo público, disputavam a mesma comunidade, o Timbau. Nesse sentido, a rivalidade entre as duas era a rivalidade de dois projetos políticos de comunicação comunitária distintos. Wladimir [AGUIAR, 2008:depoimento oral; cf. tb. Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral] havia tentado se aproximar do grupo da Rádio Maré antes. Ele conta que ainda tentou essa aproximação, mas chegou à conclusão de que sua proposta era mais “educativa”, numa linha de propor uma conscientização e uma visão crítica da realidade para a audiência. Por essa razão, ele optou por fundar sua própria rádio, a Progressiva FM.

Quando nós montamos, aqui, na primeira semana, eu fui na associação de moradores. Na época, era o Antônio Carlos [o Carlinhos] que era o presidente. Eu convidei ele pra ele vir pra rádio. O que ele precisasse, estava aqui disponível. Mas ele já tinha o grupo dele, que já estava funcionando lá na associação, junto com a Rádio Maré. E, depois, fugiu da proposta do Carlinhos também. A proposta dele também não era para... para... Aí, os caras se isolaram, montaram a rádio em outro local, e começaram a tocar como se fosse uma empresa. Só que aí veio as repressões, as grandes repressões às rádios comunitárias [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

Carlinhos aponta que a Rádio Maré já vinha com dificuldades e havia tensões entre o próprio grupo da rádio e entre o Ceasm e a rádio – “A gente questionava a forma como a rádio era conduzida”, diz.

A gente tinha pessoas do Ceasm que estavam querendo ter uma inserção maior dentro da rádio. A gente, o Ceasm, tinha uma proposta de construção de uma rádio também. Chegou até a entrar com pedido junto ao Ministério das Comunicações.

A gente recuou porque, de certa maneira, a gente sofreu ameaças por conta dessas pessoas que já estavam já com um projeto de rádio, tipo esse rapaz, o Wladimir [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Novamente, estou pouco interessado em entrar no mérito das disputas internas entre estas lideranças, e mais interessado, sim, em identificar como funcionavam as duas rádios e qual a memória de seus respectivos grupos sobre esta rivalidade. Como veremos mais adiante, a apropriação da memória da Rádio Maré por parte de Wladimir, no momento em que este recebe do Ministério das Comunicações a autorização para operar como rádio comunitária, é precisamente o que mais me interessa neste caso. E, para chegar a comentá-lo, entendo que seja necessário descrever e analisar a origem de ambas as emissoras.

Dois anos antes de a Polícia Federal interditar a Maré FM, levar os equipamentos e lacrar os transmissores, outro fato marcante acirrou a rixa entre os dois grupos, o de Wladimir e o de Teteu, que passava então a ocupar o cargo de presidente e diretor de programação da rádio – o segundo e último presidente, sucedendo a Gilmar. Uma reportagem da Revista Veja Rio, assinada por Maurício Lima e com o “intuitivo” título *Batalha nas ondas do rádio*, denunciava a expansão das chamadas rádios piratas. Segundo a reportagem [LIMA, 1997], até 1995, eram 107 rádios piratas operando no Rio de Janeiro. Em 1997, porém, um novo levantamento da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações (DRMC) teria identificado 306 emissoras ilegais. Enquanto isso, o número de rádios legais no estado não passava de 140.

A *batalha*¹⁴³ prenunciada por Lima [1997] dizia respeito à contenda entre rádios comerciais tradicionais e rádios livres

¹⁴³ Como eu, ao citar *MacBeth* na divisão do sumário desta dissertação, a reportagem [LIMA, 1997] se iniciava citando Shakespeare – na passagem de Hamlet a que também faço referência no título e na abertura deste capítulo: “William Shakespeare estava certo. Há mais coisas entre o céu e a terra do que pode imaginar a vã filosofia. Ao

comunitárias. Na matéria, Paulo Mello, presidente da Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Rio de Janeiro (Aerj), alegava que “O espaço radiofônico do Rio está saturado. A [rádio comercial] Antena Um, por exemplo, não pega em Bangu por causa das rádios piratas de lá. Elas não usam filtro e as ondas se propagam sem controle”. A intenção da reportagem, na verdade, era debater o projeto de lei nº 1.521/1996, apresentado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) ao Congresso Nacional, buscando regulamentar as funções e as autorizações do serviço de radiodifusão comunitária e rejeitando a denominação “pirata”. O termo que a Veja Rio usa para se referir às rádios, no entanto, é sempre este.

Denunciando uma suposta concorrência desleal para atrair anunciantes¹⁴⁴, o texto ainda citava a interdição da mais antiga rádio comunitária do estado do Rio, a Novos Rumos¹⁴⁵, de Queimados.

A grande polêmica levantada pela matéria e a que mais repercutiu na Maré, no entanto, foi o tratamento desigual dado às rádios comunitárias citadas no texto. Retratado em uma foto no estúdio de sua rádio, levantando o braço esquerdo com o microfone na altura da boca, e à frente de uma reprodução da famosa foto de

escrever a célebre frase, o dramaturgo inglês certamente não se referia às ondas de rádio. Menos ainda à batalha invisível que está sendo travada na atmosfera carioca. Mas o gênio acertou. Acima de nossas inocentes cabeças e 380 anos depois da morte de Shakespeare, emissoras legais e piratas – comunitárias ou livres – travam uma guerra surda por frequências de transmissão. Uma feroz disputa recheada de interesses, prisões e denúncias com audiência garantida até no Congresso Nacional, em Brasília, onde tramita o projeto de regulamentação das rádios comunitárias.”

No fim, o texto encerrava dizendo que “A guerra está só começando.”

¹⁴⁴ Segundo Maurício Lima [1997], a rádio “pirata” Zona Sul FM, que com apenas 25 watts transmitia da Zona Sul da cidade e alcançava até o município de Belford Roxo, cobrava R\$100 por 150 inserções publicitárias de 30 segundos, enquanto uma rádio comercial como a Antena Um cobrava por cada comercial de 30 segundos os mesmos R\$150.

¹⁴⁵ A rádio Novos Rumos, criada em fevereiro de 1991, influenciou o surgimento da Maré FM e é tida como a primeira rádio comunitária no estado do Rio. Ouvida por cerca de 165 mil habitantes, a rádio só perdia para a Globo em audiência. Na cidade do Rio, a Rádio Maré é que seria a pioneira, como serviço comunitário, embora não seja a primeira rádio “livre”.

Che Guevara, Wladimir era pintado como um herói revolucionário. A frase na legenda “Só saio daqui morto” contrastava com a citação à Maré FM, sem o nome de seu diretor e descrita como “Sob investigação da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações, a rádio também é acusada de fornecer o preço de drogas e os locais de distribuição” [LIMA, 1997]. Para Teteu [2008:depoimento oral], a matéria da Veja Rio foi “a maior covardia”. Alguns ouvintes, segundo ele, ligaram ou mesmo foram à rádio para dar o seu depoimento, protestando contra a reportagem, “as pessoas ficaram injuriadas”.

Tinha pessoas que liam aquilo e as lágrimas pingavam. Sabia que não rola aquilo, nunca aconteceu aquilo, cara. Eu, como presidente da rádio, como diretor da rádio, [...] como é que eu ia autorizar alguém a falar aquilo? Quem é que ia entrar no ar para falar uma coisa dessas? [...] Tinha ouvinte de todo lugar, pó! [...] As pessoas se chatearam de uma forma aí que acharam até que tinham que tomar outras atitudes – que não foram tomadas devido à minha liderança. ‘Ninguém faz nada! Quem vai fazer é aquele lá em cima!’ Ainda não fez, mas vai fazer. Já se passaram dez anos! Mas, para aquele lá não tem tempo...

De acordo com Wladimir [2008:depoimento oral], a matéria, na verdade, foi sugerida por Lariú, que mantinha contato com o repórter da Veja, uma vez que Veja e MTV eram empresas do Grupo Abril. Lariú teria sugerido uma pauta sobre rádios livres, citando o seu trabalho na Progressiva FM e, por esse motivo, a emissora acabou ganhando evidência na reportagem¹⁴⁶. Na página 16, iniciando na frequência 91,3MHz e encerrando na 105,9MHz, um infográfico citava o nome de uma série de “piratas”. O box opunha, intencionalmente ou não, a Progressiva à Rádio Maré no que a revista chamava de “o dial fora-da-lei”.

¹⁴⁶ A acusação contra a Maré FM, segundo Wladimir, foi um grande mal-entendido, gerado involuntariamente por Lariú, que repassou informações ao repórter da Veja Rio. Ao conversar com um dos diretores da Bentel (hoje Anatel), Lariú soube que a emissora estava sendo investigada pela Polícia Federal e ouviu “aquela proposta errada de que a rádio comunitária era ligada a traficante” [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

3.2. O dial fora-da-lei

Nesse trabalho é ‘salve-se quem puder’, pois, por não sermos regularizados, ficamos à própria sorte

[Agnaldo Leandro, locutor de um programa numa rádio comunitária não-regularizada do Timbau, em entrevista ao jornal *O Cidadão*]

Após a reportagem da Veja, a rivalidade entre Maré FM e Progressiva FM aumentou bastante. “Eu achei uma coincidência muito grande ele [Wladimir] estar no ato do incêndio e no momento da apreensão da rádio, entendeu? Eu fiquei muito chateado e cortei relacionamento com ele até hoje. Ele já reclamou com as pessoas aí que não tinha nada a ver, mas eu acho que tem a ver”, acusa Teteu [2008:depoimento oral]. A verdade é que o fato de a matéria ter enaltecido Wladimir e atacado a Rádio Maré com informações imprecisas acabou contribuindo para acirrar a inimizade entre os grupos.

Em 1999, a Polícia Federal, que já vinha investigando as transmissões irregulares na área da Maré fechou a Maré FM em fevereiro, em operação conjunta com a Anatel¹⁴⁷. A emissora “Tentou se reerguer, com equipamentos emprestador. No entanto, em novembro do mesmo ano, o novo fechamento e o confisco dos equipamento [sic] pela Anatel selou o fim da trajetória da Rádio Maré FM” [PINTO, 2000:49]. Teteu afirma que, junto com a Rádio Maré as outras duas rádios, com exceção da Progressiva FM, foram também

¹⁴⁷ Tanto Teteu quanto Wladimir, em suas entrevistas, comentam de modo semelhante as operações da Polícia Federal. Para o primeiro, “a polícia veio intimidando, e eram muitos policiais. Eu não vi, não, mas disseram que tinha quase vinte policiais. Cercaram a rádio, vieram com granada, fuzil. Vieram pra trocar tiro com os caras do morro, porque a rádio era do morro”. O segundo, por sua vez, lembra que “bateu a Polícia Federal, com fuzil, metralhadora, algema, granada. Tudo aparato bélico! Eles chegavam aqui como se fosse estar numa boca de fumo, como se fosse um traficante, um grande traficante. Então, eles chegavam aqui, e se deparavam, às vezes, com eu, com a menina aqui, às vezes tinha uma criança aqui.”

interditadas, mas uma reportagem do jornal *O Cidadão*, de julho de 2002, indica que apenas duas rádios já foram fechadas pela PF na área da Maré: a Maré FM e, mais tarde, a Rádio Devas – sobre a qual comento na introdução desta dissertação. Independentemente de se confirmarem as outras interdições, Wladimir [2008:depoimento oral] alega que deve a sobrevivência da Rádio Progressiva a um sistema engenhoso que a emissora utilizava à época: automatizando a programação, a rádio contava com um transmissor no Morro do Timbau e um transmissor alternativo no bairro do Caju.

Tá vendo aquele equipamentozinho ali? Aquilo é um *timer*. Então, esse timer ligava às 6h e desligava 6h da manhã. O de lá ligava 6h da manhã e desligava 6h da tarde. Então, quando dava 6h da tarde, o de lá – ‘tuf!’ – desligava, e o daqui ligava, num sincronismo. Então, quando ele [o Ministério das Comunicações, através da Polícia Federal] vinha aqui, a rádio não estava no ar, não tinha flagrante. Tinha os equipamentos: tudo frio. E a gente falava: ‘Pô, tá aqui o pedido do Ministério [a documentação que servia de entrada para o processo de concessão do canal]. Tô esperando chegar a concessão, que não saiu.’ [...]

Na época, os policiais falaram que era questão de honra me prender e fechar a Rádio Progressiva, que era a única que eles não conseguiam fechar [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

Na segunda “batida” da Polícia Federal, o operador de áudio da Maré FM, Renato da Silva Rodrigues, foi detido em flagrante. Segundo Teteu, havia um combinado entre diretores e funcionários da emissora de que, se houvesse algum flagrante, nada seria dito à polícia. Mas, temendo represálias, Renato acabou falando no nome de Teteu, o então diretor, que acabou sendo réu no processo promovido pelo Ministério Público Federal.

O processo, iniciado em dezembro de 1999, acusava Teteu de violar o artigo 183 da lei nº 9.472/1997, que institui pena de detenção de dois a quatro anos, aumentada da metade, se houver

danos a terceiros, e multa de R\$10 mil, para quem “Desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação”. No entendimento do relator do processo, não era o caso de entrar no mérito da lei nº 9.612/1998. Em primeiro lugar, porque a lei não prevê sanções penais em caso de descumprimento. Em segundo, porque a lei rege apenas transmissões de baixa potência. Alegando que o que devia prevalecer em casos como esse seria o “interesse da coletividade”, o texto sustenta que “não há que se falar em rádio comunitária, pois o equipamento apreendido possui uma potência que excede substancialmente o limite permitido de 25 watts”, prendendo-se à definição de rádio comunitária como rádio de baixa potência, conforme a lei prescreve, mas ignorando a dinâmica social que compreende as rádios comunitárias como veículos à serviço da comunidade e pela democratização da comunicação e conquista da cidadania.

Rejeitada a denúncia impetrada pelo MP em primeira instância, o recurso em sentido estrito, relatado pelo desembargador federal Abel Gomes, ressaltava a clandestinidade das operações da Maré FM e descrevia a operação de interdição como partindo de uma solicitação dos moradores vizinhos à rádio:

foi realizada uma operação em conjunto entre policiais federais e fiscais da Anatel, em atendimento à *solicitação de moradores vizinhos à rádio*, e [...] a mesma encontrava-se em pleno funcionamento no momento da diligência, ensejando, inclusive, a prisão em flagrante do operador de áudio RENATO DA SILVA RODRIGUES. Todos os equipamentos da rádio foram apreendidos e submetidos a exame pericial.

Asseverou que olaudo constatou que a potência do material analisado é de 240 watts, capaz, portanto, de causar danos e/ou interferir nos *meios normais* de comunicação. Por fim, requereu o Ministério Público Federal que o denunciado fosse condenado nas penas do art. 183, caput da Lei n. 9.472/97.

O Juízo a quo rejeitou a denúncia, com fulcro no artigo 43 do Código de Processo Penal, por entender que as irregularidades descritas na peça inicial, advindas da falta de autorização para

operação do serviço de radiodifusão, *não ingressaram na esfera penal, mas, tão somente, constituíram ilícitos administrativos* [GOMES, 2005a, grifos meus].

O voto do recurso, proferido também pelo desembargador Abel Gomes, alegava ainda que a legislação tem apenas o objetivo de “impedir que as atividades de telecomunicações sejam desempenhadas ao descontrole, por razões muitas vezes apenas pessoais, sem nenhum compromisso com o interesse público que toca à área específica, com a possibilidade de interferência perigosa em diversas atividades” [GOMES, 2005b, grifo meu].

A questão que levanto, aqui, diz respeito à compreensão de “interesse público” e “interesse da coletividade” a que fazem menção os pareceres da justiça. Pouco importa discutir no relatório e no voto do recurso à sentença em primeira instância a conceituação de “rádio comunitária”, senão traduzi-la como uma rádio de baixa potência – em oposição às rádios “normais”. A investigação não deu conta de qualquer relação entre a Maré FM e o tráfico local. Também não concluiu que a falta fosse passível de ingressar na esfera penal, constituindo-se apenas como ilícito administrativo, conforme relatado no recurso. Mesmo assim, o “interesse público” a ser zelado não é exatamente o interesse *do público* – que pode ser tanto o público da comunidade quanto os cidadãos de maneira geral –, mas o interesse *do poder público*, que é o detentor exclusivo da exploração do sistema de telerradiodifusão. Tanto isso é verdade, que o texto do recurso, ao tratar do perigo potencial das interferências que viessem a ser causadas pela Rádio Maré, alega que, causando dano ou não, a emissora deve ser responsabilizada, inclusive, por este perigo potencial. Em determinado trecho, o autor do voto chega a comparar a possibilidade do dano à posse de entorpecentes, numa analogia preconceituosa e desmedida¹⁴⁸.

¹⁴⁸ O trecho é o seguinte: “Sem pretender superar o âmbito pragmático da análise do caso para fins processuais, apenas entendo por bem frisar que, em muitas ocasiões, o juízo sobre o perigo derivado de uma determinada situação objetiva, apenas se situa no plano mais subjetivo, no que tange à verificação do dano que ele antecipa na

Logo que a rádio foi interdita e o processo se iniciou, Teteu se candidatou mais uma vez a vereador, nas eleições municipais de 2000¹⁴⁹, mas não foi bem sucedido. Do material que acumulou ao longo dos anos em que esteve no ar na Maré FM, ele alega que a mulher doou boa parte ao Adov e ao Museu da Maré¹⁵⁰. Em minha pesquisa no acervo do Adov, não consegui identificar este material.

norma, sem que, entretanto, não seja possível concluir, já agora da objetividade da situação de fato, que ela representa perigo de dano para o bem tutelado.

“É o caso da situação concreta de quem tem em depósito substância entorpecente, onde a guarda da mesma, por si só, não deixa entrever um perigo concretamente demonstrado para quem quer que seja, posto que o agente pode nem mesmo retirar do armário a substância. Mas o só fato de ela ali estar e ser possível que esta situação se traduza no alcance, por parte do consumidor, da substância que, a qualquer momento possa ser a ele entregue para consumo e dano à saúde física e psíquica, já legitima a punição.

“Nesse diapasão, a presunção de inocência e a ampla defesa, não estariam em nada prejudicadas, posto que seriam exercidas normalmente, com o enfrentamento a respeito da reunião dos pressupostos do perigo na situação de fato objetiva. O sujeito poderá sempre se defender e provar sua inocência no que tange a ter sido o autor da situação de fato (se foi ele quem guardou ou manteve a droga); se ela está perfeita com todos os elementos onde o perigo estaria existindo (se de fato se trata de droga proscriba) etc. Quanto à situação subjetiva, vale dizer, no exemplo dado, se a simples disposição da droga no mundo fenomênico já afeta a saúde pública ou não, tal opção diz respeito à política criminal no que concerne à reunião, pelo legislador, de substrato suficiente que justifique e o faça concluir que o bem jurídico está sendo materialmente afetado com aquela disposição. E sendo uma questão de política legislativa a escolha do bem jurídico tutelado, somente caso a caso se poderá aferir de sua inconstitucionalidade, não se podendo acoiar de inconstitucional, toda e qualquer previsão de crime de perigo abstrato.

“No presente caso, a situação de fato está presente, configurando assim a parte subjetiva daquilo que ensejaria o perigo, que é a manutenção de rádio clandestina sem autorização e controle das autoridades e operando em determinada potência” [GOMES, 2005b].

¹⁴⁹ Apesar de dizer-se sempre sem vínculo partidário, Teteu já havia sido candidato em duas outras ocasiões: em 1973 e 1988.

¹⁵⁰ “Ela pegou coisas minhas e doou pro museu sem minha ordem. Eu quase bati nela! [...] Perigo de levar uma coça minha naquele dia, eu ia deixar a bunda branca dela toda vermelha. Fiquei puto da vida com ela. [...] Tá lá, né?, no Museu da Maré. [...] Ela apanhou [i. e. pegou as coisas dele e levou para o museu] no sapatinho” [SILVA, 2008: depoimento oral].

Teteu foi absolvido e o processo foi arquivado em janeiro de 2008. Foram quase dez anos de pendências judiciais que poderiam, inclusive, tê-lo atrapalhado em seus outros empregos, como a produção do Carnaval da Rede Globo.

Mas quis o “destino” que a Rádio Maré FM não ficasse no esquecimento. Depois de seis anos fora do ar, por causa de um transmissor que queimou e trouxe à tona problemas financeiros ao grupo da Progressiva, Wladimir recebeu do Ministério das Comunicações a autorização para operar na área da Maré o serviço de radiodifusão comunitária. Entretanto, o canal disponível para rádios comunitárias no Rio de Janeiro passou a ser, segundo ele [AGUIAR, 2008:depoimento oral], um só: 105,9MHz. “E a gente ressuscitou a Rádio Maré. Mas isso foi só uma homenagem aos companheiros que montaram isso. A gente botou a Rádio Maré novamente no ar...”

3.3. Essa é legal!

A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos

[Michael Pollak, historiador]

Nas palavras de Wladimir Aguiar: “A Rádio Maré acabou. Quando a Rádio Maré acabou, ficou um espaço. Quando saiu a aprovação da nossa rádio, por sinal, ironia do destino, foi na mesma frequência da Rádio Maré” [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

A idéia de retomar o nome “Maré FM”, tida por Wladimir como uma homenagem, foi encarada por outras lideranças como um acinte. “Teve ciúmeira, teve um certo problema porque as pessoas lá se achavam donas do nome” [AGUIAR, loc. cit.]. No dia mesmo em que eu entrevistei Teteu, ele dizia que iria se encontrar com Gilmar Ferreira a fim de saber se o antigo diretor da emissora havia cedido o nome.

Teteu não tinha certeza sobre se o nome “Maré FM” era registrado ou não. Ele sequer sabia que a frequência em que a nova Rádio Maré estava operando era uma condição do Ministério das Comunicações e não uma decisão arbitrária de seus rivais. O ressentimento – sempre “reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada” [ANSART, 2001:19] – ficava claro quando Teteu dizia que

Até o final da semana, eu tenho que estar inteirado de tudo, tudo, tudo. Se não, tô mexendo também em via policial, tô mexendo em via federal, vou fazer também a mesma coisa que fizeram conosco. [...] Pra ficar no ar [a nova rádio], vai ter que conversar legal comigo. Eu sofri, pô!, com essa rádio, pô. Fui preso! Fui chamado [intimado]. Passei vergonha [SILVA, 2008:depoimento oral].

Mas, na semana seguinte, quando voltei a falar com ele, para saber o desenrolar da história, ele parecia mais calmo. “Fiquei sabendo que um garoto da comunidade é que está tocando”, ele dizia. Hoje, a nova Rádio Maré emprega apenas quatro pessoas, entre elas, um rapaz de Olaria que é responsável pela transmissão via web. Wladimir ressalta que os tempos são outros. Que qualquer garotinho com um iPod ou um *mp3 player* pode baixar sua seleção de músicas da internet e escutar no aparelho. As rádios comunitárias estão caindo, cada vez mais, na “mesmice” das emissoras comerciais. “Então, realmente, agora ainda ficou mais agressiva a disputa pela audiência”, afirma [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

Persegui a disputa que envolveu, no passado, a Rádio Maré e a Rádio Progressiva pelo desfecho que ela me apresentou. Quero, com isso, fazer crer que uma experiência de jornalismo cidadão de base comunitária pode (e talvez deva) se apropriar da memória de experiências anteriores, dito de outra forma, do capital social acumulado. Há, sem dúvida, uma disputa de interesses individuais

camuflada por uma disputa de interesses de grupo¹⁵¹. Mas me parece que a questão, neste caso, é também uma disputa de memórias, uma disputa pelo enquadramento a ser dado [cf. POLLAK, 1992], pela memória a ser inscrita.

Engajado no “movimento” desde o princípio, Wladimir optou por trocar o antigo slogan “livre e diferente” da Progressiva FM, pelo novo “Maré FM: essa é legal”, que sugere uma ambigüidade propositada. Em seu perfil público no site RadioTube [disponível em <<http://www.radiotube.org.br>>], ele detalha que “a Rádio Maré está de volta, agora mais moderna, e com uma programação que é a sua cara”, ressaltando que “O rádio é um exemplo de veículo que resiste com o passar dos anos”. Seguindo à risca o “conselho” de Andreas Huyssen [2000:69], ele sabe, como também sabe o grupo de Carlinhos – sublinhe-se, como veremos, a passagem sobre a foto da Praia do Apicu [cf. capítulo seguinte] –, que “o passado lembrado com vigor pode se transformar em memória mítica”.

Quando Wladimir [2008:depoimento oral, grifo meu] me diz que “Eu não queria uma rádio pra mim, eu queria, sim, ter o *mérito* de trazer um canal de rádio comunitária pra Maré”, compreendo que o que está em jogo na experiência comunicacional, mesmo na escala comunitária, é invariavelmente uma batalha por representatividade política. Ter o “mérito” é ser reconhecido, é ser *lembrado*. É interpretar e combinar um sem-número de referências; definir e reforçar o sentimento de pertencimento [POLLAK, 1989:7], de forma que, “guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” [POLLAK, 1989:8]. “A guerra”, dizia o repórter da Veja Rio [LIMA, 1997], “está só começando”.

¹⁵¹ Essa dualidade está presente no comentário de Teteu [2008:depoimento oral] que diz que “é muito ruim trabalhar em grupo! [...] Você tem uma ideologia, o outro tem outra. Você não gosta de roubar, o outro adora, entendeu? Aí, você acaba se queimando. Quem com porco anda, farelo come. Não tem diferença do barro pra lama. Não quero ser barro nem lama, eu quero ser o Teteu, pô!”

III. A FÚRIA

4. NO AR TV MARÉ

Isso tudo tá gravado

[Antônio Carlos Pinto Vieira e Marcelo Pinto Vieira,
entrevistados em momentos distintos]

Está ali, diante de mim, uma caixa. Sem voz e sem imagem, ela permanece uma caixa. Até que eu a duplipenso¹⁵². No instante em que a caixa se ilumina, eu me ilumino com ela. *Big brother is watching you*, ela diria. No momento em que a assisto, ela me assiste. Não sei se ela me refrata ou se apenas reflito sobre ela. É um ritual que sigo dia após dia: a televisão é uma “magia a domicílio” [BORDENAVE apud LIMA, 1995]. Mais do que entendê-la como um *meio de comunicação*, é preciso enxergá-la – em especial a tevê comunitária por seu raio de atuação local – como um *meio de transporte*. Os espectadores se transportam para dentro do tubo catódico, como a Alice de Lewis Carroll, que atravessa os espelhos como se fossem janelas. Na Inglaterra vitoriana, não existiam televisões. E no intervalo de cem anos até o megabloco controlado política e ideologicamente pelo

¹⁵² Nas palavras de George Orwell, criador do termo em seu *1984*, duplipensar significa “Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da Democracia e que o Partido era o guardião da Democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência, e então, tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra ‘duplipensar’ era necessário usar o duplipensar.”

Partido, conforme previsto por George Orwell em 1984, o mundo já era dominado por elas.

A teoria da comunicação ainda tem certa dificuldade para compreender a relação entre emissor e espectador de modo não completamente passivo. A televisão é geralmente associada ao broadcast, isto é, à transmissão em massa de uma mensagem, que é imediatamente recebida e processada pelo espectador. Nesta compreensão, não há ruído. Não há apropriação da mensagem. Não há feedback. O espectador absorve pura e simplesmente a mensagem transmitida.

Na “vida real”, porém, a toda magia corresponde uma contramagia. O duplipensar é instrumento do espectador tanto quanto do emissor. É o receptor quem traça as conexões, é ele quem processa a mensagem. O conceito de broadcast, portanto, é, em certo sentido, uma ficção¹⁵³.

No início e ao longo desta dissertação, eu me referi às noções do jornalismo cidadão e da comunicação comunitária, apontando respectivamente para as idéias de descentralização da emissão e regionalização/customização da recepção. Ou seja, na proporção em que o jornalismo cidadão atua permitindo que cada cidadão seja um repórter (“every citizen is a reporter”, no famoso slogan do portal OhMyNews <<http://english.ohmynews.com>>), a

¹⁵³ Sobre esta idéia, Anamaria Fadul [apud PERUZZO, 2004:136] aponta que o emissor não detém o *monopólio sobre a decodificação*. Para a autora, “A crença de que os meios manipulam as consciências ignora a dimensão fundamental da pessoa humana e, portanto, seu universo cultural, para aceitar que os valores do povo são constituídos por aqueles veiculados pelos meios massivos. É necessário examinar o que passa do projeto de manipulação das classes dominantes, quando as classes trabalhadoras se defrontam com o universo da representação, que não tem nada a ver com a vida de cada um. A leitura desses meios não é uniforme e não pode ser pensada como pura passividade, já que é possível uma outra decodificação em função das lutas e crenças coletivas e individuais. O emissor não tem o monopólio da decodificação da mensagem, porque, uma vez construída, ela é lida das mais diferentes maneiras, pois diz respeito aos valores culturais de uma sociedade”. (O texto original de Fadul é: FADUL, Anamaria. *Políticas culturais e processo político brasileiro*. In: MELLO, José Marques de (org.). **Comunicação e transição democrática**, 1985, p. 183-184.)

comunicação comunitária aponta caminhos para que a recepção seja cada vez mais localizada, em vez de globalizada. O jornalismo cidadão de base comunitária é desta forma a antítese do broadcast. Isto não significa, contudo, que a dinâmica deste mesmo jornalismo cidadão de base comunitária exclua as ferramentas tradicionalmente empregadas em transmissões de massa. No momento em que uma tevê comunitária filma e exhibe ao mesmo tempo, em praça pública, entrevistas com moradores da favela, o espectador é emissor e o emissor é espectador. Os papéis se confundem, e a televisão passa a ser espelho e janela.

Como espelho¹⁵⁴ – porque possibilita ver a si mesmo quase como se fosse uma experiência extra-corpórea –, e como janela – porque possibilita atravessar distâncias –, a televisão comunitária, mais do que qualquer outra justamente pela sua especificidade de escala, estimula o espectador a refletir sobre si mesmo, sobre o seu cotidiano. A sedução do audiovisual, da sincronia aparente entre imagem e som, traduz a sensação de realidade e facilita o diálogo com o espectador. Não por acaso, em sessões coletivas de exibição em praça pública, as câmeras flagram um e outro meneando a cabeça para concordar com o vídeo.

“Na tela, o espectador pode estranhar-se e estranhar o seu cotidiano. Mas é esta oportunidade de estranhamento que cria as condições para uma melhor percepção deste real” [LIMA, 1995:11]. Esse estranhamento do familiar – expressão de Gilberto Velho [1981] – é o que vejo como uma condição determinante para o sucesso de iniciativas de comunicação comunitária. Como afirma Beatriz Sarlo [1997:79], “A televisão reconhece seu público, entre outras coisas, porque necessita desse reconhecimento para que seu público seja

¹⁵⁴ A idéia da tevê comunitária – em particular a TV Maré – como “espelho do cotidiano” é de Maria Cristina Lima [1995:107-115], que aponta três vetores para este entendimento: o aspecto da identidade (o morador se identifica com o vizinho que aparece na tela), o da auto-imagem ou auto-estima (as pessoas é que buscam as imagens, a exibição em praça pública voluntariza o interesse pela transmissão e pela experiência de reconhecimento), e o do tempo ou “álbum de família” (através de uma tentativa de “resgatar a história da comunidade”).

efetivamente seu”. Portanto, quando me refiro a um estranhamento, quero também imiscuí-lo de um auto-reconhecimento.

No instante em que decidi incorporar à minha pesquisa o caso da TV Maré, eu o fiz por duas questões que me chamaram a atenção. A primeira era que a tevê de certa forma foi uma precursora do *Museu da Maré*, já que o grupo que a produzia era coordenado por algumas das lideranças comunitárias que hoje encabeçam a Rede Memória do Ceasm, e que articularam a criação do museu. A segunda motivação foi o fato de que a pesquisa sobre o material audiovisual possivelmente me proporcionaria uma discussão rica em aspectos que os jornais impressos ou mesmo as rádios não eram capazes de suscitar.

Por saber que Carlinhos havia tocado a TV Maré em fins da década de 1980 – informação que eu havia levantado para o anteprojeto que submeti à banca de seleção para o mestrado em História, Política e Bens Culturais –, entrevistá-lo foi desde sempre uma meta. Preferi, contudo, iniciar minha aproximação pelo seu projeto mais recente, o *Museu da Maré* [cf. capítulo seguinte]. Por um semestre, me dediquei ao museu, na esperança de que os frutos que porventura eu viesse a colher me ajudassem no contato etnográfico a ser estabelecido com o grupo de Carlinhos e da Rede Memória. E foi assim que aconteceu.

A Rede Memória do Ceasm é coordenada por Cláudia Rose Ribeiro da Silva, esposa de Antônio Carlos Pinto Vieira, o Carlinhos. Carlinhos e Luiz Antônio de Oliveira são os dois outros gestores da rede, que atua na elaboração e no desenvolvimento de projetos relacionados à história e à memória dos moradores da área da Maré, com o objetivo de proporcionar-lhes uma experiência de reconhecimento e identificação com o passado da região.

Cláudia conheceu Carlinhos nas reuniões da Pastoral da Juventude em fins da década de 1980. Luiz integrou-se ao grupo mais tarde. Nem ele, nem ela participaram da experiência da TV Maré,

mas, entre os fundadores do Ceasm, Maristela Klem – atual gerente administrativa da ong e coordenadora dos projetos de informática –, além do irmão de Carlinhos, Marcelo Pinto Vieira – que não consta como um dos fundadores mas se manteve sempre próximo ao grupo e é hoje o responsável pela cenografia e concepção expográfica do *Museu da Maré* – foram integrantes da Sociedade Cultural TV Maré, entidade juridicamente constituída para dar vazão aos eventuais patrocínios e tornar oficial o grupo. Outras pessoas, é claro, tiveram parte na TV Maré, mas acabaram se dispersando em meados da década de 1990, quando a tevê foi aos poucos saindo de cena. É interessante notar, todavia, que a fundação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, o Ceasm, foi, grosso modo, um movimento de convergência entre dois grandes grupos: o grupo, por assim dizer, de Carlinhos, que havia tomado parte da TV Maré e, em certo momento, participara também das atividades da Associação de Moradores do Morro do Timbau e da *Rádio Maré*; e o grupo liderado por Eliana Sousa Silva e Jaílson de Souza e Silva, oriundo do movimento comunitário da Nova Holanda¹⁵⁵. Esses dois grupos, tomados por seus interesses e suas visões políticas particulares, são os mesmos que hoje competem para a cisão do Ceasm em duas ongs distintas. Em todo caso, aqui me interessa ressaltar que o núcleo que coordena a Rede Memória é formado basicamente pelo que nomeei acima como o grupo de Carlinhos, na proporção mesma em que o Observatório de Favelas é um projeto levado a cabo pelo grupo que eu vinha tratando como de Eliana e Jailson.

Posso afirmar, sem incorrer em erro generalista, que o *Museu da Maré* é devedor claro da experiência da TV Maré, ou, de outra forma, que a experiência da TV Maré acabou culminando na do museu. Isso porque, sendo uma televisão comunitária, havia no grupo

¹⁵⁵ Eliana havia participado da fundação da Chapa Rosa, que no início da década de 1980, assumiu a associação de moradores local (AMANH). Ela foi uma das criadoras do *Jornal da Chapa Rosa* e chegou ainda a colaborar com o jornal *União da Maré* [cf. capítulo 1 desta dissertação]. Marido de Eliana, Jaílson não é nascido na Maré, mas durante algum tempo morou na comunidade de Nova Holanda e foi um dos fundadores do Ceasm. Em 2001, ele fundou também o Observatório de Favelas.

da TV Maré uma preocupação grande de “abranger” a comunidade, isto é, a intenção de seus produtores era de afirmar-se como um veículo da Maré e não de apenas uma ou algumas comunidades. Buscar uma identidade comum, que congregasse essas 16 comunidades, foi um desafio por que outros veículos comunitários à época já haviam passado, notadamente o jornal *União da Maré*, sobre o qual já comentamos [cf. capítulo 1]. A saída encontrada por Carlinhos, Marcelo e os outros foi de trabalhar sobre um tempo remoto, uma origem historicamente “abstrata”, em que fosse possível criar e recriar alguns mitos. Esse direcionamento para o trabalho sobre a memória local foi certamente o embrião do museu, e a pesquisa de que se serviram os coordenadores da Rede Memória em muito foi a mesma empreendida pelos irmãos Carlinhos e Marcelo à época da tevê comunitária.

Falar sobre a TV Maré possuía um “complicador” semelhante ao de falar sobre o jornal *O Cidadão*: já havia material produzido dentro da academia a respeito desta experiência. E material produzido por uma participante de primeira hora da televisão comunitária, Maria Cristina de Lima, cuja dissertação de mestrado [1995] havia sido defendida no Departamento de Educação da PUC-Rio. Sua pesquisa cobria o período de surgimento da TV Maré e se estendia, sem que a autora mesmo o soubesse, até o momento em que o grupo começava a se dispersar, de modo que minha análise tinha pela frente um período descoberto e parcialmente envolto em nuvens: o que se iniciava no final das atividades da TV Maré, entre 1994 e 1995, até o início das atividades do Ceasm, em 1997.

Aproveitando o material produzido por Cristina como fonte, somei aos meus esforços de pesquisa a intenção de entrevistar Carlinhos e Marcelo, os dois irmãos que participaram juntos, cada um a seu modo, das experiências da TV Maré e do *Museu da Maré*. Minha idéia era, para além de ouvi-los sobre a tevê e o museu, poder traçar suas trajetórias no movimento comunitário da área da Maré, uma vez que ambos – sobretudo Carlinhos – são jovens lideranças,

respeitadas dentro e fora da favela, muito em parte devido a estas mesmas experiências em meios de comunicação locais¹⁵⁶. A entrevista com Marcelo ocorreu no Engenho de Dentro, na casa de sua namorada, e foi, em verdade, minha primeira experiência com uma entrevista de História Oral. Passado o nervosismo de um lado e de outro, Marcelo detalhou situações que nem Carlinhos nem Cristina, ambos à primeira vista mais relacionados com a tevê, haviam recuperado. Sua fala entrecortada, buscando sempre fazer emergir o sentido daquela dada experiência, era também bastante diferente da fala de Carlinhos. A entrevista com Carlinhos ocorreu numa das salas do segundo piso da Casa de Cultura do Ceasm, bem

¹⁵⁶ Carlinhos, por exemplo, chegou em 1995 à presidência da Associação de Moradores do Morro do Timbau após a projeção que lhe havia dado o trabalho junto ao grupo da TV Maré. Nas palavras do próprio [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral], “Com todo esse envolvimento que a gente acabou tendo – com a TV Maré, com a questão da comunidade, tudo –, a gente acabou se inserindo num movimento que foi feito aqui no Timbau por alguns moradores que estavam querendo mudar a associação. A associação vinha com um presidente que era uma pessoa muito antiga, já estava num processo muito grande de esvaziamento: os equipamentos comunitários estavam completamente abandonados, uma creche ali embaixo estava abandonada. E aí nós... o pessoal nos convidou – até por conta do trabalho que a gente já fazia –, o pessoal nos convidou para a gente estar participando de uma chapa na associação. Aí fizemos uma reunião, o pessoal tirou meu nome para presidente da associação dos moradores nessa chapa. E fizemos uma grande campanha na comunidade. Conseguimos apoio até do antigo presidente.”

Hoje, a participação de Carlinhos à frente do *Museu da Maré* gerou reconhecimento nacional e o convite para integrar a vice-presidência da Associação Brasileira de Museologia (ABM). Quero crer que, pelo próprio depoimento de Marcelo (“Carlinhos adora este tipo de coisa, né?”), Carlinhos possa ser compreendido como um exemplo notável, talvez na escala da comunidade, da noção que Beatriz Sarlo denomina de “televisibilidade”. Segundo Sarlo [1997:67], “A televisibilidade é o fluido que dá consistência à televisão e assegura um reconhecimento imediato por parte de seu público”, mas eu opero com esta categoria como sinônimo do que ela mesma define como “certificados de carisma”. Ou seja, não apenas porque atuou junto à TV Maré, mas também por isso, e por chamar a si as atenções no processo de negociação e articulação de projetos comunitários, é que Carlinhos é possivelmente uma das lideranças comunitárias da Maré com melhor trânsito nos meios de comunicação externos.

Já Marcelo, à época da TV Maré, foi convidado para organizar uma das alas do bloco Corações Unidos, desenhando suas fantasias.

ao lado do Adov. Acostumado a dar palestras e participar de congressos e conferências representando o Ceasm e o Museu da Maré, Carlinhos tem uma fala leve e bem construída. Seu discurso é, em certo sentido, “preparado”. Por outro lado, ele está acostumado a realizar entrevistas de História Oral com os demais moradores da Maré, de modo que sua posição diante de mim era uma “inversão de papéis”, com ele agora sendo o entrevistado – o que, sem dúvida, contribuiu para que sua fala não viesse de todo “montada”. Ainda assim, percebi, durante a entrevista, como Carlinhos preferia falar das experiências de comunicação comunitária de maneira mais panorâmica, isto é, comentando uma a uma e relatando o seu envolvimento em todas elas, num roteiro que seguiu da TV Maré à *Rádio Maré*, da rádio ao Ceasm, do Ceasm ao *Jornal O Cidadão*, e deste ao *Museu da Maré*. É possível relativizar o envolvimento de Carlinhos no Cidadão e também na Rádio Maré, muito embora ele tenha, sim, participado de certa maneira em um ou outro momento desses grupos. Mas o que fica da entrevista era a sua intenção de me guiar pelo universo da Maré, como se fosse uma visita ao museu. Ele indicou com quem ele achava que eu devia conversar e por quê. Não fez isso, arrisco dizer, com a intenção de enviesar minha pesquisa. Não. Sua idéia, me parece, era muito mais mostrar como estávamos falando de um assunto que ele dominava. Mesmo assim, no interdito da sua fala, ou nos momentos em que a situação da entrevista o obrigava a tecer suas próprias memórias, Carlinhos foi revelador.

Entrevistas e dissertação, portanto, foram o suficiente para me ajudar a contextualizar a empreitada. Mas eu precisava ainda analisar o produto audiovisual em si. O esforço de documentação e organização de um acervo do Ceasm, em especial do mesmo grupo da Rede Memória, nesse sentido, é algo de impressionante. Passei algumas tardes assistindo, só, a uma série de vídeos no Adov, até que pude localizar três dos programas da TV Maré. Na verdade, a grande maioria das fitas VHS do Adov estão etiquetadas, mas, na ocasião, por desencontro de horários, a profissional biblioteconomista não pôde me guiar na seleção do material que me interessava, de modo que eu assisti a várias fitas até poder compreender o que era

material filmado na época da TV Maré, o que não era; o que eram programas editados, o que era material bruto de filmagem. Localizei então três dos cinco programas¹⁵⁷ efetivamente produzidos pela tevê comunitária e pedi ao Luiz Antônio de Oliveira uma cópia de cada um deles, para que eu pudesse assisti-los com calma. Como o pessoal da Rede Memória já tinha planos de digitalizar estes programas, Luiz gentilmente se encarregou de encomendar a passagem das fitas para um dvd, que então, com a sua autorização, eu copiei. Nestes programas, nem Marcelo, nem Carlinhos aparecem no vídeo. Ambos surgem apenas nos créditos, o primeiro como redator e produtor visual (editor) e o segundo como diretor. Por outro lado, Cristina e Marivalda, que surgem como repórteres, e até mesmo Teteu e Eliana, como entrevistados, me acenam visualmente no sentido de que esta história dos meios de comunicação comunitária da Maré tem personagens muitas das vezes recorrentes.

Para explorar parte desta recorrência, nas páginas a seguir, pretendo retomar a experiência da TV Maré com base nos depoimentos orais de Carlinhos e Marcelo e na dissertação de Cristina. Minha intenção é identificar o que esta experiência pôde trazer para o grupo que a conduziu (que chamarei sempre de realizadores ou produtores da tevê comunitária) e para os demais moradores da favela; que tipo de questionamentos ela propunha e qual o discurso de que se apropriava. Da história da TV Maré em si para os programas editados, empreendo uma breve análise de conteúdo que me permitirá apontar dois momentos distintos por que a linguagem da tevê passa em seus pouco mais de cinco anos de atividade. Por fim, me utilizo de um caso emblemático no processo de pesquisa documental empreendido pelo grupo da TV Maré para indicar como o discurso da tevê, em certo sentido, é o molde do atual discurso do *Museu da Maré*.

¹⁵⁷ O número total de programas, conforme veremos mais adiante, varia de acordo com a fonte.

4.1. A televisão como janela, a televisão como espelho

Cada morador vê o outro e identifica-se no outro. Ele percebe que o seu 'eu' é construído na relação com o 'nós'. As cenas ganham um novo sentido, pois quem aparece como destaque não é o galã da novela ou o astro do filme, mas é o seu parceiro de futebol ou seu irmão de fé [Maria Cristina Lima, repórter e produtora da TV Maré, em sua dissertação]

Pioneira no recurso ao vídeo popular em favelas no Rio de Janeiro, uma das primeiras experiências desse porte no Brasil, a TV Maré iniciou seus trabalhos em 1989 e operou até por volta de 1995, sem um fim formalizado. Sobre ela, Maria Cristina de Lima, uma das participantes do projeto, escreve em sua dissertação de mestrado [1995]: “Como é possível discutir este lugar [a favela] com o seu saber e sua cultura enquanto expressão de uma identidade e, ao mesmo tempo perceber esta cultura enquanto um movimento de busca de identidade no campo social?” Apropriando-me de suas palavras, digo de outro modo: o jornalismo cidadão exerce a cidadania ou está constantemente em sua busca? Mais: estar em busca da cidadania não é, de certo modo, exercê-la?¹⁵⁸ Estas perguntas permeiam diversos momentos desta minha dissertação. Ainda não tenho, e provavelmente não terei, respostas para elas. São, até certo ponto, perguntas retóricas.

Na literatura que trata da conceituação de meios comunitários [PERUZZO, 2000; PERUZZO, 2004; entre outros], alguns autores fazem uma distinção entre a tevê comunitária e a tevê de rua, no que tange à transmissão. As tevês propriamente comunitárias, para estes autores, seriam televisões que ocupam canais VHF ou UHF, seja em transmissões piratas ou em faixas com concessão do poder público para televisionamento comunitário. Essa distinção entre a tevê comunitária e a tevê de rua, no entanto, é pouco característica dos

¹⁵⁸ Adiciono esta pergunta motivado pelos questionamentos que levantou acerca da primeira versão deste trabalho a professora Verena Alberti. O exercício e a busca pela cidadania muitas vezes se confundem.

movimentos populares no Brasil, conforme apontam Cicília Peruzzo [2000:1] e a própria Maria Cristina de Lima [1995:78]. Nas cidades brasileiras, as primeiras tevês produzidas por moradores de comunidades – por conta inclusive da restrição do poder público em conceder liberdade de operação com transmissores de radiodifusão ainda que de baixa potência –, eram todas tevês de rua. Nesses moldes, e geralmente com propósitos educativos e culturais, a tevê comunitária de rua¹⁵⁹ surge “em um contexto de efervescência dos movimentos sociais em que se busca a utilização do vídeo como meio facilitador do processo de tomada de consciência e mobilização de segmentos sociais excluídos” [PERUZZO, 2000:9]. Maria Cristina de Lima [1995:77] conta que as primeiras televisões comunitárias de que se tem notícia surgiram no Quebec com o objetivo de preservar a identidade cultural de grupos locais diante da “invasão” dos programas televisivos americanos. No Rio, a troca de experiências com a TV Maxambomba, em Nova Iguaçu, surgida a partir de 1986 – e que em 1990 chegou a produzir um vídeo de nove minutos¹⁶⁰ contando a história do município de Nova Iguaçu, antigo Engenho de Maxambomba, desde os tempos coloniais até os problemas da atualidade –, também foi fundamental para o desenvolvimento da TV Maré. Tanto a tevê de Nova Iguaçu quanto a tevê da área da Maré são experiências mormente de vídeo popular, e se enquadram na classificação de Peruzzo para as tevês comunitárias de rua. Ambas trabalhavam com vídeos produzidos por moradores da região, cujo resultado geralmente eram programas editados em fitas VHS. Estas

¹⁵⁹ Uso aqui a classificação de Cicília Peruzzo [2000] que distingue as tevês comunitárias em: tevê de rua, tevê em canal de televisão a cabo, tevê em canal UHF e tevê de baixa potência em espectro VHF. A primeira e a última me interessam particularmente, já que apresentam dois estágios por que passou a experiência da TV Maré.

¹⁶⁰ Este vídeo pode ser encontrado também no acervo do Adov. Além disso, durante uma de minhas participações em congressos, tive oportunidade de assistir, no mesmo GT de que eu fazia parte, à apresentação do trabalho de Clarissa Staffa Nascimento, intitulado “*Além da Imagem: experiências e memórias populares através da TV Maxambomba*”, que muito contribuiu para que eu traçasse semelhanças e diferenças entre as duas experiências de tevê comunitária.

fitas eram então exibidas em praça pública para os demais moradores e a estas exposições se seguiam debates e entrevistas. Em determinadas ocasiões, as reações das platéias eram também filmadas e retroalimentavam o material produzido para a tevê. Havia ainda momentos em que os moradores eram filmados e entrevistados ao vivo, isto é, a câmera era ligada diretamente ao videocassete e este à tevê, de modo que o entrevistado era assistido (e se assistia) em tempo real. No caso da TV Maré, já no final de suas atividades, em meados da década de 1990, houve ainda uma experiência com um transmissor VHF de baixa potência, que originou um par de transmissões piratas e multiplicou o alcance e a visibilidade da tevê dentro da própria comunidade (e mesmo fora dela).

Originalmente, foi a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro que propôs a um grupo de moradores da Maré um projeto de realização de um pequeno filme com imagens de seu dia-a-dia, do dia-a-dia de uma favela. Havia nesta proposta um impulso de reflexão sobre o cotidiano que eu classificaria quase como pedagógico, no sentido de estimular a formação dos ditos intelectuais orgânicos, um conceito gramsciano explorado à exaustão pelas correntes da teologia da libertação¹⁶¹.

¹⁶¹ Escola católica que se expandiu na década de 1970, sobretudo pela América Latina, e serve de sustentação para todo um ideário político que se consolidaria no Brasil a partir da criação do Partido dos Trabalhadores em 1980. A principal entrada do ideário político da teologia da libertação nas favelas era a partir da experiência da Pastoral da Juventude, que congregava grupos jovens de diversas comunidades. Os grupos jovens possuíam tendências políticas e religiosas distintas uns dos outros – alguns, como o da capelinha que freqüentava Carlinhos e que mais tarde se instalou no Parque Maré, não relacionavam sequer a religião à atividade política (“As irmãs não gostavam muito dessa relação: fé e política”). Era na Pastoral da Juventude que estas tendências se confrontavam mais diretamente. Segundo Carlinhos [2008:depoimento oral], “Na Pastoral, eu comecei a me aproximar mais do pessoal da teologia da libertação, e me afastar do pessoal carismático. A gente ficava às vezes lá e cá, mas era mais teologia da libertação. E ali, então, foi uma grande escola política pra gente, a gente começou a ter contato com um monte de gente e fazer estudos. Estudos dentro de uma visão da metodologia da Pastoral da Juventude, do Padre Jorge Boran [...] E é interessante, Viktor, que, na Pastoral da Juventude, esse embate da Igreja – uma Igreja mais voltada para a questão espiritual, uma Igreja mais voltada para a política-realidade –, era um

O grupo inicial era basicamente uma rede formada em torno da figura de um dos moradores, chamado Ivo, que trabalhava como contínuo na Cáritas. Ivo era funcionário da Cáritas e freqüentava também as ações da Pastoral da Juventude, que congregava então alguns grupos jovens da área da Maré. Avaliando a intenção de levar adiante uma experiência de vídeo popular, a Cáritas convidou Ivo a filmar algumas cenas em sua comunidade.

Até que um dia aparece o Ivo com uma câmera gravando coisas da comunidade. E a gente ficou muito impressionado com aquilo, porque você se ver na televisão é coisa só para artista. Não é coisa para... para... para pobres, simples mortais. E, aí, o Ivo chamou a gente para ir lá na Cáritas. E primeiro fui eu, foi ele, a Cristina [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Marcelo conta que a pauta original girava em torno do objetivo social da Cáritas, cuja proposta era um vídeo que discutisse a situação nas favelas, as condições de vida, de moradia etc. Uma pauta “mais católica mesmo”, conforme ele define. A Cáritas organizou oficinas de vídeo e cedeu uma câmera VHS para que o grupo fizesse as imagens. Segundo o relato de Marcelo, a idéia partiu do contato, em um congresso, das assistentes sociais da Cáritas com a experiência da TV Viva, uma tevê comunitária que operava então em Olinda (PE), exibindo seus filmes em telões na rua. Uma série de reuniões congregou, então, grupos de cerca de 20 moradores¹⁶² da área da Maré e assistentes sociais da instituição, responsáveis por coordenar as atividades. Aos poucos, alguns colaboradores foram saindo, outros fora chegando, como é o caso de Marcelo, que chegou a assistir algumas das primeiras reuniões mas entrou para o grupo da TV Maré somente mais tarde por conta do convite do irmão Carlinhos.

embate que se dava o tempo todo. E aqui a gente tinha uma diocese ultra-conservadora. [...] Então foi um período muito rico de embate de idéias. [...] Foi um período muito rico. E a PJ, ela foi... começamos a produzir cartilha... foi um trabalho onde nós tivemos uma grande formação: eu, a Cláudia Rose, Raimundo, o Bianco, a Nete, pessoas que hoje estão no movimento social, que hoje estão trabalhando, passaram pela Pastoral da Juventude.”

¹⁶² Marcelo fala em um grupo inicial com entre 20 e 30 moradores. Carlinhos cita apenas que havia mais de dez envolvidos.

Ainda com pouca experiência, o grupo saiu para filmar pela primeira vez.

Tinha a história da reunião e tinha que sair pra filmar. Nesta história de sair pra filmar, pegavam qualquer pessoa e ‘Toma o microfone’. E o Ivo sabia mexer na câmera porque ele já tinha feito o curso. Ele trabalhava, sabia mexer, era o responsável pela câmera na instituição. Ele dava o microfone pras meninas e saía filmando, dentro de uma coisa prévia que a gente já tinha discutido [Marcelo Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Com o resultado, levado de volta à Cáritas, a instituição decidiu preparar um pequeno curta-metragem, chamado “No ar TV Maré”, e apresentá-lo aos moradores em sessões em praça pública, a partir de um aparelho de videocassete e um televisor de 20 polegadas. A reação, como lembra Marcelo, era um misto de diversão com estranhamento.

Botava o filme e aí chegava gente querendo se ver. E o povo ria. E o povo fazia palhaçada. E ficava jogando um papel no outro. E ria um da cara do outro. Olha, era muito divertido. Era uma festa. [...] Uma pobreza só. E as pessoas morrendo de rir da própria miséria [riso]. Era muito engraçado. Era muito divertido. E aquilo foi me encantando. E eu fui me envolvendo mais com a história [Marcelo Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Do grupo grande de colaboradores da tevê, permaneceram até meados da década de 1990 apenas alguns, entre eles Carlinhos, Cristina (autora da dissertação *TV Maré: espelho do cotidiano; uma experiência de vídeo popular*), Flávio, Ivo, Marcelo, Maristela, Marivalda e Regina. De acordo com Cristina [LIMA, 1995:8], as filmagens não costumavam acontecer com regularidade, e todos os realizadores, apesar de se concentrarem em determinadas funções, eram capazes de se revezar nas diversas áreas da produção. Cristina conta ainda que foram produzidas mais de duzentas horas de gravação e finalizados pelo menos oito vídeos – com mais dois em processo de finalização à época em que escreve sua dissertação. Os números diferem dos de Marcelo, que fala em apenas cinco vídeos, mas a conta dele inclui apenas programas editados. Carlinhos cita

pelo menos sete programas editados, mas lembra ainda do material bruto.

Aqui, faço uma primeira intervenção analítica. Não havia uma preocupação clara, entre os participantes da TV Maré, em distinguir o que era um programa, o que era uma exibição ao vivo, o que era material bruto de filmagem. O que observei é que cada um incorporava à sua contagem um número de programas diferente não apenas pela memória que guardam dos programas, mas pela delimitação particular desses espaços: o que é material da TV Maré (folia de reis, desfiles de blocos), o que é material filmado sem propósito imediato (casamentos, aniversários de 15 anos, reuniões de associações de moradores), o que é material editado (os programas em si) etc. A própria dinâmica de apresentação em praça pública, entrevistando os espectadores ao vivo e exibindo em tempo real, acaba confundindo filmagens e programas, de modo que a interpretação neste caso precisa assumir uma extraordinária maleabilidade.

Para fins de pesquisa, estou contabilizando somente cinco programas. São eles: o programa original *No ar TV Maré* (editado pela Cáritas), o programa *No ar TV Maré/Contrastes* (uma espécie de versão estendida de *No ar TV Maré*, editada pelos próprios moradores), o programa *Tem samba Tem samba No pé*, o programa *Joga a rede no passado* e o programa *Mistério da Sereia*. Há, possivelmente, outros programas que tenham sido de fato editados como programas da TV Maré, mas não os incluo nesta listagem porque (1) não pude identificá-los em minha pesquisa no acervo do Adov, (2) não obtive a confirmação de sua existência no cruzamento de informações entre os depoimentos e a dissertação, ou (3) não posso apontar se de fato se tratam de programas editados e não de material de filmagem bruto. A tabela a seguir aponta as diferenças na identificação destes programas por cada uma das fontes.

Tabela 4.1

	Carlinhos [depoimento oral]	Marcelo [depoimento oral]	Cristina [dissertação]
quantidade e de programas editados	7	5	8 + 2 em fase de produção à época
descrição e nome dos programas	<ul style="list-style-type: none"> – “o programa da Linha Vermelha” – “aqui, na tevê, a gente ficou com cópia de um programa que era curtinho e um outro que era a versão grande” (<i>No ar TV Maré</i> e <i>Contrastes</i>) – “entrevista com a Dona Mimá que foi editada e deu um programinha interessante”* – “o [programa] dos pescadores” (<i>Joga a rede no passado</i>) – “o programa do meio ambiente”, exibido na Mostra Eco 92, e que “não é o mesmo dos pescadores”*** – “o [programa] dos blocos carnavalescos” (<i>Tem samba no</i> 	<ul style="list-style-type: none"> – “No ar TV Maré” – “Contrastes” – “Samba no Pé” (<i>Tem samba no pé</i>) – “Pescadores” (<i>Joga a rede no passado</i>, exibido segundo ele na Mostra Eco 92)** – “Mistério da Sereia” 	em nenhum momento, Cristina menciona especificamente e quais eram os programas editados

	<p><i>pé)</i></p> <p>– e “os desfiles dos blocos, que foram editados. Tem alguns desfiles, não sei quantos, que foram editados” (<i>Mistério da Sereia</i>)</p>		
temas de filmagem (material bruto)	entrevistas com moradores antigos, folia de reis***, procissões, missas, festas juninas, festas de aniversário, reuniões das associações de moradores, protestos de moradores contra a Linha Vermelha	entrevistas com moradores antigos, folias de reis, festas de aniversário, festas de debutantes, reuniões das associações de moradores	entrevistas com moradores antigos, folia de reis, festas de aniversário
horas de gravação	180	não indica	200

* o programa que é resultado da edição da entrevista com Dona Mimá, uma antiga moradora do Morro do Timbau, aparece na fala de Carlinhos como um dos programas efetivamente editados. Marcelo também o menciona, mas não como um programa em si, apenas como material de filmagem. Ambos, Carlinhos e Marcelo, não consideram a entrevista de Dona Orosina um programa.

** para Carlinhos, o programa *Joga a rede no passado* não é o mesmo que foi exibido na sessão da Mostra Eco 92, na Baixa do Sapateiro, com filmes sobre meio ambiente. Marcelo afirma que foi este o programa exibido na ocasião.

*** Carlinhos menciona um material sobre folia de reis que seria o último trabalho feito pela TV Maré.

Em resumo, não há, é claro, certo ou errado nas memórias ou nas interpretações do que seriam estes programas editados. Embora Cristina não mencione quais são os dez programas que ela identifica – o que certamente contribui para a impressão de que os limites entre

o que seria ou não um programa não eram muito claros –, e Carlinhos aponte dois programas a mais que Marcelo, me parece evidente que a distância entre um *programa* e um mero *material fílmico* não é muito bem definida. Isso fica claro, por exemplo, quando Carlinhos menciona o programa feito com a entrevista com Dona Mimá. Marcelo chega a citar esta entrevista, apenas para dizer que ela se perdeu pelas mesmas razões por que se perdeu também a entrevista com Dona Orosina e possivelmente os originais das entrevistas com Seu Albano e Seu Alvim, os pescadores que aparecem no curta *Joga a rede no passado*, ou seja, a proliferação de fungos nas fitas magnéticas. Para Marcelo, a entrevista com Dona Mimá não seria um programa. E Marcelo, diga-se de passagem, seria justamente um dos responsáveis, na época, pela edição dos programas¹⁶³. É possível ainda que, para chegar ao número de oito programas já editados à época, Cristina tenha levado em consideração algumas exposições ao vivo da TV Maré, além de ter contabilizado as duas versões do programa original (uma versão mais curta e uma estendida) como programas diferentes, coisa que não faz, por exemplo, Carlinhos. Dos dois programas ainda em fase de conclusão que ela cita, é provável que um deles utilizasse material das gravações das folias de reis na região. Carlinhos chega a mencionar brevemente um programa feito sobre a Folia de Reis, que teria sido o “último trabalho” da TV Maré, com uma qualidade muito superior, todo filmado em HI-8. Este material estaria com uma pessoa chamada Mario Diamante, que hoje trabalharia na Ancine. Mas não posso afirmar se se trata de um programa editado ou não, pois Carlinhos, em um momento diz que “foi o último trabalho que a gente fez”, e no outro que “é um material imprescindível que a gente faça esse vídeo”.

De todo o material fílmico, Carlinhos e Cristina chegam a um tempo muito próximo do total de horas de gravação. Ele fala em 180 horas, considerando que havia cerca de cem fitas, cada qual com

¹⁶³ Inicialmente, a edição era inteiramente realizada pela Cáritas. Nos créditos dos programas, o operador de ilha é identificado como Jorge Coutinho (com eventual assistência de edição de Katia Jaimovich). Mas Marcelo menciona que chegou a fazer algumas edições de fita para fita, após o rompimento do grupo com a Cáritas.

aproximadamente duas horas de gravação em alta qualidade. Cristina cita 200 horas no total. Parte deste material, Carlinhos e Marcelo reconhecem, se perdeu por conta da proliferação de fungos nas fitas. O que restou foi doado pelos irmãos ao Arquivo Dona Orosina Vieira (Adov), que compõe a Rede Memória do Ceasm.

No acervo do Adov, além dos três programas que analiso mais detidamente (*No ar tv Maré, Tem samba Tem samba No pé e Joga a rede no passado*), há ainda material de filmagem com imagens de reuniões da Associação de Moradores do Morro do Timbau, festas de aniversário e folias de reis¹⁶⁴.

De acordo com Carlinhos [2008:depoimento oral], o grupo inicial da TV Maré surgiu a partir da rede de contatos em torno da figura de Ivo, então funcionário da Cáritas, a partir de sua vivência dentro do Grupo Jovem da Igreja. Não houve um processo de seleção. Ao contrário, os interessados, ao que tudo indica, se candidataram e foram integrados de imediato. Havia pessoas do Timbau, de Nova Holanda, do Parque Maré e do Parque União. A Cáritas disponibilizou uma ilha de edição para o grupo, abrindo a possibilidade de que eles pudessem manipular os aparelhos, com supervisão de um técnico. A entidade contratou ainda um profissional de vídeo, apelidado de Paulão, que foi o responsável, segundo Carlinhos [id.:ibid.], por ministrar uma oficina de linguagem audiovisual, a fim de garantir uma capacitação técnica para os jovens.

Mas, pelo que contam Carlinhos e Marcelo, não houve uma preparação técnica rigorosa. A citação anterior do depoimento de Marcelo é prova clara disso: “pegavam qualquer pessoa e ‘Toma o microfone’”, ele dizia. Carlinhos narra de modo bem parecido o surgimento da tevê comunitária:

¹⁶⁴ As imagens de folias, cuja tradição hoje já não é mais encenada na Maré, são referidas por Carlinhos como “a folia do Roberto”. O material em HI-8 que ele chega a mencionar se encontra em poder de Mario Diamante, portanto, não faz parte do atual acervo do Adov.

Começou assim: vamos sair pra filmar. Filmamos pessoas nas ruas e tal. E passando em alguns lugares. Tinha um videocassete, daqueles enormes. A gente podia até ter guardado, estaria no museu aquele videocassete. Mostrava as pessoas falando. Eu, você. Aquilo começou a mexer com as pessoas. E a gente foi gravando. O Ivo fazia a gravação. A gente fazia entrevista. A gente resolveu fazer um *jornal* pra mostrar como é que estava essa realidade aqui da Maré. E aí a gente começou a gravar como é que as pessoas viviam aqui. Gravar as ruas cheias de lama, o esgoto todo aberto, as pessoas andando no meio do esgoto. E juntamos bastante material em relação a isso, mas não era uma coisa pensada [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral, grifo meu].

Embora em certo momento ele se refira à intenção de “fazer um jornal”, ou seja, de apropriar-se da linguagem informativa do telejornalismo para a tevê comunitária, o próprio Carlinhos define a experiência da TV Maré como uma “coisa meio bagunçada”, “bem solta”, chegando a admitir que, como produto comunicacional, a tevê¹⁶⁵ não obteve “densidade”. Nas suas próprias palavras, “A gente não tinha uma programação, a gente não tinha um padrão de qualidade, a gente não tinha uma organização administrativa de estrutura” [id.:ibid.].

Esta última fala de Carlinhos é interessante porque me remete diretamente aos três conceitos levantados por Bourdieu [1997:15-6] como sendo fatores de censura da linguagem jornalística na televisão: o *tempo*, o *assunto* e a *ordem*. Para Bourdieu, estes três fatores são quase que impostos pelo meio. O tempo limitado – decorrente, eu diria, da imperiosa narrativa *linear* da televisão –; o

¹⁶⁵ “E o nome TV Maré surgiu a partir mesmo disso: a gente começou a chamar TV Maré mesmo, porque a nossa idéia era a gente começar a ter uma programação. Era o grande sonho nosso, de ter uma produção regular, de passar isso pra comunidade” [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

assunto – em certa medida, delimitado pelo discurso –; e a ordem – que atende pelo domínio dos instrumentos de produção em nome da técnica, da moral e do entendimento do público [BOURDIEU, loc. cit.] – são determinantes na censura que se auto-aplica o jornalista. Tevês comunitárias e tevês educativas, segundo o próprio Bourdieu, são raras oportunidades de quebrar estas barreiras. A mim, me parece que a falta de uma programação – isto é, um não-compromisso com a grade, um tempo ilimitado etc. –; a falta de um padrão de qualidade – portanto, uma liberdade para explorar quaisquer assuntos e temáticas, sem aprisionamento técnico e/ou “compromisso” com o entendimento do público –; e a ausência de uma estrutura administrativa – isto é, um domínio dos padrões e processos de produção e administração de uma televisão – são exatamente os antídotos ao tempo, ao assunto e à ordem.

A dinâmica de produção do vídeo popular atende a uma lógica distinta, portanto, da de um programa televisivo direcionado para mídias tradicionais. Desde a produção irregular à exibição em aparelhos de 20 polegadas, tudo é um pouco “artesanal”. Ainda assim, é possível notar semelhanças no processo de condução destas experiências. Uma delas é a reunião de pauta. Carlinhos conta que havia reuniões para “planejar as coisas” e para “fazer roteiro”. O grupo se reunia na casa¹⁶⁶ de um de seus integrantes e discutia como seria o formato do programa e qual seria o assunto das filmagens. É interessante lembrarmos, aqui, dos três níveis de comunicação participativa estabelecidos por Merino Utreras [apud PERUZZO, 2004:144] – *produção, planejamento e gestão* –, e atentarmos para o fato de que a TV Maré é um exemplo claro de um meio participativo que envolve a comunidade primeiramente apenas no nível da produção e acaba evoluindo para que a comunidade passasse a ser responsável também pelo seu planejamento e sua gestão.

¹⁶⁶ Carlinhos [2008:depoimento oral] conta que, no princípio, a casa de Ivo se tornou uma referência. Mais tarde, uma parte da casa de Cristina foi usada como “escritório” da TV Maré no Timbau.

O direcionamento dado pela Cáritas aos assuntos que deveriam ser tratados, conforme veremos logo adiante, foi possivelmente o principal motivo de conflito entre o grupo da Maré e o supervisionamento da entidade. O contato com o profissional de vídeo contratado para as oficinas abriu portas para que os alunos conhecessem experiências semelhantes às suas, como a TV Viva e a TV Maxambomba, além de colocá-los em evidência em um movimento que surgia, o da Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP). Mas “Nós éramos os mais crus nessa história, os mais espontâneos, a gente não tinha uma organização, não tinha recurso quase”, afirma Carlinhos [2008:depoimento oral], em fala que me remete mais uma vez aos aspectos levantados por Bourdieu [1997] sobre a linguagem televisiva.

Ganhando força a partir do contato com a ABVP, o grupo da TV Maré cindiu-se da Cáritas e se organizou como pessoa jurídica, instituindo a Sociedade Cultural TV Maré, cuja ata e o projeto de trabalho foram assinados em 1993 [cf. LIMA, 1995]. Segundo Carlinhos [2008:depoimento oral],

A gente queria avançar mais e a Cáritas não queria. [...] Fazer outras coisas na comunidade. Se tornar uma instituição. E a Cáritas queria manter o controle sobre o grupo. E aí nós tivemos um processo de divergência com a Cáritas. [...] Brigamos com a Cáritas. Ficamos com a câmera que era da Cáritas [riso]. Dissemos que a gente ia ficar com câmera porque continuávamos trabalhando, que só íamos devolver a câmera quando terminássemos o trabalho. E foi uma briga feia pra caramba. Mas demos um grito de liberdade, e começamos então a fazer os vídeos.

Após o fim da parceria com a Cáritas, a TV Maré buscou um modelo de autosustentabilidade, enviando projetos para outras instituições e ongs. Numa dessas tentativas, seu projeto foi selecionado para a Mostra Vida, uma exibição de vídeos populares com temas relacionados ao meio ambiente e que integraria a programação da Rio-92, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

Carlinhos e Marcelo já haviam tido a idéia de produzir um filme contando a história da Maré. O processo de pesquisa para este filme havia se iniciado já em meados de 1991, quando Marcelo conta que passou a freqüentar com assiduidade bibliotecas e arquivos, em busca de fotografias e documentos históricos sobre o subúrbio do Rio em geral. O grupo filmou então depoimentos de alguns dos moradores mais antigos da região, como Dona Orosina e Dona Mimá, além de alguns velhos pescadores da baía. Mas a restrição do tema foi, talvez, o principal motivo para que o filme produzido girasse em torno da vida dos pescadores do Canal do Cunha, a estreita faixa da baía que banhava a Maré e sofria cada vez mais com o assoreamento.

Um convênio com a mostra permitiu que a Maré integrasse também o circuito de exibição. Um telão foi instalado na Baixa do Sapateiro e, mais tarde, na Nova Holanda. No primeiro dia, na Baixa, Marcelo lembra que foram exibidos cerca de 20 filmes, numa sessão com mais de três horas de duração. Havia pessoas assistindo a tudo das suas lajes, alguns pediam que o filme fosse reprisado e o grupo obedecia. Na Nova Holanda, aproximadamente 700 pessoas foram o maior público de toda a mostra, fato que gerou ainda mais reconhecimento para os produtores da tv Maré, que passavam então a serem procurados para pesquisas acadêmicas, entrevistas etc.

Após a Rio-92, o grupo enviou um novo projeto para a ong Fase¹⁶⁷ e recebeu cerca de dois mil reais para produzir um vídeo.

¹⁶⁷ De acordo com o site da própria instituição, a Fase se define como a "ong mais antiga do Brasil". Em seu histórico, consta que a "FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade.

Na década de 70, a FASE apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve

Com o dinheiro, eles conseguiram efetivamente registrar nos meios jurídicos a Sociedade Cultural TV Maré. E seguiram com as tentativas de projeto e pedidos de apoio e patrocínio para ongs e mesmo no comércio local¹⁶⁸.

Por volta de 1993, a TV Maré foi registrada em ata como uma entidade independente, o que lhe garantiu mais autonomia e desvincilhou definitivamente a Cáritas do projeto (“perdeu a referência e ganhou autonomia”, nas palavras de Maria Cristina [LIMA, 1995:83]). Neste ínterim, os produtores participavam de congressos e oficinas promovidos pela Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP), à qual a TV Maré havia se associado através do contato com

grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste e dos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas.

Para aprofundar a transição democrática, ao longo da segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, a FASE desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afro-descendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade e justiciabilidade em Direitos Econômicos Sociais e Culturais, vêm marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades.

Nesse início de século, a FASE se lançou na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. No campo da promoção de seus princípios e da produção de conhecimento, a FASE realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com universidades. Os resultados destas ligações podem ser vistos em dezenas de publicações, na revista periódica *Proposta*, editada há quase 30 anos, e em seminários, cursos, palestras e campanhas realizadas pela instituição." Para mais detalhes, cf. *Histórico*. In: **Fase**. Disponível em: < <http://www.fase.org.br>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2008.

¹⁶⁸ Marcelo [Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral] conta que houve um período de extrema dificuldade para que o grupo conseguisse recursos. A tevê comunitária, segundo ele, encontrava barreira no preconceito sobre os favelados (“As empresas não estavam abertas [para o patrocínio], nada estava aberto para isso. Era tudo muito difícil. E, acreditar num grupo de jovens da favela, quem ia acreditar?”).

Paulão. Os encontros, entre núcleos regionais e nacionais, serviam para compartilhar experiências e capacitar os realizadores.

Em seguida, Marcelo lembra de uma experiência interessante: a transmissão em baixa potência. Foi conversando com Beth Formaggini, sua amiga, diretora e produtora de filmes como Edifício Máster [2004], que Marcelo a ouviu falar sobre um transmissor.

Eu falei: 'Poxa, seria interessante a gente ter isso lá na Maré.' [Ele estala os dedos.] O transmissor tá comigo. Aí, nessa de levar o transmissor para a Maré, foi muito engraçado, porque a gente estava articulando e ela [Beth Formaggini] vira para mim e fala assim: 'Ah, eu tenho um filme sobre a aids.' E 1º de dezembro é Dia Internacional da Luta contra a aids. Eu falei: 'Pronto! A gente passa os filmes sobre a Maré e passa esse vídeo da aids.' Tranquilo. Fomos. Ela morava em Botafogo. Fomos. Pegamos o transmissor. [...] Meu pai na época tinha até um fusquinha. Fomos em Botafogo, pegamos o transmissor, pegamos ela e viemos pro Morro. Domingo. [...] A gente tentou ligar e o transmissor deu um probleminha. Meu pai até consertou na hora o transmissor. Eu encontrei com ela – de vez em quando eu encontro – e ela estava até comentando isso: 'Ah, o teu pai consertou o transmissor.' [...] Articulamos com uma casa, no ponto mais alto do Morro e botamos o transmissor. Aí, transmitiu. [...] Entrou na casa das pessoas, as pessoas não estavam entendendo nada. [...] Na época a gente ficou na coisa meio escondida, né? E não viu muito essa reação. Isso foi em dezembro, e o transmissor ficou com a gente um tempão – e eu fazia umas transmissões muito loucas lá na Maré. [...] Pintou o carnaval, e nós fomos para a Avenida filmar os blocos. Filmamos o Gato e filmamos o Corações Unidos. Filmamos. Na quarta-feira de carnaval saiu o resultado. E o resultado era que o bloco Corações Unidos era campeão. [...] Aí, eu pro Carlinhos: 'Pô, Carlinhos, seria bacana passar aquele material. A filmagem ficou maravilhosa.' A gente fez com uma câmera só. Direto. Filmando direto. E aí foi o grito de guerra. [...] A gente começou a ver a reação das pessoas. A gente lá do terraço gritava: 'Tá passando aí?' A mulher lá de

baixo gritava: 'Tá ruim. Tá bom.' A mulher do andar de baixo que cedeu o terraço pra gente. [...] Aí eu falei pro Carlinhos: 'Carlinhos, tá um furdúncio aí em volta. Vamos descer.' 'Vamos.' [...] Nisso, quando a gente desce, isso era 6h, 7h e pouca da noite, [...] era o povo gritando, um atrás do outro. [Imita com as mãos as pessoas correndo.] 'Vum', 'vum'. 'Fulano, põe que tá passando o bloco que é campeão.' [...] E aí o povo todo doido, querendo achar o canal. [...] Foi emocionante. [...] Aí no sábado seguinte nós fizemos na Nova Holanda. O povo da Nova Holanda ligou querendo também do Gato, porque a gente geralmente fazia isso: fez o Morro? Fez o Corações Unidos? [...] Tem que fazer o Gato¹⁶⁹. Se não, as pessoas ficam chateadas, e a gente não tem mais entrada. Já foi difícil conquistar o espaço que a gente tinha conquistado.

A transmissão de baixa potência em VHF, ou seja, em canal aberto mas circunscrita a uma área próxima, ainda é tida como uma operação "pirata", já que não é permitida pelo modelo de concessão pública federal para a radiodifusão. Mas no relato de Marcelo, para além da experiência de transmissão de uma tevê que extrapolava o vídeo em praça pública e chegava à antena dos televisores comuns, está a motivação da experiência jornalística, qual seja, a expectativa em torno da decodificação, a audiência presumida. Também neste relato há a expressão política do grupo em lidar com iguais: não há uma comunidade privilegiada: se fizemos por uma, faremos pela outra, diz Marcelo. Uma *fairness doctrine* rudimentar, eu diria. Ainda que, por motivos óbvios de inserção particular nas comunidades e acesso, a entrada fosse facilitada em localidades como o Morro do Timbau e a Baixa do Sapateiro, a idéia era contemplar a todos.

No depoimento de Marcelo [2008:depoimento oral], noto uma clara preocupação com a edição das imagens que reflete um viés político:

É igual fazer uma reportagem sobre fulano de tal. Várias pessoas entrevistaram. Eu fazia uma edição que, na

¹⁶⁹ Os dois blocos da Maré são o Corações Unidos, do Timbau; e o Gato de Bonsucesso, da Nova Holanda.

realidade, tinha que colocar todas as pessoas, porque se colocar quatro e, na edição, na hora de passar, você não colocar a outra pessoa, a outra pessoa vinha pra você e falava 'Você não colocou?' Vinha se queixar. Então a gente geralmente fazia um trabalho em que todo mundo que participou aparecesse falando alguma coisa, qualquer coisa.

Este tipo de dilema de edição, presente a bem da verdade em todo meio de comunicação, aponta para outro tradicional eixo da experiência jornalística. Se de um lado temos o jornalista como produtor de conteúdo, aquele que produz informação ou que traduz conhecimento em informação, de outro, temos o jornalista como editor de conteúdo, isto é, aquele que seleciona a informação mais importante e a escalona. Produção e edição são os dois eixos cartesianos da experiência jornalística. E no jornalismo cidadão estes eixos se coadunam com a descentralização de ambas as operações: a produção é descentralizada, e a edição é descentralizada. Ou seja, passam a figurar tanto como produtores quanto como editores de conteúdo agentes que antes eram meros espectadores dos meios de massa.

A dificuldade de Marcelo e dos produtores da TV Maré em editar o conteúdo, aplicando um *news judgement* [cf. TUCHMAN, 1993] particular, que contemplasse a todos os entrevistados, não é muito diferente das dificuldades por que passa, por exemplo, o editor do Jornal Nacional que é criticado por não atribuir o mesmo tempo de edição de Collor a Lula, na cobertura sobre o debate eleitoral de 1988.

A edição, em geral, é o ponto fraco da experiência jornalística, porque é através dela que ficam mais transparentes as opções dos produtores de conteúdo jornalístico. Mas, por ter uma narrativa linear e obrigatoriamente linear – basta notar que a leitura no jornal impresso, por exemplo, pode ser completamente entrecortada – e por exigir a atenção para a imagem tanto quanto para o áudio, a televisão chama a atenção para as escolhas do

jornalista. Ela evidencia a edição. Por isso, é que Beatriz Sarlo [1997:70-1] diz que a televisão está sob permanente suspeita.

Por outro lado, Sarlo lembra ainda que a televisão possui uma arma contra esta suspeita que o cinema, por exemplo, não possui. A transmissão *ao vivo*, que direciona o espectador para a complacência do *tempo real*. Segundo ela,

sobre uma fita gravada podem ser realizadas operações de edição, correção de luz, sobreposições, fusões, montagem das imagens sem respeito pela ordem com que foram captadas pela câmera. No entanto, a televisão tem uma possibilidade em particular que o cinema não tem: *a gravação ao vivo unida à transmissão ao vivo*. Aí as manipulações da imagem, ainda que permaneçam, não contam com o tempo como aliado: o que se vê é literalmente tempo 'real' e, portanto, o que acontece diante da câmera acontece diante dos espectadores. Se isso não ocorre exatamente desse jeito, graças à realização de intervenções técnicas e estilísticas (iluminação, profundidade de campo, enquadramento e retirada do enquadramento, passagem de uma câmera para outra, interrupção da gravação durante o intervalo comercial), mesmo assim tudo acontece *como se fosse* desse jeito: o público passa por cima das possíveis intervenções e a instituição televisiva reforça sua credibilidade no desvanecimento de qualquer deformação do acontecido quando se recorre à gravação ao vivo transmitida ao vivo.

Surge assim uma ilusão: o que vejo é o que é, ao mesmo tempo em que o vejo; vejo o que está sendo e não o que já foi e agora é transmitido com atraso; vejo o decorrer da existência e vejo o passar do tempo; vejo as coisas como são e não como foram; vejo sem que ninguém me mostre como devo ver o que vejo, já que as imagens de uma gravação ao vivo transmitida ao vivo dão a impressão de não terem sido editadas. O tempo real anula a distância espacial: [...] Em seus princípios, a televisão estava limitada a essa transmissão ao vivo, que não era uma opção

deliberada e sim um imperativo: desde os anúncios comerciais até os seriados, tudo saía ao vivo.

[...] Fica-se com a impressão de que entre a imagem e o referente material não há nada ou, pelo menos, há pouquíssimas intervenções, que parecem neutras porque são consideradas de caráter meramente técnico. Diante da gravação ao vivo pode-se pensar que a única autoridade é o olho da câmera: como desconfiar de algo tão socialmente neutro como uma lente? [SARLO, 1997:71-3].

A transmissão e gravação ao vivo que figuram entre os “programas” da TV Maré são uma saída encontrada para garantir que a atenção da comunidade se voltasse para o *tempo real* e não para a *justeza da edição das imagens*.

A projeção é um efeito curioso e que explica, por exemplo, outro aspecto do sucesso da exibição ao vivo. Marcelo [2008:depoimento oral] conta que

tinha uma coisa bacana também, nessa coisa com a câmera, da gente fazer ao vivo. É que a gente fazia uma ligação da câmera direto com a televisão, então, entrevistava as pessoas: ‘O que você está achando do Corações Unidos, do enredo, aqui, da televisão, da TV Maré?’ Aí, as pessoas falando. E fila. Fazia fila das pessoas falando. Era muito engraçado, fazia fila para as pessoas falarem, e tá passando direto ali na televisão, entendeu?

Entrevistas ao vivo nesta dimensão local são interessantes exatamente porque apostam na projeção que as imagens da tevê terão. Maria Cristina de Lima [1995:99-100] lembra o caso de uma moradora que, ao assistir o desfile de seu bloco, o Gato de Bonsucesso, na televisão, comenta: “Olha, na televisão é outra coisa. Parece uma pequena escola. É melhor que ao vivo!” Em outro momento [id.:103], Cristina cita ainda o engraxate que não queria aparecer na tevê porque todos iriam saber que ele era engraxate. A partir desses relatos, fica claro que a noção de projeção está de certa forma ligada à circunscrição do enquadramento. Aparecer na televisão é, nesse sentido, aparecer fora de contexto, sair da história,

tornar-se o centro das atenções, figurar em um retrato para a audiência, quiçá para a posteridade. Aparecer na tevê é fazer parte do espetáculo, ser ator principal, tornar-se uma estrela diante da massa de espectadores.

Os moradores não estavam alheios a este enquadramento, nem tampouco à edição das imagens. Marcelo conta que

A gente fazia edição de qualquer coisa: [descrevendo as tomadas] a mulher tomando banho, o maior calor no verão, o povo tomando banho de borracha. A gente gravava. [...] As pessoas questionavam o material editado, entendeu? Porque as pessoas queriam se ver mais. Porque o piloto era todo em cortes. Porque tem uma cena em que a mulher: ‘Como é a situação do seu banheiro?’ Aí, tem uma menina que abaixa, que é até a Andréa, minha irmã. Ela abaixa, e no banheiro você não conseguia ficar em pé. ‘E como é que faz para tomar banho?’ ‘Ah, a gente senta no vaso.’ No ‘vaso’, na edição, a gente pega um outro vaso e bota na cena. Vem a mulher e ‘Aquele ali não é o meu vaso. O meu vaso é outro.’ E as pessoas ‘Quero me ver mais!’ Aí, a gente colocava o material na fita, de duas horas.

O fato de questionarem a edição das imagens, apontando claramente que o material havia passado por cortes e que o que aparecia no vídeo não era necessariamente a verdade absoluta reforça a compreensão de que os moradores iam aos poucos reconhecendo a linguagem da tevê, enquanto a tevê, por outro lado, buscava ela própria compreender a linguagem dos moradores, remodelando-se e adaptando-se em virtude dos questionamentos.

A mensagem que fica patente no material que consultei no Adov e na descrição das experiências por Marcelo e por Cristina é que o principal objetivo do grupo de produtores da TV Maré era sempre o de “permitir que as pessoas se reconhecessem na televisão” [PINTO, 2000:48], o que sem dúvida contribuiria para desmitificar a imagem da mídia – como lembra o próprio André Luis

Esteves Pinto [2000] –, criando na comunidade, a exemplo de experiências anteriores, como a do jornal *União da Maré*, uma cultura de mídia. A sensação é descrita por Marcelo Vieira [2008:depoimento oral, grifo meu], quando afirma que

Qualquer eventozinho, a gente gravava. Festa de não-sei-o-que, a gente gravava. *E era tudo muito uma novidade*: você ter uma câmera no meio daquele povo – uma câmera na mão –, e sair gravando. O resto das pessoas ficava querendo ver as coisas. A gente falava ‘É da TV Maré’ e a gente saía gravando.

4.2. Joga a rede no passado

A sociedade vive em estado de televisão

[Beatriz Sarlo, crítica literária e pesquisadora da
Universidad de Buenos Aires]

Ainda em 1989, uma reportagem no *Jornal do Brasil* anunciava a TV Maré. Maria Cristina de Lima [1995:81] comenta que a reportagem “além de trazer à tona algo de positivo que acontecia na comunidade, também abriu espaços para que os sujeitos históricos daquela comunidade pudessem falar”. Ao que Marcelo complementa: “Uma matéria muito linda”. A mim, me parece interessante notar no discurso de Cristina a compreensão da categoria de “sujeitos históricos”, numa ambigüidade que não deixa às claras nem se os sujeitos são os produtores da tevê comunitária ou os entrevistados, nem o porquê de serem tratados como históricos – se porque são historicamente marginalizados ou se porque são lideranças históricas da comunidade alguns dos personagens dos vídeos. Fato é que já desde aquela época, em meados da década de 1990, a história foi se delineando como um dos instrumentos de coesão comunitária mais apropriados para se trabalhar na Maré. Mais apropriado, inclusive, que a simples discussão dos problemas comuns que afligiam os moradores, uma vez que costurava uma identidade ainda mais

abrangente, a identidade que seria, mais tarde, tratada pelo jornal *O Cidadão* com um adjetivo simples e significativo, “mareense”.

Falaremos mais adiante como os produtores da tv Maré parecem ter chegado a esta conclusão. Mas, aqui, me interessa analisar três dos programas a que tive acesso no Adov e tentar identificar as mudanças na linguagem de um e outro. Falo precisamente dos curtas: *No ar tv Maré/Contrastes* (versão de 25 minutos), *Tem samba Tem samba No pé* (19 minutos) e *Joga a rede no passado* (6 minutos).

Segundo o depoimento de Carlinhos, a versão que assisto de *No ar tv Maré* é uma versão estendida, que foi produzida pelos moradores a partir do mesmo material bruto de filmagem do primeiro vídeo, de mesmo nome. No filme, há entrevistas com uma série de moradores. Identifico ao menos as comunidades do Morro do Timbau, da Baixa do Sapateiro, da Nova Holanda, do Parque Rubens Vaz, do Parque União e do Parque Maré. São usadas músicas de fundo e um narrador em off, em alguns momentos. O aspecto geral é muito próximo da escola de vídeos do Globo Repórter de então, apenas com técnica e atuações mais amadoras.

Tabela 4.2

SINOPSE do programa *No ar tv Maré*:

Erros de reportagem. As repórteres erram as passagens, são tímidas e inexperientes. Música: Amizade (MPB4). Foto do Papa João Paulo II na casa de algum morador. Moradores do Parque Maré entrevistados sobre a superpopulação nos barracos (muita gente morando na mesma casa). Ouve-se a voz de alguém por trás das câmeras indicar à repórter como se expressar: “Fala: ‘Não dá nem para levantar [a cabeça, pois o teto é rebaixado no barraco]’”. Ivo é o câmera, conforme um repórter anuncia: “O Ivo tá mostrando”. O repórter critica moradores que jogam sujeira no valão que separa o Parque União do Parque Rubens Vaz. A repórter fala fora do microfone, enquanto a entrevistada mostra as mãos calejadas de limpar o valão: “Olha as mãos dela. Todas machucadas”. Depois, a repórter continua: “Gente, é um mal cheiro horrível. Só estando aqui mesmo para sentir como é o cheiro”. Na continuação da entrevista, a repórter pede que a entrevistada fale para a câmera e não para ela. Um entrevistado diz que os problemas são falta de apoio dos governos “comunitário”, do governo do

estado e do governo federal. Depois, o narrador em off anuncia: “Mas, na nossa comunidade, não tem só problemas. Pelas ruas, pelas casas, pelos rostos, há muita alegria presente. Se no dia-a-dia é duro o trabalho, nos fins de semana tem o bate-papo na esquina, sem contar o chopinho gelado, porque afinal ninguém é de ferro. Sábado tem aquela água de coco, tem verdura fresquinha, para não falar no milho cozido, vendido de porta em porta, ou no caldo de cana bem gelado para matar a sede da moçada. É dia de fazer compras. E lojas das mais variadas não faltam. E por que não aquele jogo de cartas entre amigos? Por aqui também rola a bola. E é programa certo no domingo torcer pelo time do coração”. Entrevistas com jogadores de futebol da comunidade. A repórter mostra o Canal do Cunha. “Isso é para vocês verem um pouquinho da nossa carência”. Novamente o futebol na comunidade. Depoimento de Eliana, então presidente da Associação de Moradores de Nova Holanda. Entrevistas com agentes comunitárias da Pastoral da Criança. Música: Alagados (Paralamas do Sucesso). Repórter do SBT falando sobre a TV Maré. Ele pergunta a moradores em que a tv pode ajudar. Um dos moradores responde: “Acho q expondo os problemas da comunidade. [...] Expor esse trabalho pra tevê, e a tevê conseguir jogar pro mercado [...] Até às autoridades”.

O programa *Tem samba Tem samba No pé* [no original, o título aparece duplicado] foi o segundo vídeo produzido pelo grupo. O filme entrevista os presidentes dos blocos da área da Maré, o Corações Unidos e o Gato de Bonsucesso. A idéia era chamar atenção para uma atividade de lazer da comunidade. Nos depoimentos de Marcelo e de Carlinhos e nas passagens da dissertação de Cristina sobre este período, é fácil perceber que o carnaval, tanto quanto a história mais tarde, serviu aos propósitos de conflagar os moradores da Maré sob uma única bandeira. Destaco aqui a fala de Marcelo, reproduzida na dissertação de Maria Cristina [VIEIRA apud LIMA, 1995:101]: “O Carnaval é muito triste. É um mundo de ilusão, onde o pobre esquece que é pobre e pensa que é rei”. A frase de Marcelo aponta para o esforço da TV Maré, de fugir ao estereótipo do pobre como marginal e necessitado, e mostrá-lo em todo o seu esplendor¹⁷⁰, um momento de êxtase em que “o pobre pensa que é rei”. Em esforço semelhante, está imbuído hoje o Ceasm, quando se nega ou evita ao máximo pautar a violência na

¹⁷⁰ A TV Maré chegou inclusive a ser convidada para criar uma ala no bloco Corações Unidos, onde Marcelo e Rosângela eram responsáveis pelas fantasias.

favela. Mas havia, ali, na TV Maré, uma preocupação também social: a de reviver os blocos de carnaval. Marcelo lembra que, na época, havia diminuído a frequência nos ensaios dos blocos e que eles tinham a intenção de chamar a comunidade para o carnaval, cumprindo, de certo modo, a função de serviço da experiência jornalística.

A comunidade não chegava junto dos blocos de carnaval e aí a gente poderia fazer um trabalho junto aos blocos. E foi articulado para a gente filmar o que estava sendo produzido dentro dos blocos, o enredo do bloco, os presidentes do bloco. A gente articulou isso na Nova Holanda, no Gato de Bonsucesso, e no Timbau, que tinha o Corações Unidos. [...]

O bloco tava vazio, as pessoas não chegavam junto. A gente botou uma televisão, gravou, fez uma gravação num dia, num final de semana. Gravou os presidentes, gravou as pessoas que eram diretoras do bloco, para falar sobre enredo, para falar do bloco. E, na semana seguinte, a gente colocou uma televisão no palco do bloco e passou esse material bruto. Não estava nem editado. E aí era uma palhaçada só. Todo mundo ria. E o povo ria. O povo adorava se ver na televisão. E a coisa foi começando, entendeu? [Marcelo Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Tabela 4.3

SINOPSE do programa *Tem samba Tem samba No pé*:

São ao todo: 00:08:32 para o Corações Unidos e 00:11:34 para o Gato. A câmera passeia por passistas e ritmistas. Entrevista com o vice-presidente do bloco, que cita Teteu, então puxador de samba do bloco Corações Unidos. Passistas e ritmistas. Teteu puxa o samba do bloco. Alguns foliões lançam olhares desconfiados para a câmera. As cenas ou são filmadas de baixo ou mostram os movimentos rápidos de passistas e casais de mestre-sala e porta-bandeira. O carnavalesco do Gato fala das alegorias, levantando dificuldades. Repórter: “Mas o senhor é capaz de fazer isso, não?” Carnavalesco: “Pra provar que todos nós somos capazes, porque nós somos brasileiros”.

Foi durante o processo de filmagem e gravação de entrevistas para o que resultaria no segundo programa (*Tem samba Tem samba No pé*), sobre os blocos carnavalescos, que o grupo da TV Maré descobriu, de certo modo, o potencial de uma abordagem histórica, uma opção que – justamente por a princípio não estar dada – foi um direcionamento claramente editorial.

Nessas entrevistas que a gente fazia com os moradores, eles vinham com respostas muito curiosas para a gente. Eram respostas que deixavam a gente com muita curiosidade. E essas respostas eram em relação à história da comunidade. E, aí, a gente começou a ficar muito curioso, eu, Carlinhos, a Cristina também [...]. A gente teve a idéia de fazer um filme contando a história da Maré. [...] A gente começou a entrevistar os moradores mais antigos do Morro do Timbau. A gente queria começar pelo Morro [Marcelo Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

O primeiro vídeo resultante desta compreensão foi o curta produzido para a ocasião da Mostra Vida, durante a Rio-92. O pequeno documentário, chamado *Joga a rede no passado*¹⁷¹, trazia entrevistas com os pescadores Seu Alvim e Seu Albano, ambos antigos moradores da área da Maré e que sobreviviam da pesca no Canal do Cunha.

Tabela 4.4

SINOPSE do programa *Joga a rede no passado*:

Música: O Estrangeiro (Caetano Veloso). Imagens da baía de Guanabara. Águas sujas. Uma boneca no lodaçal. Traineiras. Entrevista com um pescador: ele diz que hoje acabaram com a navegação pequena e, mesmo que se queira, comprar um caiaque é muito caro. Aparentemente o pescador está sentado, com o repórter numa posição mais alta sem aparecer no enquadramento. O entrevistado olha para cima para falar com o repórter. O segundo pescador diz que começou na pesca, “a maior profissão de minha vida”, em 1932 e se aposentou em 1984. Ele diz que entrou na pesca numa época de conversar com os peixes, “eles são meus amigos”. O segundo pescador aparece no enquadramento sem o microfone aparente. Corta para

¹⁷¹ O curta que assisti apresenta um defeito no áudio entre um trecho e outro, decorrente, segundo Carlinhos e Marcelo, dos problemas com a conservação das fitas.

o primeiro pescador. Volta ao segundo pescador, que fala da poluição na baía. O vídeo segue alternando entre um pescador e outro. Ao fim do vídeo, aparece uma foto do primeiro pescador e os dizeres “Este vídeo é dedicado ao Sr. Albano pescador Falecido em 1991”. A música Os cinco companheiros, de Paulinho da Viola, indicada nos créditos, deve constar do trecho sem áudio do vídeo. As entrevistas com os pescadores têm os seguintes tempos:

Seu Albano (pescador 1): 00:01:23

Seu alvim (pescador 2): 00:01:19

Na curva editorial entre um programa e outro, é possível perceber não apenas uma guinada técnica – do vídeo que se inicia no formato de um telejornal ao minidocumentário com pretensões artísticas –, mas uma evolução também no tratamento jornalístico dos assuntos. Saem o denunciismo e o mero impulso da crítica ao poder público e entram a cultura (no sentido de práticas culturais) e a crítica bem construída. Aos poucos, diminui a influência da Cáritas sobre as pautas e o grupo começa a pensar numa abordagem mais particular. São dois períodos bastante distintos por que passa a TV Maré. Entre o primeiro programa – cujos principais temas eram a habitação, o saneamento, a miséria, a feira livre, o futebol, as crianças carentes e a política comunitária – e o terceiro programa – cujos temas passavam a girar em torno dos pescadores, da baía de Guanabara, da poluição, do meio ambiente e da memória (evidenciada, inclusive pelo “passado” do título do filme) –, há uma diferença grande na maneira de conduzir a experiência.

No primeiro vídeo, eram seis repórteres, o que dá a entender que a equipe, de fato, como afirmam Carlinhos e Marcelo, era bastante maior. Foram três momentos mais longos de off e cerca de 20 entrevistados ao total. O segundo programa já conta com apenas uma repórter e nove entrevistados. No terceiro, são dois entrevistados e os repórteres sequer aparecem no vídeo: a opção passa a ser evidenciar o depoente, ainda que o microfone e parte do equipamento técnico estejam visíveis no enquadramento do documentário.

Tabela 4.5

	<i>No ar TV Maré</i>	<i>Tem samba Tem samba No pé</i>	<i>Joga a rede no passado</i>
diretor	Carlinhos	Carlinhos	Marcelo, Cristina, Regina, Ivo, Carlinhos, Maristela, Marivalda, Renata*
programação	Evanildo**		
redação	Maristela	Maristela e Marcelo	
reportagem	Andreia, Marivalda, William, Rosangela, Claudia, Claudia S., Keyla	Marivalda	
câmera	Ivo	Ivo	
iluminação	Severino, Fábio, Underson e Rildo		
assistência		Maristela	
produção visual		Marcelo	
operador de ilha / assessoria	Jorge Coutinho	Jorge Coutinho	Jorge Coutinho
asses. de edição	Kátia Jaimovich e Jorge Coutinho		
editado em	Cáritas RJ		Take 1 – Multimídia
apoio / projeto	Cáritas Rio		Cáritas Rio / Cáritas Brasileira***
agradecimentos		Diretoria e componentes dos G.R.B.C. Mataram meu Gato**** e Corações Unidos de Bonsucesso	Sr. Albano, Sr. Álvaro, Luís

* Neste programa, o crédito é coletivo.

** Evanildo é também citado na matéria de 1989, no JB, como diretor de programação da TV Maré.

*** Creio que a Cáritas, aqui, aparece no crédito pelo apoio inicial e pela câmera cedida. A rigor, de acordo com Carlinhos e Marcelo, já não havia mais vinculação formal com a entidade.

**** O G.R.B.C. Mataram meu Gato é o bloco que deu origem ao Gato de Bonsucesso. A história mítica da origem do bloco remonta ao gato de uma moradora da Nova Holanda que acabou virando couro de tamborim. Hoje, esta passagem é recontada pelos narradores do Museu da Maré.

Chama a atenção no primeiro vídeo a longa fala de Eliana Sousa Silva, que aparece empunhando o microfone, como se fosse uma âncora de televisão e faz um longo discurso sobre a necessidade de se implementar uma organização “orgânica” na favela, em referência clara à idéia gramsciana de “intelectual orgânico”. Ela aponta ainda a importância dos meios de comunicação comunitária no processo de incentivo à participação popular e elogia a TV Maré. São, ao todo, quatro minutos e nove segundos¹⁷², tempo que, em uma tevê normal, é quase impensável.

Carlinhos [2008:depoimento oral, grifo meu] diz que a idéia do primeiro filme

era gravar e mandar pro governo. Para denunciar a situação que as pessoas tavam vivendo aqui. Porque aqui tinha tido inclusive o Projeto Rio, e diziam que a comunidade estava toda saneada e estava toda não-sei-o-quê, e as pessoas estavam vivendo nas piores condições possíveis. E aí surgiu a idéia de... ‘Vamos fazer o que com esse material?’ A idéia era a gente produzir isso pra mandar, tipo fazer denúncia. Tanto é que, se você pegar as imagens, algumas coisas que restaram da TV Maré – a maioria das coisas acabaram, né? [com os problemas de conservação das fitas magnéticas] – você vai ver que tem uma coisa meio num *tom jornalístico* ali, de *jornalismo realidade*, de *denúncia*: ‘Olha, essa rua tá assim. Olha só como é que as pessoas estão vivendo.’ Aí, tem uma mulher que fala do Sarney: ‘Eu estou vivendo aqui nesse esgoto, e se eu pudesse, sabe qual era a minha vontade, era falar com o Sarney.’ Não esqueço dessa entrevista. A gente disse: ‘Pô, a gente tem os materiais, a gente tem que passar isso pras pessoas também. [...] A idéia era de mandar pro poder público, para a Prefeitura, para quem fosse, esse material, para mostrar como as pessoas estavam vivendo aqui. E nós nos inserimos na coisa da cultura da comunidade.

Estar inserido na cultura da comunidade, do modo como Carlinhos fala, é envolver-se no dia-a-dia da comunidade. A

¹⁷² No terceiro vídeo, a fala mais longa (sem cortes), dura cerca de 38 segundos.

comunicação comunitária, nesse sentido, é uma experiência jornalística antropológica. “É um trabalho diferente. Não é um trabalho de a gente ir lá, né, com distanciamento, e gravar. É um negócio que você vai se envolvendo [...], e aí passa a conhecer todo mundo” [Antônio Carlo Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Por outro lado, é um trabalho também de convencimento, pois, ainda que pretendesse mostrar a cultura popular mais do que denunciar as más condições sociais – direcionamento que também transparece na opção do jornal *O Cidadão* em não noticiar temas relacionados à violência na favela –, “Fica claro que mesmo a equipe [da TV Maré] achando que é importante mostrar os aspectos positivos da favela, existe nos moradores o desejo de que os problemas locais também tenham projeção a fim de serem resolvidos” [LIMA, 1995:104]¹⁷³.

A opção, portanto – e é isto de que se trata, de uma opção – por trabalhar as pautas com menos foco na denúncia e mais foco na criação e na construção de uma identidade influencia toda a seqüência de vídeos produzidos pela TV Maré. Na visão de Carlinhos, “quando você trabalha a história da comunidade, aquilo mexe contigo” e “nós começamos a ver que era um material que a comunidade precisava conhecer”. Ou seja, o grupo de produtores da tevê comunitária concentra seus interesses na construção de uma imagem da Maré que pudesse ser apropriada pelos moradores, uma imagem

¹⁷³ O curioso no tom de denúncia (o “tom jornalístico”, segundo Carlinhos) adotado pela TV Maré em seu primeiro programa, e adotado, ainda hoje, por moradores da favela quando se vêem diante da oportunidade de conversar com um jornalista ou um representante dos meios de comunicação é a idéia de cidadania que ele expressa. Eu sou cidadão porque sou trabalhador, é o que dizem os favelados entrevistados. Ser trabalhador, em outras palavras, é pagar impostos, é ter direitos. De acordo com Beatriz Sarlo [1997:73], o que está em jogo neste tipo de discurso de denúncia é menos uma política de direitos humanos, e mais uma “concepção fiscalista da cidadania”, muito próxima da que figura em séries e seriados americanos. Segundo essa concepção, “os que mais pagam teriam mais direitos a reclamar e os que menos pagam deveria aceitar a *capitis diminutio* de sua situação” [SARLO, loc. cit.]. Assim, se inverte a lógica da igualdade e o próprio discurso dos favelados parece deixar de fazer sentido.

não de violência ou de miséria, mas uma imagem que cunhasse uma identidade de orgulho, que expusesse uma origem comum. Mesmo ao apontar problemas de poluição ao meio ambiente, como fazem no vídeo dos pescadores, o grupo está preocupado em preservar os usos e saberes tradicionais dos moradores mais antigos.

A nítida preferência pela abordagem histórica como fator de coesão comunitária favorece comunidades mais antigas, como o Morro do Timbau, a Baixa do Sapateiro, o Parque Maré, o Parque Rubens Vaz, o Parque União e Nova Holanda¹⁷⁴. Estas comunidades, segundo Carlinhos, têm mais “apelo”. O “apelo” a que ele se refere é a fascinação da memória. A mesma fascinação que a seqüência imagética de Dona Maria cantando a Folia de Reis foi capaz de despertar em Jorge Negão. A fascinação de se estar diante de um documento.

Nas palavras de Carlinhos [2008:depoimento oral], é por ser uma “caixa mágica” que a televisão projeta a realidade e atribui a ela uma nova dimensão, a dimensão de documento. Por isso, ele e Marcelo insistem, durante suas entrevistas, o tempo todo que “isso tudo está gravado”¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Nos depoimentos dos visitantes no livro de sugestões e impressões do Museu da Maré, alguns moradores se queixam da falta de representatividade de comunidades como a Vila do João, a Vila dos Pinheiros, o Conjunto Pinheiros e o Conjunto Bento Ribeiro Dantas [cf. o capítulo seguinte desta dissertação]. Esta falta de representatividade, ao meu ver, se constitui em uma opção pela valorização do passado mítico, que gira em torno das palafitas da Maré. Vale lembrar que, a partir da Vila do João (inaugurada em 1982), estas comunidades foram o resultado de projetos do poder público federal e municipal no setor de habitação, que visavam a erradicar as palafitas e remanejar a população favelada para conjuntos habitacionais. Para maiores detalhes sobre a constituição histórica de cada uma destas comunidades, cf. SILVA, 2006; JUNG, 2007, entre outros.

¹⁷⁵ Sempre que pontuavam suas lembranças com frases como “Isto tudo tem gravado”, “Tem até foto na tese [de Maria Cristina Lima]” ou “Tem tudo guardado. Isto tudo está no arquivo”, Marcelo e Carlinhos pareciam querer apoiar sua memória oral em documentação material. Fossem fontes escritas (a ata), visuais (a foto) ou audiovisuais (o que estava “gravado”), as referências constantes a esses materiais buscavam suporte que conferisse veracidade aos depoimentos. Eles pareciam querer dizer: “Olhe, não estou mentindo”. E achei curioso o fato de que os documentos que ambos me

O momento exato da guinada editorial talvez não seja possível recuperar em um mapeamento desprezioso como este, mas certamente há passagens belíssimas como a que Carlinhos relata em seu depoimento que em muito contribuíram para que a opção pelo uso da memória como elemento central do processo de comunicação comunitária fosse tomada:

A gente gravou a Folia de Reis em que uma das folhas era a mãe do Jorge Negão [traficante que dominava a região da Maré na época]. Dona Maria. E aí nós gravamos. E eu nem sabia que era, nem sabia que ela era a mãe do Jorge Negão. Dona Maria cantando. E Dona Maria depois faleceu. Aí, o Jorge mandou um camarada ir lá na casa do Ivo – a referência lá da Maré era a casa de Ivo – pedir a fita lá da mãe dele, que ele queria guardar como recordação da mãe, as imagens que a gente tinha gravado.

Afinal, fazer tevê é fazer história, e os “brutos” também choram seus mortos¹⁷⁶.

apontavam como “protocolos de verdade” [cf. COSTA LIMA, 1989:104] haviam também, de certa maneira, sido produzidos por eles.

Em última instância, a experiência jornalística é também uma experiência de produção de documentos-monumentos e, nesse sentido, voltamos, como que a andar sempre em círculos, à idéia de Chaney [1986] de que a mídia se transforma em um meio de expressão para seu próprio público e à marcante posição de Lévi-Strauss [1993], segundo o qual a história é sempre “história-para”. Era a Maré que falava pela tevê ou a tevê que falava pela Maré?

¹⁷⁶ Tanto Marcelo quanto Maria Cristina [1995] comentam que os moradores, nas sessões de exibição, pediam que os filmes fossem reprisados. “Como o material está ali, de acesso fácil, eles pedem para repetir sempre. Parece que não se cansam de ver” [LIMA, 1995:94]. Esta informação me reporta aos casos das crianças que visitam o Museu da Maré mais de uma vez ao mesmo dia e, por esta razão, assinam o livro de registro dos visitantes também mais de uma vez, indicando que perfizeram o trajeto seqüencialmente. “O que estou querendo dizer é que as crianças que assinam o livro mais de uma vez e perfazem novamente o trajeto da exposição estão repetindo a visita como quem ouve novamente uma história. Elas estão *ouvindo* o museu” [CHAGAS,

4.3. A Praia do Apicu

O instrumento (a teletela, como era chamado) podia estar obscurecido, mas não havia modo de desligá-lo completamente

[George Orwell, escritor, no livro 1984]

A idéia por trás da abordagem histórica dos programas da TV Maré era encontrar um ponto remoto que pudesse servir como origem mítica para a Maré. Um ponto em que se pudesse basear a história recente da comunidade.

Preocupados, então, em fazer emergir esta história, os produtores da TV Maré quiseram conversar com moradores mais antigos da região, a fim de ouvir sobre o passado das comunidades:

a gente começou a perceber que os moradores antigos estavam morrendo. Como eles estavam morrendo, a gente começou a filmar essas pessoas. E a primeira pessoa a filmar, se não me engano, por causa disso, foi a Dona Orosina¹⁷⁷. Eu sempre tive contato, desde criança, e referência à Dona Orosina ser uma das moradoras mais antigas do morro. E, na época, ela era viva, ela tinha o botequim dela, era uma senhora, com quase cem anos de idade [Antônio Carlos Pinto Vieira, 2008:depoimento oral].

Congregando a comunidade em torno destes mitos de origem, a TV Maré trabalha para que os moradores da favela, apesar de suas histórias de vida particulares e de suas origens heterogêneas, se identifiquem como membros de uma única “comunidade imaginada” [ANDERSON, 1983]. Além disso, como experiência de jornalismo cidadão de base comunitária, a TV Maré é

2007:14, grifado no original]. Da mesma forma que as crianças que *ouvem* o museu ao repetir o trajeto, acredito que os moradores ao pedirem que o vídeo fosse reprisado queriam *ouvi-lo* novamente, isto é, não apenas assisti-lo (e assistir-se), mas *vivê-lo*.

¹⁷⁷ Marcelo me explica que a fita com o depoimento de Dona Orosina foi uma das que sofreram com a proliferação de fungos, mas que a decupagem do material está disponível para consultas no arquivo do Ceasm, que ganha o seu nome exatamente em homenagem à ilustre moradora.

um exemplo claro de como a prática jornalística de certo modo incentiva o registro e a pesquisa histórica e como ela se transforma numa vontade de produzir e de sistematizar o conhecimento e a memória. Não por acaso, as fitas de tevê em que Dona Maria, na Folia de Reis, e Seu Alvim, o pescador a que o filme *Joga a rede no passado* é dedicado, apareciam foram reclamadas pelas famílias com o valor de “última lembrança”. Não por acaso, as entrevistas de Dona Orosina, Dona Mimá, Seu Albano e Seu Alvim, entre outras, despertaram no grupo de realizadores da TV Maré o interesse pela pesquisa documental em arquivos e bibliotecas públicas da cidade. E não por acaso uma das histórias que encerra o ciclo da tevê comunitária é também a história que, em certo sentido, dá origem ao museu.

A passagem que conto a seguir é relatada por Carlinhos e Marcelo nas entrevistas de história oral que me concederam. Em ambos os casos, a resposta não foi motivada por uma pergunta direcionada especificamente à foto que os dois mencionam. Ao contrário: a menção espontânea à mesma história me aponta no sentido de que esta breve passagem vem ela própria sendo utilizada como mito de origem do museu.

O fato é que, na primeira ocasião em que visitei o *Museu da Maré*, Carlinhos contava entusiasticamente que a foto que descerra a exposição permanente do museu é uma foto de Augusto Malta, reproduzida do original, que pertence ao acervo do Arquivo Geral da Cidade.

A foto, identificada como sendo da Praia do Apicu, era uma panorâmica da região da Maré no início do século, ainda alagadiça e sem construções. Foi durante o processo de pesquisa que empreendeu o grupo da TV Maré em arquivos e bibliotecas que a foto foi encontrada, com referências apenas à Praia do Apicu. O documento só foi identificado quando pesquisadores da UFRJ confirmaram que Apicu, em realidade, se referia à área que hoje é conhecida como Maré.

Quem descobriu a foto, com efeito, foi Marcelo, que, na época, empreendia a pesquisa em seu tempo livre. Carlinhos, como diretor da TV Maré, direcionava os esforços.

Era assim: a gente fazia uma entrevista, e daquela entrevista você tinha algumas referências que a pessoa passava. Seu Alvim... Seu Alvim, não. Seu Albano falou sobre a Pedra Apicu. Aí, a gente começou a fazer pesquisa. A gente anotava esses nomes, coisas que apareciam nas entrevistas desses moradores, e nós então fomos pegando informação. Eu não lembro quem, mas foi alguém de vídeo, que disse, por exemplo, que tinha no Arquivo da Cidade, e que talvez a gente pudesse encontrar coisa sobre a Maré antiga lá. E que lá tinham as fotos do Augusto Malta, que era um fotógrafo que fotografou o Rio Antigo. Alguém falou isso pro Marcelo, aí o Marcelo falou comigo e nós vimos onde é e fomos lá fazer pesquisa. Então foi uma coisa muito assim, coisa de informação. E nessa pesquisa a coisa mais legal, interessante, foi que, quando a gente descobriu o trabalho do Augusto Malta, a gente ficou com aquela coisa assim: 'Pô, esse cara deve ter produzido alguma coisa sobre a Maré. Será que ele não teve lá na Maré? Ele fotografou tanta coisa no Rio de Janeiro... O subúrbio... Será que ele não foi lá na Maré?' E o Marcelo, quando a gente teve lá no Arquivo Geral da Cidade, a gente foi no setor de iconografia, e lá o Marcelo me indicou uma pasta que era 'Praia do Apicu'. Aí, a gente fez o link entre o que o Seu Albano tinha dito. Também o pessoal do Fundão tava fazendo uma pesquisa sobre a Maré, na época. Tinham comentado sobre isso. Nós abrimos a pasta, quando a gente abriu a pasta, a gente deu logo de cara com as fotos, e eram fotos que mostravam a Maré, antes de qualquer tipo de ocupação. Essa foto tá aqui no museu [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

A forma como o caso é reproduzido pelos irmãos e também por Luiz Antonio de Oliveira e Cláudia Rose Ribeiro, os outros coordenadores do *Museu da Maré*, me reporta ao processo de transmissão oral de novas tradições: a imagem da Praia do Apicu, ainda virgem, aponta para a vitória dos moradores em fixar ali suas

moradias; aponta para o passado das palafitas; aponta para a chegada dos primeiros moradores, como Dona Orosina, tida como a primeira mulher a construir seu barraco no Morro do Timbau ainda na década de 1940 – isto é, um mito de origem personificado; aponta, por fim, para uma identidade comum: a Maré, como uma “colcha de retalhos” [cf. ed. 9 do antigo jornal comunitário *União da Maré*], cede espaço à Praia do Apicu, como uma origem comum a todos, talvez justamente porque historicamente “abstrata”. Além de uma tradição inventada [cf. HOBBSAWM, 1984a], o relato sobre a descoberta da foto de Augusto Malta aponta também para um momento idílico de emancipação: ali, os “jovens da favela” descobriam serem sujeitos da sua própria história, “sujeitos históricos” na expressão de Cristina [1995]. A Maré, cuja imagem refletia a miséria nacional através das palafitas, era lugar de cultura, a começar pelas próprias palafitas¹⁷⁸.

Nesse sentido, a foto da Praia do Apicu ainda virgem funciona como o marco zero. Ali é o que estava dado. O resto foi escrito pelos mareenses. Nas palavras de Carlinhos [2008:depoimento oral], a foto é “o caderno geográfico que vai ser escrito pela população aqui da Maré, que transforma aquilo numa grande favela, e depois vai transformando num grande bairro, numa área importante da cidade. É uma foto que diz muito: era isso aqui, não tinha nada, era só mangue”.

O programa ou a série de programas que contaria a história da Maré, a começar pela história do Morro do Timbau, jamais saiu do

¹⁷⁸ Convertidas de símbolo da miséria a representação maior da identidade da Maré, as palafitas são prova de que na favela também se produz cultura. Esta apropriação que hoje lhe faz o Museu da Maré, tornando a palafita sua peça principal, já era sentida no interesse de pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e estava presente nas palavras do jornal comunitário *União da Maré* [cf. capítulo referente ao jornal *União da Maré* nesta dissertação]. Vale lembrar, porém, que entre as principais lideranças comunitárias da região hoje, poucos tiveram contato mais íntimo com a situação das palafitas, que eram construídas em sua maioria no mangue do Parque Maré. O contato de Carlinhos e Marcelo, por exemplo, estava circunscrito à experiência do trabalho social do Grupo Jovem da Igreja.

papel. A foto da Praia do Apicu jamais foi usada nos programas editados da TV Maré. Eu a identifico, porém, como uma passagem anedótica que simbolicamente é capaz de representar o elo entre as experiências da tevê comunitária e do *Museu da Maré*. Ela é uma espécie de “herança imaterial”, para usar a expressão de Giovanni Levi [2004]. Uma herança que lega ao grupo da Rede Memória o capital social¹⁷⁹ [cf. PUTNAM, 2000:177] da Sociedade Cultural TV Maré. As relações de confiança e confiabilidade estabelecidas naquele período são passadas adiante para o grupo que hoje coordena os esforços de organização de um arquivo e inventariação da coleção. Não só vídeos e entrevistas decupadas foram efetivamente doados ao acervo do Adov, como, em última análise, foi a experiência mesma do fazer jornalístico que acabou levando aquele grupo de jovens realizadores da TV Maré ao interesse pela pesquisa histórica.

Como projeto político, pode-se dizer que a TV Maré alcançou seus objetivos, ilustrados pela tríade *identidade, auto-imagem e álbum de família*, proposta por Maria Cristina de Lima [1995] para justificar sua analogia entre a tevê comunitária e um espelho. Na fala de Carlinhos, ainda hoje, “muitas pessoas lembram da TV Maré. E eu acho que a TV Maré não acabou, ela se desdobrou em outras experiências”. A TV Maré nunca foi uma tevê stricto sensu. Ela jamais teve uma programação com grade fixa. Jamais operou regularmente por meio de antena. Jamais contou com uma equipe de produção profissional. Falar em TV Maré, então, com este nome – *tevê* – é acreditar que fazer televisão é algo mais que obedecer ao tempo, ao assunto e à ordem do discurso [cf. BOURDIEU, 1997:15-6]: é fazer magia. Tevê é apenas o nome figurativo que damos à caixa. E, para mim, ela continua ali, uma caixa. Sem voz e sem imagem. Uma caixa. Até que: zap! Alguém a duplipensa.

¹⁷⁹ Utilizo, aqui, a definição aberta apresentada por Putnam em sua obra sobre este conceito como sinônimo aproximado da definição de energia social trabalhada por Hirschman [1987], conforme vimos no capítulo 2 desta dissertação.

5. 'MUSEU É COMO UM LÁPIS'¹⁸⁰

O tempo é um ponto de vista

[Mario Quintana, poeta]

Memória e esquecimento são duas cabeças de um mesmo bicho-de-sete. Cabeças que, cortadas, se regeneram, como as da Hidra de Lerna. Cabeças que se alternam, binárias. Ora brotam, ora deceparam. Ora ali, ora não mais. Portanto, presentes ou ausentes – como presentes ou ausentes são os que se fazem registrar nos dois livros institucionais do Museu da Maré. Por suas próprias, ou pelas mãos de outros, eles aparecem descritos nas linhas que se emendam ao início e ao fim dos doze tempos de relógio. As linhas pautadas de dois volumes, como os chamo: “o livro de presenças” e o “livro de ausências”¹⁸¹.

¹⁸⁰ Este capítulo foi originalmente apresentado sob a forma de um artigo no 31º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), no ST *Museus, Coleções e Acervos*. E também como trabalho final para as disciplinas *Elites e História Política* e *Memória, Identidades e Representações*. Agradeço, portanto, aos comentários dos colegas de ST, em especial Regina Abreu, e os coordenadores Myrian Sepúlveda dos Santos e José Reginaldo Santos Gonçalves, e às professoras Marieta Moraes Ferreira e Ângela de Castro Gomes.

A colocação de Regina Abreu sobre o título do trabalho é digna de registro: “Museu é como lápis, mas também é como borracha, já que também se trata de um lugar de apagamentos, de disputas de memórias. Alguns objetos são expostos, outros são guardados. Os museus são efêmeros, eles queimam a si mesmos.”

¹⁸¹ Chamo-os aqui introdutoriamente pelos nomes com que os trato no decorrer do capítulo apenas para sensibilizar o leitor acerca da aproximação que faço, não esquecendo por certo tratam-se apenas de imagens metafóricas. O “livro de presenças”, não raro, pode deixar de registrar presenças ilustres, portanto, que se fazem ausentes; bem como o “livro de ausências” não é lugar apenas de esquecimento, mas de rememoração. A idéia contida nesta dicotomia tem o objetivo

No livro de presenças, também eu deixei minha marca. Meu nome, minha idade, gênero, e praça de residência. Mais tarde, encerrando o trajeto circular da exposição, o outro livro-caixa¹⁸², depositado sobre um púlpito no corredor final da galeria, guarda depoimentos apaixonados não apenas de visitantes externos que se propõem a conhecer o museu na favela, mas, sobretudo, de moradores e ex-moradores que parabenizam a iniciativa e rejubilam-se em enxergar-se como parte daquela memória. “Adorei saber e ver que todo o trabalho que meu pai (Euclides Nunes) teve em prol da comunidade foi reconhecido, com lembranças boa de uma época que não volta mais.”¹⁸³

Inaugurado há pouco mais de dois anos, em maio de 2006, o museu é uma iniciativa da Rede Memória, através do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Fotos e objetos pessoais que compõem a exposição, dividida em doze espaços ou doze tempos (“como num relógio ou como no calendário”, lembra Antônio Carlos Pinto Vieira, o Carlinhos, presidente do Ceasm, em visita guiada), foram doados pelos próprios moradores para compor o

apenas de estimular a percepção sobre semelhanças e diferenças entre ambos os volumes. Para estas designações, faço valer as interessantes considerações de Michel de Certeau [1994:189, grifos meus], para quem “a *memória* é o *antimuseu*: ela não é localizável. Dela saem clarões nas lendas. Os objetos também, e as palavras, são ocos. Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se, onde dormitam revoluções antigas. A lembrança é somente um princípio encantando de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras. ‘Aqui, aqui era uma padaria’; ‘ali morava a mere Dupuis’. O que impressiona mais, aqui, é o fato de os *lugares vividos serem como presenças de ausências*. O que se mostra designa aquilo que não é mais: ‘aqui vocês vêm, aqui havia...’, mas isto não se vê mais.”

¹⁸² Volume encadernado em capa dura preta, com 200 folhas numeradas apenas no avverso. Comumente usado para controle financeiro e contabilidade, daí o nome de livro-caixa.

¹⁸³ Depoimento de Marise Nunes, 38 anos, moradora do Morro do Timbau, no Complexo da Maré, visitante do Museu da Maré ao dia 12 de março de 2007. Os depoimentos citados foram reproduzidos a partir dos registros no livro de depoimentos do museu, inclusive com possíveis erros de escrita. Nem todos continham assinaturas e/ou informações sobre a data da visita, motivo pelo qual o cruzamento de dados, nestes casos, não foi possível.

acervo, e ajudaram a definir a linha museográfica que seria adotada [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2006; cf. tb. Marcelo Pinto VIEIRA, 2008]. Inserido na polêmica que questionava o pioneirismo da constituição de um museu em favela [VIEIRA, 2006; FREIRE-MEDEIROS, 2007], ao lado do Museu A Céu Aberto da Providência – instituído pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, como parte do projeto de intervenção urbana do Favela-Bairro –, o Museu da Maré se inscreve no contexto da memória coletiva dos moradores do bairro como “passado vivido”. Halbwachs [1990] já afirmava ser exatamente esta a distinção possível entre a memória coletiva, em seu aspecto de tradição, e a memória histórica. Ele, aliás, é categórico ao afirmar que a história começa onde a memória acaba. É um limite tipicamente moderno, eu diria, quase rousseauiano.

Doze meses, doze horas, doze tempos temáticos – o tempo da água, o tempo da casa, o tempo da migração, o tempo da resistência, o tempo do trabalho, o tempo da festa, o tempo da feira, o tempo da fé, o tempo do cotidiano, o tempo da criança, o tempo do medo e o tempo do futuro. O “museu é como um lápis” mas também é como um relógio. É tempo de lembrar. E, como no princípio era o caos, na Maré, é o tempo da água. Fotos do Arquivo Documental Orosina Vieira¹⁸⁴, nome que remete a uma ilustre pioneira entre os moradores do Morro do Timbau, e uma reprodução da panorâmica da então Praia do Apicu [cf. capítulo anterior], de Augusto Malta. A malta

¹⁸⁴ “O acervo de fotografias do Adov ainda é predominantemente constituído por documentos de acervos públicos, instituições e pesquisadores de fora da Maré. As primeiras imagens foram aquelas obtidas nas pesquisas realizadas pela equipe da TV Maré, são fotos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), pretencentes à coleção Augusto Malta; do Arquivo Nacional, a maioria delas do fundo Correio da Manhã; da Casa de Oswaldo Cruz; do arquivo da Caixa Econômica Federal e também fotos tiradas pelos pesquisadores Anthony Leeds – antropólogo que estudou a Maré na década de 60 e João Mendes – fotógrafo do Projeto-Rio. Antônio Carlos conta que também recolheu algumas fotos que estavam se deteriorando na Associação de Moradores do Timbau na época em que a presidiu” [OLIVEIRA, 2003]. Mais detalhes sobre o processo de constituição do Arquivo Documental Orosina Vieira (Adov) pelo Ceasm podem ser encontrados na dissertação de Adolfo Samyn Nobre de Oliveira, *Cerzindo a rede da memória: estudo sobre a construção de identidades no bairro Maré* [OLIVEIRA, 2003].

prossegue. No meio da sala, um barquinho ornamentado com a imagem de São Pedro para procissão religiosa. O mar vai virar sertão.

Amparado em um formato museológico razoavelmente tradicional, dividido em salas, com objetos expostos em vitrinas e uma maquete desenvolvida por alunos da Escola Municipal Bahia, o Museu da Maré já bateu a marca de dez mil visitantes, em sua maioria, pessoas que detém alguma ligação com uma das 16 comunidades que formam o complexo de favelas. É dito *museu* “de forma provocativa”, para se opor à constituição do museu monumental, como ferramenta das elites [VIEIRA, 2006].

Por trás da modéstia das instalações, que aproveitam um galpão da antiga fábrica naval do Porto de Inhaúma¹⁸⁵, o Museu da Maré é capaz de dar vazão a uma experiência de metamorfose, uma metamorfose interna, que acontece em cada visitante, de um jeito diferente a cada experiência. De acordo com Nora [1993], a função dos lugares de memória não é outra senão “parar o tempo, [...] imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais”. Outra visitante deixa claro o aspecto da rememoração de uma experiência vivida, ainda que emprestada: “Voltei ao passado para rever algo que nunca tinha visto”. O museu, portanto, assume seu papel de um agente de coesão social diante das comunidades da Maré, proporcionando aos visitantes uma experiência de auto-reconhecimento e identificação, e sendo ele mesmo uma ferramenta de reapropriação histórica, nos

¹⁸⁵ O local tem cerca de 800m², com área edificada de 668m². Seu núcleo foi emprestado em cessão não onerosa por instrumento particular (“O Museu da Maré está localizado em um antigo galpão no qual funcionou a empresa Libra de navegação em área cedida por meio de comodato”) pelo prazo de 10 anos. Nele, estão abrigados aproximadamente 3,2 mil bens culturais, entre peças expostas e localizadas no arquivo, na reserva técnica etc. [IPHAN, 2006]. Neste momento, a Rede Memória passa por um processo de revisão do contrato de cessão não onerosa do espaço, o que pode, em breve, resultar em mudanças no espaço em que o museu e a Casa de Cultura do Ceasm (centro que em realidade abriga o museu como uma de suas estruturas e está sob responsabilidade da Rede Memória) hoje se alocam.

moldes do que faz a cultura popular tal como trabalhada por Roger Chartier.

Definindo cultura popular, antes de mais nada, como uma categoria erudita, Chartier [1995] lembra que “Nem a cultura de massa do nosso tempo, nem a cultura imposta pelos antigos poderes foram capazes de reduzir as identidades singulares ou as práticas enraizadas que lhes resistiam” e segue dizendo que “O que mudou, evidentemente, foi a maneira pela qual essas identidades puderam se enunciar e se afirmar, fazendo uso inclusive dos próprios meios destinados a aniquilá-las”. Huyssen [2000] atesta que as culturas de memória no cenário contemporâneo estão cada vez mais ligadas a processos de democratização e lutas por direitos humanos. Dentro da lógica do dever de memória, o Museu da Maré preserva como patrimônio imaterial os usos e saberes de um grupo social e politicamente excluído.

Nesse sentido, é interessante notar o caráter metafórico da frase que dá título a este capítulo, proferida pelo museólogo e professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio Mario Chagas, meu pai, durante o primeiro Encontro da Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais, promovido pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu-Iphan). “Museu é como um lápis”, porquanto seu objetivo deve ser entendido não apenas como de um estático lugar de memória, mas como de uma ferramenta dinâmica de apropriação cultural e ressignificação de valores. Em meu entender, o “museu é como um lápis” também porque *escreve*, isto é, porque ocupa um papel de emissor de memória nos processos de comunicação comunitária baseados num esquema de participação cidadã¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Para mais detalhes sobre a noção de “participação cidadã” com a qual trabalho, cf. os estudos de Maria da Glória Gohn [2003 e 2005] a respeito da temática dos movimentos sociais.

Foi, portanto, não sem alguma relutância, que pude compreender o Museu da Maré como uma – se não a principal, sobretudo atualmente – ferramenta de comunicação das comunidades que integram o complexo, intermediadas, ali, pela ação do Ceasm. E é sob essa perspectiva, de uma “reconstrução engajada do passado” [SEIXAS, 2001], que entendo o papel do Museu da Maré como equivalente ao de veículos de comunicação como os jornais *União da Maré* e *O Cidadão*, e muito próximo da *TV Maré*, inclusive por esta ser em certa medida uma espécie de embrião do museu. Dessa forma, o museu é uma ferramenta de comunicação idealizada e gerida pelo mesmo grupo de moradores que, anos antes, havia criado a experiência da *TV Maré*, trabalhando com vídeos comunitários, gravando depoimentos de moradores a partir de uma metodologia de história oral¹⁸⁷, para exibição em praça pública e posterior discussão com os próprios espectadores da comunidade [VIEIRA, 2004]. É, ainda, uma ferramenta de comunicação com todas as letras, porque exerce internamente o convergir, próprio de uma instância de identificação das comunidades, nas lembranças e relembrações de um passado comum (ou dito comum de acordo com a proposta político-pedagógica da ong), e externamente o divergir polemizador, através do questionamento e da polêmica gerados em torno de si, como experiência de museu em favela, de luta e resistência, de *trabalho* de memória; a polêmica que repercute na

¹⁸⁷ As informações constantes do Cadastro Nacional de Museus do Iphan [IPHAN, 2006] dão conta de que os programas da antiga *TV Maré* eram efetuados seguindo uma metodologia de história oral nas entrevistas com moradores antigos. Na verdade, a Rede Memória conta com um programa de história oral que grava e arquiva entrevistas em áudio e vídeo. As primeiras entrevistas de história de vida com moradores como a Dona Orosina, a Dona Mimá e pescadores como o Seu Albano e o Seu Alvim foram realizadas ainda na época da *TV Maré*, com o objetivo de usá-las nos vídeos então produzidos [ver capítulo anterior]. Portanto, tais entrevistas são anteriores à constituição do programa de história oral da Rede Memória, mas mais tarde foram, também elas, incorporadas ao acervo do Adv. O material bruto original se perdeu por decorrência de fungos nas fitas magnéticas e hoje restam apenas os programas editados, cópias parciais dos vídeos e decupagens dos depoimentos de alguns dos entrevistados.

mídia¹⁸⁸, e caracteriza a favela não como lugar de violência e miséria humana como no cotidiano do noticiário policial, mas como lugar de cultura.

Neste capítulo, em que me detenho especificamente sobre o Museu da Maré – compreendido na categoria *multimídia* com que designei um dos pares de minha análise, a saber a *TV Maré* e o próprio museu –, procuro desenvolver uma análise de conteúdo sobre ambos os seus livros institucionais, o primeiro sendo o livro de registro dos visitantes e o último, o de depoimentos. O livro de registro dos visitantes marca a entrada no Museu da Maré, fica situado à mesa de recepção e oferece-se quase compulsório àquele que entra no espaço. Chamo-o, por este motivo, o livro de presenças, de caráter mais quantitativo e racional. No extremo oposto, está o livro de impressões e sugestões dos visitantes, situado ao fim da exposição, isolado em um estreito corredor de coxias. Nele, os depoimentos são escritos voluntariamente pelos visitantes e trazem elogios, críticas, lembranças e manifestações espontâneas e emocionadas de quem acaba de percorrer o trajeto dos doze tempos da Maré. Pelo caráter memorial, que marca a lembrança de um tempo que não é mais presente, mas que se *representa*, chamo-o de livro de ausências. Ambos os livros se iniciam no dia 19 de maio de 2006, cerca de dez dias após a inauguração do museu, e, portanto, já sem contar com as primeiras reações. Minha análise seguirá até o dia 5 de abril de 2007, data em que se deu minha primeira visita. A idéia é tentar captar (e não cooptar) a recepção do discurso do museu pelos seus visitantes, sobretudo aqueles que diretamente se relacionam com a realidade social da favela. Tomo, portanto, como diretriz, uma

¹⁸⁸ Cf. o debate travado a partir de uma nota do jornalista Xico Vargas no blog *Ponte Aérea*, do extinto portal Nominimo.com <<http://pontearearj.nominimo.com.br>>. A discussão proposta por Vargas dizia respeito justamente à polêmica sobre qual seria o primeiro museu em favela, mas a maior parte das reações dos leitores acabou sendo desviada para a indagação a respeito da legitimidade de um museu em favela, com muitos internautas reclamando da “moda da glamurização” da favela. O episódio foi discutido por Antônio Carlos Pinto Vieira [2006] e Bianca Freire-Medeiros [2007] em seus artigos.

livre inspiração na estratégia metodológica darntoniana de indicar a “fabricação” de uma sensibilidade romântica no discurso pedagógico da *Nouvelle Héloïse*, ao estudar as cartas enviadas por leitores de Rousseau a um de seus editores [cf. DARNTON, 2006]. Aqui, as cartas dos leitores são os depoimentos ao livro de impressões e sugestões do Museu da Maré; o discurso pedagógico de Rousseau é substituído pelo não menos pedagógico discurso do Ceasm, de modo que minha intenção é estudar, um pouco a partir da ponta da recepção, como se dá o processo de comunicação comunitária e construção de identidades pela memória na favela da Maré.

5.1. O livro de presenças

É bom saber que temos história, cultura, tradição etc... Não somos números ou censo de pobreza; somos gente. Que bom que há quem saiba disso e nos faça lembrar, porque às vezes esquecemos...

[Mônica Pereira, moradora da Vila dos Pinheiros¹⁸⁹]

Às vezes esquecemos... Na Maré, segundo o IBGE, são 113.807 habitantes. O Censo Maré 2000, promovido pelo Ceasm através do Observatório de Favelas, financiado pelo BNDES e vinculado aos programas sociais da Prefeitura do Rio de Janeiro, chegou à conta de 132.176 habitantes. Apenas para se ter uma base comparativa, trata-se de uma população maior do que a dos municípios de Macaé, Cabo Frio, Queimados, Angra dos Reis e Barra do Piraí [CEASM, 2000]. É praticamente a mesma população que teriam as favelas da Rocinha (56.313), do Complexo do Alemão (65.637) e do Jacaré (36.428) somadas.

Do dia 8 de maio de 2006 ao dia 5 de abril de 2007, entre 4 e 5% desses habitantes haviam visitado o Museu da Maré. No total, 60% dos visitantes eram moradores de uma das 16 comunidades. A

¹⁸⁹ Mônica Pereira, moradora da Vila dos Pinheiros, 34 anos, visitou o museu em 10 de julho de 2006, acompanhada de Brenda Pereira, 13 anos.

pesquisa, no entanto, esbarra já aí em episódios curiosos: os moradores da Maré, em sua grande maioria, não se identificam como residentes ou procedentes da Maré, no livro de registro dos visitantes. Em vez disso, a localidade descrita costuma ser uma das comunidades, de modo que, em meio aos moradores de bairros como Copacabana, Ipanema, Méier, Abolição e Jacarepaguá, de municípios como São Gonçalo, Niterói, ou mesmo de outros estados e países, há repetidamente a menção de Timbau (991 visitantes), Vila dos Pinheiros (874), Baixa do Sapateiro (773), Nova Holanda (614) e outros. Apenas 341 visitantes se identificam a partir de “Maré”, em circunstâncias que podem denotar mais de uma explicação: Maré é muitas vezes o termo usado para designar uma das comunidades que a conformam, o Parque Maré; por outro lado, a Maré é formada por comunidades de origens as mais diversas [SILVA, 2001], e muitos visitantes simplesmente tomam como referência para preencher os dados os visitantes que os antecederam – desta forma, alguém que vê “Timbau” em cima, assina como procedente da “Baixa do Sapateiro”, e não da “Maré”. No caso das crianças e dos jovens, fica patente a influência do registro precedente, quando alguns deles chegam a assinar, em suas letras ainda trêmulas e imperitas, como procedentes dos Estados Unidos. Por motivo de galhofa, outro assina como procedente do Marrocos. E, assim, o livro de presenças do museu, que tanto tem de racional e rígido, se amanteiga¹⁹⁰.

NO *poder simbólico*, Pierre Bourdieu [2004:114-5] esclarece, tomando para si o conceito de fronteira, que “se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxinomia trata como semelhantes”. Assim é que considero todo e qualquer levantamento que possa ser feito a partir do livro de registro de visitantes do Museu da Maré como uma análise de interpretação de dados particularmente simbólicos. Dos visitantes que registram a

¹⁹⁰ Há brincadeiras desde o assinar que ocupa mais de uma linha de Thaiane ao caso dos amigos Erick, registrado como tendo dois anos, e Edigar (12 anos). É a caligrafia de Erick que escreve “gay” ao lado da assinatura de Edigar, que, em resposta, assina o sobrenome do personagem Didi de Os Trapalhões, “Mocó Sorrisal”, ao lado do nome de Erick.

intimidade de sua condição de moradores através do apelido às comunidades (alguns tratam o Conjunto Bento Ribeiro Dantas por “Casinhas” ou “Fogo Cruzado”, outros assinalam apenas siglas: MT, para Morro do Timbau; NH, para Nova Holanda; VP, para Vila dos Pinheiros; e até Maré BR, seja para “Brasil” ou para “Bento Ribeiro Dantas”) às crianças que percorrem o trajeto da exposição repetidamente, mais de uma vez – mesmo mais de duas –, e se fazem assinar tantas vezes quantas fizeram o trajeto. Minha intenção, ao colher e apresentar os dados inscritos no livro-caixa que descerra a exposição no museu não é traçar um panorama estatístico preciso, tampouco aspiro a uma detalhada prosopografia, dado o universo em que me encontro, com poucos e irregulares dados e muitos visitantes¹⁹¹, cada qual com particularidades que particularmente me interessam. Portanto, seguindo o conselho de Furet¹⁹², segundo o qual o limite das fontes é o limite da análise do historiador, procuro com esta primeira parte da investigação tratar de alguns questionamentos e episódios que, registrados no livro, suscitam o debate acerca da identidade dos visitantes do Museu da Maré.

Quem são estes visitantes e o que pretendem visitando esse espaço? As primeiras respostas, as tenho logo no Termo de Abertura do livro: o museu é (ou pretende ser) “uma reflexão sobre a história das comunidades e o protagonismo de seus moradores na construção deste lugar da cidade, expondo objetos, memórias, vidas...” Não é difícil relacionar esta sugestão de protagonismo à dinâmica efetiva de construção e desconstrução do museu. Há relatos do desaparecimento de painéis que compõem o ambiente reconstituído de uma palafita, e de crianças que levaram carrinhos da

¹⁹¹ A esse respeito, Lawrence Stone [1971:69, tradução minha] esclarece que “o método [prosopográfico] funciona melhor quando aplicado a grupos pequenos e bem definidos em um período de tempo limitado a não mais do que cem anos, quando os dados são coletados de uma série de fontes que complementam e enriquecem umas às outras, e quando o estudo é direcionado a solucionar um problema específico”. Um grupo pequeno e uma grande variedade de fontes não parece ser o caso no estudo que ora efetuo.

¹⁹² Cf. entrevista com François Furet na **Revista Estudos Históricos**, nº 1, 1988. pp. 143-61.

maquete na sala chamada de Tempo do Futuro e cápsulas de balas, que faziam parte do cenário no Tempo do Medo. Um dos depoimentos no livro de impressões e sugestões dá conta de uma possível explicação. Escrito na caligrafia típica de uma criança e sem a pontuação adequada, o trecho reporta à experiência da interação no espaço museal: “Foi muito legal sabe porque porque eu quebrei tudo”¹⁹³. O museu não interage apenas no espectro do sentimento (ou do ressentimento), mas também na condição de proporcionar uma fetichização do objeto memorial – numa esfera de “respeito ao vestígio” [NORA, 1993] –, transformando-o autenticamente em um souvenir. Da mesma forma que os moradores trazem, eles também levam o acervo, completando um ciclo que, de certa forma, está representado no próprio ciclo dos doze tempos da exposição, e não menos sugerido nas repetições de visitas umas após as outras no próprio livro de registro dos visitantes.

De tanto se repetirem, alguns visitantes tornaram-se meus íntimos. Já conheço e reconheço a caligrafia de umas quantas crianças, como Weder Carvalho Lopes, 9 anos, que assina seu nome três vezes no mesmo dia 21 de novembro de 2006, ou como as irmãs Madeiro Peres, que mereceriam um capítulo à parte. Por ora, porém, concentro-me em refletir sobre os dados quantitativos apresentados pela pesquisa no livro, e adoto a máxima de Giovanni Levi [2000:89], para quem “Qualquer pesquisa prosopográfica sobre uma população pequena e anônima deve desistir da idéia de totalidade e não pode acompanhar seus atores para além da quantidade mais condensada de documentos”.

O livro de presenças do Museu da Maré traz nome, local de procedência, idade e gênero. Iniciado em 19 de maio por sugestão do

¹⁹³ Logo a seguir, outros depoimentos dão conta da reação de um grupo de visitantes, diante do que seria o “quebrei tudo” a que se referiu a primeira criança. A primeira pessoa a se manifestar por escrito dizia ainda acanhada, “Gostei muito, cuidem do MUSEU!” Outra completava: “Não destruam o museu!” E as duas últimas, mais diretas, sugeriam: “Coloquem pessoas para olhar quem entra e quem sai pois tem muitos objetos destruídos e porque só tem bichos” e “Vocês não gostariam que fizessem isso nas suas casas então bando de mal educado. Respeito! Para PESSOAS”.

Demu-Iphan, seu Termo de Abertura explicava que “Considerando que até o momento o museu já registra 999 visitas, o presente livro, no sentido da continuidade, inicia a contagem de assinaturas a partir do nº 1.000”. Os 8.167 visitantes registrados até o dia 5 de abril são, portanto, um número “fictício”, que pretende, de início, recuperar a memória dos visitantes que lá estiveram e não foram devidamente registrados¹⁹⁴. O campo “localidade”, em algumas páginas, assume o cabeçalho “comunidade/bairro”. E a informação sobre o gênero dos visitantes passa a ser computada apenas a partir de 5 de outubro de 2006, sob a justificativa de que alguns nomes ofereciam dificuldades em serem identificados como sendo masculinos ou femininos. O museu passa por dois períodos de recesso: o primeiro, entre 22 de julho e 1º de agosto, e o segundo, durante o período de festas, entre 22 de dezembro e 22 de janeiro. Foram duas exposições temporárias: *Ibase: a democracia faz parte da nossa história*, com 600 visitantes entre 18 de setembro a 4 de outubro, e *Lab Lata (UFRJ)*, 71 visitantes de 13 a 14 de novembro.

A média geral dos visitantes é bem jovem, concentrando-se na faixa que segue de 6 a 24 anos. Contudo, são muitos os que não declaram a idade ou simplesmente preenchem o campo com uma interrogação (“?”)¹⁹⁵. E é no mínimo interessante a constatação de que dos 61 visitantes abaixo da faixa de 6 anos – portanto em nível pré-escolar – muitos são os bebês entre 0 e 3 anos, cujas mães fazem questão de assinar por eles.

¹⁹⁴ Embora em minha pesquisa, o documento citado não constasse no anexo, o Termo de Abertura ainda assinala em um post-scriptum que “As assinaturas registradas até o momento encontram-se anexadas no final deste livro.” Sabe-se, porém, que as 999 assinaturas primeiras são um número aproximado, tendo em vista que por lá passaram autoridades e uma série de outros visitantes que não chegaram a serem registrados. De toda forma, se nos 11 dias desde a inauguração haviam sido “999” visitantes, entre 19 de maio e 1º de junho foram exatos 947, o que torna a aproximação bastante crível.

¹⁹⁵ Esta curiosa anedota me remete a Marc Bloch [2002:85], segundo o qual são dois os responsáveis pelo esquecimento e pela ignorância: a negligência, que extravia documentos, e a paixão pelo sigilo, que os trancafia.

Tabela 5.1

idade	visitantes do Museu (%)
0-5 anos	0,9
6-11 anos	19
12-17 anos	28,2
18-24 anos	11,9
25-30 anos	6,2
31-40 anos	8
41-50 anos	5,8
51-60 anos	2,8
61-70 anos	1,3
71-80 anos	0,8
81-90 anos	0,3
acima de 90 anos	0,01
não declarada	14,8

Com relação ao gênero, é curioso notar o predomínio das mulheres. Mas fatores sociais e econômicos poderiam explicar esta demanda, tanto quanto justificar a maioria de jovens. O Museu da Maré está instalado na Casa de Cultura da Maré, na Rua Guilherme Maxwell, uma transversal à Avenida Brasil. Na edificação em anexo ao galpão, há um laboratório computadorizado com acesso à internet, patrocinado pelo Instituto Ayrton Senna. O número de jovens e crianças que o utilizam gratuitamente todos os dias é bastante alto. No caso das mulheres, mães de família, é fácil notar que muitas vão ao museu para levar os filhos.

Tabela 5.2

	masculino (%)	feminino (%)	não declarado / ininteligível
visitantes do Museu *	38,2	61,8	0,5
Censo IBGE	49,4	50,6	-
Censo Maré	49,3	50,7	-

* apenas a partir de 5 de outubro, totalizando 2.402 visitantes registrados.

No mais, entre personalidades como o Ministro Gilberto Gil – que inaugura o museu, mas não tem sua assinatura registrada no livro –, o senador Saturnino Braga, o cineasta José Joffily e o fotógrafo André Cypriano, visitantes anônimos transitam pelo espaço. Chama a atenção o fato de que 167 visitantes se descrevem como procedentes do “Rio de Janeiro”, sem especificar com precisão a localidade. Em contrapartida, visitas técnicas são habitualmente descritas como tais no livro de registro dos visitantes. Fiocruz, Petrobras, Infraero, Ministério do Planejamento, TV Alerj, Observatório de Favelas, Unirio, Unisuam e Museu Nacional, entre outras, são instituições que aparecem como “localidades” no livro-caixa, numa clara tentativa de demarcar uma posição de observador.

Tabela 5.3

Comunidades	visitantes do Museu (%)	Censo Maré (%)
Timbau *	22,2	4,6
Baixa do Sapateiro	17,4	8,7
Marcílio Dias **	0,3	5,8
Parque Maré	1,1	11,7
Roquette Pinto	0,4	1,9
Pq. Rubens Vaz	0,9	6
Parque União	1,6	13,5
Praia de Ramos	0,5	3,6

Nova Holanda	13,8	8,5
Conjunto Esperança	0,9	4,3
Vila do João	4,3	8,1
Conjunto Pinheiros	0,9	3,6
Vila dos Pinheiros ***	19,6	11,7
Bento Ribeiro Dantas ****	15	1,7
Nova Maré	0,3	2,4
Novo Pinheiro *****	0,9	4

* inclui "Praia de Inhaúma"

** inclui Conjunto Mandacaru

*** inclui "Pinheiro"

**** inclui "Casinhas" e "Fogo Cruzado"

***** inclui "Salsa e Merengue"

Tabela 5.4

	visitantes do Museu
da Maré	60,2
de outras favelas da cidade *	0,7
de outros bairros da Zona Norte **	8,3
de outros bairros da Zona Sul	1,3
de outros bairros da Zona Oeste	1,2
de outros bairros do Centro	0,4
da Baixada Fluminense	0,9
de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí	1,8
de outras regiões do RJ ***	0,2
de outros estados da região Sudeste	0,5
de estados da região Centro-Oeste	0,2
de estados da região Nordeste	0,3
de estados da região Norte	0,05
de estados da região Sul	0,6

da Europa	0,7
dos Estados Unidos e Canadá	0,2
da África	0,01
da América Latina	0,1
da Ásia	0,05
da Oceania	0,04
não declarados / ininteligíveis	6,6

* inclui Morro da Fé (Penha), Mangueira, Turano, Complexo do Alemão, Rocinha e mais outras dez áreas da cidade

** a maior parte dos visitantes são oriundos das redondezas da Maré; áreas como Manguinhos, Bonsucesso, Ramos etc.

*** inclui Região dos Lagos, Serrana, Costa Verde etc.

Em qualquer um dos campos de preenchimento, procurei seguir a orientação do visitante. Ainda que soubesse que “Ramos” poderia identificar – e o mais provável era que identificasse – a comunidade da Praia de Ramos, eu registrei estas entradas como procedentes da Zona Norte (bairro de Ramos, Rio de Janeiro). Conquanto soubesse se tratar de um morador da Maré, se ele não se identificasse como tal no registro, eu o alocaria onde quer que ele assim o descrevesse – e não eram poucos os moradores da Maré que se apontavam como procedentes de Bonsucesso, por exemplo. Mas tomei estas medidas não para pressupor uma definição de espaço, de região. Ao contrário, minha intenção foi focar a trajetória e valorizar as margens, o campo de possibilidades e as liberdades de escolha [cf. LEVI apud MARÍN, 1999; LEVI, 2000], sobretudo evidenciando que não se trata aqui de reificar os visitantes do Museu da Maré nem tampouco de descrevê-los apenas estatisticamente¹⁹⁶.

Como afirma Giovanni Levi [2000:90-7], existirão sempre lacunas, imprecisões, obscurantismos e ausências, no entanto, deve-

¹⁹⁶ Cf. REVEL, Jacques. *Apresentação*. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

se evitar a todo custo uma esquematização simplificadora. O contrário da esquematização simplificadora de que fala Levi é a área cinzenta de Alessandro Portelli [1998]. Outro que aponta para as dificuldades em se trabalhar com interseções de grupos é Lawrence Stone [1971:60, tradução minha]: “Uma classificação significativa é essencial para o sucesso de qualquer estudo, mas infelizmente, para o historiador, cada indivíduo exerce vários papéis, alguns dos quais em conflito com os outros”. Trabalhando, como Stone, para definir uma metodologia prosopográfica, Christophe Charle [2006] afirma que “os grupos se definem por suas propriedades relacionais ou por suas imagens recíprocas, ou ainda por sua capacidade em impor uma imagem de si mesmos aos outros mas também à maior parte de seus membros”. Nesse sentido, a análise que faço sobre o livro de presenças aproxima-se, em alguns aspectos, de uma prosopografia. Aqui, minha intenção é compreender a estrutura social e mobilidade de um grupo, além de perceber interesses e ações políticas específicas [cf. CHARLE, 2006].

O fato de o volume estar situado à entrada da exposição, o viés institucional e estatístico dos dados, e o caráter de “representatividade” que as assinaturas conferem (demarcando a presença física daquele personagem àquela data) denotam que o livro de presenças do museu é uma fonte de caráter não-espontâneo – com todos os prejuízos que se possa arcar por conta disto [cf. CHARLE, op. cit.]. Esta conclusão, obviamente, obedece a um esquema simplificador, uma vez que, em última instância, ninguém é obrigado a assinar o livro.

Em seu clássico manual *A apologia da história*, Marc Bloch [2001] aponta para a diferença entre fontes propositadas, produzidas com o objetivo de se tornarem fontes, e fontes à revelia, isto é, fontes voluntárias e fontes involuntárias. É justamente o aspecto não-espontâneo do livro de registro de visitantes que o torna uma fonte voluntária de pesquisa. Da mesma forma, arrisco-me a pensar o livro de ausências, que em seguida estudarei, como uma fonte involuntária à medida que seus depoimentos são livres, motivados pela surpresa,

e espontâneos – e ainda que também ele seja, no fundo, uma fonte “voluntariosa”, uma vez que foi propositadamente disposto para que os visitantes depusessem suas impressões e sugestões acerca da exposição.

O que certamente mais impressiona no livro de presenças é a dimensão que o trajeto circular da mostra ganha nas constantes assinaturas das crianças, uma, duas, três vezes percorrendo o museu num só dia. A ação repetida das crianças é não apenas uma prova de que a exposição as agrada, mas uma demonstração clara de que o Museu da Maré exerce um efeito semelhante ao da contação de histórias – e, neste caso em particular, vale ressaltar o fato de que a Rede Memória organiza visitas guiadas com contadores de histórias e grupos de narradores¹⁹⁷. O que estou querendo dizer é que as crianças que assinam o livro mais de uma vez e perfazem novamente o trajeto da exposição estão repetindo a visita como quem ouve novamente uma história. Elas estão *ouvindo* o museu. E a própria relação do museu com essas crianças é diferente da de outras instituições semelhantes. Para o Museu da Maré, é importante manter o registro de que Jéssica Madeiro Peres (8 anos), Gabriela Madeiro Peres (10 anos) e Daniela Moreira Madeiro (10 anos) visitam o espaço praticamente toda semana, em algumas ocasiões, com mais de uma visita diária. Esta informação é tão relevante quanto o fato de Bryan McCanr (40 anos), de Washington D.C. (EEUU), ter visitado o museu duas vezes, em 23 e 30 de outubro de 2006, aparentemente desacompanhado, ou o fato de Neide dos Santos Queiroz (60 anos),

¹⁹⁷ A ação desses contadores de história do Ceasm resultou, num primeiro momento, no *Livro de contos e lendas da Maré* [2003], editado pelo Núcleo de Produção Editorial Maré das Letras, com apoio do Ceasm, da Infraero e do Governo Federal. Para mais detalhes sobre as atividades de contação de histórias na Biblioteca Comunitária Paulo Freire (também conhecida como Biblioteca Popular da Maré) e no próprio Museu da Maré, cf. SARAIVA, Alex dos Reis et alii. *'Maré de Leituras': Programa de incentivo à leitura no Complexo da Maré e Caju, no Rio de Janeiro, para uma nova conscientização ambiental através da contação de histórias*. In: **Revista do Conselho Regional de Biblioteconomia, 7ª Região (Revist@CRB-7)**, vol. 2, n. 1 (2). Rio de Janeiro: CrB-7, JAN-JUN/2006. Disponível em: <<http://www.revistacrb7.org.br>>. Acesso em: 9 de março de 2008.

da Bahia, ter visitado o museu em 26 de setembro e voltado dois dias depois em meio a uma excursão de idosos¹⁹⁸.

O comportamento dessas crianças desperta atenção ainda por outro motivo: seu desejo de se fazerem registradas, inconscientemente ou não de se fazerem lembradas. Lembradas na esfera do museu, que é, ele próprio, um instrumento de lembrança, um lugar de memória. A ação das crianças é algo próximo da das mães que assinam pelos filhos de 0 a 3 anos, em ambos os casos há a intenção de afirmar uma presença, de afirmar uma trajetória – dentre várias, em vários sentidos – no tempo e espaço do museu.

Encerro, portanto, esta primeira parte da análise dos livros-caixa do museu, avaliando, com os dados que possuo, a passagem destas três meninas, que tanto me fascinaram pela sua constância nas instalações do Museu da Maré. Lembro que é Bourdieu [1998:187-90] quem propõe que o nome próprio é o suporte do que chamamos de estado civil – idade, nacionalidade etc. O “nome próprio é uma das instituições de totalização e unificação do eu”, um designador típico, segundo Kripcke [apud BOURDIEU, 1998], já que aponta o mesmo objeto em qualquer universo possível. Mas é também Bourdieu quem faz o alerta de que

tentar compreender uma vida como uma série única e, por si, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar

¹⁹⁸ É facilmente perceptível que o Museu da Maré, como outros tantos, procura estimular a visita de grupos à exposição. O museu é também espaço de convívio social e troca de experiências. Nessa lógica, aqui ficam registradas a visita de oito americanos, no dia 8 de fevereiro de 2007; a de dois chineses de Hong Kong – que inclusive registram-se com uso de ideogramas –, no dia 15 de fevereiro; a de um grupo de 27 jovens, entre 18 e 25 anos, de diversos estados do país, no dia 29 de janeiro de 2007; a de um grupo de jovens de Niterói, em 26 de outubro de 2006; a de vários profissionais de postos de saúde da Maré, em 27 de setembro; e de diversos grupos escolares e de idosos, ao longo de todo o período pesquisado, incluindo aí grupos de crianças e adultos de cursos supletivos.

em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações [BOURDIEU, 1998:189-90]

Por esta razão, são parcas as informações diante de meu interesse sobre as três crianças. Contudo, não se trata aqui de buscar novas fontes que pudessem responder a minha demanda, uma vez que este não é o escopo da presente pesquisa. Basta-me, sem dúvida, esclarecer que não tenho qualquer pretensão biográfica (ou prosopográfica) ao escolher estas personagens. Meu objetivo é apenas o de traçar – e, com isso, também marcar – a presença de Jéssica, Gabriela e Daniela.

O pequeno período em que as acompanhei – e as acompanhei apenas através dos livros institucionais do Museu da Maré –, de 8 de junho de 2006 – data em que, excetuando-se as primeiras semanas não totalmente cobertas pelo livro de registro dos visitantes, se deu a primeira visita das duas irmãs Madeiro Peres – a 23 de março de 2007 – data que marca a visita mais recente que pude comprovar de Jéssica e Gabriela, acompanhadas por Weder Carvalho Lopes –, foi suficiente para observar a evolução de sua linguagem e perceber leves mudanças na caligrafia, decorrência do processo de alfabetização. Sem a compreensão plena dos termos, Jéssica e Gabriela tateavam pelo som a localidade de “Praia de 1” ou “Praia dia um”, para se descreverem como procedentes da Rua Praia de Inhaúma, no Timbau. Daniela Moreira Madeiro, provavelmente prima ou parente próxima das duas primeiras, era mais desenvolvida, registrando-se como oriunda da “Praia de Inháúma”. As três, por vezes, chegaram a registrar suas localidades como “Fogo Cruzado”, em referência ao apelido que ganha na Maré o Conjunto Bento Ribeiro Dantas, por situar-se na linha de tiro das operações policiais – ou ainda “Foguinho Cruzadinho”, brincando com o próprio apelido da comunidade.

Outro apelido do mesmo conjunto habitacional comum entre os habitantes da Maré – “Casinhas” – torna-se referência para a palafita que ocupa o espaço central do galpão do museu. As crianças, e não apenas Jéssica, Gabriela e Daniela, costumam chamar de

“casinha” a instalação. “Gostei da casinha” é uma expressão que aparece repetidamente no livro de depoimentos. “Gostei da casinha e da palafita”, diz Daniela. Há ainda sugestões de Jéssica – “só falta perfune [sic] e enfeites de festa” – e de Gabriela – “só falta perfune [sic] e os materiais [escolares]”. No fim de novembro, Daniela Moreira Madeiro desenvolve uma frase mais extensa: “Eu amei Tudo o que eu queria Fotos, palafitas etc... Parabéns museu da Maré”.

Quando o livro de presenças se inicia, Jéssica ainda tem 8 anos, e Gabriela, 9. O aniversário de ambas é quase que presenciado pelos registros do livro: Jéssica passa a assinar como tendo 9 anos entre o final de novembro e o início de fevereiro, e Gabriela, completa seus 10 anos de idade entre 1º e 5 de julho de 2006, precisão que é dada apenas pela constância de suas visitas.

A intimidade das três meninas fica patente quando uma copia exatamente o que a outra registra na entrada anterior. Assim, se Gabriela diz que é de Fogo Cruzado, Jéssica a imita. Se Daniela passa a assinar o livro de depoimentos com um coração ao lado de seu nome, Gabriela faz o mesmo. Em mais de uma ocasião, Daniela Moreira Madeiro e Gabriela Madeiro Peres assinam o livro de presenças duas vezes no mesmo dia, e escrevem também duas vezes no livro de depoimentos. “Eu gostei da casinha”, elas dizem.

Somente ao chegar no dia 20 de setembro de 2006 é que pude perceber algo que me leva de volta diretamente à questão das fronteiras e da área cinzenta na pesquisa quantitativa. Pois que, acompanhadas de um familiar mais velho (35 anos), de nome Claudio B. Dias Madeiro, Jéssica Madeiro Peres e Daniela Moreira Madeiro não se declaram como moradoras da Maré. Ao invés da Praia de Inhaúma ou do Fogo Cruzado, Jéssica aparece descrita como sendo de “Bonsucesso”. As meninas escrevem cada qual seu nome, mas, na hora de assinar a localidade, Daniela rasura o “Fogo Cruzado” que havia posto, e Claudio escreve “Bonsucesso”, para si e para Jéssica. Relatando esta passagem, não quero julgar ou propor uma ideologia que explique razoavelmente o acontecido, mas não posso deixar de ressaltar o fato de que Jéssica, Gabriela e Daniela são crianças que

vivem em uma Maré institucionalizada como bairro desde antes de nascerem.

Diferente do que possam significar para Claudio, para elas, o Ceasm, o Observatório de Favelas, o Jornal O Cidadão, e mesmo a vila olímpica e o museu sempre estiveram lá. Essas instituições e aparelhos farão parte de suas lembranças de infância e certamente auxiliarão na construção de uma identidade futura¹⁹⁹. Cito Certeau, porém, para lembrar que a história é um trabalho sobre o limite, porque ela é levada a “medir os resultados em função dos objetos que lhe escapam” [2002:50], e, com a consciência de que “o historiador nunca alcança a sua origem, mas apenas os estágios sucessivos da sua perda” [id.:34], vejo que ainda há muito a ser feito na perspectiva de construção da história das comunidades do Museu da Maré até que ele se torne “o local de encontro entre moradores da cidade, não partida, mas partilhada”²⁰⁰.

5.2. O livro de ausências

Seguramente, os moradores da Maré não analisam suas vidas apenas a partir das noções de ausência e negação

[Jaílson de Souza e Silva, um dos fundadores do Ceasm e atual coordenador do Observatório de Favelas]

¹⁹⁹ Sobre a construção de uma identidade *mareense* – terminologia criada e utilizada pelo próprio Ceasm –, Antônio Carlos Vieira [2004:16] esclarece que “Não queremos dar uma versão oficial e, assim, resguardamos identidades e não uma identidade única, pois a Maré é composta de 16 comunidades.”

²⁰⁰ As palavras são do Termo de Abertura constante no livro de impressões e sugestões ao Museu da Maré, datado de 19 de maio de 2006.

Em artigo, no volume *A memória das favelas*, publicado pela revista Comunicações do ISER, sobre as políticas paternalistas implantadas pelo poder público nas favelas, Antônio Carlos Pinto Vieira [2004] pergunta: “Será que estamos acabando com a ‘cidade partida’ ou estamos criando ‘micro cidades?’”. Ele mesmo completa dizendo que “o trabalho que desenvolvemos de preservação das memórias locais é um importante instrumento para a construção de uma cidade sem barreiras, onde o local e o global estejam integrados e as diferenças sejam respeitadas”.

Se o livro de registro dos visitantes do Museu da Maré demarca a presença e a entrada no espaço museal, o livro de depoimentos encerra o ciclo, oferecendo-se para registrar a sua saída, e, mais do que isso, as *ausências* notadas – admitindo-se aí uma dupla (talvez até tripla) interpretação no que se possa denominar de ausência. São muitos os visitantes que reclamam e sugerem por equipamentos de infra-estrutura, sejam ventiladores, ar condicionado, lanchonete, ou mesmo suvenires. Ao lado destes, alguns moradores pedem por mais representatividade de outras comunidades²⁰¹, como a Vila dos Pinheiros, a Praia de Ramos etc.²⁰² Na outra margem, porém, é que aparecem os que se orgulham em ter parentes ou amigos retratados no acervo iconográfico do museu. Neste último caso, diferentemente dos demais, falamos de uma ausência que só é possível ser sentida a partir de uma representação.

Abordando a evolução do conceito de representação ao longo do tempo, Chartier aponta que, já no século XVIII, esses dois sentidos eram considerados complementares:

por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa [1991:184].

Michel de Certeau [2002:57] comenta que o trabalho da história “consiste em criar ausentes”, e completa dizendo que “o ausente é também a forma presente da origem”.

²⁰¹ “Eu gostaria de saber porque vocês, em vez de fazer o Museu dos 12 tempos, não fizeram o Museu das 16 comunidades?”

²⁰² Os relatos dos irmãos Antônio Carlos e Marcelo Pinto Vieira [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008; Marcelo Pinto VIEIRA, 2008], o primeiro, presidente do Ceasm e coordenador do Museu da Maré, e o segundo, cenógrafo do museu, coincidem no intuito de trabalhar na exposição com as localidades que oferecessem um apelo histórico maior. Nesse sentido, o Timbau, a Baixa do Sapateiro, o Parque União, o Parque Maré, o Parque Rubens Vaz e Nova Holanda se apresentaram como opções a serem naturalmente priorizadas, dada a quantidade de documentos (objetos, fotos, vídeos e documentos escritos) disponíveis não só em arquivos públicos como nos acervos pessoais de moradores [cf. OLIVEIRA, 2003].

Quando chamo, portanto, de livro de ausências, o livro de depoimentos dos visitantes do Museu da Maré, tenho em conta que estou gerando a partir disto um questionamento de minha própria avaliação. Mas, se o faço, é para chamar a atenção para o fato de que o livro-caixa²⁰³, com depoimentos apaixonados sobre a experiência sensorial e narrativa do museu, é ele próprio um espaço de representação e escrita memorialista, é ele próprio um vetor, se não um lugar de memória.

“Oi, tudo bem com vocês?”, “Oi, tudo bom? Tudo bom? Quero ser atriz”, “tchau e bença”. Não são raras as ocasiões em que o livro é personificado (e, nesse caso, ainda mais do que “lugar”, seria ele um “homem-memória”) pelos depoentes, estabelecendo um diálogo direto com quem lhe escreve²⁰⁴.

A narrativa histórica, literária ou museológica, é sempre submetida ao olhar de um público, diz Manoel Luiz Salgado Guimarães [2003]. Este público é o receptor do discurso histórico, num processo semelhante ao da comunicação. Aqui, há um duplo sistema de mediações [cf. Mario CHAGAS, 2003]: num primeiro estágio, aproximando o público da obra e do museu em si, e, numa segunda etapa, ocupando o espaço entre o acontecimento e os pósteros. Nesse sentido, o livro de depoimentos do Museu da Maré,

²⁰³ Curiosamente falamos sempre de um livro-caixa. Jacques Le Goff (1984a:36), investigando etimologicamente a noção de “memória”, aproxima o surgimento do termo da burocracia a serviço do centralismo monárquico nos séculos XIII e XIV. Ele fala em *memorial* e *mémoire*, ambos os termos ligados à contabilidade e à administração financeira.

²⁰⁴ Além dos depoimentos acima, escritos como diálogos diretos com o livro, há o caso da menina que reproduz consigo mesma diálogos em inglês (“What your name? My name is Camila. How are you? I fane thank and you”) e notáveis referências religiosas (“Deus te ama, não se esqueça nunca”, “Deus abeçoe a todos da Maré!”).

A personificação do livro de ausências aponta, nesse sentido, para uma relação de alteridade entre o visitante e o livro. O livro é o “outro”, isto é, o livro representa o museu. Esta mesma relação costuma aparecer também na escrita em diários íntimos. [Agradeço à professora Ângela de Castro Gomes pelos comentários e sugestões sobre a abordagem desta relação e pelo paralelo com a escrita confessional dos diários íntimos.]

ou livro de ausências, como eu gosto de chamar, é muito mais do que um livro institucional, ele é uma peça do museu, e, de certa forma, ele o representa. “Tudo bom?” é a pergunta feita ao leitor. Falar com o livro é falar com o passado, é falar com quem “fez” a Maré, com quem “fez” o museu, mas também é falar com quem o “fará”, é falar com o futuro.

Sobre a mediação entre os tempos, me alongarei mais adiante. Concentro-me neste instante em analisar esta primeira relação dialógica entre o visitante do Museu da Maré e a equipe da Rede Memória do Ceasm, através do livro de depoimentos. Moradores e não-moradores dão os “parabéns pela iniciativa”, e exaltam o museu como um “belíssimo trabalho”, reconhecidamente um “trabalho de memória”²⁰⁵. Talvez o trabalho a que se refiram os visitantes esteja mais a favor do sentido de “esforço”, do que propriamente de sua aceção pedagógica, de um enquadramento. Mas é inegável que, com seus doze tempos, o Museu da Maré apresenta-se de fato como um trabalho de afirmação histórica de uma identidade “mareense”. Ao chamá-lo museu, Carlinhos admite que há aí uma certa dose de provocação com o conceito. Ouço ecos de Chartier [1995], dizendo que “A cultura popular é uma categoria erudita”. E de Pierre Nora [1993], fazendo a distinção entre lugares de memória dominantes e lugares de memória dominados. Os primeiros seriam triunfantes em sua predisposição de encerrar uma memória oficial, enquanto os últimos seriam lugares de refúgio e “das peregrinações do silêncio”.

O Museu da Maré não deixa de ser uma apropriação de uma ferramenta em prol de um esforço de construção de identidades.

Ao construir as narrativas sobre a Maré, os agentes do Adov se valem de documentos que serviram a outros discursos, mas que se enquadram nas suas narrativas, visto que, ao recolherem imagens que estavam sob domínio de entidades externas à Maré, construíram de maneira mais ‘consistente’ a

²⁰⁵ Paul Ricoeur faz uso da noção de “trabalho de memória” em substituição à de “dever de memória”. Para mais detalhes, cf. RICOEUR, 2000.

noção de que, de fato, a história do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro, passavam incontestavelmente pela história da Maré [OLIVEIRA, 2003].

Por isso, o “museu é como um lápis”. Por isso, a preocupação com os depoimentos – as memórias – dos visitantes. Os depoimentos são indícios de uma passagem, são traços – no melhor sentido da expressão. O museu é o lápis que descreve e dá o contorno, através de sua narrativa. Mas são os depoimentos do livro de ausências que preenchem, dão cores e emoções aos traços do museu. E estas cores estão, muitas vezes, no preto e branco (ou azul e branco) da liberdade e da intimidade com que tratam o livro os que o locupletam. “Po o museu é super maneiro”, “Muito fodal!”, “foi 10” e “EU XÔ LINDU” são as reações típicas de jovens e crianças, alguns dos quais trazem registros de outras linguagens, como a internet (“kkk muito BOM”, “VLW”, “rs... Muito legal. Sem palavras para descrever o passado”, “Bjokas Da + gata Camila Mileppe”), a poesia (“fui tira um / raio x olhar / só que confusão / o nome da Maré saiu / escrito na chapa do meu / coração”, “Com a escrevo Amor / Com P escrevo Paixão / Com M escrevo Maré / do fundo do meu / Coração”), o grafite e as pichações²⁰⁶. O livro de depoimentos é companheiro íntimo após o percurso do museu, é um confidente, pois “é a memória que dita e a história que escreve” [NORA, 1993:24].

São recorrentes os depoimentos que descrevem um sentimento de pertença ou reconhecimento temporal-espacial em relação à narrativa proporcionada pelo museu. Alguns, mais jovens, reconhecem-se por tabela²⁰⁷: “parece que eu era daquele tempo”. Outros, por sua vez, lembram os “bons tempos”, a infância, a inocência perdida. Para estes, por melhores que sejam as condições atuais, o passado é paradisíaco. Mas a grande maioria dos que

²⁰⁶ Muitos jovens assinam seus nomes usando letras e grafismos semelhantes aos usados por pichadores e grafiteiros nos muros da cidade. Além destes casos, há poucos desenhos no livro de depoimentos, em sua maioria, trata-se de corações e há um, um pouco maior, que retratava uma favela estilizada em vista frontal, com uma série de barracos – o desenho encontra-se rabiscado.

²⁰⁷ Cf. a “memória emprestada” de HALBWACHS, 1990.

viveram o período coberto pelo Museu da Maré em sua exposição permanente ressalta uma “evolução”, emocionando-se com memórias difíceis e custosas: “São momentos que vivi então não gosto de relembra, porque não sinto bem”. Há um trinômio muito claro entre os que se referem à experiência dessas memórias a partir de uma perspectiva de luta. É o trinômio “existência, resistência e persistência”²⁰⁸. E, aqui, a persistência está nitidamente relacionada com a evocação de um passado de resistência, tanto quanto a resistência é a tentativa de afirmação de uma existência. A existência assume para si uma identidade cultural e política, é ela mesma o processo de busca e/ou exercício da cidadania. A resistência aponta para um claro potencial de contestação, através de uma dinâmica de empoderamento. A lição da persistência, por sua vez, é o dever de memória, um dever essencialmente de não-esquecimento [RICOEUR, 2000:37]. Tornemos então à idéia de mediação: “agora eu percebi como era a Maré antes e daqui uns 10 anos eu vou saber como era a Maré nos dias de hoje”.

Gilberto Velho [1994:101-3] fala da memória como uma visão retrospectiva de uma trajetória, enquanto o projeto seria uma visão antecipada. O projeto é um instrumento de negociação da realidade, um meio de comunicação [id.:ibid.]. No fundo, porém, levando-se em conta que toda memória é fundamentalmente construída a partir do presente, não é difícil concluir que toda memória é, de certo modo, projetiva²⁰⁹. É esta associação entre memória e projeto que dá significado às ações dos indivíduos [id.:ibid.], conferindo-lhes uma

²⁰⁸ Os termos são evocados no depoimento de Janete Hasuli, uma visitante de Londrina, que esteve no museu em 4 de dezembro de 2006. Não tenho maiores informações que me permitam comprovar se Janete, de fato, tem alguma relação com uma das comunidades da Maré, mas o sentido dos termos que ela evoca, de certa maneira, estão presentes nos quase trinta outros depoimentos que falam em “luta”, “raça” e exaltam o “povo guerreiro” da favela.

²⁰⁹ E, portanto, toda memória é, até certo ponto, negociável – ou maleável. Cf. OLICK, Jeffrey; ROBBINS, Joyce. *Social memory studies: from collective memory to the historical sociology of mnemonic practices*. **Annual Review of Sociology**, vol. 24, 1998. pp. 105-140. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>.

identidade. “Esse museu é uma lembrança para os mais velhos e isso [a experiência da *visita* ao museu] será para mim também.”

Sabina Loriga [2006], comentando a análise de Ricoeur, aponta para o que seria o “papel fundamental do cidadão”, o de transformar o julgamento-retrospectivo em juramento-prospectivo. “Eu amei esse museu e que continue assim para eu um dia trazer o meu filho”; os depoimentos se sucedem, com e sem a preocupação do registro documental. É como se os tempos acronológicos do próprio museu se refletissem nos depoimentos acronológicos do livro-caixa. Algumas pessoas inscrevem seus nomes como parte do próprio depoimento (“Eu, Edvaldo, morador do Pinheiro [...]”), outras trazem os companheiros para dentro de suas memórias (“Eu e o Bruno choramos”), algumas assinam sem sequer registrar um depoimento, mas a imensa maioria, deixando o nome ou não, age naturalmente, como se escrevesse um diário. “Que bom voltar para a Maré através da memória. Vi tantas imagens que não estão nas paredes do museu. Me dá a sensação de que foram a ausência de alguns dias! [...] Que bom voltar para a Maré”.

A sensação de “ausência de alguns dias” que Izabel Cristina de Azevedo, superintendente geral da pró-reitoria de extensão da UFRJ, relata em seu depoimento, é, em meu entender, precisamente o efeito de distanciamento provocado pelo discurso histórico do museu, o mesmo discurso histórico que, por seu turno, evoca a memória vivida. Ricoeur opõe o “pequeno milagre do reconhecimento” objetivado pela memória à “inquietante estranheza” da história, que, sem contar com o “milagre”, teria de lidar com a crítica infinita e a dúvida insuperável [RICOEUR, 2000; cf. tb. LORIGA, 2006]. O reconhecimento seria, então, a capacidade da memória de vivenciar o passado no presente, em outras palavras, de representá-lo. A tese de Ricoeur é também evidenciada por Catroga [2001:39-41], para quem a memória funde a objetividade à subjetividade, ao passo que a história as divorcia. Manoel Luiz Salgado Guimarães [2003] lembra que há aí uma diferença clara de objetivos: o historiador quer tornar o

passado distante, para fazer dele objeto de reflexão; já o antiquário transforma o passado em presença materializada.

O Museu da Maré tem sua exposição constituída sobretudo por objetos do cotidiano. Há, é claro, fotografias (são quase duas mil delas no Adov), material fonográfico e vídeo no acervo da Rede Memória, mas os objetos mais simples, como as painéis, o pião, o rola-rola²¹⁰ e, claro, a palafita montada no centro do espaço, são os fios condutores da história contada pelo museu na exposição.

Em seu *A escrita do passado em museus históricos*, Myrian Sepúlveda dos Santos [2006] trabalha com três tipos ideais, o museu-memória, o museu-narrativa e o museu-espetáculo²¹¹. Enfocando principalmente os dois primeiros, a pesquisadora opõe objeto e texto, numa relação de predominância e direcionamento ideológico do museu. Ao meu ver, no Museu da Maré, texto (a narrativa museográfica, as descrições escritas de cada tempo temático) e objeto (as fotos, os documentos, a própria palafita que protagoniza a mostra) estão constantemente entrelaçados, como estão entrelaçados o distanciamento crítico do discurso histórico e a experiência de memória vivida por ele evocada, no decorrer da exposição. “[...] só quem passou pela Maré e morou nas palafitas é que sabe o quanto este museu é para nós”, as palavras fazem ecoar, em todos os seus aspectos, um certo ressentimento [ANSART, 2001]. Um ressentimento no sentido de um sentimento reconstruído, mas também um ressentimento que está diretamente relacionado à questão da resistência e da persistência. É a luta pelo reconhecimento público de sua existência [cf. HEYMANN, no prelo], pelo direito de ser lembrado (“um brinde à vida e a nossos direitos”, diz uma visitante), pelo dever de memória, que interfere inevitavelmente no discurso histórico – por isso mesmo, “a memória é acusada de gerar ‘revanchismo’” [HEYMANN, op. cit.]. Para Nora

²¹⁰ Sistema usado para levar água em barris até as moradias, nas comunidades da Maré, e em outras favelas da cidade.

²¹¹ Sobre este último, é particularmente interessante a análise das gírias dos jovens em depoimentos como “Esse museu é muito show!”

[1993], a memória histórica une, a memória coletiva divide. De modo semelhante, Giovanni Levi [apud MARIN, 1999:20, tradução minha] esclarece que “muitas vezes pensamos memória contra esquecimento [...] se diz que a memória se perde, coisa que não é verdade, ela se fragmenta”. Fragmentos, traços ou vestígios, divididos pelas interseções dos grupos que se entrecruzam. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos” [NORA, 1993:12]. O Museu da Maré é feito de restos pessoais: os objetos que interpolam o espaço museal e os sentimentos depositados sobre o livro-caixa que encerra a exposição. São restos que transformam o passado em “presença materializada” e cristalizam o tempo: “[o museu] é muito lindo. Dá vontade de ficar”.

Nas palavras de Marie-Claire Lavabre [2001:250, tradução minha], “identidade, entendida como permanência, é a capacidade de evocar uma história comum”. Mas Andreas Huyssen alerta para o fato de que o primeiro passo para esquecer é criar um monumento. E Adorno [2005], que compara o museu ao mausoléu, fala da instituição museal como jazigo para as obras de arte, num movimento de “neutralização da cultura”, ao que Fernando Catroga aponta para o exercício de dessacralização do historiador e, por isto mesmo, cita Oliveira Martins para dizer que “na escrita da história não há ‘inimigos, há mortos’” [OLIVEIRA MARTINS apud CATROGA, 2001]. O Museu da Maré assume ares de monumento aos mortos quando alguns depoentes evocam a memória dos que “fizeram” a favela: “Parabéns a todos que morreram e vivem por essa luta diária”, “Aqui aparecem os heróis ‘anônimos’ da história brasileira”. É a expiação dos sofrimentos do passado. É, de novo, a valorização do trinômio existência, resistência e persistência.

Mas um outro ponto é ainda evidenciado pelos visitantes em seus depoimentos: a questão da autenticidade – que, de uma forma ou de outra, se liga à vivenciação da memória despertada ao longo do trajeto da exposição. Como lugar de memória, o Museu da Maré instrumentaliza o discurso histórico, perfazendo uma compilação de acontecimentos, objetos e saberes, que vêm a ser o patrimônio da

Maré. A capacidade do museu de representar – no sentido de tornar presente – os sentimentos (ou ressentimentos) se reflete no desejo de o visitante *ver* presente, isto é, ver materializado o seu ente querido ou a sua lembrança de infância. “Adorei ver tudo. Precipalmente meu pai, Nilo”, diz Ivonete. Arialdo registra no livro de depoimentos que “Entreguei uma atiradeira (estilingue), 2 cópias de plantas da Baixa do Sapateiro e 1 foto scaneada para exposição. A foto é da praça 18 antes da reforma”. Mais tarde, ele mesmo, Arialdo, volta ao museu e pergunta “onde estão as cópias (2) das plantas da Baixa do Sapateiro e a foto escaneada da praça 18 antes da reforma”.

“Eu gostei de tudo mas falta um pouco de realismo.” Aqui, mais do que a relação entre autenticidade e verdade, me interessa analisar a relação entre autenticidade e verossimilhança [CATROGA, 2001], no movimento de aproximação, de representação do passado, evocado pelo museu. Nos depoimentos, há uma série de referências à criatividade, ao trabalho criativo realizado pela Rede Memória. A criatividade evidencia o papel de construção do passado, de representação de uma memória. A palafita azul, no centro do galpão portuário, não se pretende real, ela pretende, sim, evocar o real do passado, numa dinâmica que é descrita por Huyssen [2000:37] como a inseparabilidade entre a memória real e a virtual, já que rememorar é sempre tornar virtual. Uma visitante completa: “Amei a casa pelo fato de ser uma réplica.”

Como já ressaltai, a réplica ou reprodução está também presente no comportamento dos visitantes. O livro de ausências, assim como o livro de presenças, é assinado repetidamente pelas crianças que completam mais de uma vez o trajeto da exposição, numa clara demonstração de apreço ao espaço e numa relação de intimidade: é como se o museu fosse um brinquedo, um filme, uma historinha de ninar. A repetição é a leitura intensiva, o conhecer de cor. O museu, nesse sentido, inspira-se na função das catedrais da Idade Média [cf. BURKE; BRIGGS, 2006; JOHNSON, 2001; EISENSTEIN, 1998], constituindo-se como uma narrativa visual num palácio de

memória – ou, para usar a expressão com que Steven Johnson denomina o computador, num “labirinto mnemônico”. A narrativa histórica, mesmo a museológica, é sempre submetida ao olhar de um público [cf. SCHWARTZ, 2001]. Um público-leitor que se apropria do texto-museu – como a Rede Memória se apropria da ferramenta-museu –, e o compreende a sua maneira, em sua própria criatividade, sua invenção criadora. O leitor-visitante constrói o museu, ele não apenas recebe a mensagem, mas a emite. Ele interage (“foi o primeiro museu que não me intediou”) com o espaço museal – inclusive levando e trazendo objetos do próprio museu –, e vivencia a memória que é trazida à tona: “adorei participar da história da Maré”.

Nesse sentido, também não basta ao visitante *ver* presente, é preciso *registrar* que se viu. E, no registro, deixar para os pósteros a sua *versão*. Por esta razão, leio o livro de ausências como uma extensão (ou representação) do Museu do Maré, talvez a legenda de cada peça do acervo exposto. “Está ótimo. Muito bom. Até o meu avô estava aqui em duas das fotos (Pedro Rufino) e até conheci a amiga da minha mãe (Teresinha).” “Adorei demais, principalmente quando ao sair dei de cara com a foto de meu pai e minha querida mãe no dia de seu casamento.” “Me emocionei ao voltar no meu passado, relembrei-me de tudo cada momento, tanta saudade, de tudo, tudo mesmo, até encontrei um documento c/ o nome de meu pai, não é demais.” *Ver* presente é reconhecer: reconhecer um elo, uma origem²¹² comum. *Registrar* é projetar: é demarcar um ponto de origem no presente – “[...] e que continue assim para eu um dia traze o meu filho”.

Entre os depoimentos que pesquisei, novamente do dia 19 de maio de 2006 ao dia 5 de abril de 2007, pude notar a insistência em algumas referências. A categoria “história”, por exemplo, é a que mais aparece entre os registros deixados pelos visitantes. A noção de memória vem muito abaixo, sendo usada sobretudo por visitantes de maior grau de escolaridade, moradores ou não. Antes dela, estão as

²¹² No livro, há muitas menções às origens das comunidades, à volta às origens, às raízes nordestinas etc.

referências ao “passado” e às “lembranças/recordações”. E logo após, as menções ao “tempo” (viajar no, voltar no)²¹³. Há a inocência da criança (“eu amei, adorei e gostei muito desse museu. filha da criadora e do criador do museu”) e a resignação do adulto (“Na Maré da vida passei e continuarei passando, apesar das balas perdidas”); há a resignação da criança (“Acho o museu muito legal para quem não pode visitar um melhor”) e a inocência do adulto (“Pisei nas ruas do passado / com pés do presente / me perdi nas palafitas / Encontrei a bala perdida / Joguei a bola de gude do futuro / Que caiu no buraco do medo / Acordei abrindo a janela / E encontrei a luz da manhã / O Sol é a-maré-lo / Meu coração a-maré-lou”), mas não são poucos os depoimentos que transmitem (ou retransmitem) a lição maior do Museu da Maré, a da superação – expressa também como *persistência*: a persistência, que antepõe o Tempo do Medo ao Tempo do Futuro na escala temática da exposição; a mesma persistência que motiva os depoimentos. Depoimentos que querem, por assim dizer, persistir.

Em minha visão, o livro-caixa que recolhe depoimentos voluntários dos visitantes é um lugar de memória e um objeto de museu ele mesmo. Um lugar que se insere no projeto de metamuseu que é o próprio Tempo do Futuro, um objeto capaz de levar àquele que o lê – pensando aqui o leitor como um *releitor*, que lê a leitura dos visitantes primeiros – a expressão da memória vivida dos que o antecederam, seus iguais na jornada pelos doze tempos do Museu da Maré.

5.3. Persistindo...

Afinal, poderia estar certo o francês Maurice Blanchot ao argumentar que a comunidade não serve para outra coisa

²¹³ Foram identificadas referências às noções de: história (106 menções), passado (57), lembranças/recordações (53), memória (34), tempo (27), esquecimento (5), identidade (4), sonho (3), silêncio (1) e tradição (1). Há ainda citações às categorias de: luta/resistência (28), cultura (21), arte (4) e cidadania (4).

senão reconhecermos nossa morte e nossa origem. E já não seria pouca coisa

[Raquel Paiva, pesquisadora da Eco-UFRJ]

Falamos de origem e morte. De memória e projeto. Falamos de presenças e ausências. Ao falar dos livros institucionais do Museu da Maré, falamos em objetos e em textos. Os objetos são os próprios livros; documentos e fontes históricas preciosas em que se constituíram; são *livros*, têm a capa dura e folhas pautadas, são matéria bruta. Os textos são o teor do que está contido nos objetos; são *palavras* rabiscadas, são narrativas imaginárias, são nomes, números, depoimentos que exalam memórias; são matéria-prima.

As mãos, as próprias ou as de outros²¹⁴, empunham o lápis para inscreverem seus textos no objeto ainda inanimado. Conforme assinam, cada letra – a “letra que mata” – é um golpe certo em uma cabeça da Hidra do esquecimento. Para cada cabeça cortada, brotam-lhe duas no mesmo lugar. Eu me pergunto o que ficou para trás – quais os depoimentos não escritos, qual o não-dito que preenche os livros, ao lado dos que o manuscovem, dos que se manifestam.

Falo da escrita – do lápis, como uma arma branca – sem, contudo, esquecer-me de que a escrita, é ela a primeira revolução

²¹⁴ Como se vê, são muitos os depoimentos que evocam terceiros (“meu pai”, “meu avô”), mas todos, sem exceção, são construídos em primeira pessoa (“eu gostei”, “eu acho”, “eu não acho”) – a partir de respostas individualizadas e personalistas –, como em primeira pessoa, conquanto que do plural, é também construído o museu, a partir da experiência de uma memória vivida pelos moradores que o visitam e que o concebem. [Agradeço aos pesquisadores Mario Grynspan e Dulce Pandolfi pelas rápidas observações sobre esses aspectos, que me fizeram chegar a tais conclusões.]

Seja um uso político-pedagógico pretendido pelo Ceasm, seja uma proposta de participação comunitária – Antônio Carlos Pinto Vieira [2006] conta que, a fim de definir a linha museográfica da montagem da exposição, “foi constituído o ‘Fórum Museu da Maré’, com a participação de cerca de cem pessoas, entre moradores e integrantes do movimento comunitário local” –, o Museu da Maré é um legítimo representante das aspirações do Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom), cuja principal proposta consiste em transformar os museus em espaços de expressão dos mais diferentes grupos sociais [FREIRE-MEDEIROS, 2004; cf. tb. Mario CHAGAS, 2004].

tecnológica da memória [LE GOFF, 1984a], uma revolução engendrada por uma tecnologia da comunicação. Seria a comunicação o elo perdido entre memória e esquecimento, pois que lembrar sem dizer não é lembrar, é esquecer?²¹⁵ Preencho, então, das sete – cada qual a olhar por um ponto de vista –, mais uma cabeça da minha imortal e imprescindível Hidra de Lerna.

²¹⁵ A provocação que lanço aqui, obviamente em caráter figurado, leva em conta as considerações de Pollak [1989] e outros sobre as relações entre a memória e o silêncio. O que me arrisco a propor é que, enquanto silenciada, uma memória não pode ser reconhecida como tal por outro que não aquele que a detém. É só no instante em que é comunicada, isto é, que ultrapassa a inércia do silêncio, que uma memória ganha status de “memória-de”, na proporção do que aponta Lévi-Strauss ao lembrar que nenhuma história é simplesmente “história”, mas sim “história-para” [LÉVI-STRAUSS, 1993; cf. tb. GOLDMAN, 1999].

6. POR QUÊ???

Cidadãos e jornalistas atuam genuinamente como parceiros com iguais chances de influenciar a agenda midiática?

[Tanni Haas, pesquisador do Brooklyn College]

Encerro esta dissertação com mais perguntas do que quando a iniciei. Fico pensando se seria alguma espécie de dever ético respondê-las, mas simplesmente sou incapaz de fazê-lo. Levantei muitos e muitos questionamentos e penso que o mais sincero e humilde que aqui posso fazer é deixar em claro que não há respostas para muitas das perguntas que fiz. Afinal, por que é cidadão o jornalista cidadão? *Por quê???*

Jornalismo cidadão, a expressão, subentende de imediato cidadania. Optei por utilizar esta categoria (*citizen journalism*) e não outra, como as tantas sinonímicas que vimos – jornalismo público (*public journalism*), jornalismo cívico (*civic journalism*), *grassroots journalism*, mesmo comunicação comunitária –, pela especial motivação em estudar a dinâmica comunicacional em um espaço popular marcado pela exclusão social, política e sobretudo civil²¹⁶. Em

²¹⁶ Em sua revisão bibliográfica sobre o conceito de cidadania e a forma como esta noção foi trabalhada no Brasil, José Murilo de Carvalho recupera as idéias de T. H. Marshall, que sugere três dimensões para a cidadania: a cidadania dos direitos civis, a cidadania dos direitos políticos e a cidadania dos direitos sociais. Estas três formas de direitos aparecem em uma seqüência lógica (e também cronológica) na Inglaterra, a partir do século XVIII. Assim, os direitos civis (que incluem as liberdades básicas, como o direito de ir e vir), surgidos nesta época, possibilitaram que os ingleses reivindicassem direitos políticos, como o direito ao voto, no século XIX. A extensão do sufrágio foi aos poucos a principal responsável pela elegibilidade de grupos operários,

acepção estrita, um espaço marcado pela *marginália* – no sentido de figurar como nota nas margens dos jornais. Um jornalismo cidadão praticado por “não-cidadãos”, por cidadãos privados do direito à cidadania.

Busquei combinar metodologias – a pesquisa em arquivos, a análise de discurso e de conteúdo, as entrevistas de história oral, o uso da própria produção acadêmica orgânica como fonte de pesquisa, e mais importante, a etnografia –, a fim de que fosse possível compreender como a dinâmica do jornalismo cidadão é capaz de interferir na visão da comunidade sobre ela própria²¹⁷. Como disse já na introdução desta dissertação, minha hipótese principal era de que experiências de jornalismo cidadão de base comunitária seriam capazes de favorecer a integração e a mobilização da comunidade em torno de seus objetivos. Esta hipótese se confirmou, ainda que com algumas ressalvas.

Em primeiro lugar, me parece claro que a presença de um grupo local de *experts* – e talvez só ela – é capaz de impulsionar este

como o Partido Trabalhista, que então instituíram direitos sociais, já no século XX [MARSHALL apud CARVALHO, 2004:10-11]. Carvalho, porém, destaca que, no caso do Brasil, a ordem se deu de modo inverso. “Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular [Vargas]. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro [...] período ditatorial, em que órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime [durante a ditadura militar]. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo” [CARVALHO, 2004:219]. (O texto original de Marshall: é MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.)

²¹⁷ Segundo Círcia Maria Peruzzo [2004:155], os principais aspectos positivos da comunicação comunitária, trabalhada por ela como uma “comunicação popular”, são: (1) a diversificação dos instrumentos, (2) a apropriação de meios e técnicas, (3) a conquista de espaços, (4) a veiculação de conteúdo crítico, (5) a autonomia institucional, (6) a articulação da cultura, (7) a reelaboração de valores, (8) a formação de identidades, (9) a mentalidade de serviço, (10) a preservação da memória local, (11) a democratização dos meios e (12) a conquista da cidadania.

tipo de experiência²¹⁸, catalisando os esforços voluntários individuais e transformando-os em projetos capazes de despertar o interesse de patrocinadores dos setores público e privado. Patrocínios e repasses como os que hoje viabilizam o jornal O Cidadão e o Museu da Maré não são, de maneira alguma, imprescindíveis para o sucesso dessas experiências, mas podem ajudar a somar esforços como forma de incentivar a organização e a capacitação do voluntariado. Ainda assim, sem a liderança de um grupo organicamente constituído com o objetivo de delimitar o escopo da experiência, vejo com certa restrição as chances de sucesso no âmbito do jornalismo cidadão de base comunitária. Nas experiências de jornalismo participativo levadas a cabo na internet, não é diferente.

A grande distinção entre este tipo de meio de comunicação “cidadã” e as mídias tradicionais é a presença de um aspecto capaz de reordenar a relação entre *jornalista* e *cidadão*, a moderação. Veículos tradicionais de mídia apontam para duas vertentes constituintes do jornalismo: a produção de conteúdos (*newsmaking*) e a seleção de destaques (*gatekeeping*). A produção diz respeito à estrutura técnica da narrativa jornalística, cujo texto deve obedecer a determinados padrões de escrita e proporcionar um ou outro tipo de enquadramento. A seleção de destaques, por sua vez, corresponde à função de edição, em que um jornalista é responsável por determinar – através de seu particular *news judgement* [cf. TUCHMAN, 1993] – qual é a notícia mais relevante para ocupar a manchete. O jornalismo participativo, por seu caráter inclusivo, forma e é formado por um terceiro eixo além destes dois, o eixo da moderação de comunidades.

²¹⁸ Por esta razão, talvez, é que “é comum propostas de comunicação comunitária caírem na armadilha do dirigismo, onde uma pessoa ou grupo toma conta do veículo, impondo seu interesse particular – geralmente de cunho político ou comercial – afastando a comunidade de um processo participativo” [pinto 2000:61]. Isto porque, ao invés de se perceberem como “facilitadores da conversação pública”, este grupo passa a se enxergar como “disseminadores de informação especializada” (*expert information*) [cf. HAAS, 2007:7].

Moderar é mediar, ordenar, impor ao debate uma dinâmica “civilizada”, seguindo portanto o aspecto de uma *conversação civil*²¹⁹. Só é possível falar em moderação quando se está diante de uma comunidade, capaz de interagir plenamente. A mudança de postura inclui a percepção de que se passa a ter “os cidadãos como participantes ativos e não como espectadores passivos do processo democrático” [HAAS, 2007:6, tradução minha]. Mas moderar, em si, segue sendo uma função hierárquica, em que uma instância é capaz de liderar e pautar o debate. Por essa razão, não raro nos fóruns de internet, moderadores são taxados de censores como se sinônimo fosse.

Na perspectiva da comunicação comunitária, o moderador é o cidadão-jornalista que se constitui em *expert*. Ou seja, ao apresentar a Maré como uma população de 130 mil habitantes e discutir a dinâmica do jornalismo cidadão de base comunitária a partir de experiências que envolveram, no âmbito da produção, do planejamento e da gestão [cf. PERUZZO, 2004], não mais do que algumas centenas de moradores, estou inevitavelmente tomando esse grupo menor como um grupo de especialistas, uma “comunidade expert”, para usar a expressão de John Zaller [1998]. No caso da Maré, personagens recorrentes como Carlinhos, Marcelo, Teteu, Wladimir, André Luís, Maria Cristina, Cláudia Rose, Luiz Antônio, Jailson, Eliana e outros, são responsáveis por alterarem a percepção que a população local tinha de si mesma a partir da visão “fabulatória” da mídia [cf. PINTO, 2004]. Este grupo, pequeno e bem

²¹⁹ A conversação civil é uma das faces da discussão na esfera pública. Chego a este termo por intermédio do texto de Francisco Jamil Marques, *Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil* [2005], que cita uma menção breve de Umberto Eco [2002] sobre como os talk-shows na televisão italiana vinham se tornando um ambiente de conversação civil. Em um terceiro texto, Michael Schudson [2004] discute *Por que a conversação civil não é a alma da democracia?*, apontando entre outros aspectos, o fato de que a principal característica da conversação civil é sua essência não-deliberativa, que, em certa medida, constitui empecilho às necessidades do processo democrático. Minha visão é de que, conquanto não se pretenda deliberativa, a conversação civil é capaz de auxiliar o cidadão no processo de deliberação individual e mesmo na argumentação com vistas à deliberação pública.

organizado, ainda que com divergências internas, é o grupo que, aos poucos, se constitui numa *comunidade de experts* da Maré [cf. SILVA, 2003], atuando não apenas para propor uma reapropriação da favela para a favela, mas para propor uma revisão (ou revisita) da favela para o mundo externo, ventilando os pouco arejados estereótipos da mídia tradicional²²⁰.

Admitindo esta virtual impossibilidade de se estabelecer idealmente a proposta de que todo cidadão possa vir a se tornar um repórter, creio que aproximo ainda mais as fronteiras do jornalismo cidadão, do jornalismo público e do jornalismo cívico [cf. algumas distinções entre estas categorias na introdução desta dissertação], sem contudo confundir-los. Em última instância, o jornalismo cidadão ainda compreende a dinâmica de produção, planejamento e gestão dos meios nas mãos do cidadão-jornalista, enquanto as duas outras correntes seguem na aposta do profissionalismo, através do jornalista-cidadão. Mas, mais importante do que buscar diferenciar uma e outra experiência, é encontrar semelhanças que nos encaminhem para as tendências comuns nos estudos teóricos e empíricos recentes sobre mídia e política. O que resta deste comentário é que, independentemente do nome que se atribua à conceituação, o que deve nos nortear é a velha pergunta de Weber [2002], “O que aporta a imprensa à conformação do homem moderno?”, ou dito por outras palavras, a mesma indagação que deu origem à Comissão Hutchins para Liberdade da Imprensa, nos Estados Unidos do pós-guerra, sobre qual seria o papel da mídia nas democracias modernas.

²²⁰ Vale lembrar que estou, aqui, utilizando a noção de Zaller [1998] de modo que me é peculiar. Uma das características primordiais das experiências do jornalismo público, do jornalismo cívico e do jornalismo cidadão é buscar interpelar o cidadão comum como protagonista das matérias jornalísticas e não apenas os atores de elite. Em trabalhos sobre o tema [cf. HAAS, 2007], alguns pesquisadores demonstram que experiências de jornalismo público, por exemplo, costumam citar mais cidadãos comuns que atores de elite (i. e., em certo sentido, especialistas). Nesse sentido, estamos falando de um grupo mais abrangente, uma comunidade expert, por assim dizer, “formadora de opinião”.

A conclusão a que chegam os relatores da comissão em 1947, após deliberarem por quatro anos, é de que a imprensa exerce um importante papel, fundamental no desenvolvimento e na estabilidade das democracias modernas, de tal modo que é necessário haver, por parte dos meios de massa, um compromisso moral de considerar necessidades globais da sociedade ao difundirem informação²²¹. Embora não nos pareça hoje uma grande novidade e mesmo considerando que já se tinham alguns códigos de ética do jornalismo, estas considerações são trabalhadas como marco decisivo para a compreensão da atuação jornalística segundo a teoria da responsabilidade social [cf. BERTRAND, 1999; cf. tb. *Hutchins Commission* in WIKIPEDIA].

Quando, páginas atrás [cf. introdução desta dissertação], me referi à distância entre o “jornalista cidadão” e o “empresário cidadão”, quis apontar justamente para a interpretação do significante *cidadão* em cada um dos contextos.

Pela inversão lógica na implementação histórica dos direitos básicos que constituem a cidadania, iniciando-se no Brasil a partir da instituição de direitos sociais (e não dos direitos civis) no Governo Vargas – conforme analisa José Murilo de Carvalho [2004:10-11] –, é possível depreender o ponto de partida da preocupação burguesa com o “social”, através da filantropia. Monica de Jesus Cesar [2008], que desenvolve sua pesquisa a partir da esfera do Serviço Social, lembra que a filantropia era um meio empregado pela classe burguesa para amenizar sua face exploradora [CESAR, 2008:25], isto é, uma espécie de *illusio*. Hoje, segundo a autora de *Empresa Cidadã*, está em pauta uma renovação da cultura empresarial, “sob a ótica da ‘defesa da cidadania’ e do ‘solidarismo’” [id.:54]. A “empresa cidadã”, para ela, traduz o espírito social do empresariado, numa estratégia para manter esta hegemonia. Comentando no prefácio do

²²¹ Críticas e elogios aos relatórios da Comissão Hutchins podem ser conferidos no verbete da Wikipedia que traz ainda mais detalhes sobre a conclusão das investigações. Cf. **Hutchins Comission** [disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Hutchins_Commission>, tradução minha].

trabalho de Mônica César, Ana Elizabete Mota, professora do Departamento de Serviço Social da UFPE, dá cor à discussão, pontuando os empresários como “demiurgos de uma responsabilidade social pública” [in CESAR, 2008:13]. No caso das experiências de jornalismo cidadão, se há ou não um grupo de experts à frente da iniciativa, eu não os descreveria como “demiurgos”, uma vez que são indivíduos que se inserem no contexto da experiência, e não elementos externos. A idéia que move o jornalismo cidadão é de empoderar o cidadão comum para o uso de ferramentas de mídia – no caso em que trabalho, de mídia *comunitária* –, com o objetivo claro de fomentar o interesse pela participação em assuntos de interesse público. Como dizem Chaney [1986] e Carey [apud HAAS, 2007], e eu os lembrei ao longo desta dissertação, o jornalismo deve ser visto como um meio de expressão para o seu público, um instrumento capaz de ajudá-lo a formar e encontrar sua identidade.

Uma experiência rica e multifacetada em termos de comunicação comunitária como a experiência histórica da Maré pode nos ajudar a compreender como os meios de comunicação operam interna e externamente, com a vantagem de estarmos analisando em escala reduzida uma série de iniciativas com as mesmas complexidades que se poderia encontrar no panorama das mídias tradicionais. Procurei demonstrar, apoiando-me no Princípio da Conservação e Mutação da Energia Social, de Hirschman [1987], que nem sempre fracassos são fracassos e que às vezes o simples fato de uma experiência anterior ter tido lugar já é capaz de influenciar o surgimento de outras experiências semelhantes, seja pela energia social acumulada, seja pelas redes que se formaram, seja pela cultura de mídia – no caso específico da comunicação comunitária – que pavimenta o terreno para novas estradas. Este, por exemplo, me parece ser o elo entre experiências como a do jornal O Cidadão (certamente influenciado pelo União da Maré e pela TV Maré), a da Rádio Maré FM (influenciada pela antiga Maré FM e pela Rádio Progressiva), e a do Museu da Maré (em certa medida, também fruto da influência da TV Maré). É importante frisar, é claro, que tais

experiências, como lembra André Luís Esteves Pinto [2004:103] somente se justificam pelas condições históricas, políticas e culturais em que se firmaram. Ainda assim, é inegável que estas três iniciativas que hoje se desenvolvem, conquanto possam resultar em fracassos retumbantes no futuro, já alcançaram seus objetivos e, por sua vez, acumularam energia social suficiente para que outras experiências tenham espaço, dentro e fora da Maré.

Quis evidenciar ainda a importância atribuída, em particular pelo próprio grupo de articuladores da Maré, ao trabalho sobre a memória local. O leque de possibilidades aberto por este tipo de experiência extrapola até mesmo a questão da preservação dessa memória e influi diretamente sobre a auto-estima dos moradores, o que permite que se avance na questão da construção de uma identidade mareense e na própria reapropriação e ressignificação de uma categoria política instituída verticalmente, como a decretação do bairro Maré. Trabalhar com a memória local, no caso específico do museu, é instrumentalizar a história como ferramenta de comunicação sincrônica, capaz de transmitir a visitantes-moradores e visitantes-turistas uma narrativa distinta da “fábula” tradicionalmente encenada. Uma narrativa épica como a de Dona Orosina recolhendo pedaços de madeira para montar, com seu facão, o barraco que primeiro povoou a região. Ou uma narrativa que conta com humor e bravura os tempos das enchentes nas palafitas. Quando escolhi trabalhar com a Maré como objeto de pesquisa, jamais pude imaginar que teria tão pouco tempo pela frente, para a vastidão de histórias, lendas, casos, exemplos, experiências com que eu iria cruzar.

Pela especificidade dos interesses da comunidade expert da Maré, fica difícil definir se falamos de meios de comunicação que trabalham aspectos da memória local ou se são meios de memórias que trabalham em torno da comunicação comunitária. Uma coisa, porém, é certa: estes meios não apenas produzem/recuperam uma memória da região, como também projetam para o futuro sua disposição em documentar o cotidiano da favela hoje.

Em seu livro *A revolução da cultura impressa*, Elizabeth Eisenstein [1998:96-97] comenta sobre uma carta de Thomas Jefferson a George Wythe que o surgimento da imprensa trouxe uma nova concepção acerca da dinâmica preservacionista. Anterior a Walter Benjamin e de certa forma contrapondo-se a ele, Jefferson apontava que, a partir da reprodutibilidade técnica garantida pela imprensa, as idéias podiam ser preservadas de modo mais fácil. Para ele, a preservação seria sinônimo de multiplicação do conhecimento e dos materiais.

O jornalismo cidadão, nessa perspectiva, atua não só no sentido de tentar recuperar parte desta memória, como também de preservá-la. Inscreve-se, portanto, na categoria de documento-monumento. E acredito que uma conclusão importante a se tirar daí é a de que, sendo um dos escopos prioritários do jornalismo cidadão, a constituição e/ou afirmação de uma identidade local está intimamente relacionada ao trabalho de memória.

Muitas vezes me senti um peixe fora d'água no aquário da minha interdisciplinaridade²²², mas quando eu trouxe para a discussão sociológica (e histórica) a avaliação conceitual de uma categoria intimamente relacionada com a esfera da internet e das novas tecnologias, que é a do jornalismo cidadão, minha intenção foi de alargar as fronteiras acadêmicas deste tipo de experiência, procurando contribuir para a compreensão do jornalismo cidadão como algo além de um fenômeno típico do mundo virtual. Ao falar em jornalismo cidadão de base comunitária, acabei descobrindo eu

²²² É curioso notar que a maior parte das discussões que entrelaçam História e Comunicação usam a imprensa apenas como *fonte de pesquisa* para então alcançar seu objeto. Nesses casos, costuma-se consultar periódicos antigos para análise. Por outro lado, nas discussões sobre Comunicação Política, o objeto é geralmente o Estado e as relações de poder; a mídia é o *método*, buscando-se desenvolver análises de valência e de discurso. As variações podem suscitar questões metodológicas que eu sequer estou apto a responder com precisão, mas o fato é que a comunicação foi desde sempre meu *objeto* e a história meu *método*.

mesmo que os meios de comunicação locais têm um potencial de despertar o indivíduo comum para o exercício da cidadania mais forte e mais apelativo que qualquer debate cívico na internet, geralmente incapaz de dissolver a apatia em torno do processo de deliberação pública [cf. MAIA, 2002]. Não sei – e talvez seja difícil mensurar este tipo de análise – se a comunicação comunitária é capaz de fato de favorecer a deliberação pública ou individual no âmbito local acerca dos assuntos de interesse comum. A passagem em que relato o desânimo dos editores do jornal União da Maré com a baixa participação dos moradores da comunidade nas reuniões em que discutiam o Projeto Rio me aponta na direção de que mesmo um meio hiperlocal não é garantia de rompimento desta barreira de apatia que geralmente se opõe à participação cidadã. Entretanto, por reduzir em escala e aproximar os limites da opinião pública que conforma, os meios comunitários têm uma facilidade maior em dispor de uma esfera pública presencial e, por esta razão, absorvem com mais facilidade também a formação de redes de intercâmbio entre as experiências, pondo em contato direto agentes que compartilham energia social.

Como a etnografia foi capaz de demonstrar, a experiência dos meios comunitários da Maré é, em escala reduzida, bastante semelhante a qualquer outra experiência de mídia. Os moradores comuns que não têm contato com os articuladores dos meios sequer são capazes de identificar as instituições que viabilizam tais iniciativas. Como vimos no caso do jornal O Cidadão, não são raros os casos de pessoas que atribuem ao jornal o caráter de “nosso” e ao mesmo tempo não sabem se tratar o veículo de um informativo produzido pelo Ceasm. Mas é essa mesma distância de escala a principal diferença e a principal vantagem dos meios comunitários em relação à mídia tradicional.

Quero concluir, portanto, evidenciando esta vantagem de escala, e tentando dirimir a oposição corporativa à proposta do jornalismo cidadão. Condicionar um meio de comunicação hiperlocal

à existência de um jornalista-cidadão é ignorar a realidade social brasileira, em que o acesso às universidades pelas camadas mais populares é ainda baixo e restrito. Prefiro supor que agentes capacitados como os personagens que citei ao longo desta dissertação possam efetivamente exercer a função de moderação de uma comunidade (real e/ou virtual); uma função civilizatória e – por que não? –, por vezes, pedagógica.

O papel do jornalista (entendido como expert), seja ele um profissional de jornalismo ou não, parece ser, portanto, imprescindível para afirmação de experiências do gênero. Creio que as conclusões que indiquei acima são muito menos radicais do que a proposta de tornar cada cidadão um repórter pode parecer em princípio.

Some-se a isso as críticas que li e ouvi a respeito da forma como o jornalismo cidadão, nos meios digitais, vem sendo trabalhado, sobretudo por valorizar temas de interesse particular (e não público) e por re-mediarem informações já veiculadas em meios vinculados ao *mainstream* [cf. os argumentos de alguns teóricos em HAAS, 2007:23 e 148-155]. De acordo com essas críticas, sem produzir conteúdo novo (apenas re-mediando os veículos tradicionais com clippings e congêneres) e destacando conteúdos apartados do interesse público, esses meios – entre weblogs produzidos por cidadãos comuns e websites de comunidades hiperlocais –, em verdade, seguiriam na contramão dos ideais do jornalismo cidadão, como experimento público de jornalismo organizado pelos cidadãos eles próprios [cf. HAAS, 2007:23]. O que fica, para mim, deste tipo de crítica é o entendimento comum de que a tecnologia é meio e não fim²²³. Ela

²²³ Em um curto artigo em seu blog [disponível em: <<http://www.journalism20.com/blog/2008/12/11/can-newspapers-compete-with-hyperlocal-blogs/>>], sobre a competição entre jornais comunitários e blogs hiperlocais, Mark Briggs, um pesquisador do chamado *Jornalismo 2.0*, afirma que jornais locais podem, sim, competir com a cobertura jornalística de blogs, mas, para isso, precisam lidar com problemas de estrutura interna em sua dinâmica, entre eles: (1) o foco da cobertura, uma vez que as editoriais são constituídas por temas e não divididas geograficamente; (2) a alta rotatividade nas redações, que impede, por exemplo, que os repórteres tenham “pé na rua”; (3) o modelo de publicidade e os departamentos

serve aos interesses do jornalista comunitário como aos interesses da Grande Mídia. É preciso, portanto, saber se apropriar dela. E, aqui, cabe uma aproximação com a imagem cunhada por Ronaldo Lemos [2008], advogado e diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Escola de Direito da FGV-RJ: é preciso hackear o sistema! Seja o sistema operacional de um computador ou o próprio sistema democrático, mais importa à dinâmica do jornalismo cidadão que o cidadão comum se aproprie dos meios de produção.

E, de fato, o ‘sistema’ democrático está sendo hackeado hoje das mais diversas maneiras. Entre elas, pelos movimentos sociais, que geram seus próprios canais [de] representação. Ou pela descentralização radical da produção do conhecimento da cultura, que faz surgir a chamada ‘inteligência coletiva’ (da qual surge, por exemplo, o software livre) [LEMONS, 2008].

A imagem de Lemos [2008] não quer obviamente propor qualquer tipo de medida anárquica. A chamada *ética hacker*, termo cunhado e celebrado por entusiastas do ciberespaço, tem como pressuposto a crença no potencial do compartilhamento de informações e no respeito à confidencialidade e à propriedade. Hackear, nesse sentido, é sinônimo apenas de explorar e desconstruir. Desconstruir o sistema é romper o elemento *in machina*.

Ao discutirmos o potencial mobilizador do jornalismo cidadão e suas possibilidades de inserção num modelo de participação cidadã, estamos falando em um hackeamento também do sistema midiático. Para Habermas [2003], a genuína deliberação pública só ocorre no momento em que os cidadãos deixam de lado as desigualdades sociais e interagem como socialmente paritários. De acordo com Tanni Haas [2007:36-37, tradução minha], esta visão “comunitária” (problemas comuns, objetivos comuns) leva os pesquisadores de mídia a presumirem que sempre se chegará a uma

comerciais, que se fundamentam em anúncios caros vendidos para grandes empresas; e (4) a baixa participação da audiência, pois os jornais, de modo geral, se especializaram em uma comunicação em via de mão única (“nós publicamos, vocês lêem”) e agora têm de correr atrás para reverter esta situação.

solução consensual se todos se tratarem como iguais do ponto de vista social. “Mas esta visão de comunidade e deliberação pública”, diz o autor [id.:ibid.], “é problemática porque ignora que mesmo comunidades pequenas tendem a serem fragmentadas em múltiplos grupos sociais”. Dois exemplos claros disso são (1) as diferentes origens das 16 comunidades que conformam a Maré e, ainda, (2) a cisão interna que hoje divide o Ceasm em dois grupos distintos. Nesse sentido, como defende mais uma vez Haas [2007:37], ao invés de buscar soluções consensuais para a totalidade dos cidadãos, o papel do agente jornalístico (entendido como expert) deveria ser o de estimular os cidadãos a refletirem sobre suas diferenças.

No fim, entra em questão novamente a relação existente entre o exercício da cidadania e a constituição de uma identidade, para a qual aponte ao citar o caso do Museu da Maré, por exemplo. Durante o período de campo e no contato cotidiano com as pessoas que me interpelavam sobre o andamento da pesquisa, pude compreender que há dois tipos de pressão a que são submetidas as comunidades populares: a pressão externa (do estereótipo, da fábula) e a pressão interna (da auto-estima). O pioneirismo da comunicação comunitária na área da Maré está não no fato de se operar com uma intenção contra-hegemônica, mas na circunstância de tentar articular um movimento de dentro para fora. Nesse sentido, é muito bem sucedida a experiência de trabalho a partir da memória local em prol de uma identidade dita mareense. Usando ou não este termo – que é uma criação política do Ceasm –, os meios de comunicação que analisei, todos eles, preocupavam-se em certa medida em criar fronteiras para o local. Este tipo de delimitação favorece o sentimento de pertencimento e estimula a ação comum. Assim, evidenciando as diferenças, construindo e fundamentando suas identidades, e reafirmando a memória local, cidadãos previamente excluídos do “sistema” da cidadania podem passar a integrá-lo.

Desconstruir o sistema midiático talvez seja a principal potencialidade advinda da dinâmica do jornalismo cidadão. Mas desconstruir – exatamente no sentido do que fazem os hackers

contratados pelas grandes corporações para explorar as eventuais falhas de segurança de seus sistemas – não significa destruir. Desconstruir é usar da engenharia reversa para se encontrar brechas. No momento em que uma brecha é encontrada, como no caso dos hackers, é preciso trabalhar – e este trabalho cabe então às corporações – para que sua solução seja incorporada brevemente ao sistema, que logo se torna mais seguro e estável. Hackear o sistema midiático, portanto, é encontrar brechas: temas descobertos, emissores não privilegiados, novas fórmulas. Experiências de jornalismo cidadão de base comunitária demonstram que ainda há muito a ser explorado. Por que é cidadão o jornalista cidadão? Talvez porque sua cidadania esteja fundamentada na prática jornalística.

7. BIBLIOGRAFIA E FONTES DE PESQUISA

a) fontes de pesquisa

- AGUIAR, Wladimir. *Entrevista de história oral concedida a CHAGAS*, V. 1h30 de duração, em meio analógico. Rio de Janeiro, 2008. **(Depoimento oral.)**
- CARVALHO, Monique Batista de. *Memória e mobilização popular na favela Nova Holanda – Maré – RJ. Anpuh*. Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História (História: Guerra e Paz). Londrina (PR): ANPUH / UEL, 2005. 9 pp.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). *A Maré em dados: Censo 2000*. Rio de Janeiro: Ceasm / Maré das Letras, 2003a.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). *Livro de contos e lendas da Maré*. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003b.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). **Projeto O Cidadão. Programa de Mecenato do Ministério da Cultura (2005-6)**. Rio de Janeiro: mimeo, 2005.
- FERREIRA, Verônica da Silva. *Visão distorcida. Observatório de Favelas, Comunicação*. Disponível em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br/>>. Acesso em: 12 ABR 2007.
- GOMES, Abel. *Processo nº 1999.51.01.049255-5*. Processual penal n. 1999.51.01.049255-5. 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (9900492552). Rio de Janeiro: 2002.
- GOMES, Abel. *Relatório. XVI recurso em sentido estrito*. Processual penal n. 1999.51.01.049255-5. 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (9900492552). Rio de Janeiro: 2005a.
- GOMES, Abel. *Voto, Ementa e Acórdão. XVI recurso em sentido estrito*. Processual penal n. 1999.51.01.049255-5. 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (9900492552). Rio de Janeiro: 2005b.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Museu da Maré*. In: **Cadastro Nacional de Museus**. Rio de Janeiro: IPHAN (mimeo), 2005.
- JUNG, Taiana Santos. *Considerações históricas da organização espacial da Cidade do Rio de Janeiro: um enfoque no Complexo da Maré. Abep*. Trabalho apresentado no 4º Encontro Nacional sobre Migração da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro: ABEP, 2005.